



Projeto Pedagógico do Curso

MEDICINA

Campus Joinville

Aprovado pelo Parecer n.º
147/15/Cepe de 27/8/15 e
atualizado com alterações
aprovadas no ConsUn de
15/05/2019

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

REITORA

Sandra A. Furlan

VICE-REITOR

Alexandre Cidral

PRÓ-REITOR DE INFRAESTRUTURA

Gean Cardoso de Medeiros

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Sirlei de Souza

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Yoná da Silva Dalonso

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Therezinha Maria Novais de Oliveira

DIRETOR DO *CAMPUS* SÃO BENTO DO SUL

Gean Cardoso de Medeiros

Elaboração

Reitoria

Vice-Reitoria

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Pró-Reitoria de Ensino

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Curso de Medicina– Joinville

SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	8
1.1 Mantenedora	8
1.2 Mantida.....	9
1.3 Missão, visão e valores da Univille	10
1.4 Dados socioeconômicos da região.....	11
1.4.1 Joinville.....	13
1.4.2 São Bento do Sul.....	20
1.4.3 São Francisco do Sul.....	26
1.5 Breve histórico da Furj/Univille	30
1.6 Corpo dirigente	36
1.7 Estrutura organizacional.....	38
1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville	42
1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj.....	42
1.7.1.2 Conselho Curador da Furj	45
1.7.1.3 Presidência da Furj.....	46
1.7.2 Universidade da Região de Joinville.....	48
1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille	52
1.7.2.2 Reitoria	57
1.7.2.3 Campi e unidades.....	61
1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	61
1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares	63
1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD).....	63
1.7.2.7 Polo de apoio presencial em São Bento do Sul.....	65
1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul	65
1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro.....	66
1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI).....	66
1.8.1 A metodologia.....	67

1.8.2 A estratégia	69
1.8.3 Objetivos estratégicos	70
1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso	71
2 DADOS GERAIS DO CURSO.....	72
2.1 Denominação do curso.....	72
2.1.1 Titularidade.....	72
2.2 Endereços de funcionamento do curso	72
2.3 Ordenamentos legais do curso.....	73
2.4 Modalidade	73
2.5 Número de vagas autorizadas.....	73
2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso	73
2.7 Período (turno) de funcionamento	73
2.8 Carga horária total do curso	74
2.9 Regime e duração	74
2.10 Tempo de integralização	74
2.11 Formas de ingresso.....	74
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	76
3.1 Política institucional de ensino de graduação.....	76
3.2 Política institucional de extensão.....	79
3.3 Política institucional de pesquisa.....	85
3.4 Histórico do Curso	92
3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)	94
3.6 Proposta filosófica da instituição e do curso.....	97
3.6.1 Educação para o século XXI	98
3.6.2 Universidade.....	109
3.7 Objetivos do curso.....	111
3.7.1 Objetivo geral do curso.....	111
3.7.2 Objetivos específicos do curso	111
3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação	112
3.8.1 Perfil profissional do egresso.....	112
3.8.2 Campo de atuação profissional	114

3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares	114
3.9.1 Matriz curricular	116
3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico.....	122
3.9.3 Integralização do curso.....	192
3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos	195
3.9.5 Atividades extracurriculares.....	200
3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem.....	201
3.11 Inovação pedagógica e curricular	205
3.12 Flexibilização curricular	206
3.13 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	207
3.14 Apoio ao discente	208
3.14.1 Central de Relacionamento com o Estudante	209
3.14.2 Central de Atendimento Acadêmico	211
3.14.3 Programas de Bolsa de Estudo	212
3.14.4 Crédito universitário.....	216
3.14.5 Assessoria Internacional.....	217
3.14.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil.....	217
3.14.7 Coordenação ou área	218
3.14.8 Outros serviços oferecidos	219
3.15 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa.....	221
3.16 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino aprendizagem	224
3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem	229
3.18 Número de Vagas.....	230
3.19 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS)	233
3.20 Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde	235
4. GESTAO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	239
4.1 Gestão do curso	239
4.2 Colegiado do curso.....	240
4.3 Coordenação do curso	241
4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso.....	245

4.5 Corpo docente do curso	246
4.5 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Médica.....	247
4.6 Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente	248
5 INFRAESTRUTURA	250
5.1 <i>Campus</i> Joinville	251
5.2 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral.....	255
5.3 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	257
5.4 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)	258
5.5 Salas de aula.....	258
5.5.1 <i>Campus</i> Joinville	259
5.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática.....	260
5.7 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville).....	264
5.7.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo	265
5.7.2 Acervo	267
5.7.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização	268
5.7.4 Acesso a base de dados	269
5.7.5 Biblioteca virtual Minha Biblioteca	270
5.7.6 Acervo específico do curso.....	271
5.8 Laboratórios.....	272
5.8.1 Laboratórios de formação básica	276
5.8.2 Laboratórios de formação específica.....	278
5.8.3 Laboratórios de Ensino para área de Saúde	279
5.8.4 Laboratórios de habilidades.....	281
5.8.5 Unidades Hospitalares e complexo assistencial conveniados.....	284
5.9 Biotério	287
5.10 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais ...	288

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 Mantenedora

Denominação

Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ

CNPJ: 84.714.682/0001-94

Registro no Cartório Adilson Pereira dos Anjos do Estatuto e suas alterações:

- Estatuto da FURJ protocolo 21640, livro protocolo 7A, livro registro 1.º, fls. 002, Registro 2 em 25/5/1995;
- Primeira alteração, protocolo 70379, livro protocolo 48A, livro registro 9A, fls. 104, Registro 1304 em 14/3/2000;
- Segunda alteração, protocolo 121985, livro protocolo A92 em 21/12/2005;
- Terceira alteração, protocolo 178434, livro protocolo 140 em 6/6/2008;
- Quarta alteração, protocolo 190166, livro protocolo A062, fls. 147, Registro 15289 em 9/4/2015.

Atos legais da mantenedora

- Lei Municipal n.º 871 de 17 de julho de 1967 – autoriza o Prefeito a constituir a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje);
- Lei n.º 1.174 de 22 de dezembro de 1972 – transforma a Fundaje em Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func);
- Lei n.º 1.423 de 22 de dezembro de 1975 – modifica a denominação da Func para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ).

Endereço da mantenedora

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9201

www.univille.br

1.2 Mantida

Denominação

Universidade da Região de Joinville – Univille

Atos legais da mantida

- Credenciamento: Decreto Presidencial s/ n.º de 14/8/1996;
- Última avaliação externa que manteve o enquadramento como Universidade: Parecer do CEE/SC n.º 223, aprovado em 19/10/2010, publicado no DOE n.º 18.985 de 7/12/2010, Decreto do Executivo Estadual n.º 3.689 de 7 de dezembro de 2010.

Endereços

Campus Joinville

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3461-9067

Fax: (47) 3461-9014

Campus São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, n.º 230 – Bairro Colonial

CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Telefone: (47) 3631-9100

Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, n.º 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville – SC

Telefone: (47) 3422-3021

Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, n.º 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba

CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Telefone: (47) 3471-3800

1.3 Missão, visão e valores da Univille

Missão

Promover formação humanística, científica e profissional para a sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometida com a sustentabilidade socioambiental.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente como uma universidade comunitária, sustentável, inovadora, internacionalizada e de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Valores institucionais

Cidadania

Participação democrática, proatividade e comprometimento promovem o desenvolvimento pessoal e o bem-estar social.

Ética

Construção de relacionamentos pautados na transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos promovem o exercício da cidadania e da democracia.

Integração

Ação cooperativa e colaborativa com as comunidades interna e externa constrói o bem comum.

Inovação

Gerar e transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções sustentáveis e aplicáveis contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Responsabilidade socioambiental

Gestão de recursos e ações comprometidas com o equilíbrio socioambiental favorecem a qualidade de vida.

1.4 Dados socioeconômicos da região

A mesorregião norte catarinense dispõe de uma área de 15.937,767 km² e uma população de 1.212.997 habitantes, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2016). Em sua área estão localizados 26 municípios de Santa Catarina agrupados em três microrregiões, conforme o quadro 1, no qual é apresentada a estimativa populacional do IBGE em 2015.

Quadro 1 – Municípios da mesorregião norte catarinense

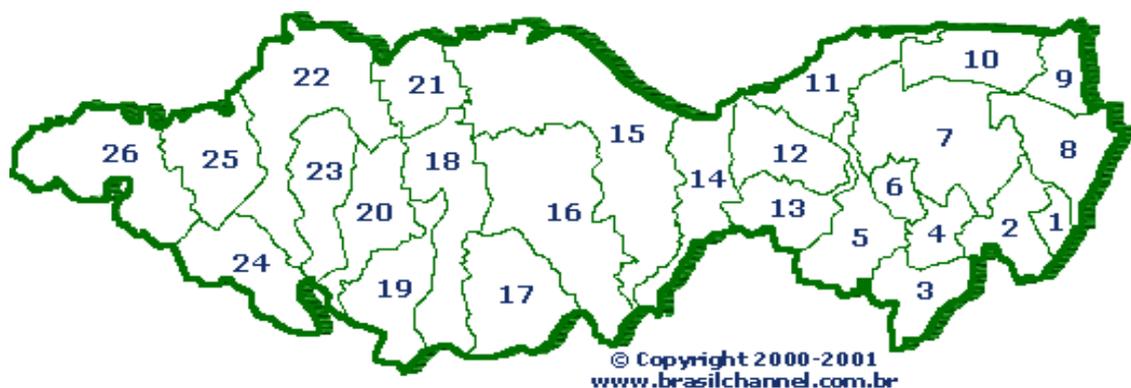
Mesorregião Norte Catarinense		
Microrregião		
Município	Área	População estimada em 2015
Bela Vista do Toldo	583,13	6.248
Canoinhas	1.140,3	54.188
Irineópolis	589,55	10.989
Mafra	1.404,0	55.313
Major Vieira	525,49	7.899
Monte Castelo	573,58	8.475
Papanduva	747,86	18.793
Porto União	845,34	34.882

Santa Terezinha	715,26	8.864
Timbó Grande	598,47	7.632
Três Barras	437,55	18.945
Microrregião de Joinville		
Município	Área	População estimada 2015
Araquari	383,98	32.454
Balneário Barra do	111,28	9.828
Corupá	402,78	15.132
Garuva	501,97	16.786
Guaramirim	268,58	40.878
Itapoá	248,40	18.137
Jaraguá do Sul	529,44	163.735
Joinville	1.126,1	562.151
Massaranduba	374,07	16.024
São Francisco do	498,64	48.606
Schroeder	164,38	18.827
Microrregião de São Bento do Sul		
Município	Área	População estimada 2015
Campo Alegre	499,07	11.992
Rio Negrinho	907,31	41.602
São Bento do Sul	501,63	80.936

Fonte: IBGE (2016)

Atualmente a Universidade dispõe de unidades e *campi* nos municípios de Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul (figura 1).

Figura 1 – Região de atuação da Univille



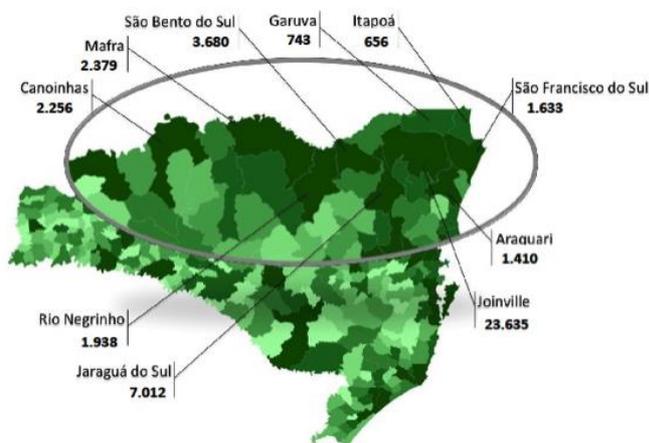
Legenda:

1. Balneário Barra do	2. Araquari	3. Massaranduba	4. Guaramirim	5. Jaraguá do Sul	6. Schroeder
7. Joinville	8. São Francisco do Sul	9. Itapoá	10. Garuva	11. Campo Alegre	12. São Bento do Sul
13. Corupá	14. Rio Negrinho	15. Mafra	16. Itaiópolis	17. Santa Terezinha	18. Papanduva
19. Monte Castelo	20. Major Vieira	21. Três Barras	22. Canoinhas	23. Bela Vista do Toldo	24. Timbó Grande
25. Irineópolis	26. Porto União				

Fonte: Adaptado de Brasil Channel (2016)

Observa-se na figura 2, em que se tem o número de matrículas no ensino médio dos municípios selecionados, considerando o ano de 2017, que há potencial para a oferta do ensino superior na microrregião de Canoinhas, destacando-se esse município e Mafra. Evidencia-se também, pela oportunidade de oferta, o município de Jaraguá do Sul. Por outro lado, pensando na expansão para os municípios do entorno do porto de Itapoá, incluindo esse município e o de Garuva, observa-se que a quantidade de matrículas no ensino médio é baixa.

Figura 2 – Ensino: número de matrículas no ensino médio em 2017



Fonte: Inep (2018)

A seguir, apresentam-se as características econômicas e populacionais dos municípios apontados na figura 1 em que tem atuação do ensino presencial da Univille.

1.4.1 Joinville

O município de Joinville localiza-se no norte do estado de Santa Catarina (figura 3), a 180 km de Florianópolis, a capital do estado. Dispõe de uma área de 1.126,106 km² e uma população de 583.144 habitantes, conforme estimativa de 2018 (IBGE, 2018).

Figura 3 – Mapa de localização do município de Joinville

Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de Joinville foi superior à do crescimento populacional do estado de Santa Catarina e do Brasil. Em Joinville, o percentual de crescimento do ano 2000 para 2016 foi de 33%, ou uma média de 1,8% anuais, estando acima do crescimento populacional de Santa Catarina, que foi de 29% (média anual de 1,6%), e do Brasil, que correspondeu a 22% (média anual de 1,2%) para o mesmo período (tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento da população do Brasil, de Santa Catarina e de Joinville – 2000 a 2016

Ano	Brasil		SC		Joinville	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		429.000	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	515.000	20,0%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	562.000	9,1%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	569.000	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

A partir de 2015 a taxa de crescimento de Joinville começou a acompanhar a taxa de Santa Catarina, mas ainda ficou acima da taxa nacional. Isso evidencia o potencial que o município apresenta em relação ao crescimento populacional, que também

deve considerar a estratificação por faixa etária (tabela 2).

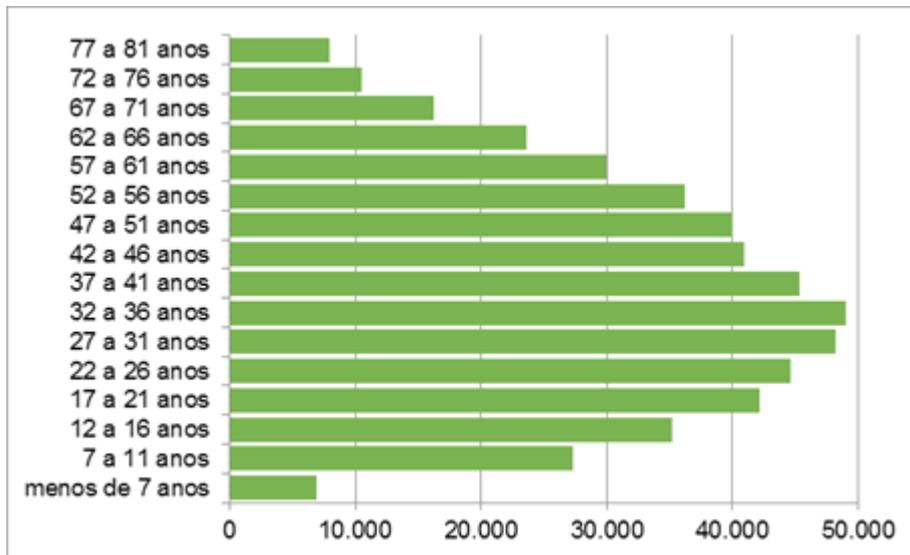
Tabela 2 – Participação de cada faixa etária na população de Joinville – 1970 a 2010

Ano	0-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
1	37.098	14.174	8.272	5.349	-	24.471	17.417	6.670
1	58.724	26.631	16.669	10.738	-	52.951	31.735	11.143
1	77.375	37.631	19.734	13.683	-	91.851	53.379	18.980
2	77.737	41.681	25.149	17.682	40.553	112.410	86.085	28.236
2	69.539	42.207	26.514	18.159	48.296	135.394	129.818	45.404

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos aumentou 14% (8.220 pessoas), representando o total de 66.455 jovens. Em 2016 essa população tinha idade entre 24 e 30 anos.

Gráfico 1 – População por faixa etária – Joinville – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do

IBGE (2016)

A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1,26% e representa 42.207 jovens (IBGE, 2016). É importante considerar que a média da taxa de fecundidade total (filhos por mulher) em Joinville, segundo o IBGE (2016), reduziu de 2,6 filhos (1991) para menos de 2 filhos (1,8) em 2010. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 27 e 36 anos, conforme o gráfico 1.

Joinville vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem.

Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, por outro lado Joinville também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, observa-se que a população jovem, com idade até os 17 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento.

Esse cenário, em curto prazo, pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, no entanto, em um período mais longo, com a redução quantitativa de trabalhadores, para que a cidade possa continuar crescendo nos índices atuais, terá de investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, Joinville é a maior cidade catarinense, configurando o 3.º polo industrial da Região Sul do Brasil e responsável por cerca de 20% das exportações do estado. Encontra-se entre os 15 municípios com maior arrecadação de tributos e taxas municipais, estaduais e federais e concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalomecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (IPPUJ, 2016). A atividade econômica pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 18,2 bilhões (2010) para R\$ 25,6 bilhões (2015), representando um crescimento de 40% nesse período, conforme apresenta a tabela 3.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto a preços correntes – Joinville – 2010 a 2015

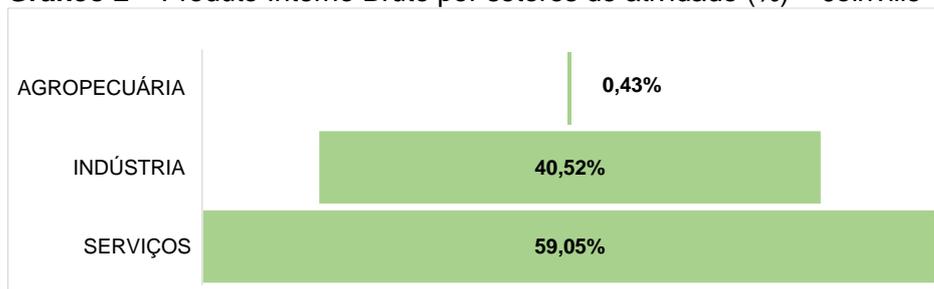
Ano	Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 18.284.659,00
2011	R\$ 18.728.516,00

2012	R\$ 20.376.688,00
2013	R\$ 21.979.954,00
2014	R\$ 24.570.851,00
2015	R\$ 25.599.407,00

Fonte: IPPUJ (2018)

A participação dos setores da economia no PIB de Joinville caracteriza-se por ser 40,5% da indústria, 59% de serviços e 0,4% da agropecuária, como se observa no gráfico 2.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto por setores de atividade (%) – Joinville – 2015



Fonte: IBGE (2018)

O segmento serviços apresentado no gráfico 2 considera a soma das atividades de comércio e serviço. Nesse sentido, na tabela 4, em que se tem o número de empresas em Joinville classificado pelos setores de atividade, pode-se notar que o comércio, a prestação de serviços e os autônomos são representativos, mas o parque industrial desempenha um importante papel na composição do PIB. Avaliando o período de 2005 a 2015, a atividade produtiva mantém-se em constante processo de crescimento, passando de 31 mil empresas para 47 mil (tabela 4).

Tabela 4 – Empresas por setor de atividade – Joinville – 2005 a 2015

Ano	Comércio		Indústria da transformação		Prestação de serviços		Autônomos		TOTAL
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.
2005	10.566	34,0	1.698	5,5	12.393	39,8	6.467	20,8	31.124
2010	12.466	32,9	1.661	4,4	17.477	49,7	6.267	16,6	37.871
2011	13.454	31,6	1.673	3,9	21.182	49,9	6.15	14,4	42.461
2012	15.545	31,6	1.855	3,7	25.436	51,2	6.88	13,8	49.719
2013	16.447	30,2	2.093	3,9	28.207	51,8	7.67	14,1	54.420
2014	16.161	29,2	2.195	4,0	29.851	53,9	7.13	12,9	55.344
2015	15.033	31,7	2.093	4,4	22.938	48,4	7.31	15,4	47.376

Fonte: IPPUJ (2016)

Observa-se que a taxa de crescimento de empresas instaladas em Joinville foi de 52%, considerando o período de 2005 a 2015. E, apesar de corresponder a 4,4% do número total de empresas, o setor da indústria de transformação tem papel significativo para a economia da cidade, como já observado pelo PIB. Ainda, segundo dados do IPPUJ (2016), a indústria de transformação foi responsável por 26% dos empregos, com destaque para a fabricação de produtos de borracha e de material plástico; fabricação de máquinas e equipamentos; e metalurgia. Tais atividades responderam por 89% do emprego da indústria de transformação de Joinville. Dessa forma, a cidade constitui um dos polos industriais mais importantes do país, status esse impulsionado pela presença de grandes indústrias no município, como Whirlpool, Embraco, Ciser, Lepper, Docol, Tigre, Tupy e General Motors.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se observado o crescimento da participação dos setores de comércio e serviços na economia do município, com aproximadamente 15.000 e 22.900 empresas, respectivamente. O setor de serviços, que aparece com crescimento considerável, já é responsável atualmente por 42% dos empregos (IPPUJ, 2016).

A presença do emprego formal em Joinville reforça a importância da indústria de transformação e do setor de serviços no município, uma vez que são os setores que mais geram empregos formais. Ainda, é preciso destacar a perspectiva de ampliar a participação do setor terciário, especialmente comércio e prestação de serviços. O crescimento da participação desses setores na economia é um movimento que está ocorrendo no país, e Joinville segue tal tendência. Na tabela 5, tem-se a população economicamente ativa (PEA), por setor de atividade.

Tabela 5 – Evolução da população economicamente ativa em Joinville por setor de atividade – 2010 a 2017

Setores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Primário	560	332	317	550	505	407	377	376
Secundário	87.793	46.929	45.090	48.222	46.702	31.676	26.446	28.409
Terciário	121.106	71.880	73.384	71.001	75.131	61.113	50.513	53.156
Total	209.459	119.149	118.791	119.773	122.338	93.196	77.336	81.941

Fonte: IPPUJ (2018)

Considerando os dados da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE (2016), a maior parte das empresas do segmento de serviços no Brasil é voltada à prestação

de serviços às famílias, incluindo hospitalidade, alimentação, atividades culturais, recreativas e esportivas, serviços pessoais e atividade de ensino continuado.

É no tocante ao mercado de trabalho que o IBGE (2016) aponta dados importantes com relação à PEA. Entre 2000 e 2010, o percentual da PEA de 18 anos ou mais passou de 68,2% para 74,2%. Isso aponta muito fortemente um perfil de público com disponibilidade para estudar à noite, pois a maioria das vagas de emprego em Joinville ainda é para o período diurno. Em 2010, da população ocupada, 59,4% possuíam ensino médio completo e 87% apresentaram rendimento de até 5 salários mínimos (IBGE, 2016). No mesmo ano, das pessoas ocupadas com 18 anos ou mais, 28,4% estavam empregadas na indústria de transformação, 41,5% no setor de serviços e 18,6% no comércio. Somando o setor de serviços e comércio, tem-se que 60% das pessoas ocupadas estão em atividades conhecidas como do setor terciário, que se dão predominantemente no horário comercial (diurno) e de segunda-feira a sábado.

Com base no estudo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2015), os setores que mais geraram empregos na mesorregião norte no período de 2006 a 2011 foram: construção civil; alimentos; serviços para construção; máquinas e equipamentos; materiais elétricos; vestuário e acessórios; produção de minerais não metálicos; eletricidade e gás; têxteis e confecções; automotivo; saúde; produtos químicos e plásticos; e energia.

Chama a atenção, também, o fato de que muitas das áreas apontadas como tendências possuem sustentação na área de serviços. Segundo o IPPUJ (2016), no período de 2005 a 2015 esse foi o setor que apresentou um crescimento de 85% no número de empresas registradas, caracterizando-se como o de maior crescimento no município. O comércio cresceu 42%, a indústria 23% e o registro de autônomos 13%.

Em relação ao número de trabalhadores por atividade econômica em Joinville, observa-se que o setor terciário, em 2017, representou 64,9% dos empregados, com a oferta de 53 mil postos de trabalhos. Esse setor considera a administração pública, comércio e serviço. Entretanto a identidade da cidade ainda está relacionada ao setor secundário, que envolve indústria, serviço industrial e construção civil, com 28 mil postos de trabalho, representando 34,7% dos empregados no município (IPPUJ, 2018).

Outro fator a ser considerado é a proximidade com o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itapoá, o que oferece condições de fortalecimento do parque industrial, não só de Joinville, como também das cidades vizinhas, caracterizando a região, também, como um centro de armazenamento e entreposto comercial.

Todo esse cenário de desenvolvimento, gerado pelo processo de industrialização, trouxe consigo problemas idênticos aos enfrentados pelas sociedades industriais de outras partes do mundo. A riqueza gerada e a crescente urbanização aliadas ao crescimento demográfico, que desde a década de 1980 vem se mantendo acima da média de Santa Catarina, têm agravado problemas de ordem social, ambiental e cultural.

Quanto ao aspecto ambiental, a região sofre as consequências da exploração dos recursos naturais, feita nem sempre de forma racional, podendo-se apontar: a poluição hídrica; a ocupação e a urbanização de mangues; a precariedade do sistema de esgoto; a produção do lixo urbano e industrial; a devastação da floresta que cobre a serra do mar; e a poluição atmosférica. Tais aspectos potencializam o papel da Universidade como instituição de pesquisa e de extensão que contribui para a análise dos problemas regionais e a construção de soluções em parceria com o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada

1.4.2 São Bento do Sul

O município de São Bento do Sul localiza-se a 88 km de Joinville e 251 km de Florianópolis (figura 4). Segundo dados do IBGE (2018), São Bento do Sul dispõe de uma área de 501,634 km² e uma população de 83.576 habitantes, conforme estimativa de 2018.

Figura 4 – Mapa de localização do município de São Bento do Sul

Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população do município de São Bento do Sul foi superior ao crescimento no Brasil, mas um pouco abaixo do crescimento no estado. O percentual de crescimento da população de São Bento do Sul do ano 2000 para 2016 foi de 26% (média anual de 1,5%), enquanto o crescimento populacional de Santa Catarina foi de 29% (média anual de 1,6%) e do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Bento do Sul – 2000 a 2016

	Brasil		SC		São Bento do Sul	
	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %	n.º hab.	Variação %
2000	169.590.000		5.349.000		64.928	
2010	190.755.000	12,5%	6.248.000	16,8%	74.801	15,2%
2015	204.450.000	7,2%	6.819.000	9,1%	80.936	8,2%
2016*	206.081.000	0,8%	6.910.000	1,3%	81.893	1,2%

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

Observa-se que, apesar de São Bento do Sul apresentar uma taxa de crescimento populacional um pouco abaixo da média estadual, o potencial de crescimento é positivo, tanto pelo espaço territorial para a instalação de novas empresas como pela proximidade com outros municípios do entorno que também estão se desenvolvendo. Na tabela 7, tem-se a participação de cada faixa etária.

Tabela 7 – População residente por faixa etária – São Bento do Sul – 2000 e 2010

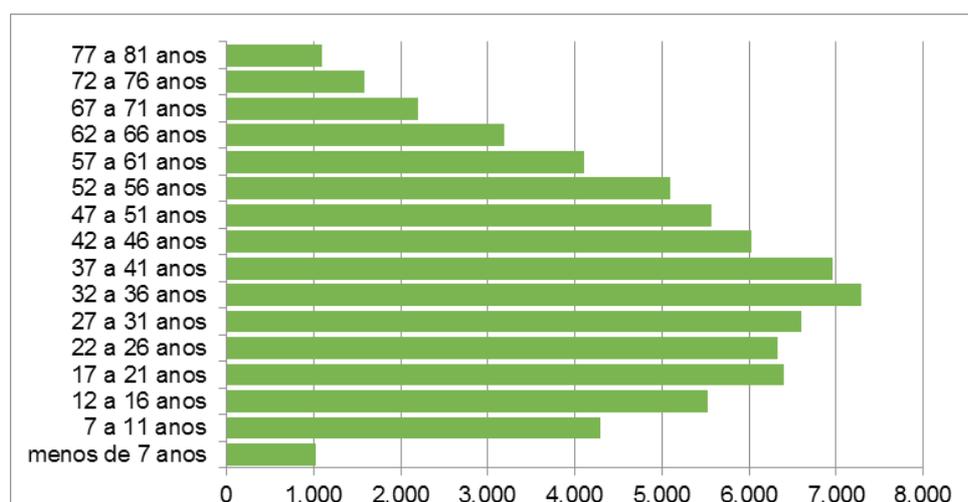
Ano	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	60 + anos
2000	6.201	6.311	6.340	3.881	2.910	6.904	16.927	11.927	4.036

2010	5.322	5.523	6.393	3.755	2.576	6.604	20.282	17.969	6.377
-------------	-------	-------	-------	-------	--------------	--------------	--------	--------	-------

Fonte: IBGE (2016)

Analisando a população por faixa etária e comparando os dados de 2010 em relação ao ano 2000 (IBGE, 2016), observa-se que a população de 18 a 24 anos teve uma redução de 6,5% (634 pessoas), representando o total de 9.180 jovens. Em 2016 essa população tinha idade entre 24 e 30 anos. A população de 10 a 14 anos aumentou apenas 1% e representa 6.393 jovens (IBGE, 2016). Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da população entre 36 e 41 anos (gráfico 3).

Gráfico 3 – População por faixa etária – São Bento do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo de 2010, sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Bento do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Mesmo que se venha observando uma desaceleração do crescimento populacional tanto no município como no estado, São Bento do Sul também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida, tendo um aumento da participação da população com idade acima dos 40 anos. Ainda, nota-se que a população jovem, com idade até os 16 anos, vem reduzindo suas taxas de crescimento. Assim como em Joinville, para São Bento do Sul tal

cenário contribui com a redução quantitativa de trabalhadores e, para que o município possa continuar crescendo nos índices atuais, será necessário investir em inovação, capacitação e tecnologias que visem suprir a redução da capacidade produtiva em relação a posto de trabalho, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados.

Quanto à atividade econômica, São Bento do Sul é um município industrializado, atraindo pessoas de outras cidades, inclusive do estado do Paraná. A atividade econômica de São Bento do Sul pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 1,89 bilhão (2010) para R\$ 2,5 bilhões (2015), representando um crescimento de 33% nesse período (tabela 8).

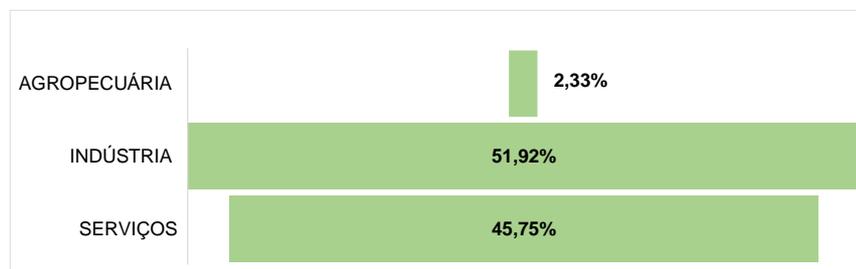
Tabela 8 – PIB a preços correntes – São Bento do Sul – 2010 a 2015

PIB a preços correntes	
	R\$ 1.892.011,00
	R\$ 2.268.983,00
	R\$ 2.488.111,00
	R\$ 2.696.943,00
	R\$ 3.100.451,00
	R\$ 2.518.461,00

Fonte: IBGE (2018)

A participação dos setores da economia no PIB de São Bento do Sul caracteriza-se por ser 51,9% da indústria, 45,7% de serviços e 2,3% da agropecuária, como se observa no gráfico 4.

Gráfico 4 – PIB por setores de atividade (%) – São Bento do Sul – 2015



Fonte: IBGE (2018)

Conforme dados da Associação Empresarial de São Bento do Sul (ACISBS, 2015), São Bento do Sul é o 12.º exportador de Santa Catarina, e 80% do produto

exportado são móveis, o que justifica a participação da indústria no PIB da cidade. Na tabela 9, observa-se a balança comercial de São Bento do Sul.

Tabela 9 – Balança comercial – São Bento do Sul – 2007 a 2014

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)		US\$ FOB (B)		US\$ FOB (A) -
2007	\$188.130.896,00		\$36.031.262,00		\$152.099.634,00
2008	\$162.705.195,00	-13,5%	\$38.757.255,00	7,6%	\$123.947.940,00
2009	\$133.500.776,00	-17,9%	\$48.868.360,00	26,1%	\$84.632.416,00
2010	\$141.479.553,00	6,0%	\$70.903.007,00	45,1%	\$70.576.546,00
2011	\$123.125.722,00	-13,0%	\$88.955.125,00	25,5%	\$34.170.597,00
2012	\$113.824.040,00	-7,6%	\$87.795.881,00	-1,3%	\$26.028.159,00
2013	\$112.329.488,00	-1,3%	\$58.901.128,00	-32,9%	\$53.428.360,00
2014*	\$57.370.037,00		\$40.438.703,00		\$16.931.334,00

* dados até junho/2014

Fonte: Denk e Westphal (2014)

As exportações de São Bento do Sul tiveram no período de 2007 a 2014 oscilações que confirmam a dependência do país quanto às políticas internas (comerciais e cambiais) e ao cenário econômico internacional. Destacam-se os triênios de 2007 a 2009 e 2011 a 2013, nos quais houve retração nas exportações em decorrência do cenário recessivo internacional.

Por outro lado, considerando dados até julho de 2014, observa-se que há uma recuperação positiva das exportações. No *ranking* estadual, móveis de madeira ocupam a décima posição entre os produtos catarinenses mais exportados, representando US\$ 9,7 milhões, em janeiro de 2016. Mesmo considerando que as exportações de São Bento do Sul apresentaram retração nos triênios destacados, observa-se que o saldo da balança comercial sempre se apresenta como superavitário, diferentemente do saldo da balança comercial do estado, o qual desde 2010 vem apresentando valores negativos. Isso confirma a contribuição das exportações para o município.

São Bento do Sul é considerada a principal economia do planalto norte catarinense e conta com importante participação dos setores de higiene e limpeza; metalurgia; fiação e tecelagem; cerâmica; plástico; e comércio. A indústria de São Bento do Sul responde por aproximadamente 66% do valor adicionado do município,

que é a diferença entre as entradas e saídas de uma empresa, ou seja, é o valor agregado ao produto. Em seguida vêm o comércio, com cerca de 13%, e os serviços, com 7%. O valor adicionado da agropecuária corresponde a cerca de 1,5%. O restante do movimento vem de empresas registradas no Simples Nacional ou de setor não identificado. No setor industrial, o segmento metalomecânico já corresponde a 20,5% da atividade econômica são-bentense, seguido pelo segmento de madeira e móveis, com cerca de 15% (MORAES, 2015). Além das empresas moveleiras (tais como Rudnick), outros segmentos têm representatividade no município por meio de indústrias com renome nacional e internacional, destacando-se Tuper, Condor, Tecmatic, Oxford, Buddemeyer e Fiação São Bento.

Nessa direção, a ACISBS (2015) revela que diferentes setores compõem a cadeia produtiva e a economia do município, a qual em termos de indústria de transformação, como anteriormente mencionado, é regida pela cadeia de valor da indústria metalomecânica; do mobiliário; da indústria do plástico; da indústria da fiação e tecelagem; da indústria cerâmica. A referida publicação ainda expressou que, em número de empresas, há um crescimento nos setores de comércio e serviços, embora a indústria de manufatura tenha presença marcante no contexto do município, como apresenta a tabela 10.

Tabela 10 – Agrupamento dos principais segmentos econômicos – São Bento do Sul – 2014

Indústria	
Metalmecânica	
Metalurgia	
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e	
Fabricação de máquinas e equipamentos	
Fabricação de veículos automotores, reboques e	
Móveis/madeiras	
Fabricação de móveis	
Fabricação de produtos de madeira	
Comércio	
Comércio varejista	
Comércio e reparação de veículos automotores e	
Comércio por atacado	
Serviços	
Simples Nacional	

Fonte: ACISBS (2015)

Em 2014 o segmento industrial agrupava 67% do que movimentou a

economia de São Bento do Sul, seguido pelo comércio, com 12,8%. É importante destacar que o segmento de serviço, com 6,5%, tem potencial de crescimento, considerando o crescimento populacional do município e o seu desenvolvimento econômico.

1.4.3 São Francisco do Sul

O município de São Francisco do Sul está localizado na ilha de mesmo nome, a 37 km de Joinville e a 194 km da capital Florianópolis (figura 5). Segundo dados do IBGE (2018), São Francisco do Sul dispõe de uma área de 498,646 km² e uma população de 51.677 habitantes, conforme estimativa de 2018.

Figura 5 – Mapa de localização do município de São Francisco do Sul



Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2016), a variação do crescimento da população de São Francisco do Sul foi bem superior à do crescimento populacional de Santa Catarina e do Brasil. O percentual de crescimento da população do município do ano 2000 para 2016 foi de 58% (média anual de 2,9%), enquanto o crescimento populacional do estado foi de 29% (média anual de 1,6%) e o do Brasil foi de 22% (média anual de 1,2%), como se observa na tabela 11.

Tabela 11 – Crescimento da população no Brasil, em Santa Catarina e em São Francisco do Sul – 2000 a 2016

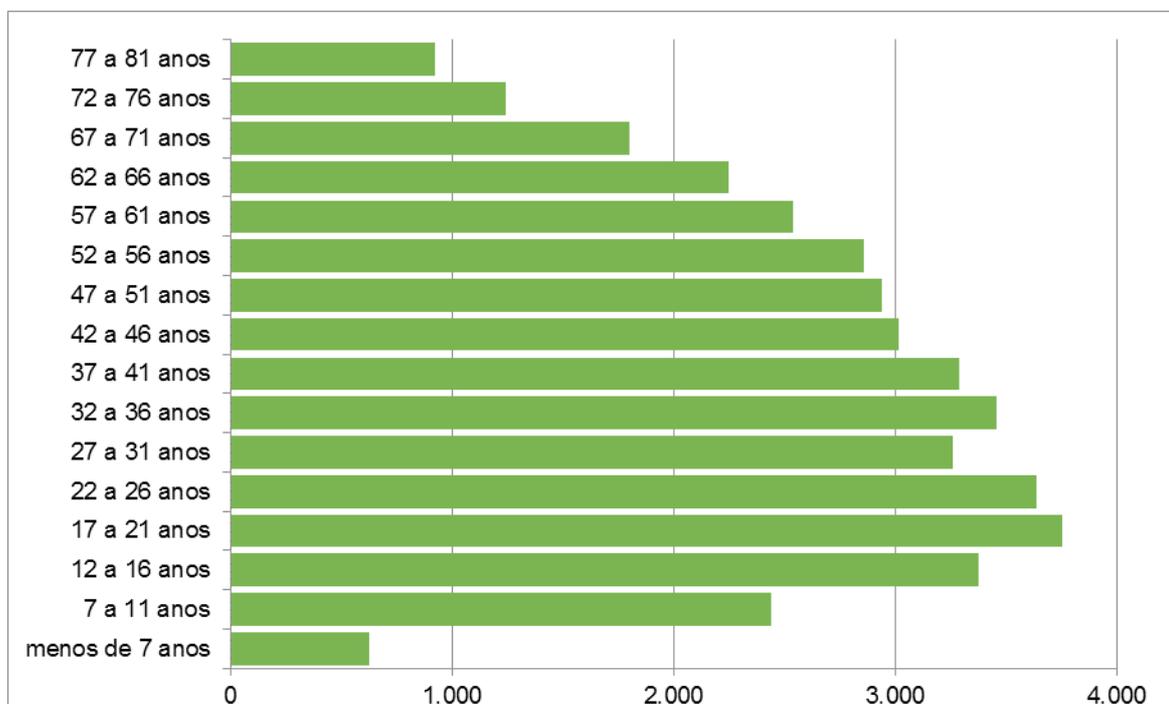
	Brasil		Santa Catarina		São Francisco do	
	n.º	Vari	n.º	Vari	n.º	Vari
	169.		5.34		31.5	
	190.	12,5	6.24	16,8	42.5	34,9
	204.	7,2	6.81	9,1	48.6	14,3
	206.	0,8	6.91	1,3	49.6	2,2

* Previsão até julho/2016

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

O crescimento populacional de São Francisco do Sul pode ser explicado pela implantação de novas empresas e empreendimentos, bem como pela previsão de implantação de novos terminais portuários e de um estaleiro. Projetando essa população para 2017, tem-se a maior concentração da faixa etária entre 21 e 26 anos, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – População por faixa etária – São Francisco do Sul – 2017*



* Projeção com base no censo 2010 sem considerar migrações

Fonte: Elaborada com base em dados do IBGE (2016)

São Francisco do Sul vem acompanhando o que ocorre com a população brasileira, configurando uma pirâmide etária adulta, em que se tem uma base larga, porém com uma taxa de natalidade menor, em face da população infantil e jovem. Entretanto a população de São Francisco do Sul é mais jovem, mesmo que se observe uma desaceleração do crescimento populacional. Por outro lado, a cidade também acompanha o fenômeno de ver sua população vivendo mais, diante da melhoria na expectativa de vida. Ainda, observa-se que a população infantil, com idade até os 7 anos, apresenta uma redução significativa na sua taxa de crescimento.

Esse cenário pode representar uma melhoria da produtividade da mão de obra, tendo em vista que ainda há um número significativo de jovens a entrar no mercado de trabalho. Além disso, deve-se considerar a necessidade de investir em inovação e capacitação, transformando a quantidade de trabalhadores em trabalhadores qualificados. Obviamente isso remete à educação, tanto superior como técnica.

Em relação à atividade econômica, São Francisco do Sul é uma cidade portuária e turística. O Porto de São Francisco do Sul é o quinto maior do Brasil em movimentação de contêineres e o sexto em volume de cargas. O porto dispõe de acesso rodoviário a Joinville, pela BR-280, num percurso de 40 km, e as composições ferroviárias acessam o porto por meio da estrada de ferro 485, que liga São Francisco do Sul à cidade de Mafra, distante 167 km.

A atividade econômica do município pode ser expressa pelo PIB a preços correntes, que passou de R\$ 2,1 bilhões (2010) para R\$ 3,78 bilhões (2015), representando um crescimento de 79% nesse período (tabela 12).

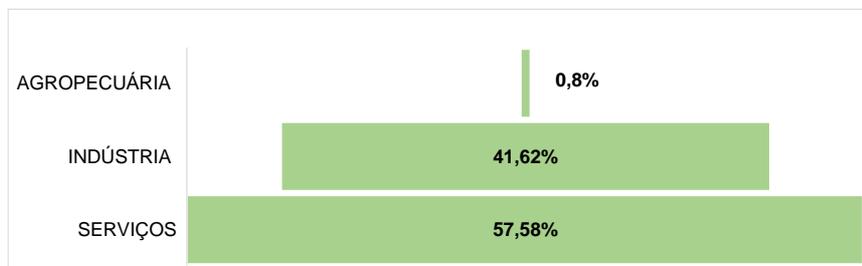
Tabela 12 – PIB a preços correntes – São Francisco do Sul – 2010 a 2015

Ano	PIB a preços correntes (1.000 – R\$)
2010	R\$ 2.107.730,00
2011	R\$ 2.656.569,00
2012	R\$ 2.892.368,00
2013	R\$ 3.279.382,00
2014	R\$ 3.566.016,00
2015	R\$ 3.781.302,00

Fonte: IBGE (2018)

A participação dos setores da economia no PIB de São Francisco do Sul caracteriza-se por ser 41,6% da indústria, 57,6% de serviços e 0,8% da agropecuária, como se observa no gráfico 6.

Gráfico 6 – PIB por setores de atividade (%) – São Francisco do Sul – 2015



Fonte: IBGE (2018)

Em São Francisco do Sul, tomando-se como referência dezembro de 2014, existiam 1.764 empresas formais, as quais geraram 11.405 postos de trabalho com carteira assinada (tabela 13). O setor terciário (serviços) é o mais representativo em número de empresas, assim como na geração de empregos.

Tabela 13 – Número de empresas no Cadastro Central de Empresas – São Francisco do Sul – 2010 a 2014

Número de empresa	
2	1.794
2	1.684
2	1.719
2	1.783
2	1.764

Fonte: IBGE (2016)

A economia de São Francisco do Sul gira em torno do seu porto, que é essencialmente exportador. É o principal porto graneleiro do estado e movimenta aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano. Os principais produtos exportados são soja, milho, madeira, papel, compressores, móveis, cerâmica, carne congelada, autopeças e têxteis. No porto há todo um conjunto de empresas da área de logística, além da rede ferroviária da América Latina Logística (ALL).

Há poucas indústrias instaladas no município, mas são representativas, em função de seu porte e inserção nacional, com destaque para a indústria de laminação

de chapas de aço Arcelor Mittal, a Bunge Alimentos S/A e a indústria de fertilizantes Fecoagro. Ressalta-se ainda a presença, há mais de 20 anos, de um terminal aquaviário da Petrobrás S/A, que opera recebendo petróleo de navios que o descarregam por uma monoboia. O produto é armazenado e enviado por meio de oleoduto até refinarias do Paraná.

A cidade de São Francisco do Sul também é reconhecida no estado de Santa Catarina e no País pelo seu patrimônio cultural e natural. Destaque pode ser dado ao conjunto arquitetônico de sua área central, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É possível citar, especialmente, o Museu Histórico Municipal, o Museu do Mar, o Forte Marechal Luz e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Há ainda de se considerar a existência de praias e o estuário da Baía da Babitonga, com suas inúmeras ilhas e grande biodiversidade de interesse científico. Todas essas atrações tornam o turismo uma atividade relevante, observando-se maior fluxo turístico no verão, quando contingentes de turistas movimentam a economia do município.

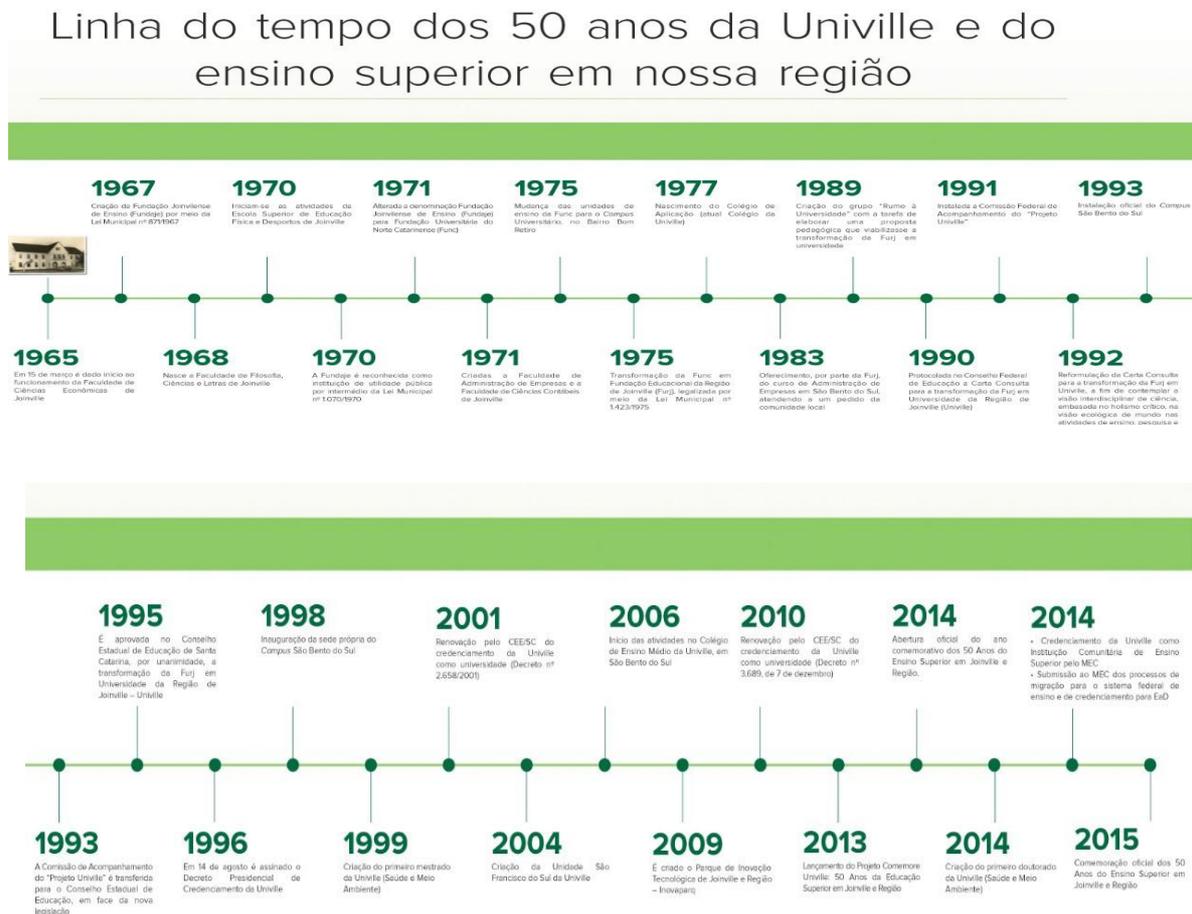
1.5 Breve histórico da Furj/Univille

A história da Universidade da Região de Joinville (Univille) confunde-se com o desenvolvimento da educação superior no norte catarinense. A implantação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, que tinha como mantenedora a Comunidade Evangélica Luterana e atualmente é um dos cursos de graduação da Univille, deu início a essa história. Em 1967 a Lei Municipal n.º 871, de 17 de julho, originou a Fundação Joinvilense de Ensino (Fundaje), com o objetivo de criar e manter unidades de ensino superior. Segundo Coelho e Sossai (2015), em 1971 o nome Fundaje foi alterado para Fundação Universitária do Norte Catarinense (Func), pela Lei n.º 1.174, de 22 de dezembro. Em 1975 todas as unidades da Func foram transferidas para o *Campus* Universitário, em uma área do bairro Bom Retiro (atualmente pertencente à Zona Industrial Norte), e passaram a constituir a Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), segundo a Lei Municipal n.º 1.423, de 22

de dezembro de 1975, que modificou sua denominação e alterou sua estrutura organizacional. Atualmente a Furj é a mantenedora da Univille.

Ao longo dos mais de 50 anos de atuação, a Instituição desenvolveu-se pelos esforços da comunidade e do poder público dos municípios, com o intuito de oportunizar aos jovens da região o acesso à educação superior. Os principais fatos dessa trajetória são ilustrados na linha do tempo apresentada na figura 6 e estão descritos nesta seção do PDI 2017-2021.

Figura 6 – Linha do tempo da educação superior em Joinville



Fonte: Coelho e Sossai (2015)

Em 1977 a educação básica começou a ser oferecida pela Instituição, em unidade específica chamada de Colégio de Aplicação, que em 2001 passou a funcionar em sede própria com a denominação de Colégio Univille. Em 1982 a área de ensino da Furj estendeu sua atuação até Jaraguá do Sul, com o curso de Ciências

Econômicas, e no ano seguinte também com o de Ciências Contábeis. Em 1984 começou a ofertar o curso de Administração de Empresas em São Bento do Sul.

A direção-geral da Instituição, desde sua criação, era exercida por nomeação feita pelo prefeito da cidade. Somente no fim de 1987, em um trabalho conjunto com a comunidade acadêmica, realizaram-se as primeiras eleições diretas para o cargo de diretor-geral. Em 6 de outubro de 1987 o prefeito de Joinville assinou a Lei n.º 5.660, a qual previa que o diretor-geral das Unidades Integradas de Ensino passaria a ser eleito (COELHO; SOSSAI, 2015). Desde então as eleições para o dirigente da Instituição ocorrem por votação secreta pelo Colégio Eleitoral da Instituição, composto pelos profissionais da educação, estudantes e pessoal administrativo. No início do ano letivo de 1989 aconteceram reuniões com lideranças comunitárias das áreas econômica e política do município e lideranças da comunidade acadêmica para rever o projeto institucional da Furj. Foi então criado o grupo Rumo à Universidade, com a tarefa específica de elaborar uma proposta pedagógica que viabilizasse a transformação da fundação em universidade. Em março de 1990 a Carta Consulta que delineava o perfil de uma universidade adequada às questões voltadas à microrregião, denominada Universidade da Região de Joinville, foi protocolada no Conselho Federal de Educação (CFE). O documento apresentava a proposta de uma universidade que contemplasse uma visão interdisciplinar de ciência, com ênfase em aspectos ambientais, concretizada por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Coelho e Sossai (2015, p. 35), a interdisciplinaridade foi preocupação do projeto pedagógico institucional e dos cursos “diante do desafio de religar saberes para responder aos complexos problemas regionais”. Em 1991 a Carta Consulta foi aprovada, e a implementação do Projeto Univille foi autorizada, com a posse solene da Comissão Federal de Acompanhamento do Projeto. Foram desenvolvidas ações no que diz respeito a capacitação docente, plano de cargos e salários, ampliação do acervo da biblioteca, ampliação das instalações físicas e construção de novos laboratórios (COELHO; SOSSAI, 2015). Em 1992 o Presidente da República assinou a homologação do parecer emitido pelo CFE. Em maio de 1993, diante de mudanças na legislação relacionada à educação superior, a responsabilidade pelo acompanhamento passou ao Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE/SC).

Ainda em 1993 foi instalado oficialmente um *campus* em São Bento do Sul, embora as atividades pedagógicas dos cursos continuassem a ser desenvolvidas em espaços locados. Em março de 1998 a sede própria foi inaugurada. No ano seguinte, houve a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) Rugendas, em área localizada fora da região urbana da cidade de São Bento do Sul. Em 5 de dezembro de 1995, pelo Parecer n.º 214/95, o CEE/SC aprovou, por unanimidade, os documentos que normatizavam a estrutura da Instituição: Estatuto da mantenedora (Furj), Estatuto e Regimento da Univille, juntamente com o reconhecimento de todos os seus cursos. Em 14 de agosto de 1996 foi assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Univille, publicado no Diário Oficial da União em 15 de agosto do mesmo ano. Esse credenciamento foi renovado em 2001 pelo CEE/SC pelo prazo de cinco anos (Parecer n.º 123 e Resolução n.º 032/2001).

Em 2004 a Univille passou a atuar em São Francisco do Sul em unidade própria na cidade, entretanto desde 1993 a Instituição já estava presente na região com a oferta de cursos de graduação e atividades de pesquisa e extensão. Em 1999 foi implantado o Cepa da Vila da Glória, visando desenvolver estudos e pesquisas ambientais na região da Baía da Babitonga.

Em 2005 foi criada uma unidade no Centro de Joinville que abriga salas de aula e laboratórios, bem como os ambulatórios universitários e a farmácia-escola, que atendem a população em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS).

No ano de 2006 o Colégio Univille no *Campus* São Bento do Sul foi criado com o intuito de oferecer o ensino médio. A partir de 2012 o colégio passou a ofertar também as séries finais do ensino fundamental. No mesmo ano a Instituição criou o Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (Nipi), que tem entre seus objetivos o estímulo, a promoção e a valorização do conhecimento gerado na Universidade. Conforme Coelho e Sossai (2015), com as atividades desenvolvidas pelo Nipi a Univille passou a ter representatividade no Sistema Nacional para a Inovação e no projeto do Governo estadual de implantação e estruturação de núcleos de inovação tecnológica em Santa Catarina.

Em 2009, para fomentar as parcerias estratégicas entre a Univille, outras instituições de ensino, empresas e governos, o Conselho de Administração da Furj criou o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região (Inovaparq). A Univille,

por meio do Inovaparq, participa do processo de estruturação e gestão de um ambiente que permite potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, a transferência de tecnologia e a introdução de inovação no ambiente produtivo e social, bem como favorecer a criação e a consolidação de empreendimentos que auxiliam no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, serviços e processos.

Em 2010 o CEE/SC realizou avaliação da Instituição e, mediante o Parecer n.º 223, sancionado em 19 de dezembro, aprovou o credenciamento da Univille como universidade pelo prazo de sete anos. O Parecer n.º 223 foi homologado pelo Decreto do governador do estado de Santa Catarina n.º 3.689, de 7 de dezembro de 2010.

Desde 2007 as instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina intensificaram a articulação política com o intuito de fortalecer o reconhecimento da categoria de universidades comunitárias pelo governo federal e pela sociedade. A Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) e outras entidades dedicaram-se ao fortalecimento da identidade das instituições comunitárias e à divulgação do papel desempenhado por essas universidades. O movimento resultou no encaminhamento de um projeto de lei com vistas à regulamentação das instituições comunitárias de educação superior. O projeto foi amplamente debatido e aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das instituições comunitárias de ensino superior (Ices). Em 12 de novembro de 2014, pela Portaria n.º 676, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC qualificou como Ices a Univille, mantida pela Furj.

Em 2014, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/Seres n.º 4, de 1.º de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o sistema federal de educação. Por meio desse processo de migração, quando do deferimento pelo órgão federal, a Univille passará a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo MEC e não mais pelo CEE/SC.

Também em 2014, com base na decisão do Conselho Universitário e levando em conta o previsto no PDI 2012-2016, a Univille encaminhou ao MEC o processo de credenciamento institucional para a oferta da educação a distância (EaD), incluindo o pedido de autorização para a oferta do primeiro curso de graduação nessa modalidade e o credenciamento de dois polos de apoio presencial, sendo um deles na Unidade da Universidade em São Francisco do Sul e outro no *Campus* em São Bento do Sul. Em 2015 ocorreu a visita de avaliação *in loco* para a autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD. No mesmo ano ocorreu a visita de avaliação *in loco* para o credenciamento do polo de apoio presencial em São Francisco do Sul. As visitas foram realizadas por comissões nomeadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do MEC, e atribuíram em ambos os casos a nota 4, ou seja, consideraram as condições de oferta “Muito boas”.

Ainda em relação à EaD, em 2016 e 2017 ocorreram mudanças na legislação, o que levou a um redimensionamento do Projeto Estratégico de Implantação da EaD pela Univille. O credenciamento para a oferta da modalidade EaD foi feito por meio da Portaria n.º 410, de 4 de maio de 2018, do MEC, publicada no Diário Oficial da União n.º 86, de 7 de maio de 2018. O início das operações da EaD-Univille ocorreu em outubro de 2018 com a oferta de dez cursos superiores de Tecnologia e 20 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em 2018 implantaram-se quatro polos próprios: Polo *Campus* Joinville, Polo *Campus* São Bento do Sul, Polo Unidade São Francisco do Sul e Polo Unidade Centro Joinville. Além disso, foi implantado o Polo Itapoá por meio de uma parceria. Em 2016 a Seres deferiu o processo de migração da Universidade. Com esse deferimento, a Univille protocolou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade. Em continuidade ao Projeto Estratégico de Migração para o Sistema Federal, em 2017 e 2018 a Universidade recebeu a visita de avaliação *in loco*, promovida pelo Inep, para diversos cursos de graduação. A visita *in loco* para o credenciamento institucional ocorreu em junho de 2018; a Univille recebeu nota 4. Em 2018 houve a ampliação da oferta de educação básica por meio da implantação do Colégio Univille em São Francisco do Sul, com a oferta das séries finais do ensino fundamental – do 6.º ao 9.º ano. O PPP foi concebido por uma equipe de educadores, envolvendo docentes dos Colégios Univille de Joinville e de São Bento do Sul, dos cursos de licenciaturas da Univille,

especialistas em educação ambiental e atores da comunidade local. Esse trabalho resultou numa proposta diferenciada, atendendo às características da cidade, com foco no conceito de Espaço Educador Sustentável.

1.6 Corpo dirigente

SANDRA APARECIDA FURLAN – Reitora

Titulação

Graduação: Engenharia Química – Faculdade de Engenharia de Lorena (1984)

Especialização: Operação e Gerência de Produtos de Usinas Alcooleiras –
Faculdade de Engenharia de Lorena (1986)

Mestrado: Engenharia Química – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse –
França (1988)

Doutorado: Engenharia de Processos – Instituto Nacional Politécnico de Toulouse –
França (1991)

ALEXANDRE CIDRAL – Vice-Reitor

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina –
UFSC (1988)

Graduação: Psicologia – Associação Catarinense de Ensino – ACE (1995)

Mestrado: Psicologia – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1997)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina -
UFSC (2003)

SIRLEI DE SOUZA – Pró-Reitora de Ensino

Titulação

Graduação: História – Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj (1995)

Mestrado: História do Brasil – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1998)

Doutorado: Comunicação e Cultura – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2019)

THEREZINHA MARIA NOVAIS DE OLIVEIRA – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Titulação

Graduação: Engenharia Sanitária – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1989)

Mestrado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1993)

Doutorado: Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1998)

YONÁ DA SILVA DALONSO – Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Titulação

Graduação: Turismo e Hotelaria – Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (1998)

Mestrado: Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo - USP (2004)

Doutorado: Geografia – Universidade do Minho - UMinho (2015)

GEAN CARDOSO DE MEDEIROS – Pró-Reitor de Infraestrutura e Diretor-Geral do *Campus São Bento do Sul*

Titulação

Graduação: Ciências da Computação – Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul – 1996

Especialização: Empreendedorismo na Engenharia – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1999)

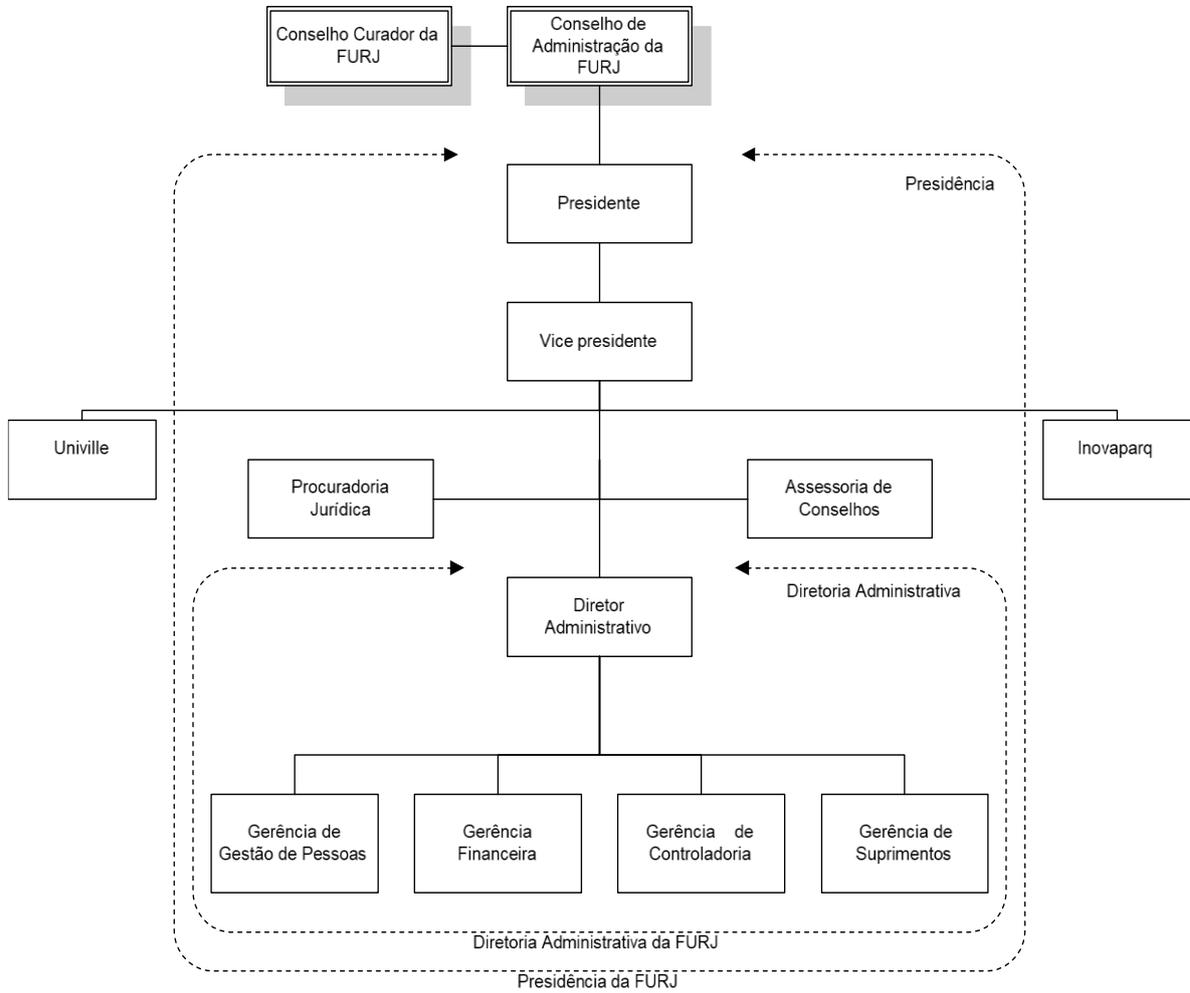
Mestrado: Ciências da Computação – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2002)

1.7 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional é a forma como uma instituição ou organização distribui a autoridade, as responsabilidades e as atividades com vistas a executar os processos de trabalho que proporcionam a implementação das estratégias e o alcance dos objetivos organizacionais. De acordo com Hall (2004), a estrutura organizacional consiste na maneira como ocorre a distribuição das pessoas entre posições sociais que influenciam os relacionamentos de papéis desempenhados por elas. Essa estrutura implica a divisão de trabalho (distribuição das tarefas entre as pessoas) e a hierarquia (distribuição das pessoas em posições), atendendo a três funções básicas: viabilizar os processos, produtos e serviços organizacionais com o intuito de alcançar os objetivos e metas; minimizar as variações individuais sobre a organização; estabelecer o contexto no qual o poder decisório é exercido e as ações são executadas. Dessa forma, a estrutura organizacional é a soma de meios pelos quais o trabalho se divide em tarefas distintas e como se realiza a coordenação dessas tarefas (MINTZBERG, 2010), com implicações quanto à definição das instâncias deliberativas, executivas e consultivas e das relações hierárquicas entre as áreas na organização.

O organograma da Furj é apresentado na figura 7.

Figura 7 – Organograma da Furj

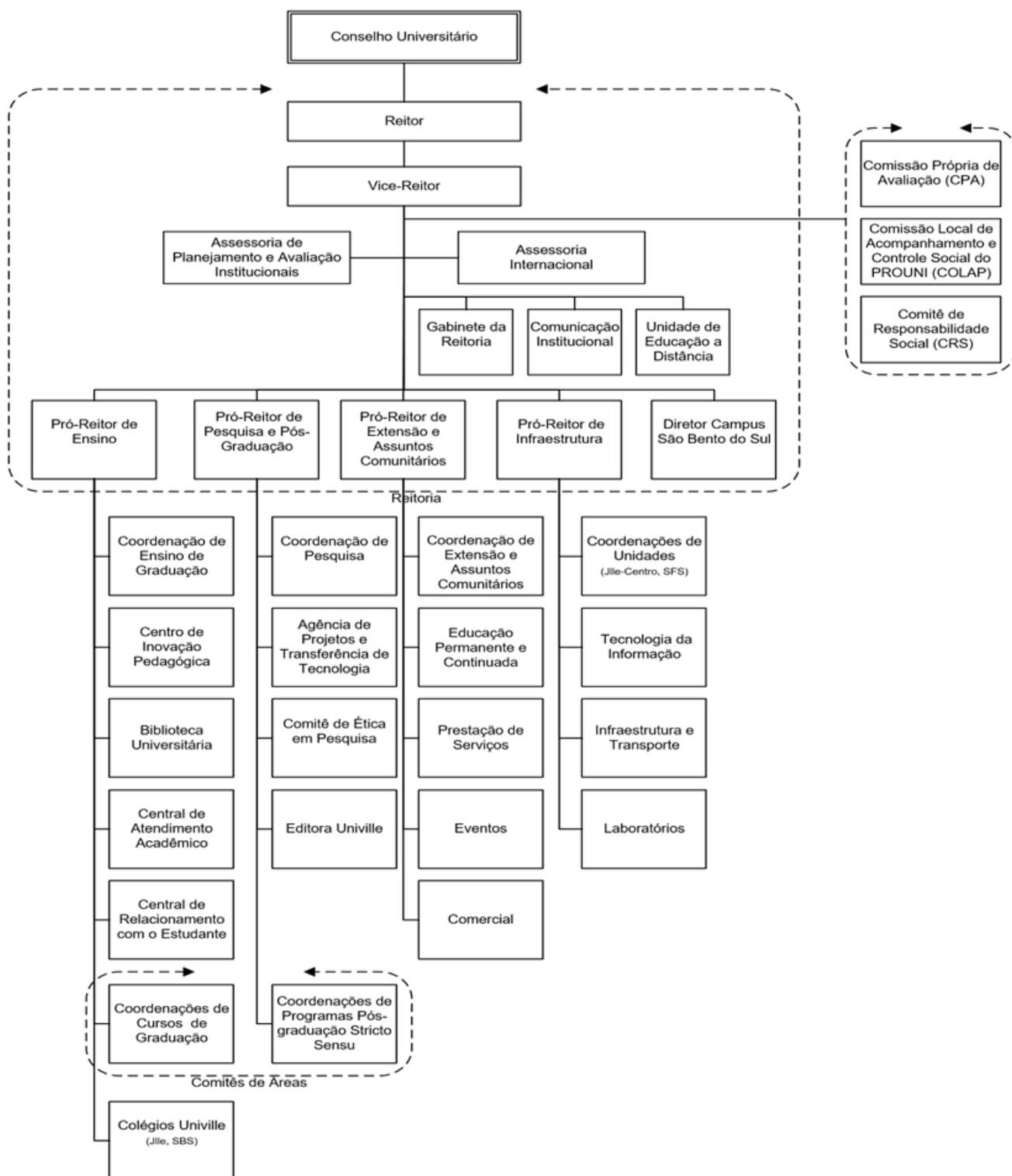


Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (PDI)

A Furj tem como órgão deliberativo superior o Conselho de Administração, e como órgão fiscalizador, o Conselho Curador. O órgão executivo da Furj é a presidência, da qual faz parte a diretoria administrativa. A Furj é mantenedora da Univille e do Inovaparc.

A administração da Univille está organizada em geral, dos *campi* e unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e dos órgãos complementares e suplementares (UNIVILLE, 2016). O organograma da Univille é apresentado na figura 8.

Figura 8 – Organograma da Univille



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (PDI)

A seguir os órgãos que compõem a estrutura da Furj e da Univille são descritos. A administração de ambas é realizada por meio de órgãos deliberativos, consultivos e executivos previstos nos estatutos, regimentos e outras regulamentações institucionais.

1.7.1 Fundação Educacional da Região de Joinville

A Fundação Educacional da Região de Joinville, instituída pela Lei n.º 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Santa Catarina. As disposições atinentes à autonomia da Furj são regidas por seu estatuto, que passou por atualização aprovada em 2014 pelo Conselho de Administração, Conselho Curador e Ministério Público de Santa Catarina.

A Furj tem por finalidade manter a Univille e o Inovaparq. As instituições mantidas gozam de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação e regulamentos próprios.

São órgãos da administração da Furj:

- Conselho de Administração;
- Conselho Curador;
- Presidência.

1.7.1.1 Conselho de Administração da Furj

O Conselho de Administração, órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política administrativa e financeira da Furj, constitui-se dos seguintes membros (FURJ, 2014a):

- Presidente da Furj;
 - Vice-Presidente da Furj;
 - Diretor Administrativo da Furj, sem direito a voto;
 - Um indicado por unidade acadêmico-administrativa;
 - Dois indicados pelo *Campus* São Bento do Sul;
 - Um indicado por cada um dos demais *campi* da Univille;
 - Um indicado pelos Colégios Univille;
 - Um indicado pelos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu*
- da
- Univille;
- Um discente indicado por DCE da Univille;
 - Um indicado pelo Inovaparq;
 - O último ex-presidente da Furj;
 - Um indicado pelas APPs dos Colégios da Univille;
 - Um indicado pela Affurj;
 - Representantes da comunidade Regional:
 - ✓ um indicado pelo Poder Executivo de cada município em que a FURJ tenha sede ou extensão;
 - ✓ um indicado pelo Poder Legislativo de Joinville;
 - ✓ um indicado pela Associação dos Municípios da Região Nordeste de Santa Catarina;
 - ✓ um indicado da comunidade empresarial;
 - ✓ um indicado da comunidade científica;
 - ✓ um indicado das Centrais Sindicais de Joinville;
 - ✓ um indicado pelo Conselho Municipal de Educação.

O presidente e o vice-presidente do Conselho de Administração serão eleitos dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. A natureza do mandato dos conselheiros é definida pelo Estatuto da FURJ.

Ao Conselho de Administração compete (FURJ, 2014a):

I - examinar, discutir e aprovar:

- o Estatuto e o Regimento da Furj e suas respectivas reformas;
- os regulamentos das instituições mantidas pela Furj e suas respectivas reformas, exceto da Univille, que se reportará ao Conselho Universitário dessa mantida;
- as estratégias de ação e as prioridades de investimento da Furj e de suas instituições mantidas;
- as diretrizes para investimentos da Furj;
- a criação e a extinção de estruturas administrativas da Furj;
- a criação e a extinção de instituição mantida pela Furj;
- a proposta orçamentária do ano subseqüente para ser submetida ao Conselho Curador para análise e homologação;
- o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj, a serem submetidos ao Conselho Curador para análise e homologação;
- a prestação de contas anual da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
- o relatório anual e o balanço geral da Furj, mediante parecer do Conselho Curador;
- os critérios para definição de mensalidades, taxas, descontos e demais contribuições relativas às prestações de serviços executadas pelas instituições mantidas pela Furj;
- os valores das mensalidades ou anuidades escolares de cursos regulares;
- os critérios para contratação de serviços e aquisição de produtos e bens para consecução dos objetivos da Furj;
- o plano de cargos e salários do pessoal contratado pela Furj e suas alterações.

II - acompanhar a execução orçamentária;

III - estabelecer diretrizes para a execução de atividades relacionadas com:

- administração financeira, contábil e auditoria;
- administração patrimonial;
- administração de pessoal;
- avaliação das atividades da Furj.

IV - deliberar sobre os seguintes assuntos e submetê-los à homologação do Conselho Curador:

- os pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
- a aceitação de doações com encargo;
- os convênios, acordos e contratos que onerem o patrimônio da Furj;
- a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cuja atividade interesse aos objetivos da Furj.

V - autorizar a alienação, a oneração ou a aquisição de bens e direitos pela Furj e encaminhar para homologação do Conselho Curador;

VI - escolher os membros e os suplentes do Conselho Curador;

VII - homologar o Estatuto e o Regimento Geral da Univille e suas respectivas reformas, aprovados pelos Conselhos da Univille;

VIII - homologar a diretoria administrativa indicada pelo presidente da Furj;

IX - conhecer outras matérias de interesse da Furj e deliberar sobre elas;

X - julgar em grau de recurso, em matéria de sua competência, as decisões tomadas pelas Instituições mantidas pela Furj;

XI - resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento da Furj.

A sistemática de funcionamento das reuniões do Conselho de Administração é definida pelo Estatuto da Furj.

1.7.1.2 Conselho Curador da Furj

O Conselho Curador é o órgão de fiscalização e registro da administração econômico-financeira da Furj, e seus conselheiros e suplentes são indicados pelo

Conselho de Administração da Furj, dentre pessoas que detenham capacidade e familiaridade com a área econômico-financeira, jurídica e/ou contábil. O Conselho Curador é composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes. A natureza do mandato e a sistemática das reuniões são definidas pelo Estatuto da FURJ.

De acordo com o estatuto (Furj, 2014a), compete ao Conselho Curador:

- homologar o ato do Conselho de Administração, que aprova:
 - a proposta orçamentária;
 - o orçamento anual e o orçamento plurianual da Furj;
 - contratos e convênios que onerem os bens patrimoniais da Furj;
 - pedidos de empréstimos que onerem os bens da Furj, a serem apresentados a entidades de financiamento;
 - a aceitação de doações e/ou subvenções com encargo;
 - a participação da Furj no capital de outras empresas, cooperativas, condomínios ou outras formas de associativismo;
 - a organização de empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Furj.
- examinar, discutir e emitir parecer sobre a prestação de contas anual, o relatório anual e o balanço geral da Furj para aprovação do Conselho de Administração;
- homologar o ato do Conselho de Administração que autoriza a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos pela Furj.

1.7.1.3 Presidência da Furj

A presidência da Furj é composta por presidente, vice-presidente e diretoria administrativa. Os cargos de presidente e vice-presidente da Furj são exercidos respectivamente pelo reitor e vice-reitor da Univille.

De acordo com o Estatuto da Furj (Furj, 2014a), compete ao presidente dessa fundação:

- promover a organização, a coordenação, a supervisão e o controle de todas as atividades da Furj, na forma da lei, do estatuto e das deliberações do Conselho de Administração;

- representar a Furj, ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- designar a diretoria administrativa da Furj;
- constituir advogado para defesa de interesse da entidade;
- determinar a execução das resoluções do Conselho de Administração;
- superintender os serviços administrativos da Furj;
- cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Furj;
- firmar contratos e convênios;
- captar recursos com instituições financeiras, órgãos de fomento e comunidade em geral;

- informar o Conselho de Administração e o Conselho Curador sobre a oneração de bens imóveis, decorrente de decisão em processo judicial;

- encaminhar a proposta orçamentária da Furj ao Conselho de Administração até o dia 30 de outubro do ano anterior ao exercício financeiro e até o dia 15 de dezembro do mesmo ano ao Ministério Público;

- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Conselho Curador;
- encaminhar a prestação de contas da Furj ao Ministério Público até o dia 30 de junho do ano subsequente ao do exercício financeiro;

- exercer atribuições definidas em lei, no estatuto ou por deliberação do Conselho de Administração, e atribuições inerentes a sua competência legal.

Compete ao vice-presidente (Furj, 2014a):

- representar a Furj em faltas e impedimentos temporários do presidente;
- coordenar ações administrativas delegadas pelo presidente.

A Diretoria Administrativa é responsável pela execução das atividades de planejamento, gerenciamento e controle dos recursos disponibilizados para a Furj e suas mantidas e pela avaliação dos resultados (FURJ, 2014a).

1.7.2 Universidade da Região de Joinville

A Universidade da Região de Joinville é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo MEC em 14 de agosto de 1996, mantida pela Furj. A Universidade goza de autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa e disciplinar, de acordo com a legislação, seu estatuto e demais regulamentações institucionais. O Estatuto da Univille passou por atualização, aprovada em 2016 pelo Conselho Universitário e homologada pelo Conselho de Administração da mantenedora (UNIVILLE, 2016).

A Univille organiza sua atuação em *campi*, unidades e polos de apoio presencial à EaD, podendo criá-los e implantá-los segundo suas políticas e a legislação vigente. Atualmente a Universidade conta com:

- *Campus* Joinville, que é sua sede

Rua Paulo Malschitzki, n.º 10 – Zona Industrial Norte

CEP 89219-710 – Joinville –
SC Tel.: (47) 3461-9000 e-
mail: univille@univille.br

- *Campus* São Bento do Sul

Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial

CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC

Tel.: (47) 3631-9100 e-mail:
univillesbs@univille.br

- Unidade Centro – Joinville

Rua Ministro Calógeras, 439 – Centro

CEP 89202-207 – Joinville – SC

Tel.: (47) 3422-3021

e-mail: univillecentro@univille.br

- Unidade São Francisco do Sul

Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba

CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC

Tel.: (47) 3471-3800 *e-mail:*

univille.sfs@univille.br

A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (UNIVILLE, 2016). A educação e a produção da ciência são desenvolvidas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que envolvem a arte, a cultura, o esporte, o meio ambiente, a saúde, a inovação, a internacionalização e o empreendedorismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade regional.

Para alcançar suas finalidades, a Univille propõe-se a (UNIVILLE, 2016):

- promover o ensino voltado à habilitação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para participarem do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, contribuindo assim para o desenvolvimento humano em suas dimensões política, econômica e social;
- promover, estimular e assegurar condições para a pesquisa científica, tecnológica, artística, esportiva, cultural e social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida da comunidade regional e com a inovação em todas as áreas do saber;
- promover a extensão por meio do diálogo com a comunidade, objetivando conhecer e diagnosticar a realidade social, política, econômica, tecnológica, artística, esportiva e cultural de seu meio, bem como compartilhar

conhecimentos e soluções relativos aos problemas atuais e emergentes da comunidade regional.

Conforme seu estatuto (UNIVILLE, 2016), no cumprimento de suas finalidades, a Univille adota os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação. Além disso, na realização de suas atividades, a Univille considera:

- a legislação aplicável e a legislação específica educacional;
- o seu estatuto e o estatuto e regimento da mantenedora;
- o seu regimento;
- as resoluções do Conselho de Administração da Furj e do Conselho Universitário da Univille;
- as demais regulamentações oriundas dos Conselhos Superiores e das Pró-Reitorias.

A autonomia didático-científica da Universidade, obedecendo ao artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil, consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- estabelecer suas políticas de ensino, pesquisa, extensão e demais políticas necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação e cursos/programas de pós-graduação, observadas a legislação vigente, as demandas do meio social, econômico e cultural e a viabilidade econômico-financeira;
- fixar os currículos de seus cursos e programas, obedecidas as determinações legais;
- criar, organizar, modificar e extinguir programas e projetos de pesquisa científica, de extensão e de produção artística, cultural e esportiva;
- estabelecer a organização e o regime didático-científico da Universidade;
- promover avaliações, realizando mudanças conforme seus resultados;

- elaborar, executar e acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio do processo participativo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- promover a capacitação de seus profissionais em sintonia com as normas e necessidades institucionais;
- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

A autonomia administrativa consiste na faculdade de (UNIVILLE, 2016):

- propor a reforma do Estatuto e do Regimento da Univille;
- elaborar, aprovar e reformar o Regimento do Conselho Universitário;
- propor critérios e procedimentos sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal administrativo e dos profissionais da educação, para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- eleger os seus dirigentes, nos termos da legislação vigente, do seu Estatuto e do Regimento da Univille;
- utilizar o patrimônio e aplicar os recursos da Furj, zelando pela conservação, otimização e sustentabilidade, de forma a assegurar a realização de suas finalidades e seus objetivos;
- elaborar a proposta orçamentária para o ano subsequente encaminhando-a para deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- executar o orçamento anual aprovado, prestando contas de sua realização à mantenedora;
- firmar acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille.

A autonomia disciplinar consiste na faculdade de aplicar sanções ao corpo diretivo, aos profissionais da educação, ao corpo discente e ao pessoal administrativo, na forma da Lei, do Regimento da Univille e do Regime Disciplinar dos Empregados da Furj (UNIVILLE, 2016).

Para atingir os seus fins, a Univille segue princípios de organização (UNIVILLE, 2016):

- Unidade de administração, considerando missão, visão, princípios e valores institucionais, bem como Plano de Desenvolvimento Institucional, únicos;
- Estrutura orgânica com base nos cursos, em sua integração e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Racionalidade de organização para integral utilização dos recursos humanos e materiais;
- Universalidade do saber humano, por meio da atuação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Flexibilidade de métodos e diversidade de meios, pelos quais as atividades de ensino, pesquisa, extensão e serviços oferecidos possam melhor atender às diferentes necessidades dos públicos e das comunidades em que a Universidade atua.

Conforme seu estatuto (Univille, 2016), a administração geral da Univille organiza-se da seguinte forma:

- Órgão deliberativo superior: Conselho Universitário, que dispõe de quatro câmaras consultivas:

Câmara de Ensino;

Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;

Câmara de Extensão; Câmara de Gestão.

- Órgão executivo superior: Reitoria;
- Órgãos consultivos.

Os órgãos consultivos da administração geral são constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

1.7.2.1 Conselho Universitário da Univille

O Conselho Universitário, órgão máximo consultivo, deliberativo, normativo e jurisdicional da Univille em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, planejamento,

administração universitária e política institucional, é constituído pelos seguintes membros:

- reitor como presidente;
- pró-reitores;
- último ex-reitor;
- diretores de *campi*;
- coordenadores de cursos de graduação e de programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- coordenadores das áreas de pós-graduação *lato sensu*, ensino, pesquisa e extensão;
- diretores dos órgãos complementares; • um representante do pessoal docente;
- representação discente, composta por:
 - dois representantes da graduação por *campus*;
 - um representante da graduação por unidade;
 - um representante da pós-graduação *lato sensu*;
 - um representante da pós-graduação *stricto sensu*.
- um representante do pessoal administrativo;
- um representante da Associação de Pais e Professores dos Colégios da Univille.

A natureza do mandato dos conselheiros e a sistemática das reuniões do Conselho Universitário são definidas pelo Estatuto da Univille.

Conforme tal estatuto, compete ao Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- zelar pelo patrimônio material e imaterial, tangível e intangível da Furj;
- zelar pela realização dos fins da Univille, exercendo a jurisdição superior da Universidade em matéria acadêmica e administrativa, incluindo a fiscalização no âmbito de suas atribuições, e a proposição de medidas de natureza disciplinar preventiva, corretiva ou repressiva, quando necessário;

- deliberar, em última instância, em matéria de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, administração geral e política institucional;
- homologar instruções normativas da Reitoria e dos órgãos complementares e suplementares;
- instituir símbolos, insígnias e bandeiras no âmbito da Univille;
- deliberar sobre a aprovação da concessão de títulos honoríficos, por maioria qualificada de no mínimo 2/3 (dois terços) do total de seus membros;
- deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- deliberar sobre as políticas institucionais da Univille;
- deliberar sobre a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente e, quando for o caso, sobre a proposta orçamentária revisada, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj, a ser apreciada pelo Conselho de Administração;
- deliberar sobre a proposta de orçamento plurianual da Univille, encaminhando-a à diretoria administrativa da mantenedora para apreciação do Conselho de Administração da Furj;
- apreciar o Demonstrativo de Resultados da realização orçamentária do exercício anterior da Univille, encaminhando parecer à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- emitir parecer a respeito de proposta de extinção da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, encaminhando-o ao Conselho de Administração da Furj;
- deliberar sobre a criação, a extinção ou a fusão de *campi*, unidades e polos de apoio presencial para a Educação a Distância;
- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção de coordenações de cursos, comitês de área, setores e de órgãos complementares e suplementares;

- deliberar sobre acordos, contratos e convênios acadêmicos da Univille, encaminhando-os para a homologação do Conselho de Administração da Furj;
- aprovar o regulamento para eleição do reitor;
- aprovar alterações deste estatuto;
- aprovar o Regimento da Univille;
- fixar normas complementares ao Regimento da Univille sobre processo seletivo, projetos pedagógicos de cursos de graduação ou programas de pós-graduação, bem como sobre calendário acadêmico, horários das aulas, matrícula, transferência de alunos, verificação de rendimento escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos e outros assuntos pertinentes à sua esfera de competência;
- estabelecer critérios para a distribuição de bolsas de estudo, quando se tratar de recursos próprios;
- aprovar a criação, o projeto de autorização, o projeto pedagógico, o desmembramento ou a extinção de cursos de graduação;
- aprovar a criação, o projeto e o regimento, bem como a extinção dos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- aprovar os projetos de cursos *lato sensu*;
- deliberar sobre o número de vagas iniciais de cursos de graduação e de pós-graduação novos e alteração do número de vagas dos cursos existentes;
- homologar os resultados dos editais dos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;
- homologar os resultados dos processos seletivos para admissão de professores adjuntos;
- estabelecer normas sobre credenciamento, descredenciamento e credenciamento dos profissionais da educação superior;
- deliberar sobre pedido de afastamento docente;

- apreciar e emitir parecer sobre os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Superior e do Pessoal Administrativo, com as respectivas remunerações, para posterior deliberação do Conselho de Administração da Furj;
- julgar, em grau de recurso, os processos cuja decisão final tenha sido proferida pela Reitoria, em suposta situação de infringência à lei ou às regulamentações internas;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas da Reitoria, de outros órgãos ou de outras autoridades universitárias;
- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- apurar responsabilidade do reitor, quando incorrer em falta grave, ou quando, quer por omissão, quer por tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento deste estatuto, do Regimento da Univille e da legislação educacional;
- deliberar, após sindicância, sobre a intervenção em qualquer instância acadêmica ou administrativa da Univille por motivo de infringência da legislação, deste estatuto e do Regimento da Univille, por decisão de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre a criação e o funcionamento de comissões temporárias e grupos de trabalho para tratar de assuntos de sua competência;
- emitir parecer a respeito de agregação de estabelecimentos isolados de ensino ou de pesquisa, localizados na área de atuação da Universidade, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros;
- deliberar sobre questões omissas neste estatuto e no Regimento da Univille.

Compete ao presidente do Conselho Universitário (UNIVILLE, 2016):

- convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- constituir comissões temporárias e grupos de trabalho;

- distribuir processos e designar relator para exame e parecer;
- cumprir o Estatuto da Furj e o Estatuto da Univille;
- encaminhar à Furj as deliberações e os pareceres que necessitem da sua apreciação e/ou homologação;
- exercer atribuições definidas em lei, neste estatuto ou por deliberação do Conselho Universitário.

1.7.2.2 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior da Univille que coordena, superintende e fiscaliza todas as suas atividades, é constituída de (UNIVILLE, 2016):

- reitor;
- vice-reitor;
- pró-reitor de ensino;
- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- pró-reitor de infraestrutura;
- pró-reitor de extensão e assuntos comunitários;
- diretor de *campi*.

A eleição para os cargos de reitor e vice-reitor ocorre de acordo com regulamento próprio, e o mandato é de quatro anos. O colégio eleitoral compõe-se de profissionais da educação, pessoal administrativo e estudantes regularmente matriculados na Universidade. Os candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor devem pertencer ao quadro de carreira da Univille e comprovar o exercício de docência na Instituição por, no mínimo, quatro anos, além de apresentar uma proposta de gestão universitária.

Conforme o estatuto (UNIVILLE, 2016), compete à Reitoria planejar, superintender, coordenar, fiscalizar e avaliar todas as atividades da Univille, especialmente:

- coordenar a elaboração de projetos de criação e de projetos pedagógicos de cursos de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e de pós-graduação *stricto sensu* a serem submetidos ao Conselho Universitário, considerando o previsto no PDI;
- propor normas e critérios para a elaboração e a execução de planos, programas, projetos, editais e fundos para atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- supervisionar as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária, realizando as mudanças que se fizerem necessárias, com base nos processos avaliativos;
- supervisionar planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, avaliando os seus resultados;
- elaborar as políticas institucionais a serem submetidas ao Conselho Universitário;
- promover e deliberar sobre iniciativas de interação da Univille com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que possam contribuir para o alcance das finalidades institucionais;
- coordenar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade com vistas a elaborar e atualizar o PDI, a ser submetido ao Conselho Universitário;
- elaborar o Relatório Anual de Atividades da Univille;
- administrar os recursos humanos, financeiros e materiais da Univille, colocados à sua disposição pela Furj, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão universitária;

- propor alterações nas atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Univille, observando o Estatuto e o Regimento da Univille;
- formular a proposta orçamentária da Univille para o ano subsequente, submetendo-a à apreciação do Conselho Universitário, e posteriormente encaminhá-la à diretoria administrativa da mantenedora para compor a proposta orçamentária da Furj para o ano seguinte;
- formular o orçamento anual e o orçamento plurianual da Univille com base na revisão da proposta orçamentária aprovada no ano anterior pelo Conselho de Administração da Furj;
- acompanhar a execução do orçamento anual e do orçamento plurianual da Univille, decidindo sobre as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela Furj;
- elaborar o Demonstrativo de Resultados da Univille, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário até 15 de abril do ano subsequente, e posteriormente encaminhá-lo à diretoria administrativa da mantenedora para compor a prestação de contas da Furj;
- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Furj, por este estatuto, pelo Regimento da Univille e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

São atribuições do reitor (UNIVILLE, 2016):

- representar a Univille em juízo ou fora dele, administrar, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- convocar e presidir o Conselho Universitário;
- promover, em conjunto com as pró-reitorias e diretorias de *campi*, a integração no planejamento e a harmonização na execução das atividades da Univille;
- encaminhar ao Conselho Universitário, nos prazos estabelecidos: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a Proposta Orçamentária Anual; a

Proposta Orçamentária revisada, quando for o caso; a Proposta do Orçamento Plurianual e o Demonstrativo de Resultados da Univille;

- zelar pela fiel observância da legislação educacional, deste estatuto e do Regimento da Univille;
- conferir grau aos formandos da Univille ou delegar essa atribuição aos pró-reitores ou aos diretores de *campi*;
- assinar os diplomas de graduação, juntamente com o pró-reitor de ensino;
- assinar os diplomas de pós-graduação, juntamente com o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- exercer o poder disciplinar na esfera de sua competência;
- firmar acordos e convênios entre a Univille e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, excetuando-se aqueles privativos da mantenedora;
- designar, indicar, delegar ou atribuir atividades ou representações de forma individual ou coletiva a membros da Reitoria;
- decidir, em caso de urgência, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- baixar portarias;
- exercer outras atribuições inerentes a sua competência legal.

Das decisões do reitor cabe recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento da Univille.

A Vice-Reitoria é exercida pelo vice-reitor, eleito com o reitor. Além das atribuições estatutárias de substituto eventual do reitor, o vice-reitor executa atribuições delegadas pelo reitor.

Os pró-reitores e diretores de *campi* são nomeados pelo reitor, devendo esse ato ser homologado pelo Conselho Universitário. São condições para a investidura nos cargos de pró-reitor e diretor de *campus* ter experiência no magistério superior na Univille de, no mínimo, quatro anos e a disponibilidade de 40 horas semanais.

As competências das pró-reitorias e das diretorias de *campi* são definidas no Regimento da Univille. O reitor pode remanejar competências das pró-reitorias de

acordo com as necessidades administrativas. No caso de exoneração de pró-reitor ou diretor de *campus*, o reitor pode designar outro pró-reitor ou o vice-reitor para responder temporariamente pela pró-reitoria ou diretoria de *campus*.

As funções não eletivas de assessoria, coordenação, gerência e diretoria são feitas por nomeação do reitor.

1.7.2.3 Campi e unidades

A administração dos *campi* organiza-se da seguinte forma (UNIVILLE, 2016):

- Órgão executivo: direção do *campus*, que poderá contar com assessorias de ensino, pesquisa e extensão e pessoal administrativo necessário às atividades-fim;
- Órgãos consultivos: constituídos com base nas demandas acadêmico-administrativas e em questões estratégicas institucionais, podendo ser integrados por membros da comunidade regional.

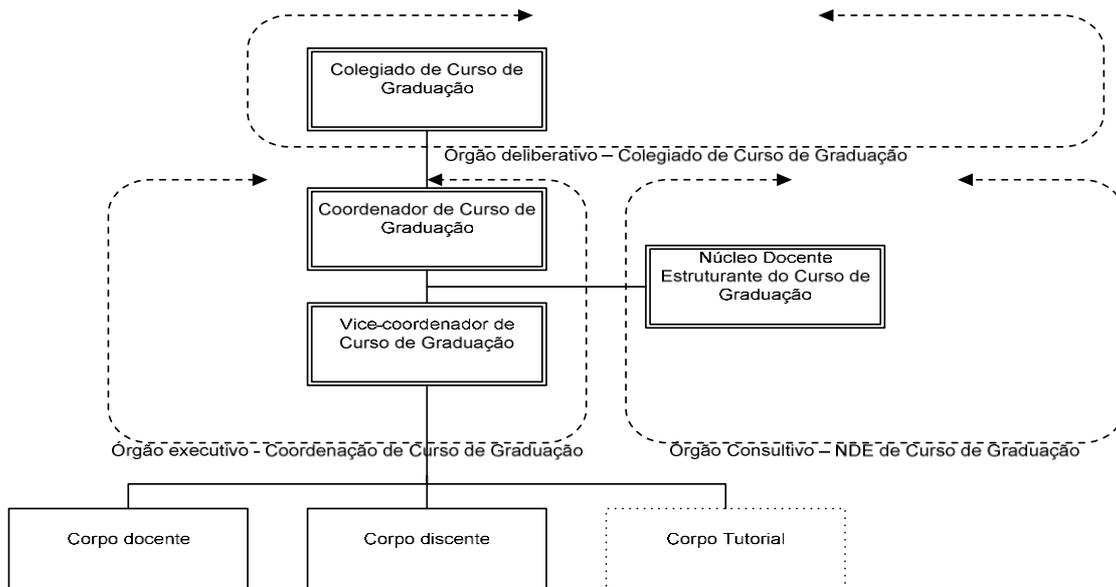
A administração das unidades é organizada por coordenações que podem dispor de pessoal administrativo necessário às atividades-fim.

1.7.2.4 Cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*

A administração dos cursos de graduação organiza-se da seguinte forma (figura 9):

- Órgão deliberativo: Colegiado;
- Órgão executivo: coordenação;
- Órgão consultivo: Núcleo Docente Estruturante (graduação).

Figura 9 – Estrutura organizacional de cursos de graduação da Univille

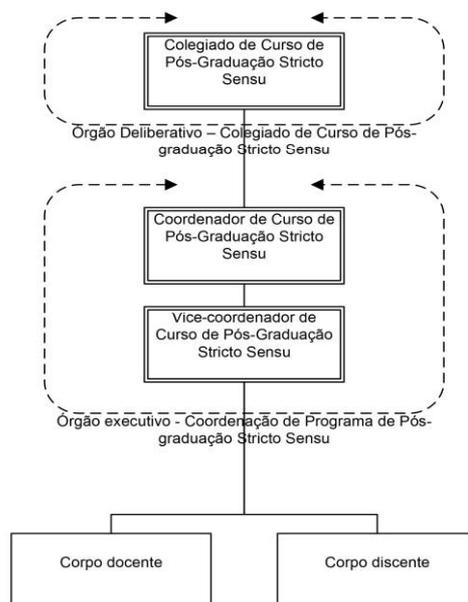


Fonte: Primária (2016)

A administração dos programas de pós-graduação *stricto sensu* organiza-se da seguinte forma (figura 10):

- Órgão deliberativo: Colegiado; •
- Órgão executivo: coordenação.

Figura 10 – Estrutura organizacional de programas de pós-graduação *stricto sensu* da Univille



Fonte: Primária (2016)

O estatuto (UNIVILLE, 2016) prevê a constituição de comitês de área. Um comitê de área compreende um conjunto de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados por meio de ações compartilhadas voltadas ao alcance de objetivos, metas e estratégias previstos no PEI e no PDI.

1.7.2.5 Órgãos complementares e suplementares

Os órgãos complementares e suplementares são normatizados pelo Conselho Universitário em regulamento próprio, que dispõe sobre sua criação, estrutura, funcionamento, fusão e extinção.

São órgãos complementares da Universidade:

- Colégio Univille – Joinville;
- Colégio Univille – São Bento do Sul.
- Colégio Univille – São Francisco do Sul.

Os órgãos suplementares da Universidade são:

- Biblioteca Universitária;
- Editora Univille.

O quinto capítulo caracterizou a organização administrativa da Instituição. Primeiramente os organogramas da Furj e da Univille foram apresentados. A seguir, os órgãos da administração da Furj foram descritos considerando o estatuto da fundação mantenedora (FURJ, 2014a): Presidência, Conselho de Administração e Conselho Curador. Por fim, a estrutura administrativa da Univille foi detalhada, considerando o disposto em seu estatuto (UNIVILLE, 2016): Conselho Universitário, Reitoria e demais instâncias da Instituição.

1.7.2.6 Educação a Distância (Unidade Ead - UNEaD)

Com a criação da Unidade de Educação a Distância da Univille (EaD UNIVILLE) responsável por planejar, coordenar e articular, interna e externamente, as ações de educação a distância, organizando-se uma estrutura tecnológica, financeira e de recursos humanos necessária a sua plena viabilização.

Em 2005, a Univille instala uma comissão para iniciar os estudos para viabilizar a oferta de educação a distância. Nos anos seguintes, investe na formação de professores implanta o ensino semipresencial nos cursos de Sistema de Informação e Pedagogia. Também oferece a disciplina de Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior e cursos lato sensu.

Em 2013, o Centro de Inovação Pedagógica com uma equipe de mais dois professores fica responsável em elaborar o projeto EaD da Univille, com vistas a solicitar o credenciamento junto ao Ministério de Educação.

No ano de 2014 a Univille realizou o protocolo de credenciamento a oferta de cursos a distância no MEC.

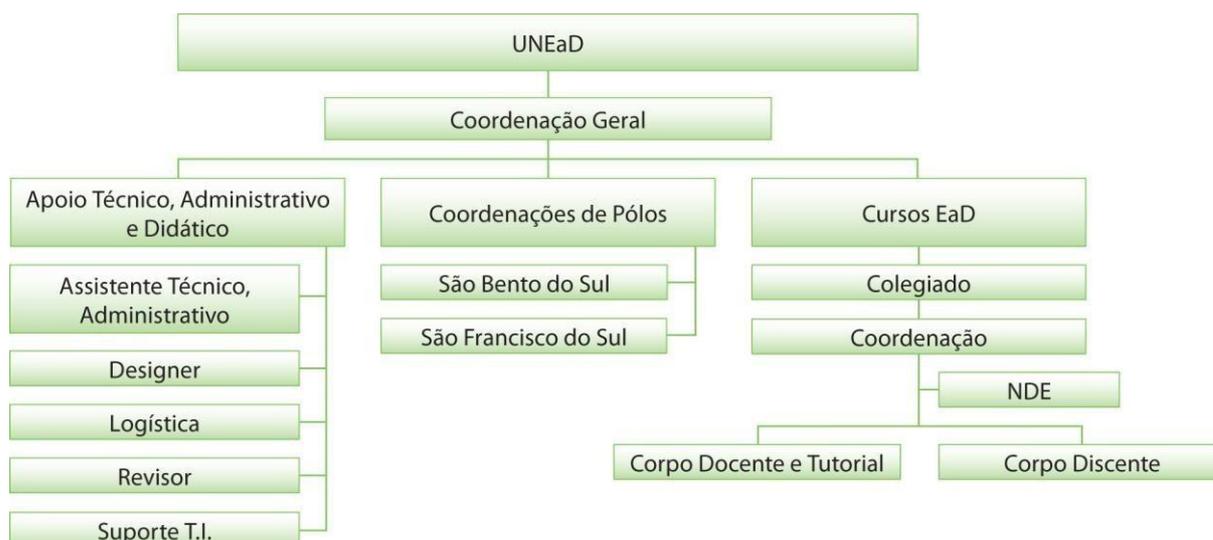
Em 2015 a Univille recebeu a comissão do MEC para o credenciamento da IES na sede em Joinville e no polo de São Francisco do Sul.

No ano de 2017 a Univille implantou mais de 50 disciplinas na modalidade em ead nos seus cursos de graduação presenciais. Com a mudança da legislação(Decreto N.º 9.057/2017), a Univille aguarda a autorização para a oferta dos cursos a distância.

A proposta da Univille, quando do seu credenciamento, irá dar continuidade às ações de expansão, considerando o previsto no PDI, e aperfeiçoar continuamente os processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos na perspectiva do fortalecimento das condições de oferta de cursos.

O gerenciamento das atividades a distância é da responsabilidade da Unidade EaD (UNEaD), sendo vinculada à Vice-reitoria, sob a supervisão da Próreitoria de Ensino (Figura 11).

Figura 11 – Organograma da Unidade Ead



Fonte: Primária (2015)

A UNEaD atua na implementação das políticas institucionais para a educação a distância de forma articulada com as pró-reitorias, coordenadores dos cursos e coordenadores de cursos. A UNEaD tem na sua estrutura organizacional: coordenação geral; designer; suporte de TI; logística; revisor; assistente técnico, administrativo.

A base de trabalho do UNEaD é a sede da Universidade, que está localizada no Bloco B, sala 11, no Campus de Joinville, a partir da qual são mantidas articulações com as coordenações de curso, dos polos, docentes e tutores.

1.7.2.7 Polo de apoio presencial em São Bento do Sul

O Campus São Bento do Sul é base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão e está situado na cidade de São Bento do Sul na Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Bairro Colonial, CEP: 89288-385; tel.: (47) 3631-9100; e-mail: univillesbs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Bento do Sul.

1.7.2.8 Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul

Uma Unidade é uma base física integrada à UNIVILLE que desenvolve atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão sem dispor de status de Campus. Atualmente a UNIVILLE conta com duas Unidades, sendo uma delas em São Francisco do Sul na Rodovia Duque de Caxias, 6.365 - Poste 128 – km 8 – Bairro Iperoba, CEP 89240-000; tel.: (47) 3471-3800; e-mail: univille.sfs@univille.br. Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial em São Francisco do Sul.

1.7.2.9 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Centro

A Unidade Centro de Joinville está localizada na Rua Ministro Calógeras, 439, no Bairro Centro, CEP 89202-207; tel: (47) 3431 0600; e-mail: unidadecentro@univille.br ; Dentro do cronograma de expansão previsto no PDI 2017-2021 é previsto a estruturação do Polo de apoio presencial na Unidade Centro.

1.7.2.10 Polo de apoio presencial em Joinville na Unidade Bom Retiro

A sede, também será um polo de apoio presencial da Univille. Localizada na rua Paulo Malschitzki, 10, Bairro Zona Industrial Norte, Joinville – SC. CEP 89219-710

1.8 Planejamento Estratégico Institucional (PEI)

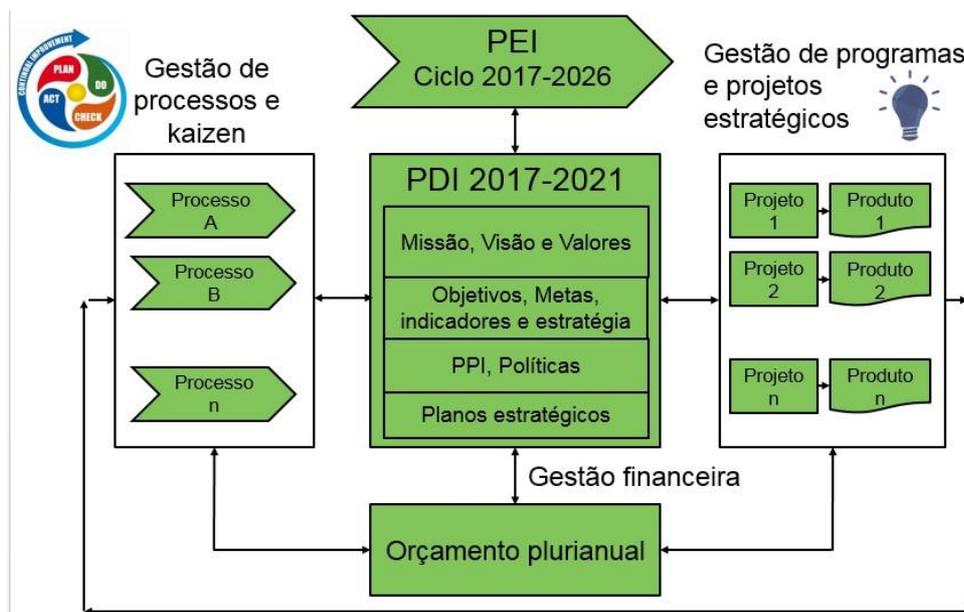
A organização e a coordenação do PEI é competência da Reitoria (UNIVILLE, 2016), que as delegou à Vice-Reitoria e contou com a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais (Apai) na execução das atividades. Uma das diretrizes adotadas foi propiciar a participação ativa dos gestores dos diferentes níveis decisórios da Instituição por meio de coleta e análise de dados, reuniões, *workshops* e atividades do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Outra diretriz esteve relacionada a divulgar e comunicar amplamente as atividades do PEI e

proporcionar meios para que os membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica pudessem conhecer o processo e encaminhar sugestões.

1.8.1 A metodologia

O PEI para o ciclo 2017-2026 é um processo que resulta em um plano estratégico, que abrange dois quinquênios. Para o primeiro quinquênio foi elaborado o PDI 2017-2021, contemplando programas e projetos com vistas ao alcance dos objetivos e metas institucionais (figura 12).

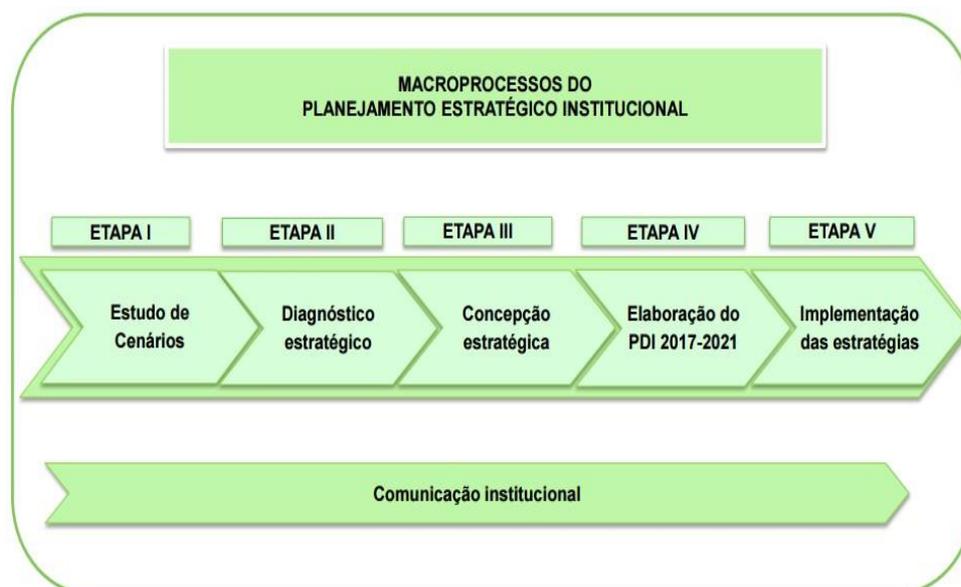
Figura 12 – *Framework* do PEI e sua relação com o PDI



Fonte: Primária (2016)

A metodologia tomou por base a sistemática adotada no ciclo anterior e uma fundamentação teórica sobre planejamento estratégico, considerando as especificidades de uma Instituição Comunitária de Educação Superior.

Figura 13 – Metodologia do PEI ciclo 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

A metodologia está organizada em etapas (figura 13), e cada uma delas consiste em um macroprocesso. Cada macroprocesso abrange um conjunto de atividades que produz um resultado a ser utilizado na etapa seguinte, com base em determinados dados e informações. As etapas do PEI são:

- **Etapa I – Estudo de cenários:** a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucionais, por meio de um processo de inteligência competitiva, elaborou questões que, após validação pela Reitoria, propiciaram a coleta de dados sobre determinados temas estratégicos. A análise dos dados permitiu o delineamento de cenários que constituíram a base para o diagnóstico estratégico;
- **Etapa II – Diagnóstico estratégico:** foram realizados *workshops* com os gestores da Universidade (Reitoria, coordenadores de cursos de graduação, coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, diretores, coordenadores, gerentes e assessores). Nestes *workshops*, os dados e informações obtidos no estudo de cenários foram compartilhados com os gestores e foi promovida a análise do ambiente interno e do ambiente externo por meio da técnica *Strengths-WeaknessesOpportunities-Threats* (SWOT) cruzado. Tal análise proporcionou a identificação de oportunidades e ameaças no ambiente externo e forças e fragilidades institucionais. Com base nisso, os gestores

puderam discutir os possíveis objetivos e estratégias a serem adotados e dispor de dados e informações para definir a concepção estratégica institucional;

- **Etapa III – Concepção estratégica:** nessa etapa foram realizados *workshops* com a finalidade de discutir e propor a missão, a visão, os valores, os objetivos e as metas institucionais para o novo ciclo do PEI. As atividades contaram com a participação dos gestores da Universidade e também incluíram a proposição de programas e projetos a serem desenvolvidos para a implementação da estratégia definida para o ciclo compreendido de 2017 a 2026;
- **Etapa IV – Elaboração do PDI 2017-2021:** o plano estratégico para o período de 2017 a 2026 foi desdobrado em dois períodos de cinco anos com o intuito de propiciar um melhor acompanhamento de sua execução e atender à exigência legal de que o PDI seja quinquenal. Assim, a elaboração do PDI para o período de 2017 a 2021 foi priorizada e contemplou as informações do PEI 2017-2026 com base nas exigências previstas pelo Sinaes e pelos procedimentos regulatórios do MEC;
- **Etapa V – Implementação das estratégias:** é a etapa que ocorre a partir da aprovação do PDI pelo Conselho Universitário e corresponde à execução de ações, projetos e programas previstos no PDI sob a coordenação da GI. Além disso, tal etapa também abrange processos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do PDI por meio dos processos de AI.

Por fim, a metodologia considera um processo transversal de Comunicação Institucional, o qual tem o objetivo de socializar dados e informações sobre o PEI, bem como mobilizar a comunidade acadêmica para o engajamento em ações, projetos e programas que visam ao alcance dos objetivos e metas estratégicos.

1.8.2 A estratégia

O PEI propôs como estratégia para a Univille no período de 2017 a 2026:

Estratégia

Desenvolvimento institucional por meio da gestão do ensino, da pesquisa e da extensão com foco na qualidade com inovação, considerando a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

A estratégia proposta está articulada à identidade institucional, expressa pela missão, visão e valores, e enfatiza o compromisso com a qualidade e com a inovação no ensino, na pesquisa e na extensão (figura 14).

Figura 14 – Síntese da estratégia da Univille para o período 2017-2026



Fonte: Primária (2016)

1.8.3 Objetivos estratégicos

O PEI propôs os seguintes objetivos estratégicos para o ciclo 2017-2026:

- Melhorar a qualidade e o desempenho institucional e dos cursos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Melhorar o desempenho econômico e financeiro institucional;
- Aumentar a produção científica qualificada, bem como a produção tecnológica, esportiva, artística e cultural da Univille, intensificando a relação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer a qualidade institucional perante os públicos interno e externo;
- Fortalecer a inserção da Univille como universidade comunitária e promotora da sustentabilidade socioambiental;
- Ampliar a representatividade da Univille na comunidade regional e na comunidade acadêmico-científica;
- Fortalecer a Univille como universidade inovadora e empreendedora.

1.8.4 Integração do Planejamento Estratégico Institucional com o Curso

O Curso integra a Coordenação e a Área, sendo de responsabilidade da PróReitoria de ensino.

A Coordenação promove o desdobramento tático e operacional de objetivos e estratégias institucionais na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

Este capítulo apresentou a caracterização geral da instituição, buscando evidenciar os principais aspectos referentes a: identidade da mantenedora e da mantida, inserção regional e o contexto educacional de atuação, histórico da instituição, composição do corpo dirigente, estrutura organizacional da mantenedora e da mantida e, por fim, o planejamento estratégico institucional.

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Este capítulo apresenta a caracterização geral do curso. Neste sentido, os dados referentes à denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização são apresentados. A seguir são indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

2.1 Denominação do curso

Medicina

2.1.1 Titularidade

O egresso do curso Medicina obterá o título de Médico.

2.2 Endereços de funcionamento do curso

O curso é oferecido, do primeiro ao quarto semestre, no *Campus* Joinville, localizado no endereço Rua Paulo Malschitzki, n. 10, *Campus* Universitário – Zona Industrial. CEP 89219-710 – Joinville/SC. *E-mail*: medicina@univille.br

A partir do quinto semestre o curso é oferecido, na Unidade Centro, localizada no endereço Rua Ministro Calógeras, 437 – Bucarein. CEP 89202-207 – Joinville/SC. *E-mail* – medicina.centro@univille.br

2.3 Ordenamentos legais do curso

Criação: Resolução Consun n.º 010, datada de 10 de setembro de 1998.

Autorização de funcionamento: Parecer n.º 242/98/Cepe, de 3 de setembro de 1998.

Reconhecimento: Decreto estadual n.º 2.426, de 8 de setembro de 2004, publicado em 8 de setembro de 2004.

Renovação de reconhecimento: Decreto estadual n.º 3.322, de 18 de junho de 2010, publicado em 18 de junho de 2010, e Decreto estadual n.º 2.360, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014.

2.4 Modalidade

Presencial.

2.5 Número de vagas autorizadas

O curso possui autorização para 96 vagas anuais (48 vagas no primeiro semestre e 48 vagas no segundo semestres).

2.6 Conceito Enade e conceito preliminar de curso

O curso possui conceito Enade 3 e CPC 2 obtido no ciclo avaliativo de 2016.

2.7 Período (turno) de funcionamento

O curso é oferecido no turno integral, das 07h40 às 11h50 e das 13h30 às 18h50, de segunda a sexta-feira, com ingresso no primeiro e no segundo semestre do ano letivo.

2.8 Carga horária total do curso

O curso possui 7.560 horas, equivalentes a 9.072 horas-aula.

2.9 Regime e duração

O regime do curso é o seriado semestral, com duração de 12 semestres.

2.10 Tempo de integralização

Mínimo: 12 semestres.

Máximo: 18 semestres.

2.11 Formas de ingresso

O ingresso no curso Medicina da Univille pode dar-se de diversas maneiras:

a) Vestibular: é a forma mais conhecida e tradicional. Constitui-se de redação e questões objetivas de diversas áreas do conhecimento. Na Univille o processo vestibular é operacionalizado pelo Sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais);

b) Processo Seletivo: a Instituição pode destinar vagas específicas para ingresso por meio da análise do desempenho do estudante

c) Transferência: para esta modalidade é necessário que o candidato possua vínculo acadêmico com outra instituição de ensino superior. São disponibilizadas também transferências de um curso para outro para acadêmicos da própria Univille. No caso específico de Medicina, em havendo vagas nos semestres definidos pela coordenação é divulgado um Edital específico regulamentando os procedimentos.

d) Portador de diploma: com uma graduação já concluída o candidato poderá concorrer a uma vaga sem precisar realizar o tradicional vestibular, desde que o curso pretendido tenha disponibilidade de vaga;

e) ProUni: Para participar desse processo o candidato deve ter realizado o ensino médio em escola pública ou em escola particular com bolsa integral e feito a prova do Enem;

f) Reopção de curso: Os candidatos que não obtiverem o desempenho necessário no vestibular Acafe/Univille para ingressar na Universidade no curso prioritariamente escolhido poderão realizar inscrição para outro curso de graduação que ainda possua vaga, por meio de seu desempenho no vestibular. A seleção desses candidatos acontece pela avaliação do boletim de desempenho no vestibular;

g) Reingresso: O reingresso é a oportunidade de retorno aos estudos para aquele que não tenha concluído seu curso de graduação na Univille. Ao retornar, o estudante deverá se adaptar à matriz curricular vigente do curso.

Este capítulo caracterizou os aspectos gerais do curso, dentre eles: denominação, modalidade, vagas, carga horária, regime e duração, bem como período de integralização. Por fim, foram indicados o endereço de funcionamento, os ordenamentos legais e a forma de ingresso.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este capítulo caracteriza a organização didático-pedagógica do curso. Inicialmente são apresentadas as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão. A seguir são caracterizadas a justificativa social e a proposta filosófica do curso. Na sequência são descritos os objetivos, perfil profissional do egresso, estrutura, conteúdos e atividades curriculares do curso. Também são apresentados aspectos relacionados à metodologia de ensino, processo de avaliação da aprendizagem, serviços de atendimento aos discentes e processos de avaliação do curso. Por fim, são caracterizadas as tecnologias da informação e comunicação.

3.1 Política institucional de ensino de graduação

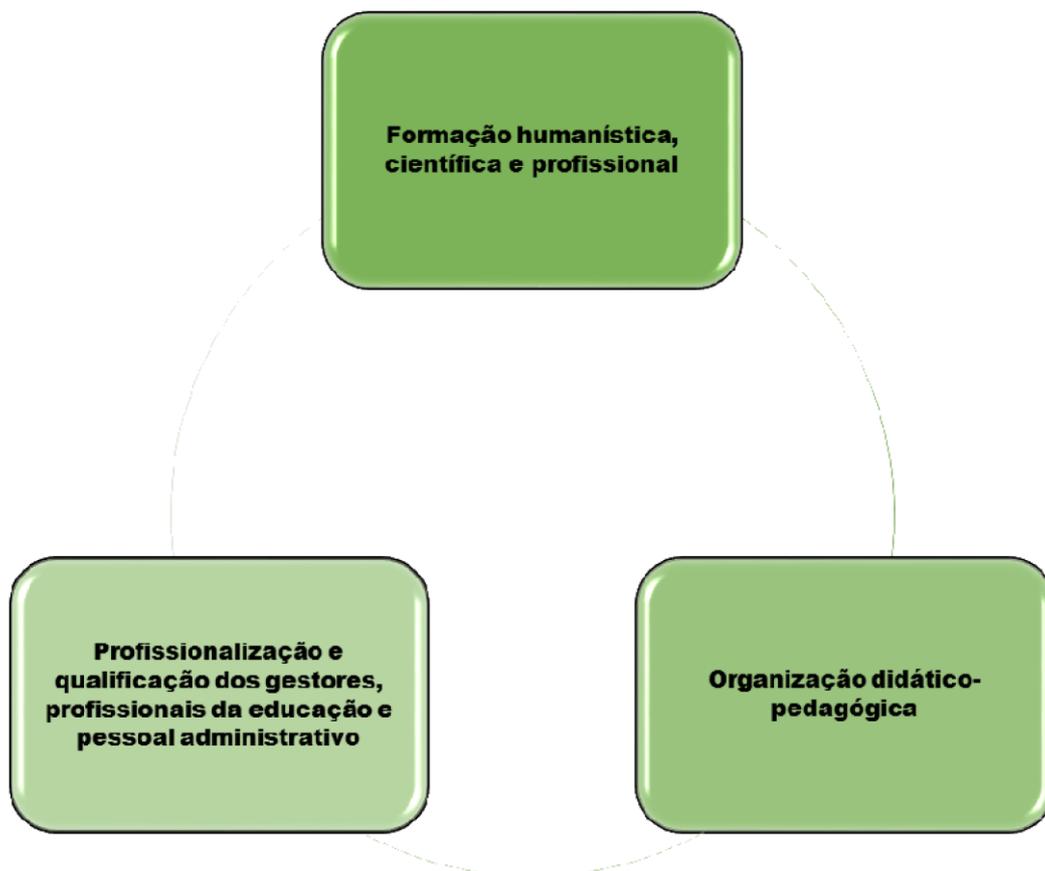
A Política de Ensino da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade nos diversos níveis e modalidades do ensino e que propiciam a consecução dos objetivos estratégicos e o alcance das metas institucionais.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por gestores e demais profissionais da Instituição. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino da Univille.

Essa política institucional considera três macroprocessos (figura 15):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Organização didático-pedagógica;
- Profissionalização e qualificação de gestores, profissionais da educação e pessoal administrativo.

Figura 15 – Macroprocessos do ensino



Fonte: Primária (2016)

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento do ensino alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam a integridade intelectual e física dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de ensino, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazo as condições de trabalho e a execução das atividades de ensino.

Nesta perspectiva, o Projeto Pedagógico do Curso de Medicina contempla as transformações sociais, a articulação entre a formação e a realidade social, garantindo a relação teoria-prática e estimulando a educação continuada. Foi elaborado seguindo as orientações do MEC, baseado nas diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação – CNE. É fruto da avaliação e reflexão da academia, consolidada pelos docentes do curso, sob responsabilidade do coordenador e seus órgãos colegiados. A estruturação do projeto considera a missão, os objetivos e as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Univille.

Cada docente aprovado na seleção para assumir alguma disciplina do curso participa da organização do Plano de Ensino e Aprendizagem – PEA baseado na ementa e bibliografia da disciplina e, na Semana de Profissionalização Docente, antes do início de cada período letivo, o coordenador reúne o corpo docente e juntos avaliam o desenvolvimento e implantação do projeto pedagógico.

A articulação entre a política institucional de ensino e o curso de medicina se realiza por meio das seguintes atividades: aulas teóricas interativas apoiadas em conhecimentos relevantes para a prática clínica; atividades expositivo-participativas de natureza teórica, mas, contextualizada na prática, destinadas ao coletivo discente, sobre temas necessários ao aprendizado e à formação pessoal e profissional de cada estudante; sessões tutoriais de reflexão sobre a prática, facilitadas por um docente do curso, das quais participam grupos de estudantes, disparadas por meio da problematização das atividades práticas dos estudantes nos serviços de saúde, com foco na gestão, no cuidado individual, no cuidado coletivo e na pesquisa aplicada; biblioteca e recursos de informática para estudos auto-dirigidos, atividades tutoriais e consultorias; laboratório morfo-funcional e de práticas funcionais com foco na integração de conhecimentos básico-aplicados e de raciocínio clínico e de interpretação e análise de recursos diagnósticos, de habilidades médicas, atividades tutoriais em pequenos grupos e consultorias; prática em serviço, preceptorada por docentes, médicos e outros profissionais das equipes dos serviços de saúde do SUS lotadas na rede-escola, sob a ótica da proposta pedagógica do curso e das necessidades dos pacientes; consultorias técnicas e didáticas, e orientação profissional.

3.2 Política institucional de extensão

A Política de Extensão da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam: o planejamento, a organização, o gerenciamento, a execução e a avaliação dos cursos de extensão; prestação de serviços; eventos; atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer; participação em instâncias

comunitárias; projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à extensão universitária.

O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange também todos os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille. O público-alvo dessa política engloba ainda, indiretamente, a comunidade externa envolvida nas atividades de extensão da Universidade.

Essa política considera três macroprocessos (figura 16):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, causando impacto significativo no cumprimento da missão e na realização da visão e proporcionando uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da extensão, alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 16 – Macroprocessos da extensão



Fonte: Primária (2016)

Nas seções seguintes deste documento, cada um dos macroprocessos é descrito e são identificadas diretrizes específicas. Entretanto considera-se que existem diretrizes gerais a serem observadas, que se encontram descritas a seguir:

- **INDISSOCIABILIDADE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas, considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** zelar pela construção de relacionamentos pautados em princípios éticos, de transparência, honestidade e respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental;

- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de extensão, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de extensão;
- **AUTONOMIA:** promover, de forma sistematizada, o protagonismo social por meio do diálogo com a comunidade;
- **PLURALIDADE:** reconhecer a importância de uma abordagem plural no fazer extensionista que considere os múltiplos saberes e as correntes transculturais que irrigam as culturas.

O curso de medicina desenvolve atividades de extensão por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de extensão, projetos de extensão do próprio curso ou de outros cursos da Univille, bem como na organização e participação em eventos e cursos. A seguir atividades voltadas para a Extensão na Univille de que o curso medicina participa:

- a) Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Extensão da Univille. Os professores podem submeter propostas por meio do Edital Interno de Extensão. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Área de Extensão da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e também projetos voluntários;

- b) Semana Univille de Ciência, Sociedade e Tecnologia (SUCST): por acreditar que os resultados de Ensino, Pesquisa e Extensão constituem uma criação conjunta entre professores e acadêmicos, anualmente a Univille promove um seminário institucional com o intuito de apresentar as ações relativas a projetos nessas áreas e promover uma reflexão sobre sua indissociabilidade e os desafios da multidisciplinaridade. As atividades incluem palestras e relato de experiências por parte de professores e estudantes engajados em diferentes projetos da universidade. Os estudantes do curso podem participar desse evento por meio da apresentação de trabalhos ou assistindo a sessões técnicas e palestras;

- c) Semana da Comunidade: anualmente a Univille realiza um evento comemorativo de seu credenciamento como Universidade. Durante a semana são promovidas diversas ações com vistas a oferecer à comunidade externa a oportunidade de conhecer instituições e sua ação comunitária. O curso participa por meio de um estande na Feira das Profissões, oferecendo à comunidade informações sobre o curso e a carreira na área do curso. Também são apresentados os protótipos e os modelos dos projetos permanentes apoiados pelo curso. Além disso, durante a semana, os estudantes podem participar de palestras com os mais diversos temas: empregabilidade, mobilidade acadêmica, saúde, cidadania, direitos humanos;

- d) Programa Institucional Estruturante de Empreendedorismo: o programa tem por objetivo articular as ações de formação empreendedora existentes nos

- diferentes cursos de extensão em articulação com o Parque de Inovação Tecnológica da Região de Joinville (InovaParq). As ações do programa incluem articulação dos professores que lecionam as disciplinas na área de empreendedorismo, a promoção de eventos de sensibilização e formação em empreendedorismo;
- e) Realização de eventos: o curso promove eventos relacionados à área de formação, tais como palestras, cursos e oficinas, os quais ocorrem ao longo do ano e atendem os estudantes e a comunidade externa. Alguns desses eventos são realizados por meio de parcerias estabelecidas pelo curso;
 - f) Prestação de Serviços: por meio da Área de Prestação de Serviços da Univille, o curso está apto a oferecer treinamentos, assessorias e consultorias a instituições, organizações e comunidade externa na área do curso, de acordo com as competências existentes;
 - g) Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região: o InovaParq é uma iniciativa liderada pela Univille com o intuito de constituir um hábitat de inovação. O parque foi instalado no *Campus* Joinville e conta com uma incubadora de empresas. O projeto prevê a instalação de empresas e a articulação de projetos com a Univille.

As atividades de extensão desenvolvidas em conjunto com o corpo docente e discente do curso de medicina são:

Palhaçoterapia: Projeto de Extensão que tem como objetivo resgatar na formação dos acadêmicos de cursos da Área da Saúde a preocupação com os aspectos humanísticos do cuidado à saúde; coordenado pela Prof^a Ângela Emília Finardi;

Projeto de Extensão Indígena Aldeia Conquista: que tinha por objetivo trabalhar as questões relacionadas à cultura e a educação indígena, incluindo prevenção de doenças e a promoção de saúde e, os reflexos na sociedade atual.

Pró-Pet-saúde III: a Universidade a Serviço da Saúde II: que tem por objetivo incorporar ao processo de formação dos alunos dos cursos da área da saúde da UNIVILLE uma abordagem do processo saúde-doença que contemple determinantes sociais e uma perspectiva do cuidado integral à saúde, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino-aprendizagem e prestação de serviços de saúde à população.

Ligas Acadêmicas: que são grupos de estudo, vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), criadas e organizadas por acadêmicos e professores que apresentem interesses em comum. As Ligas Acadêmicas devem: primar pela formação ampla do profissional de saúde; adequar-se a uma concepção ampla da Universidade, devendo desenvolver atividades que contemplem Ensino, Pesquisa e Extensão; aprofundar conhecimentos teóricos e práticos e buscar aspectos de inovação nos temas de interesse comum e difundir à comunidade interna e externa aspectos relevantes desenvolvidos pela Liga Acadêmica.

Curso de Libras: curso ofertado para os estudantes por intermédio do Centro Acadêmico do Curso de Medicina em 2015.

3.3 Política institucional de pesquisa

A Política de Pesquisa da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, a supervisão/acompanhamento e a avaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade no que diz respeito à pesquisa.

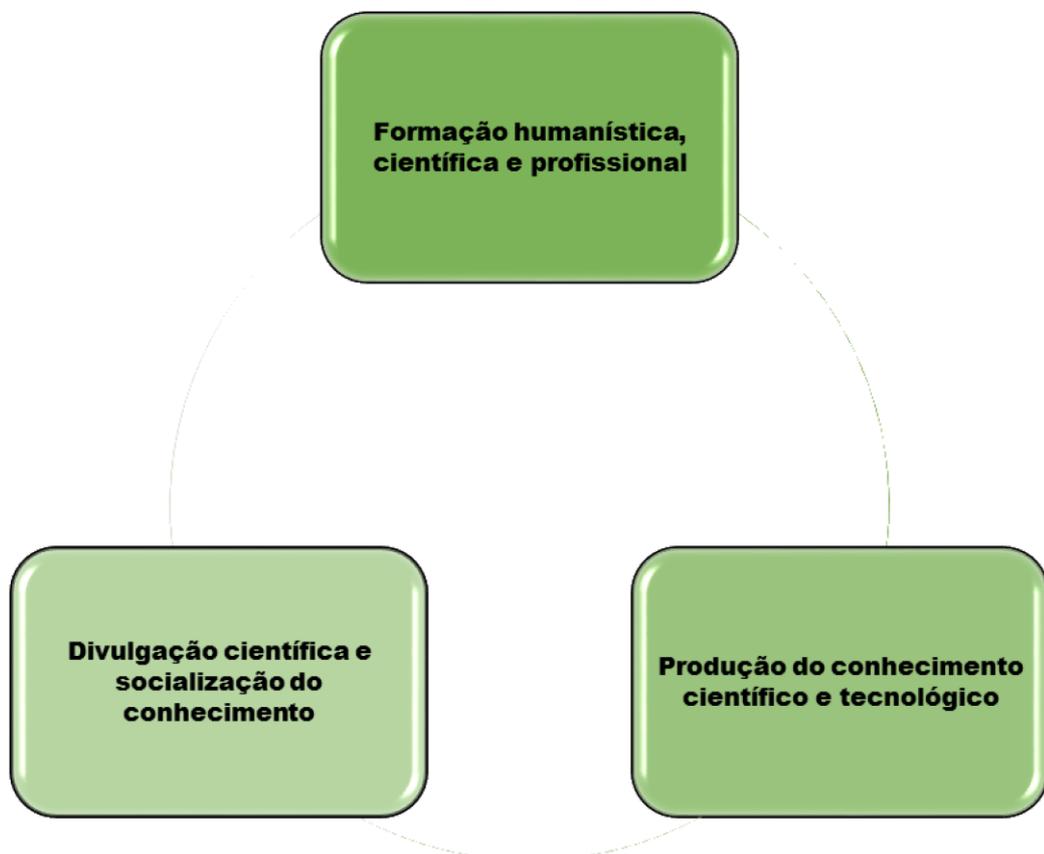
O público-alvo contemplado por essa política é constituído por profissionais da educação, pessoal administrativo e gestores da Univille. Abrange ainda os estudantes regularmente matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino, nos diversos cursos oferecidos pela Univille.

Essa política considera três macroprocessos (figura 17):

- Formação humanística, científica e profissional;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Divulgação científica e socialização do conhecimento.

Cada um desses macroprocessos abrange atividades, processos, projetos e programas que envolvem mais de um elemento da estrutura organizacional, perpassando a Universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da missão e realização da visão e propicia uma perspectiva dinâmica e integrada do funcionamento da pesquisa alinhada à finalidade institucional e aos objetivos e metas estratégicos da Universidade.

Figura 17 – Macroprocessos da pesquisa



Fonte: Primária (2016)

Embora cada um dos macroprocessos apresente diretrizes específicas para a sua consecução, há diretrizes gerais que devem nortear o desenvolvimento dessa política, entre as quais:

- **INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:** assegurar a articulação e integração entre atividades, processos, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- **QUALIDADE:** gerenciar, executar e avaliar processos, projetos e programas considerando requisitos de qualidade previamente definidos e contribuindo para a consecução de objetivos e o alcance de metas;
- **CONDUTA ÉTICA:** baseada em valores que garantam integridade intelectual e física dos envolvidos na ação de pesquisar e fidelidade no processamento e na demonstração de resultados com base nas evidências científicas;
- **TRANSPARÊNCIA:** assegurar a confidencialidade, a imparcialidade, a integridade e a qualidade de dados e informações, norteando-se pelas normas que conduzem os processos desenvolvidos pela Univille;
- **LEGALIDADE:** considerar a legislação vigente e as regulamentações institucionais relacionadas a processos, projetos e programas desenvolvidos;
- **SUSTENTABILIDADE:** capacidade de integrar questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais no desenvolvimento de atividades, projetos e programas de pesquisa, bem como promover o uso racional de recursos disponíveis e/ou aportados institucionalmente, de modo a garantir a médio e longo prazos as condições de trabalho e a execução das atividades de pesquisa científica;

- **ARTICULAÇÃO SOCIAL:** busca de soluções científicas e tecnológicas para o desenvolvimento e a valorização das atividades econômicas, culturais e artísticas da região por meio de parceria entre a Universidade e a comunidade externa;
- **RELEVÂNCIA:** projetos e programas de pesquisa devem estar alinhados ao PDI, aos PPCs e às linhas dos PPGs, visando ao impacto social e inovador da pesquisa.

O curso de medicina desenvolve atividades de pesquisa por meio da participação de seus professores e estudantes em programas institucionais de pesquisa. Anualmente são abertos editais internos com vistas a selecionar propostas de projetos a serem operacionalizados no ano seguinte e financiados pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Univille. Os alunos podem submeter propostas por meio do Edital Pibic, e os professores, por meio do Edital Interno de Pesquisa. Além disso, professores e estudantes podem submeter projetos a editais externos divulgados pela Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (Agitte) da Univille, projetos de demanda externa em parceria com instituições e organizações e também projetos voluntários.

As equipes de pesquisa do curso de Medicina, regularmente inscritas no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são: Avaliação em saúde; Bioética; Ecossistemas aquáticos, Diagnóstico em biologia molecular; Doenças colorretais; Epidemiologia em doenças renais; Epidemiologia em doenças cerebrovasculares; Fisiopatologia, diagnóstico e terapêutica da sepse; Medicina baseada em evidências; Medicina perinatal: e Saúde pública e biossegurança.

Na sequência serão listados alguns projetos desenvolvidos pelos professores do Curso:

Título do Projeto	Pesquisadores	Início	Término
Biobanco em uma coorte em doenças cerebrovasculares em	Norberto Luiz Cabral (C), Paulo Henrique Condeixa	01/01/15	31/01/17

Joinville - Estudo Joinvasc	de França		
Ambiente uterino como fator de risco materno-fetal.	Jean Carl Silva (C).	01/03/15	28/02/17
Polimorfismo no gene da adiponutrina (Patati-Like Phospholipase 3 Gene-PNPLA3) em pacientes com doença hepática gordurosa não alcoólica com e sem o diagnóstico de diabetes mellitus e em sua prole	Paulo Henrique Condeixa de França	01/02/15	31/01/18
Registro Epidemiológico e Biobanco Brasileiro de acidente cerebrovascular	Norberto Luiz Cabral (C), Anderson Ricardo Roman Gonçalves (01/02/2014 a 31/01/2015), Paulo Henrique Condeixa de França	01/02/14	30/11/18
Caracterização de microvesículas extracelulares (exossomos) de origem placentária presentes no sangue materno durante a gestação	Rodrigo Barbano Weingrill (C), Jean Carl Silva	01/02/19	31/01/20
Preditores do excesso de peso em mães e seus filhos nascidos em 2012 em Joinville-SC, Brasil: Coorte de 6 anos	Marco Fabio Mastroeni (C), Silmara Salete de Barros Silva Mastroeni (01/04/2017 a 30/06/2017) Sandra Ana Czarnobay e Paul Veugelers.	01/03/17	28/02/21
Projeto de reabilitação cardiovascular e metabólica	Carla Werlang Coelho (C), Daniela Delwing de Lima, Patrícia Esther Fendrich Magri	01/04/18	31/12/19
Impactos Ambientais Emergentes advindos de resíduos de saúde: abordagem científica e comunitária com capacitação docente e discente para transformação de uma realidade adversa	Luciano Henrique Pinto (C), Luciana Ferreira Karsten, Elviani Basso de Moura	01/03/19	31/12/20

Alguns dos projetos desenvolvidos por estudante com a orientações de docentes do curso serão listados na sequência:

Título do Projeto	Alunos	Orientador	Início	Término
Registro Epidemiológico e Biobanco Brasileiro de Acidente Cerebrovascular - 2017	JULIA ISADORA TUROS DA SILVA	NORBERTO LUIZ CABRAL	01/07/17	31/12/17
Polimorfismo no gene TM6SF2 em pacientes com	JAQUELINE STALL	PAULO HENRIQUE CONDEIXA DE FRANCA	01/05/17	31/12/17

Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica				
Estado de tolerância pós-parto à glicose 6 a 12 semanas após a gestação	PÂMELLA HELLMANN	JEAN CARL SILVA	01/05/17	31/12/17
EFEITO IN VITRO DE METABÓLITOS ACUMULADOS NA CITRULINEMIA TIPO I SOBRE PARÂMETROS DE ESTRESSE OXIDATIVO EM CÉREBRO DE RATOS	THAYNA PATACHINI MAIA	DANIELA DELWING DE LIMA	01/05/17	31/12/17
Epidemiologia em doenças cerebrovasculares de base populacional	TAINÁ DE ARAUJO	NORBERTO LUIZ CABRAL	01/05/17	31/12/17
Registro Epidemiológico e Biobanco Brasileiro de Acidente Cerebrovascular - 2017	FERNANDO AUGUSTO MACHADO	NORBERTO LUIZ CABRAL	01/05/17	31/12/17
USO DA METFORMINA PARA PREVENÇÃO DA DIABETES MELITTUS GESTACIONAL EM GESTANTES COM EXCESSO DE PESO	MATHEUS LEITE RAMOS DE SOUZA	JEAN CARL SILVA	01/10/16	31/12/17
O efeito do cloridrato de metformina no perfil lipídico de gestantes obesas	GRAZIELLE DUTRA DA SILVA	JEAN CARL SILVA	01/07/17	30/06/18
Investigação de frequências alélicas de variantes associadas ao acidente vascular cerebral isquêmico	Beatriz Bittencourt Massinhan	Norberto Luiz Cabral	01/05/18	31/12/18
Investigação de variantes genéticas associadas ao acidente vascular cerebral isquêmico	Jaqueline Stall	Norberto Luiz Cabral	01/05/18	31/12/18
Letalidade precoce do acidente vascular cerebral isquêmico	Julia Isadora Turos da Silva	Norberto Luiz Cabral	01/05/18	31/12/18
ESTUDO DOS MECANISMOS ENVOLVIDOS NA FISIOPATOLOGIA DE DOENÇAS E MEIOS DE PREVENÇÃO	Thayna Patachini Maia	Daniela Delwing de Lima	01/05/18	31/12/18
Saúde materno infantil	Pâmella Hellmann	Jean Carl Silva	01/05/18	31/12/18
DIABETES NA GESTAÇÃO: RESULTADOS MATERNO-FETAIS	Patricia Tessari	Jean Carl Silva	01/05/18	31/12/18
USO DA METFORMINA PARA PREVENÇÃO DA DIABETES MELITTUS GESTACIONAL EM GESTANTES COM EXCESSO DE PESO	MATHEUS LEITE RAMOS DE SOUZA	JEAN CARL SILVA	01/10/16	28/02/19
Efeitos da reabilitação cardiovascular e metabólica sobre o estresse oxidativo.	Maria Helena Packer	Carla Werlang Coelho	01/06/18	31/03/19
Efeitos da reabilitação cardiovascular e metabólica sobre o estresse oxidativo.	THAYNA PATACHINI MAIA	CARLA WERLANG COELHO	01/03/19	31/05/19
Investigação de variantes genéticas associadas ao acidente vascular cerebral isquêmico	GIULIA MURILLO WOLLMANN	PAULO HENRIQUE CONDEIXA DE FRANCA	01/07/18	30/06/19

Avaliação do potencial hipoglicemiante e antioxidante do extrato acetato de etila das folhas da espécie de Myrcia Splendens em modelo animal de diabetes tipo II.	BRUNA VANZIN CUSTODIO	Daniela Delwing de Lima	01/08/18	31/07/19
Perfil da gestante portadora de diabetes mellitus gestacional (DMG) que necessita de insulina como tratamento complementar à metformina.	MATHEUS LEITE RAMOS DE SOUZA	Jean Carl Silva	01/08/18	31/07/19
Isolamento de microvesículas extracelulares (exossomos) de origem placentária presentes no sangue materno durante gestações normais e patológicas	ANDREZA IOLANDA APATI PINTO	RODRIGO BARBANO WEINGRILL	01/03/19	31/12/19
Verona Integron-encodado Metallo-β-lactamase (VIM) no Brasil	ANDREAS MONICH SCHULZ	PAULO HENRIQUE CONDEIXA DE FRANCA	01/05/19	28/02/20
Os desafios de se proporcionar uma alimentação adequada às comunidades indígenas.	Gabriel Cavalheiro Lessack	Yoná da Silva Dalonso	01/05/19	31/12/19
EFEITO DO TREINAMENTO AERÓBICO DE ALTA INTENSIDADE E DA SUPLEMENTAÇÃO COM L-CARNITINA SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO EM RATOS OBESOS	Heloiza Fiamoncini	Daniela Delwing de Lima	01/05/19	31/12/19
Avaliação da prevalência de polimorfismos nos genes PNPLA3 e TM6SF2 na Doença Hepática Gordurosa Não Alcoólica	Jaqueline Stall	Paulo Henrique Condeixa de França	01/05/19	31/12/19
EFEITO DAS NANOPARTÍCULAS DE OURO NA DOR NEUROPÁTICA EM MODELO DE SÍNDROME DA DOR COMPLEXA REGIONAL	Julia de Antonio de Oliveira	Daniela Delwing de Lima	01/05/19	31/12/19
Uso de metformina profilática no diabetes mellitus gestacional	Julia Isadora Turos da Silva	Jean Carl Silva	01/05/19	31/12/19
Efeitos de um programa de reabilitação cardiovascular e metabólica sobre o estresse oxidativo	Maria Helena Packer	Carla Werlang Coelho	01/05/19	31/12/19
Investigação genética de pacientes brasileiros que sofreram AVC.	Milene Weis Becker	Norberto Luiz Cabral	01/05/19	31/12/19
Perfil epidemiológico clínico de pacientes portadores de fibrilação atrial na cidade de Joinville/SC	Tainá de Araujo	Norberto Luiz Cabral	01/05/19	31/12/19
Decisões bioéticas entre sacralidade e a secularização: um estudo sobre aspectos das estruturas religiosas na ciência médica.	Yasmim Roberta Ferreira	Euler Renato Wentphol	01/05/19	31/12/19

DESFECHOS MATERNO-FETAIS DE GESTANTES COM E SEM DIABETES GESTACIONAL (DMG)	RODRIGO RIBEIRO E SILVA	JEAN CARL SILVA	01/07/18	31/08/19
AUDITORIA DE UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE GESTANTES PORTADORAS DE DIABETES MELLITUS GESTACIONAL (DMG)	LARISSA CANO DE OLIVEIRA	JEAN CARL SILVA	01/08/18	31/08/19
Perfil epidemiológico de um serviço de referência em cirurgia cardiovascular pediátrica conveniado ao SUS.	GIOVANA COSTA PELLISSARI	SELMA CRISTINA FRANCO	01/10/18	30/11/19
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL HIPOGLICEMIANTE E ANTIOXIDANTE DO EXTRATO ACETATO DE ETILA DAS FOLHAS DA ESPÉCIE DE <i>Myrcia splendens</i> EM MODELO ANIMAL DE DIABETES TIPO II	THAYNA PATACHINI MAIA	DANIELA DELWING DE LIMA	01/04/19	31/12/19
Perfil clínico de gestantes hipertensas participantes de estudo de caracterização de microvesículas extracelulares	BRUNO MATTEI LOPES	RODRIGO BARBANO WEINGRILL	01/05/19	31/01/20

3.4 Histórico do Curso

No segundo semestre de 1998, um grupo de médicos (de várias especialidades) e técnicos do setor de Planejamento da Univille reuniram-se por diversas vezes com intuito de elaborar, em conjunto, o Projeto do curso de Medicina da Univille. Foram motivados pelas evidências das necessidades sociais de um curso de Medicina em Joinville e que atenderia às aspirações de Joinville e da região.

O Projeto foi encaminhado, pela Pró-Reitoria de Ensino da Universidade, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, para análise e parecer. O parecer CEPE nº 242/98, aprovado em 03/09/1998, foi favorável à autorização para o funcionamento do Curso de Medicina.

Essa decisão possibilitou ao Conselho Universitário – CONSUN, subsídios de sustentação à criação do Curso de Medicina na UNIVILLE a partir de 1999 (Resolução CONSUN nº 010, datada de 10/09/1998).

A partir da Resolução do CONSUN, o processo de implantação do curso de Medicina seguiu os trâmites estabelecidos na UNIVILLE:

- a) Providências e organização dos equipamentos, salas e ambientes, laboratórios, materiais, bibliografia e demais recursos didáticos;
- b) Convênios entre a Instituição e a Secretaria de Saúde do Município (com referência aos ambulatórios para as aulas práticas extra-classe), com o Centro de Estudos, o Hospital São José e o Hospital Hans Dieter Schmidt e a Maternidade Darcy Vargas;
- c) Composição do Corpo Docente com realização de concurso e/ ou respectivas contratações.

O Parecer n. 154/98 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, de 15/12/1998, recebeu a comunicação de implantação do Curso.

A criação do Departamento de Medicina se oficializou em 2000 por meio do Parecer n. 003/00/CEPE de 17/02/00 e da Resolução 04/00/Cons. Universitário de 02/03/2000.

Após algumas alterações na Matriz Curricular no transcorrer dos anos o curso passou em 2004 pelo processo de reconhecimento que se oficializou no Parecer n. 217/04/CEE e Resolução 043/04/CEE, que posteriormente foram homologados pelo Governador de Santa Catarina no Decreto Estadual nº 2.426/04 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 08/09/2004.

Em 2008 as alterações da matriz curricular do curso foram para atender aos disposto as resoluções 02/07 e 03/07/CNE/CES, bem como as Resoluções 10/07 e 02/08 CEPE, aprovadas através do Parecer nº 208/08 em 18/09/08 do CEPE.

Em 2010 o Curso passou pelo processo de renovação de reconhecimento que se oficializou no Parecer nº 12 e Resolução nº 065 aprovada em 24/04/2010 pelo Conselho Estadual de Educação, homologados no Decreto Executivo Estadual nº 3.322 publicado no diário oficial do estado em 18/06/2010.

No ano de 2013 o Curso se reestruturou e passou de anual para semestral, passando a ter dois ingressos 48 vagas ofertadas no primeiro semestre e 48 ofertadas no segundo semestre.

Em 2014, novamente o curso passou pelo processo de avaliação e teve a renovação do seu reconhecimento aprovado pelo Parecer nº 194 e Resolução nº 173 de 20/05/2014 pelo Conselho Estadual de Educação, homologados no Decreto Executivo Estadual nº 2.380 de 28/08/2014, publicado no diário oficial do estado de

3.5 Justificativa da necessidade social do curso (contexto educacional)

Joinville é a maior cidade catarinense, com aproximadamente 577.077 habitantes (IBGE/2017) e localizada na Região Sul do País. Já, a Região Metropolitana do Norte e Nordeste Catarinense, onde Joinville está inserida e abrange 26 Municípios, possui uma população de 1.363.845 habitantes. Em 2016, ficou na 37ª posição entre os maiores municípios exportadores do Brasil e 2º lugar no Estado. É também polo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), e está em 28º lugar no ranking nacional do Produto Interno Bruto - PIB, em torno de R\$24 bilhões por ano (IBGE/2017). A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria com destaque para os setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico.

A diversidade étnica foi uma característica do processo colonizador em Joinville. À população luso-brasileira e negra juntaram-se, sobretudo, os germânicos (alemães, e suíços que eram maioria no início – noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses), franceses e italianos. O crescimento da cidade em termos espaciais, esteve diretamente vinculado à expansão econômico industrial, que trouxe consigo o crescimento populacional e foi acompanhada de investimentos em educação, cultura e tecnologia. O maior exemplo deste compromisso com a cultura, e de sua expertise, está na conquista da única escola do renomado Balé Bolshoi, fora do seu país de origem, bem como a organização do maior festival de dança do mundo, registrado no Guinness Book.

Atualmente, a região vive uma nova etapa de sua evolução. A instalação de grandes montadoras de automóveis como, por exemplo, a General Motors e a BMW, na vizinha cidade de Araquari, bem como o crescimento e profissionalização do comércio através da instalação de novos centros comerciais, geram um novo estágio de desenvolvimento. A evolução econômica coloca a necessidade do avanço na área da saúde, com a formação de bons profissionais e o aumento da capacidade de atendimento, tanto em hospitais como em unidades básicas de saúde e serviços emergenciais.

O ensino em Joinville acompanhou a evolução do setor econômico da cidade. Segundo o Censo Escolar (2015) a população apresenta uma taxa de alfabetização de 97,8%, representando a segunda menor taxa de analfabetismo no país e cerca de 32 mil alunos matriculados no ensino médio. Apesar destes índices altamente positivos, constata-se que apenas 23% dos habitantes possuem o ensino médio completo e 5,84% curso superior completo, evidenciando a existência de um potencial expressivo de candidatos ao ensino superior.

A conjuntura social e o dinamismo econômico da região, que tem Joinville como a cidade mais expressiva, aliada ao fato da atenção à saúde ser um serviço essencial à população, não só justifica a existência do Curso de Medicina na cidade, como exige a sua crescente qualificação e o contínuo aprimoramento. Mesmo levando em conta os índices socioeconômicos favoráveis, Joinville não é diferente de outras cidades no país, nas quais boa parte dos seus cidadãos está excluída do acesso a bens e infraestrutura compatíveis com o grau de desenvolvimento do município, como é o caso da área da saúde. Desta forma, um dos objetivos do curso é mudar esta realidade.

A Organização Mundial da Saúde recomenda o índice de pelo menos 1 (um) médico para cada mil habitantes. De acordo com o Conselho Federal de Medicina e IBGE (2017), a Região Sul tem o segundo melhor índice do Brasil com 2 (dois) médicos por mil habitantes, porém, em Santa Catarina, verifica-se que mais de 80% dos municípios têm menos de 1 (um) médico por mil habitantes, indicando necessidades não atendidas nestas localidades. E, além do que, a procura pelo curso de Medicina na Univille é grande, atraindo não só candidatos da região como de outros estados.

O estado de Santa Catarina possui 16 universidades que oferecem cursos de Medicina, sendo 3 delas na Região Norte/Nordeste do Estado. Dentre estes cursos, o da Univille é o mais antigo e conceituado e continua com uma das maiores demandas, com média entre os concursos de verão e de inverno de 20 candidatos por vaga. Dentro deste contexto, a missão do curso de Medicina da Univille é a de propiciar o melhor ambiente para formação de profissionais médicos com sólida qualificação técnica, humanística e ética, para que assim possa atender às necessidades de saúde da sociedade brasileira. Para tanto, o curso de Medicina está estruturado com o objetivo de proporcionar ao futuro profissional uma formação geral, humanística, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis

de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Para cumpri-las, o PPC preconiza o conhecimento da realidade local e regional, a compreensão dos problemas emergentes e suas múltiplas dimensões, dos anseios e expectativas das comunidades, onde exercerá sua prática.

A construção de uma parceria consolidada entre a Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, Secretaria Estadual de Saúde e a Univille ao longo dos últimos 18 anos, tem permitido que os estudantes do curso de Medicina vivenciem distintos cenários de aprendizagem, bastante próximos à realidade onde um dia irão exercer sua profissão.

Desde 2001 a Universidade interage cooperativamente com o Sistema Único de Saúde Municipal (SUS), buscando contribuir para a solução de alguns de seus problemas, como a formação de médicos capacitados para atuar neste sistema, e alimentando-se desta prática para o cumprimento de suas responsabilidades específicas de ensino, pesquisa e de extensão. Em Joinville o SUS compreende três distritos de saúde: Norte, Centro e Sul. Na atenção primária Joinville possui 57 Unidades Básicas de Saúde, sendo 41 delas organizadas segundo a Estratégia da Saúde da Família, onde os alunos da Univille utilizam como campo de práticas em sua formação. Na Atenção Especializada a cidade conta com 17 serviços ambulatoriais e pré-hospitalares. Possui também três Unidades de Pronto Atendimento (PA) municipais que prestam assistência em situações de urgência e emergência. Em relação à Rede Hospitalar, a cidade conta hoje com 8 hospitais, sendo 3 públicos, 1 filantrópico e 4 privados.

Em relação ao mercado de trabalho para os egressos do curso de medicina, há oportunidades ofertadas tanto na rede pública quanto nos serviços privados, estando em plena expansão com capacidade de absorver os profissionais recém formados. Conforme os dados do IBGE (2017), a população de Joinville de 2010 a 2017 cresceu 12% e o quantitativo de médicos cresceu aproximadamente 40% no mesmo período.

3.6 Proposta filosófica da instituição e do curso

A literatura de educação médica tem questionado, nas últimas décadas, o excessivo valor dado à eficácia técnica e à percepção unidimensional do desenvolvimento tecnológico da medicina moderna.

A biomedicina tem contribuído muito para aperfeiçoarmos o diagnóstico, para novas opções terapêuticas e de imunização, porém com reflexos negativos para o relacionamento ético entre seres humanos. Não podemos permitir que funcionemos como uma máquina, sem sentimentos, amor e compaixão. Trate quem o procurou para obter ajuda com carinho, como se fosse um ente querido à procura da esperança de amenizar seu sofrimento (BOULOS, 1998, p. 55).

O reconhecimento das necessidades humanas na educação médica confirma os avanços tecnológicos e a relevância da perícia técnica do médico, que é o desdobramento de todo um processo histórico de descobertas e de processos terapêuticos consagrados. As concepções filosóficas de educação médica na atualidade propõem que se estabeleçam as ligações essenciais entre as ciências da saúde e as ciências humanas. Além da capacitação técnica e da habilitação legal para atuar como médico, a medicina é interdisciplinar por excelência, pois “a linguagem da doença não é apenas relativa ao corpo, mas também à sociedade e às relações sociais” (LAMPERT, 2009, p. 75).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta para a necessidade de uma formação médica que seja interdisciplinar. Considera-se que a doença é o resultado de um processo simultâneo de causas orgânicas, sociais, psíquicas e ambientais (SIQUEIRA, 2012, p. 304). Logo, o curso de Medicina da Univille propõe uma formação que busque a integralidade da capacidade técnica e do cuidado, avançando para além das especializações e do saber compartimentalizado. O ensino participativo proporciona condições para a interação entre alunos e professores. Desse modo, o conhecimento técnico é ampliado pelo desenvolvimento moral do aluno, com responsabilidade social e ambiental. “Cabe à escola médica formar os médicos no respeito e na defesa dos direitos humanos, assim como criar um ambiente que promova esses direitos” (REGO; SCHILLINGER-AGATTI, 2011, p. 126).

Com base na concepção filosófica de que o ser humano precisa ser percebido em sua dignidade, faz-se imprescindível tratar de perspectivas humanizantes e

cidadãos para as práticas médicas. Assuntos como morte e morrer, cuidados paliativos, responsabilidade ambiental e social do médico perpassam pela maioria das disciplinas. Nesse contexto, a relação médico-paciente e os processos de humanização nas práticas médicas são fundamentais na concepção filosófica do curso de Medicina da Univille.

As dinâmicas médicas estão voltadas à dignidade da pessoa e ao desenvolvimento de uma sensibilidade que enxergue o paciente como pessoa com necessidades e fragilidades no momento da doença. O conhecimento das possibilidades do agir ético responsável e a consciência dos limites de uma ciência eliminam o potencial de maleficência nas práticas médicas. Percebe-se o ser humano fragilizado pela doença para que não seja vítima de más práticas médicas. Busca-se desenvolver uma consciência voltada para a solidariedade com as pessoas doentes e a responsabilidade com a saúde pública e o meio ambiente.

A abordagem do professor deve ser fundamentada, relevante e motivadora e ter as devidas conexões com a prática. O principal desafio é o aluno permanecer no processo de reflexão constante sobre os conhecimentos integradores na medicina e assumir a responsabilidade como agente de construção de cidadania e ética.

A concepção filosófica do curso de Medicina da Univille também trata do futuro médico como ser humano. Há a necessidade de o futuro egresso ver-se como pessoa que está no processo histórico com outros seres humanos que, por acaso, estão doentes. Ambos, médicos e pacientes, se encontram na condição de humanos. A condição humana é de fragilidade, tanto para os médicos como para as pessoas doentes. Não é a doença que os faz humanos, mas são humanos com suas histórias, suas dores, suas expectativas, seus medos e também seus dramas familiares. Falar de humanização do doente também exige que se discuta a humanização, enquanto solidariedade e empatia, do futuro médico.

3.6.1 Educação para o século XXI

Desde a década de 1990 ocorrem discussões nacionais e internacionais sobre a educação para o século XXI e o compromisso com a aprendizagem dos estudantes, compreendida como o processo de desenvolvimento de competências

para fazer frente aos desafios do mundo contemporâneo. Em termos gerais, com base nos pilares delineados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, do inglês United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) para a educação do século XXI, pode-se considerar que tais competências incluem, de forma não exclusiva, a capacidade do estudante de (DELORS, 2000):

- **Aprender a conhecer:** inclui as capacidades de formular problemas, definir objetivos e especificar e aplicar metodologias, técnicas e ferramentas na solução de problemas;
- **Aprender a fazer:** implica ser capaz de empregar conceitos, métodos, técnicas e ferramentas próprios de determinado campo profissional;
- **Aprender a conviver:** abrange a capacidade de se comunicar de forma eficaz, trabalhar em equipe, respeitar as normas de convívio social levando em conta os direitos e deveres individuais e coletivos;
- **Aprender a ser:** diz respeito a ser capaz de agir eticamente e comprometido com o respeito aos direitos humanos.

Decorridas quase duas décadas do início do século XXI, a proposição dos pilares precisa considerar as transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando e as novas exigências em termos de habilidades para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho contemporâneo. Entre os estudos internacionais que discutem tais mudanças, é possível citar o realizado pelo *Institute for The Future* (IFTF), um grupo ligado à *University of Phoenix* que se dedica a pesquisas sobre mudanças sociais e no mercado de trabalho. O relatório *Future work skills 2020* apontou seis grandes indutores de mudanças disruptivas com impactos sobre as habilidades para o trabalho no século XXI (IFTF, 2011):

- **Extrema longevidade:** ocorre um aumento da população com idade acima dos 60 anos, sobretudo nos Estados Unidos, na Europa e em países como o Brasil. A perspectiva é de que tal fenômeno influencie as percepções sobre idade/velhice, bem como sobre as carreiras profissionais, a inserção no mercado de trabalho e a forma de proporcionar serviços de saúde e bem-estar para as pessoas idosas;

- **Ascensão de sistemas e máquinas inteligentes:** o avanço tecnológico, especialmente da microeletrônica e da tecnologia da informação e comunicação, proporciona a disponibilização de um grande número de máquinas e sistemas inteligentes (*smart*) não apenas nas fábricas e escritórios, mas também nos serviços médico-hospitalares e educacionais, nos lares e na vida cotidiana. Isso implicará um novo tipo de relacionamento dos seres humanos com as máquinas e sistemas, o que exigirá domínio de habilidades tecnológicas e compreensão das modalidades de relacionamentos sociais mediadas por essas tecnologias;
- **Mundo computacional:** a difusão do uso de sensores para a captação de dados e o incremento no poder de processamento e de comunicação por meio de diferentes objetos de uso cotidiano (*internet of things* – IoT) abrem a oportunidade de desenvolvimento de sistemas pervasivos e ubíquos em uma escala que anteriormente era impossível. Uma das consequências disso é a disponibilização de uma enorme quantidade de dados (*big data*) que por meio de modelagem e simulação propiciam a compreensão de uma variedade de fenômenos e problemas nas mais diferentes áreas e em diferentes níveis de abrangência. Isso exige a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados com o intuito de identificar padrões de relacionamento e comportamento, tomar decisões e projetar soluções;
- **Ecologia das novas mídias:** novas tecnologias de multimídia transformam as formas de comunicação, desenvolvendo novas linguagens e influenciando não apenas a maneira com que as pessoas se comunicam, mas também como se relacionam e aprendem. Tais mudanças exigem outras formas de alfabetização além da textual e uma nova compreensão dos processos de aprendizagem e construção do conhecimento;
- **Superestruturas organizacionais:** novas tecnologias e plataformas de mídia social estão influenciando a forma como as organizações se estruturam e como produzem e criam valor. O conceito de rede passa a ser uma importante metáfora para a compreensão da sociedade e das organizações. Essa reestruturação implica ir além das estruturas e dos processos tradicionais para considerar uma integração em escala ainda maior, ultrapassando as fronteiras organizacionais e físicas com o objetivo

de propiciar a colaboração entre pessoas, grupos e instituições. Isso influencia e transforma conceitos organizacionais e de gestão que passam a considerar aspectos das áreas de *design*, computação, neurociências, psicologia, antropologia cultural e sociologia;

- **Mundo conectado globalmente:** o aumento da interconectividade global faz repensar as relações entre as nações, e um novo contexto social e político desenha-se à medida que Estados Unidos e Europa deixam de ser lideranças em termos de criação de empregos, inovação e poder político e econômico. As organizações multinacionais já não têm necessariamente suas sedes na Europa, no Japão e nos EUA e, além disso, passam a usar a conectividade global para potencializar o papel de suas subsidiárias em países como Índia, Brasil e China. Como algumas das consequências dessa transformação, cresce a importância de saber lidar com a diversidade humana em todos os seus aspectos e dispor da capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais.

O IFTF (2011) identificou um conjunto de habilidades para o mundo do trabalho com base nas mudanças caracterizadas anteriormente. Tais habilidades são representadas na figura 18:

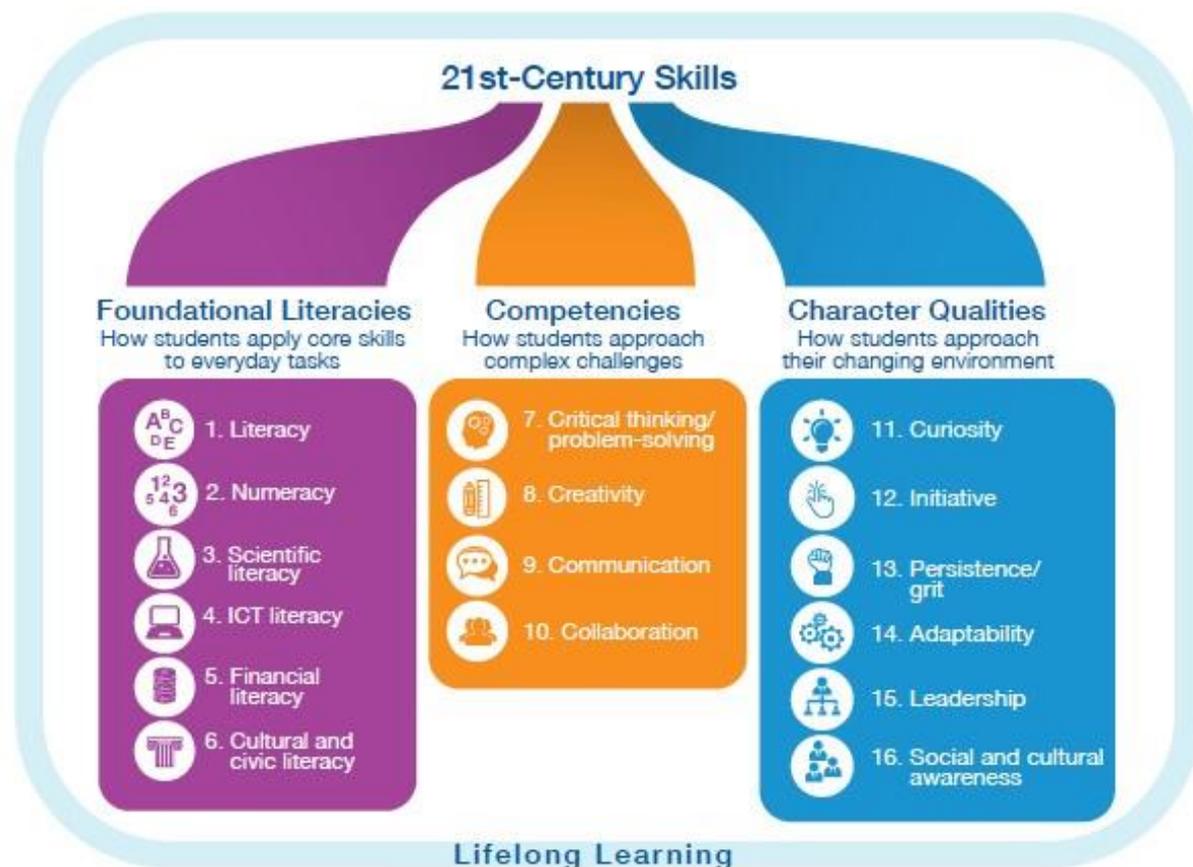
Figura 18 – Dez habilidades para a força de trabalho no futuro

Fazer sentido	• Ser capaz de determinar o sentido ou significado mais profundo do que está sendo expresso
Inteligência social	• Ser capaz de se conectar aos outros de uma forma direta e profunda para sentir e estimular reações e interações desejadas
Pensamento inovador e adaptativo	• Ser capaz de pensar e propor soluções e respostas para além do que é baseado em regras
Competência transcultural	• Ser capaz de agir em diferentes contextos culturais
Pensamento computacional	• Ser capaz de traduzir uma grande quantidade de dados em conceitos abstratos e raciocinar baseado em dados
Fluência em novas mídias	• Ser capaz de avaliar e desenvolver criticamente conteúdo para uso em novas formas de mídia e empregar em comunicação persuasiva
Transdisciplinaridade	• Ser capaz de entender conceitos transversais a múltiplas disciplinas
Mentalidade projetual	• Ser capaz de representar e desenvolver tarefas e processos de trabalho para a obtenção de resultados desejados
Gestão da carga cognitiva	• Ser capaz de discriminar e filtrar informação pela análise de sua importância, e entender como maximizar o funcionamento cognitivo usando diversas ferramentas e técnicas
Colaboração virtual	• Ser capaz de trabalhar produtivamente, engajar-se e demonstrar presença em uma equipe virtual

Fonte: Adaptado de IFTF (2011)

Mais recentemente, o Fórum Econômico Mundial (WEFORUM, 2015), publicou um estudo sobre uma nova visão para a educação com o emprego de novas metodologias e tecnologias de aprendizagem. O estudo enfatiza a concepção de uma educação ao longo de toda a vida que tem por objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades (figura 19) necessárias para que se possa enfrentar as transformações no mundo do trabalho e no contexto social (WEFORUM, 2015).

Figura 19 – Competências e habilidades para o século XXI



Fonte: WEFORUM (2015)

Conforme o Weforum (2015), as competências e habilidades para o século XXI abrangem três grupos:

- **Habilidades fundamentais** – relacionadas às habilidades aplicadas no cotidiano e que podem ser subdivididas em: leitura e escrita; numéricas; aplicação do pensamento científico; utilização de tecnologias da informação e comunicação; gestão das finanças pessoais; e atuação no contexto cultural e no exercício da cidadania;
- **Competências** – relacionadas à abordagem de problemas complexos que incluem: pensamento crítico e solução de problemas; criatividade; comunicação; colaboração (os quatro cês);
- **Características pessoais** – dizem respeito a atitudes e habilidades empregadas em situações de mudança e que abrangem: curiosidade; iniciativa; persistência e resiliência; adaptabilidade; liderança; consciência social e cultural.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE) é referência importante na discussão sobre educação. Foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014a), tem vigência de dez anos e conta com as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O PNE é um conjunto de compromissos com o intuito de: eliminar desigualdades por meio de metas orientadas para enfrentar as barreiras de acesso e permanência à educação; erradicar as desigualdades educacionais levando em conta as especificidades regionais; promover a formação para o trabalho com base nas realidades locais; e fomentar o exercício da cidadania (MEC, 2014). O PNE foi elaborado com base em um amplo debate promovido pela Conferência Nacional de Educação ocorrida em 2010 e pelas discussões no Congresso Nacional, resultando em 20 metas (quadro 2):

Quadro 2 – Metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024

Meta		Tema
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até 3 anos até o fim da vigência deste PNE	Educação infantil
2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE	Ensino fundamental
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento	Ensino médio
4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados	Educação especial
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental	Alfabetização de crianças
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica	Tempo integral
7	<p>Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ensino fundamental séries iniciais: 2015/5,2; 2017/5,5; 2019/5,7; 2021/6,0; - Ensino fundamental séries finais: 2015/4,7; 2017/5,0; 2019/5,2; 2021/5,2; - Ensino médio: 2015/4,3; 2017/4,7; 2019/5,0; 2021/5,2 	Qualidade da educação básica/Ideb

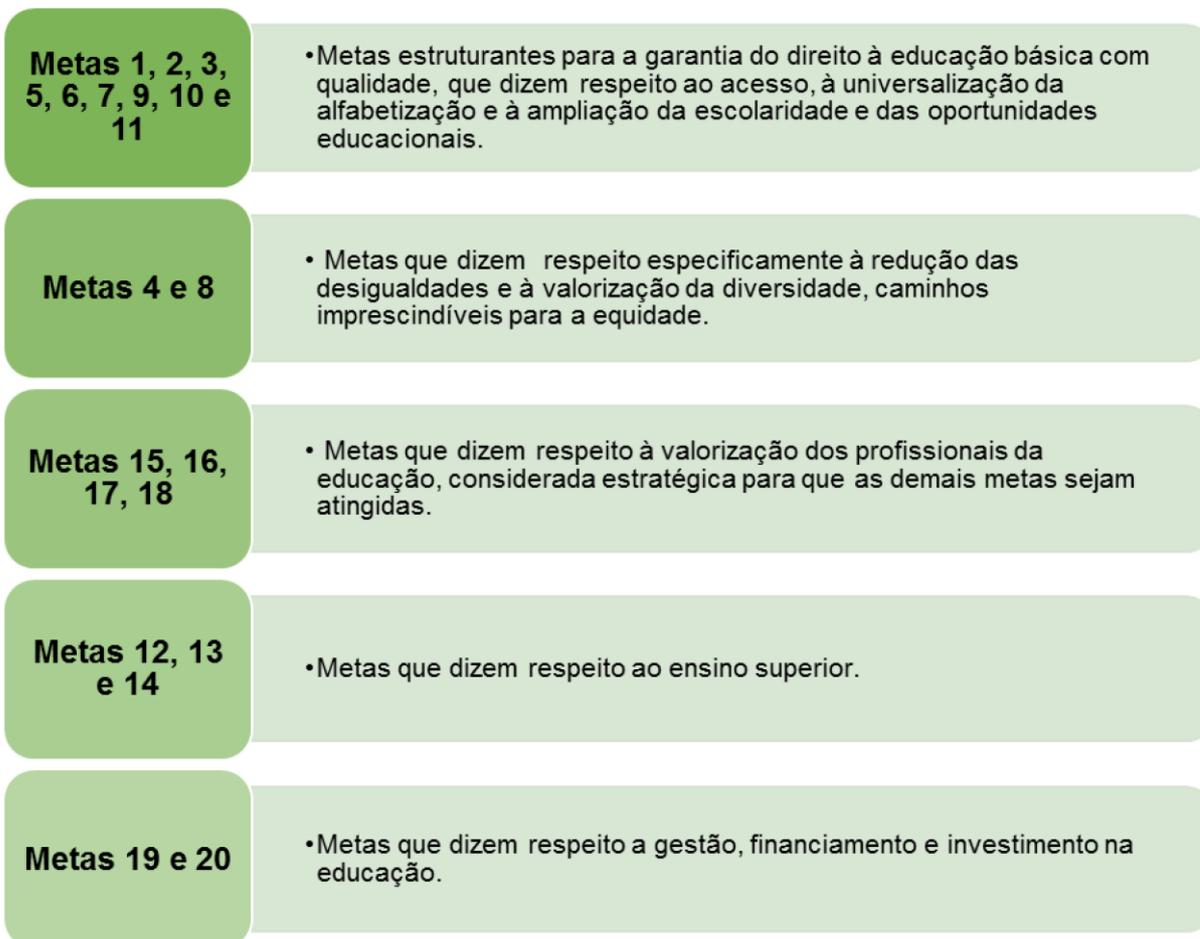
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o fim da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional	Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto
10	Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional	Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público	Educação profissional técnica de nível médio
12	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público	Acesso à educação superior
13	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores	Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente
14	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.	Acesso à pós-graduação <i>stricto sensu</i> / Ampliação do número de titulados
15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida	Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)

	em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam	
16	Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação
17	Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE	Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente
18	Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso
19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto	Gestão democrática da educação
20	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio	Investimento público em educação pública

Fonte: Adaptado de Brasil (2014b)

Em uma análise transversal, é possível agrupar as metas com o intuito de compreender a articulação proposta pelo PNE. A figura 20 apresenta o agrupamento das metas conforme proposto pelo documento *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação* (MEC 2014):

Figura 20 – Agrupamento das metas do PNE 2014-2024



Fonte: Primária (2016)

É importante destacar o papel das universidades para o alcance das metas relacionadas ao ensino superior. As ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino superior incluem:

- Expansão do acesso à graduação pela oferta de vagas em diferentes modalidades de ensino com o intuito de contribuir para o aumento das taxas de matrícula;
- Expansão do acesso à pós-graduação *stricto sensu* pela oferta de vagas com o intuito de contribuir para o aumento do número de mestres e doutores e a consequente melhoria da pesquisa no país;

- Melhoria da qualidade da educação superior pelo investimento em: qualificação e profissionalização dos profissionais da educação; inovação pedagógica e curricular; e infraestrutura.

Dessa forma, a partir da contextualização dos desafios da educação para o século XXI e das metas do PNE 2014-2024, é possível discutir o papel da Univille, enquanto Universidade, e seus compromissos com uma formação humanística, científica e profissional perante os desafios do mundo contemporâneo.

3.6.2 Universidade

Inicialmente, é importante que se ratifique a importância da formação humanística, científica e profissional oferecida pela Univille nesses seus 50 anos de existência. Isso permite compreender o conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa. Como diz Morin (2004, p. 55), “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”. Daí a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais.

Para tanto é necessário pensar como o conhecimento tem sido tratado nas instituições formadoras, pois a Universidade deve oportunizar aos seus estudantes e profissionais um processo de aprendizagem por meio da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Tal relação permite que a Universidade se alimente e retroalimente com os resultados dos conhecimentos gerados por ela mesma e pela comunidade de sua região de abrangência, como forma de se manter sintonizada com essa comunidade e construir um relacionamento colaborativo e relevante com ela.

A posição de Santos (1989) aproxima-se da concepção da Universidade sobre formação:

A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, ao contrário das humanidades tradicionais, coloca o que hoje designamos por natureza no centro da pessoa. Não há natureza humana porque toda a natureza é humana.

Assim, a educação precisa contribuir para a formação integral da pessoa e para a prática de sua cidadania. “Ser cidadão significa ter uma visão crítico-reflexiva, traduzido em prática transformadora da realidade, de forma autônoma, responsável e ética” (FREIRE, 1998). Eis o caráter estratégico da universidade, na medida em que a formação por ela propiciada contribui para o desenvolvimento, pelo estudante, das competências necessárias para sua atuação no contexto social e profissional. A Univille, dessa forma, concebe a educação como uma ação comprometida também com o desenvolvimento de competências:

A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais nutridas a montante pela aprendizagem e formação e a jusante pelo sistema de avaliações. [...] competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado (FLEURY; FLEURY, 2001).

Possibilitar ao estudante e ao futuro profissional a oportunidade de pensar ambientalmente a sociedade em sua dimensão totalizadora, isto é, o ser humano inserido no meio ambiente, faz com que o uso de seus conhecimentos e habilidades ajude a construir uma sociedade socioambientalmente responsável.

Como instituição comunitária, a Univille percebe a necessidade urgente de promover uma educação com caráter dialógico e integrador, para que as relações estabelecidas entre os atores sociais que a compõem pensem criticamente no seu papel com base em valores que incluem cidadania, ética e integração, considerando a importância da inovação e da responsabilidade socioambiental.

3.7 Objetivos do curso

3.7.1 Objetivo geral do curso

O objetivo geral do curso de Medicina da Univille é formar profissionais com competência para o exercício da medicina com postura ética, visão humanística, responsabilidade social, compromisso com a defesa da cidadania, devidamente habilitados para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, nos âmbitos individual e coletivo com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde.

3.7.2 Objetivos específicos do curso

Os objetivos específicos do curso de medicina da Univille são:

1. Comprometer os acadêmicos à aquisição de competências, considerando:

- a) a base científica do conhecimento médico;
- b) O domínio dos produtos da ciência e da tecnologia, métodos, processos e recursos indispensáveis ao exercício da profissão;
- c) A aplicação de conhecimentos das ciências humanas na efetivação da prática médica;
- d) A ação reflexiva e crítica em relação à produção do cuidado à saúde e aos sistemas existentes de prestação de serviços de saúde, percebendo os limites de seu impacto em populações vulneráveis.

2. Utilizar eficientemente produtos e equipamentos na área médica, atendendo às expectativas e necessidades de saúde da população e respeitando a diversidade cultural de grupos populacionais, sempre baseado nas melhores evidências científicas;

3. Reconhecer suas limitações, sabendo dar o encaminhamento correto a pacientes portadores de problemas de saúde que não estejam ao alcance de seus conhecimentos e habilidades;

4. Compreender as diversidades étnica, cultural e de gênero como fatores determinantes do processo saúde-doença;

5. Situar o egresso quanto à sua responsabilidade na preservação e sustentabilidade do meio ambiente;

6. Habilitar futuros profissionais socialmente comprometidos para:

a) O diagnóstico e tratamento das enfermidades;

b) A execução de investigações científicas;

c) A execução de ações de promoção e proteção à saúde, por meio da intervenção direta e de práticas educativas em saúde;

d) A execução e elaboração de programas de atenção à saúde;

e) O tratamento e reabilitação dos problemas de saúde e acompanhamento do processo de morte;

f) O desenvolvimento de projetos, tecnologia e sistemas alternativos que respondam às necessidades socioeconômicas e de proposição de políticas públicas de saúde;

g) A administração e gerenciamento de programas e sistemas de saúde.

3.8 Perfil profissional do egresso e campo de atuação

3.8.1 Perfil profissional do egresso

O graduado em Medicina deverá ter as seguintes competências:

a. Visão crítica sobre a relação entre condições de vida e o processo saúde-doença e a atuação do médico neste contexto enquanto integrante de equipes multiprofissionais de saúde;

- b. Capacidade para executar a propedêutica médica embasada em uma compreensão ética e humanística do indivíduo sob seus cuidados;
- c. Conhecimento das bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos;
- d. Capacidade para realizar diagnóstico, prognóstico e conduta terapêutica nas doenças que ocorrem em todas as etapas do ciclo biológico;
- e. Capacidade para atuar na promoção da saúde propondo e desenvolvendo ações preventivas em seus diferentes níveis;
- f. Protagonismo em seu processo de aprendizagem permitindo a construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos nas dimensões biológicas, psicológicas, étnico-raciais, socioeconômicas, culturais, ambientais e educacionais;
- g. Atitudes éticas desenvolvendo valores orientados para o respeito aos cidadãos e aos direitos humanos;
- h. Capacidade para compreender diferentes realidades sociais, culturais e profissionais através da internacionalização curricular;
- i. Conhecimento, vivências e reflexões acerca dos direitos humanos e de pessoas com deficiência, educação ambiental, ensino de Libras, educação das relações étnico-raciais e história da cultura afro-brasileira e indígena;

Além destas competências deverá ter as seguintes habilidades:

- a) propor e realizar pesquisa, análise e proposta de soluções para os problemas de saúde mais prevalentes e significativos da comunidade;
- b) formular e executar ações de saúde, atuando em equipes multiprofissionais e contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde;
- c) capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise crítica de dados e informações, bem como de aplicação de conhecimentos técnicos e científicos face às responsabilidades éticas e médico-legais;
- d) compreensão da determinação social, econômica, cultural, política e ambiental do processo saúde-doença;

e) elaboração e execução de projetos de investigação, promovendo a difusão dos avanços científicos e tecnológicos.

3.8.2 Campo de atuação profissional

O egresso do curso poderá atuar em hospitais, clínicas, centros especializados, unidades básicas de saúde, centros de reabilitação, entidades recreativas e desportivas, laboratórios clínicos, Secretarias de Saúde, Institutos de Pesquisa, Instituições de Ensino e consultórios particulares. A partir da base generalista de sua formação, o futuro profissional poderá especializar-se em um ramo específico da medicina e/ou dedicar-se à pesquisa médica. Poderá também integrar equipes multiprofissionais na área de saúde e atuar como professor universitário.

3.9 Estrutura curricular e conteúdos curriculares

A estrutura e os conteúdos curriculares dos cursos da Univille, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, têm como principal função materializar as intenções e funções sociais das profissões e, conseqüentemente, dos cursos. Diante de uma sociedade em contínua transformação e das demandas sociais, o currículo de medicina proporciona uma formação que permite ao estudante:

- uma visão ampla e contextualizada da realidade social e profissional; o desenvolvimento de competências profissionais e humanas;
- o contato com diferentes conteúdos e situações de aprendizagem por meio da flexibilização curricular, incluindo-se aqui a curricularização da extensão;
- a construção do pensamento crítico e reflexivo;
- o aprimoramento de uma atitude ética comprometida com o desenvolvimento social;
- o acesso a diferentes abordagens teóricas e a atualizações e inovações no campo de saber do curso;

- o contato com diferentes realidades sociais e profissionais por intermédio da internacionalização curricular.

Para viabilizar esta formação o Projeto Pedagógico de Curso de Medicina foi construído coletivamente por professores, estudantes e comunidade, alinhado ao Projeto Pedagógico Institucional, às Diretrizes Curriculares Nacionais e outras orientações legais. As disciplinas são ofertadas promovendo a inter-relação disciplinar do ciclo básico horizontalmente e verticalmente com o ciclo clínico. Para isso, foram definidas áreas de coordenação que agregam um conjunto de disciplinas afins em relação ao conteúdo. São elas: Ciclo Básico, Saúde Coletiva, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia.

Além disso, em cada semestre estão previstos períodos de estudo chamados 'janelas verdes', para que os estudantes tenham tempo para estudar sozinhos ou em grupos, planejarem e realizarem as atividades complementares e se dedicarem a projetos extracurriculares (pesquisa e extensão).

A última **atualização** da estrutura curricular do curso de Medicina ocorreu em 2014, onde se deu a duplicação do número de vagas anuais, de 48 para 96 e a transformação do regime anual para semestral. Foi um longo estudo entre o NEM (Núcleo de Ensino Médico) e o NDE que se reuniram para a **atualização** da Matriz Curricular, bem como das **ementas e bibliografias**, visando a melhoria contínua, flexibilização do currículo do curso e adequação das cargas horárias e conteúdo. O objetivo principal é a oferta de uma matriz atualizada, que proporcione aos acadêmicos a capacidade de integração entre conteúdos e a articulação entre a teoria e prática nas diferentes etapas de sua formação, com total **acessibilidade pedagógica e atitudinal**, sem barreiras para métodos, técnicas e teorias, rompendo barreiras do preconceito e da discriminação, em relação às pessoas em geral.

Em 2019 o curso completa 20 anos desde a sua fundação e a Estrutura Curricular está novamente em discussão para adequação com a nova realidade tecnológica e modelos de gestão da saúde no Brasil.

3.9.1 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Medicina possui 9.072 horas/aula, o **equivalente** a 7.560 horas/relógio, divididas em ciclo básico, correspondente aos quatro primeiros semestres e ciclo clínico, do 5º ao 12º semestre. Para integralização da matriz é necessária a aprovação em todas as disciplinas bem como nas atividades obrigatórias, como o estágio curricular supervisionado, na forma de internato, atividades acadêmicas complementares e trabalho de conclusão de curso (TCC).

As atividades complementares integram a parte **flexível** do currículo e devem estar relacionadas com a área de formação. Esta flexibilização incentiva o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social. Totalizando 90 horas/aula, as atividades complementares deverão ser cumpridas pelo acadêmico durante os seis anos do curso e validadas na coordenação, conforme previsto em regulamento.

Já no estágio curricular supervisionado, em forma de internato, o estudante recebe treinamento intensivo, contínuo, sob supervisão docente, em instituições vinculadas a IES, valendo-se de convênios com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, hospitais e maternidades, rede ambulatorial e outras instituições comunitárias. Os acadêmicos, obrigatoriamente, terão de desenvolver nos 9º e 10º semestres as atividades relativas ao ambulatório geral e atenção primária à saúde e, nos semestres 11º e 12º, as de clínica médica, clínica cirúrgica, ginecologia e obstetrícia em regime ambulatorial e hospitalar, devendo participar das atividades num modelo de rodízio sucessivo, sempre sob a supervisão do professor, praticando a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. A avaliação ocorre pelo professor supervisor em conformidade com o especificado no regulamento do internato.

Para a integralização da matriz também estão incluídas atividades práticas vivenciadas, que incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse, previstas no plano de ensino e aprendizagem. Elas oportunizam a **articulação entre teoria e prática**, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes com a realidade da saúde.

Em relação a disciplina Libras, a Univille dispõe no seu quadro docente professores habilitados na área. Muitos cursos ofertam a disciplina em seus currículos. Já no curso de Medicina a disciplina é ofertada, conforme demanda, na forma extracurricular/optativa, quando o estudante apresenta tal interesse no momento da matrícula.

Quadro 3 – Matriz curricular do Curso de Medicina

Disciplinas 1º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora- Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré- Requisitos
Anatomia Humana I	54	126	180	150	10	
Histologia	27	81	108	90	6	
Embriologia	18	36	54	45	3	
Biologia Celular	-	108	108	90	6	
Biofísica	15	39	54	45	3	
Humanidades Médicas I	4	32	36	30	2	
Bioquímica	18	90	108	90	6	
Total de horas do semestre	136	512	648	540	36	
Disciplinas 2º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora- Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré- Requisitos
Anatomia Humana II	54	126	180	150	10	
Interação Básico Clínica I	18	18	36	30	2	
Humanidades Médicas II	4	32	36	30	2	
Informática em Saúde	54	18	72	60	4	
Saúde Coletiva I	54	72	126	105	7	
Genética	12	96	108	90	6	
Epidemiologia Geral	16	56	72	60	4	

Total de horas do semestre	212	418	630	525	35	
Disciplinas 3º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Fisiologia I	12	96	108	90	6	
Interação Básico Clínica II	18	18	36	30	2	
Metodologia da Pesquisa em Saúde I	18	36	54	45	3	
Microbiologia e Parasitologia I	24	84	108	90	6	
Bioética I	6	48	54	45	3	
Psicologia Médica I	-	36	36	30	2	
Saúde Coletiva II	54	36	90	75	5	
Práticas Interprofissionais em Saúde	16	20	36	30	2	
Farmacologia Básica I	-	72	72	60	4	
Total de horas do semestre	148	446	594	495	33	
Disciplinas 4º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Fisiologia II	12	96	108	90	6	
Imunologia	12	96	108	90	6	
Bioética II	6	48	54	45	3	
Psicologia Médica II	-	36	36	30	2	
Metodologia da Pesquisa em Saúde II	18	36	54	45	3	
Interação Básico Clínica III	18	18	36	30	2	
Propedêutica Médica I	36	36	72	60	4	
Farmacologia Básica II	0	36	36	30	2	

Microbiologia e Parasitologia II	24	84	108	90	6	
Total de horas do semestre	126	486	612	510	34	
Disciplinas 5º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Fisiopatologia I	-	72	72	60	4	
Patologia I	18	54	72	60	4	
Propedêutica Médica II	54	36	90	75	5	
Psiquiatria I	54	36	90	75	5	
Práticas de Enfermagem	18	18	36	30	2	
Técnica Operatória e Anestesiologia	72	72	144	120	8	
Epidemiologia Clínica e Medicina Baseada em Evidência I	12	42	54	45	3	
Clínica Médica I	18	72	90	75	5	
Clínica Cirúrgica I	18	72	90	75	5	
Total de horas do semestre	264	474	738	615	41	
Disciplinas 6º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Patologia II	18	72	90	75	5	
Propedêutica Médica III	54	36	90	75	5	
Epidemiologia Clínica e Medicina Baseada em Evidência II	12	42	54	45	3	
Clínica Médica II	18	162	180	150	10	

Clínica Cirúrgica II	18	72	90	75	5	
Fisiopatologia II	-	54	54	45	3	
Psiquiatria II	54	36	90	75	5	
Imagenologia	36	36	72	60	4	
Farmacologia Clínica I	16	56	72	60	4	
Total de horas do semestre	226	566	792	660	44	
Disciplinas 7º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Pediatria	36	162	198	165	11	
Clínica Médica III	36	270	306	255	17	
Clínica Cirúrgica III	36	108	144	120	8	
Farmacologia Clínica II	8	28	36	30	2	
Medicina Legal e Deontologia Médica	4	32	36	30	2	
Total de horas do semestre	120	600	720	600	40	
Disciplinas 8º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Ginecologia e Obstetrícia	36	162	198	165	11	
Clínica Médica IV	36	270	306	255	17	
Clínica Cirúrgica IV	36	108	144	120	8	
Total de horas do semestre	108	540	648	540	36	
Disciplinas 9º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos

Internato Obrigatório em Atenção Primária à Saúde I	432	-	432	360	24	Todas as disciplinas anteriores, exceto Hum. Médicas I e II e BioET I e II
Internato Obrigatório em Ambulatório Geral I (Especialidades Gerais)	432	-	432	360	24	
Total de horas do semestre	864	-	864	720	48	
Disciplinas 10º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Internato Obrigatório em Ambulatório Geral II (Especialidades Outras)	432	-	432	360	24	Todas as disciplinas anteriores, exceto Hum. Médicas I e II e BioET I e II
Internato Obrigatório em Atenção Primária à Saúde II	432	-	432	360	24	
Total de horas do semestre	864	-	864	720	48	
Disciplinas 11º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Internato Obrigatório Hospitalar Clínica Médica I	216	-	216	180	12	Todas as disciplinas anteriores, exceto Hum. Médicas I e II e BioET I e II
Internato Obrigatório Hospitalar Clínica Cirúrgica I	216	-	216	180	12	
Internato Obrigatório Hospitalar Ginecologia e Obstetrícia I	216	-	216	180	12	

Internato Obrigatório Hospitalar Pediatria I	216	-	216	180	12	
Total de horas do semestre	864	-	864	720	48	
Disciplinas 11º Semestre Medicina	Carga Horária Prática	Carga Horária Teórica	Total Hora-Aula	Total Horas	Horas-Aula por Semana	Pré-Requisitos
Internato Obrigatório Hospitalar Clínica Médica II	216	-	216	180	12	Todas as disciplinas anteriores, exceto Hum. Médicas I e II e BioET I e II
Internato Obrigatório Hospitalar Clínica Cirúrgica II	216	-	216	180	12	
Internato Obrigatório Hospitalar Ginecologia e Obstetrícia II	216	-	216	180	12	
Internato Obrigatório Hospitalar Pediatria II	216	-	216	180	12	
Total de horas do semestre	864	-	864	720	48	
Total de horas dos 12 semestres	4.780	4.058	8.838	7.365	-	
Atividades Complementares			90	75	-	
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)			144	120	-	
Total de horas do curso			9.072	7.560		

3.9.2 Ementas e referencial bibliográfico

Os Conteúdos Curriculares foram desenvolvidos visando a relevância e coerência com os objetivos do curso e com o perfil do egresso. Foram definidos após

discussões envolvendo o corpo docente, NEM (Núcleo de Ensino Médico), NDE (Núcleo Docente Estruturante) e consultas a profissionais com atuação nas entidades de Educação Médica. As disciplinas são oferecidas semestralmente de forma presencial e se organizam de modo a oferecer aos estudantes uma vivência em serviços de saúde desde os primeiros anos até o final da formação, com o internato nos quatro últimos semestres.

As disciplinas estão dispostas na matriz curricular de modo que o perfil profissional do egresso seja desenvolvido progressivamente, considerando a atualidade do conhecimento em cada área e os Planos de Ensino-Aprendizagem (PEAs) de cada disciplina. O incentivo ao aprendizado em pequenos grupos e a utilização de metodologias ativas podem ser constatados em algumas disciplinas.

A relevância de alguns temas não tratados tradicionalmente na Educação Médica, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, provocou reflexões e debates no NEM e NDE com o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania e que devem ser abordadas durante a formação dos estudantes. Assim, estes temas são abordados em disciplinas e trabalhos interdisciplinares, eventos acadêmicos, exposições e seminários.

A seguir a ementa e a referência básica, e complementar de cada disciplina da matriz curricular.

Quadro 4 – Disciplinas do 1.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Anatomia Humana I
Objetivo geral		Possibilitar ao aluno a aquisição do conhecimento sobre a estrutura macroscópica do corpo humano na teoria e na prática, além da compreensão da aplicabilidade deste conhecimento na prática da ciência médica.
Semestre	Carga	Ementa

1.º	180 h/a	Introdução ao estudo da anatomia. Anatomia Sistêmica (circulatório, linfáticos e nervos periféricos) e anatomia da cabeça, pescoço, neuroanatomia.
Referências bibliográficas básicas		<p>MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F. Anatomia orientada para a clínica. 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. 6. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>BLUMENFELD, Hal. Neuroanatomy through clinical cases. 2. ed. Sunderland: Sinauer Associates, 2010.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>SOBOTTA. Johannes. Atlas de Anatomia Humana. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. v. 1</p> <p>SOBOTTA. Johannes. Atlas de Anatomia Humana. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. v. 2</p> <p>LATARJET, M.; RUIZ-LIARD. Anatomia humana. 4. ed. São Paulo: Panamericana, 2008. t.1</p> <p>LATARJET, M.; RUIZ-LIARD. Anatomia humana. 4. ed. São Paulo: Panamericana, 2007. t.2</p> <p>MACHADO, A.B M. Neuroanatomia funcional. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.</p> <p>FAIZ, Omar, BLACKBURN, Simon, MOFFAT, David. Anatomia Básica: Guia Ilustrado de Conceitos Fundamentais. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p>
Disciplina		Histologia
Objetivo geral		A histologia traz conhecimentos básicos da normalidade de tecidos e órgãos e sua interação com a fisiologia, anatomia e patologia são importantes para formulação de raciocínio clínico-patológico no desenvolvimento do estudante e na sua percepção e conhecimento das doenças, bem como na interpretação correta dos exames complementares, fundamentais para a composição do raciocínio diagnóstico.
Semestre	Carga	Ementa
1.º	108 h/a	Princípios de técnicas histológicas de rotina. Tecidos epiteliais. Tecidos conjuntivos. Tecidos musculares. Tecido nervoso. Sangue e hemocitopoese. Osso e cartilagem. Sistema circulatório. Órgãos linfáticos. Sistema digestivo. Sistema neuroendócrino: hipófise, adrenal, tireoide, pineal e pâncreas. Sistema endócrino. Sistema urinário. Sistema

		respiratório. Sistema genital masculino e feminino. Pele e anexos. Órgãos sensoriais: olho, ouvido e receptores sensitivo.
Referências bibliográficas básicas		JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Histologia básica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. DI FIORE, Marciano S. H. Atlas de histologia . 7.ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. HIB, José. Di Fiori. Histologia : texto e atlas . Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2003.
Referências bibliográficas complementares		Young, B., Heath, J. W. Wheater's Histologia Funcional .Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. GARTNER, Leslie. Tratado de histologia . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. Atlas colorido de histologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. ABRAHAMSOHN, Paulo. Histologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. ROSS, Michael H., PAWLINA, Wojciech, BARNASH, Todd A. Atlas de Histologia Descritiva . Porto Alegre: ArtMed, 2012.
Disciplina		Embriologia
Objetivo geral		Aplicar e descobrir as bases morfológicas e os processos relacionados com o desenvolvimento embrionário normal e patológico do ser humano. Integrar os conhecimentos da embriologia médica com a anatomia e a histologia para uma melhor compreensão da fisiologia humana e das malformações congênitas.
Semestre	Carga	Ementa
1.º	54 h/a	Introdução à embriologia, aparelho reprodutor e gametogênese masculina e feminina, fecundação, desenvolvimento embrionário, implantação, gastrulação, neurulação, dobramento e fechamento do corpo do embrião, anexos embrionários, período fetal e malformações congênitas. Embriologia dos sistemas: digestivo, respiratório, urogenital, cardiovascular, cabeça e pescoço, musculoesquelético, nervoso. Infertilidade, embriologia clinica e diagnóstico genético.

Referências bibliográficas básicas		<p>MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia básica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>DI FIORE, Marciano S. H. Atlas de histologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.</p> <p>MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia clínica. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. Biologia das células: origem da vida, citologia, histologia e embriologia. São Paulo: Moderna, 1997.</p> <p>KATCHBURIAN, Eduardo; ARANA, Victor. Histologia e embriologia oral: texto, atlas, correlações clínicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>SADLER, T. W. Langman Embriologia Médica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.</p> <p>GARCIA, Sonia Lauer, FERNÁNDEZ, Casimiro García organizadores. Embriologia. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2012.</p> <p>MAIA, George Doyle. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2004.</p>
Disciplina		Biologia Celular
Objetivo geral		Preparar o estudante de Medicina a entender os principais fenômenos celulares e sua inter-relação com as disciplinas de Bioquímica e Histologia, bem como as cadeiras clínicas.
Semestre	Carga	Ementa
1.º	108 h/a	Estrutura celular: principais componentes e organelas. Integração celular: junções celulares, adesão celular e matriz extracelular. Etapas e controle do ciclo celular e apoptose. Transcrição e síntese proteica. Metabolismo celular e produção de energia. Receptores de membrana e os sistemas de transdução de sinais biológicos. Sistema endomembrana. Citoesqueleto e movimento celular. Diferenciação celular. Carcinogênese. Introdução a Virologia. Fisiologia das membranas, do nervo e do músculo. Fisiologia das membranas celulares.
Referências bibliográficas básicas		JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Biologia celular e molecular . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

		<p>DEVLIN, Thomas M. (Coord.). Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.</p> <p>YOUNG, I. D. Genética Médica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A., 2007</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>PINHO, M.S.L Biologia Molecular do Câncer: fundamentos para a prática médica. Editora Revinter, 2005.</p> <p>ROSSI, B. & PINHO, M. Genética e Biologia Molecular para o Cirurgião. São Paulo: Ed. Lemar, 1999.</p> <p>ALBERTS, B. et al Fundamentos da Biologia Celular. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2012.</p> <p>LODISH, Harvey et al. Biologia Celular e Molecular. 7. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2018.</p> <p>ROBERTIS, De, Edward M., HIB, José. De Robertis Biologia Celular e Molecular. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p>
Disciplina		Biofísica
Objetivo geral		<p>Proporcionar aos alunos de medicina o conhecimento de conceitos, as noções bioquímicas que se referem ao funcionamento celular, estruturas químicas e metabolismo dos constituintes mais importantes (biomoléculas) dos seres vivos fundamentais, princípios, leis e fenômenos atuantes biológicos, através de processos lógicos, aplicando-os na solução de problemas típicos e em situações reais.</p>
Semestre	Carga	Ementa
1.º	54 h/a	<p>Radiações. Bioeletricidade. Bioacústica. Biomecânica. Bio-óptica. Biotermologia. Técnicas especiais.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>GARCIA, Eduardo, A. Cadavid. Biofísica. São Paulo: Sarvier, 2017.</p> <p>HENEINE, Ibrahim Felipe. Biofísica básica. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2016.</p> <p>DURÁN, José Enrique Rodas. Biofísica: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2014.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>LEÃO, Maria Carneiro. Princípios de Biofísica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.</p>

		<p>FREITAS, A. Rosa, J. E. ; SOUZA, I. F. Radiologia Odontologica.6. ed. São Paulo: Artes Médicas ,2004.</p> <p>SCAFF, Luiz. A. M. Física da Radioterapia. São Paulo: Sarvier, 1997</p> <p>TEIXEIRA, PEDRO. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1996.</p> <p>MOURÃO JUNIOR, Carlos Alberto, ABRAMOV, Dimitri Marques. Biofísica Essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p>
Disciplina		Humanidades Médicas I
Objetivo geral		Investigar as relações entre a antropologia e a prática médica, visando a compreensão das questões culturais que permeiam as concepções referentes à saúde e doença. Possibilitar que o aluno se aproprie de conhecimentos sociológicos que contribuam para a uma visão crítica de mundo, do ser humano e da sociedade; e, sobre questões sociais relacionadas à saúde.
Semestre	Carga	Ementa
1.º	36 h/a	Dimensão sociocultural do processo saúde-doença. Globalização e diversidade étnico-racial, cultural e religiosa. Cultura dos excluídos. Concepção antropológica de paciente e doença. Cultura e relações profissionais de saúde-população-paciente.
Referências bibliográficas básicas		<p>HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2017.</p> <p>SAILLANT, Francine; GENEST, Serge (Org.). Antropologia médica: ancoragens locais, desafios globais. Rio de Janeiro: Fiocruz,2012.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (orgs.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.</p> <p>GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.</p> <p>WESTPHAL, Euler Renato. Brincando no paraíso perdido: as estruturas religiosas da ciência. São Bento do Sul: União Cristã, 2006.</p>

		VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose, Antropologia das sociedades complexas . Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
Disciplina	Bioquímica	
Objetivo geral	Fornecer ao aluno do curso de Medicina subsídios para que possa compreender os principais aspectos que permeiam a lógica molecular da vida, através da compreensão dos contextos químico e biológico nos quais cada biomolécula opera.	
Semestre	Carga	Ementa
1.º	108 h/a	Introdução a carboidratos, aminoácidos e proteínas, lipídeos e ácidos nucleicos. Introdução ao metabolismo. Bioenergética. Sistema de transdução de sinais. Metabolismo de aminoácidos, lipídeos e proteínas. Integração metabólica. Casos clínicos relacionados.
Referências bibliográficas básicas	<p>BAYNES, John W.; DOMINICZAK, Marek H. Bioquímica médica. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>DEVLIN, Thomas M. (Org.). Manual de bioquímica com correlações clínicas. 7. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.</p> <p>LEHNINGER, Albert Lester; NELSON, David Lee; COX, Michael M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2011.</p>	
Referências bibliográficas complementares	<p>CHAMPE, Pamela C.; HARVEY, Richard A; FERRIER, Denise R. Bioquímica ilustrada. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>CAMPBELL, Mary K. Bioquímica. 8. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. 752 p.</p> <p>MARZZOCO, Anita. Bioquímica básica. 4. ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>TOY, C., E., JR., S., E., W., STROBEL, W., H., HARMS, P., K. Casos Clínicos em Bioquímica (Lange). Porto Alegre: Artmed, 2016.</p>	

Quadro 5 – Disciplinas do 2.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina	Anatomia Humana II
Objetivo geral	Possibilitar ao aluno a aquisição do conhecimento sobre a estrutura macroscópica do corpo humano na teoria e na prática, além da

		compreensão da aplicabilidade deste conhecimento na prática da ciência médica.
Semestre	Carga	Ementa
2.º	180 h/a	Anatomia do sistema digestivo(abdome), anatomia do aparelho respiratório (tórax e dorso), sistema urogenital, sistema urinário, sistema genital masculino e feminino; anatomia topográfica de membros superior e inferior.
Referências bibliográficas básicas		<p>MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F. Anatomia orientada para a clínica. 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>CROSSMAN, A. R. et al. Neuroanatomia ilustrada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>BLUMENFELD, Hal. Neuroanatomy through clinical cases. 2ª ed. Sunderland: Sinauer Associates, 2010.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>SOBOTTA, Johannes. Atlas de anatomia humana. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. v. 1</p> <p>SOBOTTA, Johannes. Atlas de anatomia humana. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. v. 2</p> <p>LATARJET, M.; RUIZ-LIARD. Anatomia humana. 4. ed. São Paulo: Panamericana, 2008. t.1</p> <p>LATARJET, M.; RUIZ-LIARD. Anatomia humana. 4. ed. São Paulo: Panamericana, 2007. t.2</p> <p>MACHADO, A.B M. Neuroanatomia funcional. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.</p> <p>SCHMIDT, Arthur Georg, PROSDÓCIMI, Fábio César. Manual de Neuroanatomia Humana - Guia Prático. Roca, 2017.</p> <p>DIMON JR., Theodore. Anatomia do Corpo em Movimento: Ossos, Músculos e Articulações. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.</p>
Disciplina		Interação Básico Clínica I
Objetivo geral		Proporcionar aos alunos a interação entre a teoria e a prática da medicina através da aplicabilidade dos conhecimentos científicos de referência, nas disciplinas básicas.
Semestre	Carga	Ementa

2.º	36 h/a	Associação das disciplinas básicas com a clínica médica. Identificação de estruturas anatômicas no exame físico clínico (Pressão arterial, pulso arterial e venoso, face e sistema osteomuscular). Suporte básico de vida. Atividade física e saúde .
Referências bibliográficas básicas		<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p> <p>GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. Atlas colorido de histologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>POWERS, Scoot ; HOWKEY, Edward T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 9. ed. São Paulo: Manole, 2017.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>RASO, V., GREVE, J. M. A.; POLITO, M. D. Pollock: fisiologia clínica do exercício. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>LANCHA JUNIOR., A. H.; LANCHI, L.O. P. (Org.). Avaliação e Prescrição de Exercícios Físicos: Normas e Diretrizes. Barueri, SP: Manole, 2016.</p> <p>VAISBERG, Mauro, MELLO, M.T. D. (coord.). Exercícios na Saúde e na Doença. Barueri, SP: Manole, 2010.</p> <p>AMORETTI, R. & BRION, R. Cardiologia do esporte. São Paulo: Manole, 2001.</p> <p>KRAEMER, William J., FLECK, Steven J., DESCHENES, Michael R. Fisiologia do Exercício: Teoria e Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p>
Disciplina		Humanidades Médicas II
Objetivo geral		Investigar as relações entre a antropologia e a prática médica, visando a compreensão das questões culturais que permeiam as concepções referentes à saúde e doença. Possibilitar que o aluno se aproprie de conhecimentos sociológicos que contribuam para a uma visão crítica de mundo, do ser humano e da sociedade; e, sobre questões sociais relacionadas à saúde.
Semestre	Carga	Ementa

2.º	36 h/a	Sociologia da saúde. Bases da sociologia clássica e a relação com a medicina. A saúde e seus determinante sociais. A construção da identidade dos sujeitos sociais nas relações de classe, etnia e gênero. Poder, relação social e processo saúde-doença.
Referências bibliográficas básicas		<p>BARATA, Rita Barradas. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.</p> <p>PEREIRA, José Carlos de M. A explicação sociológica na medicina social. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.</p> <p>SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (orgs.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.</p> <p>GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.</p> <p>WESTPHAL, Euler Renato. Brincando no paraíso perdido: as estruturas religiosas da ciência. São Bento do Sul: União Cristã, 2006.</p> <p>ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.</p>
Disciplina		Informática em Saúde
Objetivo geral		Incorporar o gerenciamento da informação aos conhecimentos e habilidades do profissional médico.
Semestre	Carga	Ementa
2.º	72 h/a	Introdução à informática geral. Acesso ao banco de dados informatizado. A utilização na área da saúde de softwares de uso comum. As peculiaridades dos dados, informação e conhecimento em saúde. Registro eletrônico em saúde e prontuário eletrônico. Gerenciamento da informação na pesquisa, ensino e treinamento em saúde. Inteligências artificiais aplicadas a área de saúde.

Referências bibliográficas básicas		<p>SHORTLIFFE, Edward. Medical informatics computer applications in health care and biomedicine. 2. Ed. New York: Springer, 2001.</p> <p>MASSAD, Eduardo et al. Métodos quantitativos em medicina. Barueri, SP: Manole, 2004.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Makron Books, 2014.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. Bioestatística: princípios e aplicações. ArtMed, 2007</p> <p>FREIRE, Caroline. Técnicas de arquivamento em saúde. São Paulo: Erica, 2014.</p> <p>GONÇALVES, E. L. Gestão Hospitalar: Administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>MEDEIROS, Valéria Zuma (Coord); CALDEIRA, André Machado et al. Métodos quantitativos com excel. Rio de Janeiro: Cengage Learning, 2013.</p>
Disciplina		Saúde Coletiva I
Objetivo geral		Proporcionar aos alunos uma visão crítica sobre a relação entre condições de vida e o processo saúde-doença e a atuação dos serviços de saúde neste contexto.
Semestre	Carga	Ementa
2.º	126 h/a	Sistema Único de Saúde: base legal, princípios e organização. Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. Sistemas de Saúde Comparados. Determinação social do processo saúde-doença. Desigualdades sociais e saúde. Modelo biomédico e formação médica. Intersetorialidade e promoção da saúde.
Referências bibliográficas básicas		<p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e saúde. 8. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2018.</p> <p>CAMPOS, GWS; MINAYO, MCS; AKERMAN, M; DRUMOND JR, M; CARVALHO, YM – Tratado de Saúde Coletiva. SP, RJ, Hucitec, Fiocruz. 2016</p> <p>DUNCAN, Bruce Barthlow; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.</p>

Referências bibliográficas complementares		<p>JEKEL, James S. ELMORE, Joann G. KATZ, David L. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005</p> <p>SOLHA, Raphaela Karla Toledo. Saúde Coletiva para Iniciantes: Políticas e Práticas Profissionais. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>GARCIA, M. L. B. Manual de saúde da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 2015.</p> <p>SOLHA, Raphaela Karla Toledo. Sistema Único de Saúde: Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. São Paulo: Érica, 2014.</p>
Disciplina		Genética
Objetivo geral		Conhecer o material genético: propriedades e replicação e identificar as principais anomalias genéticas humanas.
Semestre	Carga	Ementa
2.º	108 h/a	Genética básica e molecular. Mutações e Heranças. Genética bioquímica e genética do cancer.
Referências bibliográficas básicas		<p>Mostulsky, V. ; VOGEL, F. Genética Humana: problemas e abordagens. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A., 2000.</p> <p>NUSSBAUM, Robert L. MCINNES, Roderick R.; WILLARD, Huntington F. Thompson e Thompson: Genética Médica. 8. ed. Elsevier, 2016.</p> <p>YOUNG, Ian D. Genética médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>Barlow. D. ; Durand, V.M. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 2. ed. Cengage learning, 2016.</p> <p>Inborn metabolic diseases. Diagnosis and treatment. 4. ed. Springer , 2006.</p> <p>FRANCIS, Richard. Epigenética: Como a ciência está revolucionando o que sabemos sobre hereditariedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.</p> <p>MENCK, M., C. F.; SLUYS, M.A. van. Genética Molecular Básica: dos genes aos genomas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p>

		JORDE, Lynn B.; CAREY, John C.; BAMSHAD, Michael J. Genética Médica . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Sanseverino, M.T.V. Manual de Teratogênese . Porto Alegre: UFRGS, 2001
Disciplina		Epidemiologia Geral
Objetivo geral		Desenvolver capacidade para o acompanhamento e intervenção em saúde coletiva e na análise de estudos científicos.
Semestre	Carga	Ementa
2.º	72 h/a	Introdução a epidemiologia; História natural da doença. Métodos Epidemiológicos. Associação e causalidade. Níveis de prevenção. Medidas em saúde coletiva. Noções básicas de Bioestatística. Delineamento de estudos em saúde. Vigilância em saúde.
Referências bibliográficas básicas		FLETCHER, Robert H.; FLETCHER, Suzanne W; FLETCHER, Grant S. Epidemiologia clínica: elementos essenciais . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. BEAGLEHOLE, T.; KJELLSTRÖM, T.; BONITA, R. Epidemiologia básica . 2. ed. São Paulo: Santos, 2018. ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e saúde . 8. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2018.
Referências bibliográficas complementares		GALLEGUILLLOS, Tatiana Brassea. Epidemiologia - Indicadores de Saúde e Análise de Dados . São Paulo: Érica, 2014. HUFF, Darrell. Como Mentir Com Estatística . Rio de Janeiro: EDIOURO, 2016. JECKEL, James F., Elmore, Joann G. e Katz, David L., Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva , Porto Alegre: ArtMed, 2005. COUTO, Renato Camargos et al. Infecção Hospitalar e Outras Complicações Não-infecciosas da Doença - Epidemiologia, Controle e Tratamento . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Quadro 6 – Disciplinas do 3.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina	Fisiologia I
-------------------	---------------------

Objetivo geral		Ao final do curso o aluno deverá compreender os mecanismos homeostáticos do corpo humano.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	108 h/a	Princípios da fisiologia. Fisiologia do sistema cardio-vascular. Fisiologia do sistema endocrinológico e reprodução. Metabolismo. Fisiologia do sistema hematopoiético.
Referências bibliográficas básicas		GUYTON, Arthur C. HALL, John E. Tratado de fisiologia médica . 11. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 12. Ed. 2011. GANONG, Willian F. Fisiologia médica . 24. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2014. BERNE, Robert M.; LEVY, Matthew N. Fisiologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
Referências bibliográficas complementares		TORTORA, Gerard J., DERRICKSON, Bryan. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia . 10. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. Silverthorn, Dee Unglaub. Fisiologia Humana: Uma Abordagem Integrada . 7. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. COSTANZO LS. Fisiologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. FOX, Stuart Ira. Fisiologia Humana . 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2007. WARD, Jeremy T., LINDEN, Roger A. Fisiologia Básica: Guia Ilustrado de Conceitos Fundamentais , 2nd edição. Manole, 2014.
Disciplina		Interação Básico Clínica II
Objetivo geral		Promover a ligação entre os conceitos providos pelas disciplinas de Fisiologia, Bioquímica, Anatomia e Biofísica com aqueles providos pelas cadeiras clínicas.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	36 h/a	Associação das disciplinas básicas com a clínica: cardio-pulmonar. Interação básica à medicina legal. Humanização em saúde. Saúde ambiental.
Referências bibliográficas básicas		FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna . 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1

		<p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>KAPLAN, Harold I. SADDOCK, Benjamin J. GREBB, Jack A. BATISTA, Dayse. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.</p> <p>GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. Atlas colorido de histologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.</p> <p>LECOQ, Jacques, O corpo poético: Uma pedagogia da criação teatral. São Paulo: Ed. Senac, 2010.</p> <p>ARAÚJO, Hilton Carlos de. Artes cênicas : introducao a interpretacao teatral. Rio de Janeiro: Agir, 1986.</p> <p>SPOLIN, Viola. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin. São Paulo: Perspectiva, 2001.</p> <p>SPOLIN, Viola. O jogo teatral no livro do diretor. São Paulo, Perspectiva, 2001.</p>
Disciplina	Metodologia da Pesquisa em Saúde I	
Objetivo geral	Compreender, desde o início do curso, a importância da pesquisa para o desenvolvimento da ciência médica e para sua prática profissional.	
Semestre	Carga	Ementa
3.º	54 h/a	Introdução à metodologia de Pesquisa Científica: Ética em pesquisa, delineamento e métodos de pesquisa, tipos de Pesquisa, fontes de informação na área da saúde, normatização do trabalho científico. Projeto de Pesquisa.
Referências bibliográficas básicas	<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. Sao Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>REA, Louis M.; PARKER, Richard A. Metodologia de Pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>	

Referências bibliográficas complementares		<p>CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. Metodologia Científica: teoria e prática. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.</p> <p>MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.</p> <p>FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.</p> <p>DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>
Disciplina		Microbiologia e Parasitologia I
Objetivo geral		Promover a ligação entre os conceitos providos pelas disciplinas de Fisiologia, Bioquímica, Anatomia e Biofísica com aqueles providos pelas cadeiras clínicas.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	108 h/a	Taxonomia, morfologia e fisiologia microbianas. Genética e metabolismo bacterianos. Microbiota normal. Bactérias e parasitos sanguíneos de interesse médico. Relação parasito-hospedeiro: principais mecanismos de virulência e de resistência dos patógenos à resposta imunológica e aos agentes antimicrobianos. Controle do crescimento microbiano. Introdução à epidemiologia, aspectos clínicos e profilaxia das principais endemias por bactérias e parasitos sanguíneos no Brasil. Diagnóstico laboratorial das principais bactérias e parasitos sanguíneos de interesse médico.
Referências bibliográficas básicas		<p>CIMERMAN, B. Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. 2. Ed. São Paulo, Atheneu, 2011.</p> <p>MURRAY, P. R. PFALLER, M. A. ROSENTHAL, K. S. Microbiologia médica. 8. ed. Elsevier, 2017.</p> <p>TRABULSI, L. R.; ALTHERTHUM, F. Microbiologia. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>BROOKS, Geo et al. Microbiologia Médica de Jawetz, Melnick e Adelberg (Lange). 26. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p> <p>De CARLI, G. A. Parasitologia Clínica: seleções de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. São Paulo: Atheneu, 2001.</p>

		<p>LEVINSON, Warren. Microbiologia Médica e Imunologia. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.</p> <p>PRESCOTT, L. M. HARLEY, J. P. KLEIN, D. A. Microbiology. 6. Ed. New York: McGraw-Hill, 2002.</p> <p>TORTORA, G. J. FUNKE, B. R. CASE, C. L. Microbiologia. 12. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.</p> <p>REY, Luís. Bases da Parasitologia Médica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p>
Disciplina		Bioética I
Objetivo geral		Conhecer as noções e conceitos da Bioética, da sua inter-relação com as profissões, em especial com a do médico e, ainda, as questões que envolvem a responsabilidade da profissão.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	54 h/a	Princípios de comportamento humano dentro das áreas da saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa, envolvendo seres humanos. Antecedentes teóricos e históricos da moderna perspectiva da bioética, examinado sua relação com os vários campos da investigação: filosofia, direito, religião, ciências e tecnologia. Biotecnologia e meio ambiente.
Referências bibliográficas básicas		<p>PESSINI, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. Problemas atuais de bioética. 11. ed São Paulo, SP: Loyola, 2014.</p> <p>CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.; GRISARD, Nelson (Coord.). Manual de orientação ética e disciplinar. 5. ed. rev. e atual. Florianópolis: CRM/SC, 2013.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>BERLINGUER, G.; GARRAFA, V. O Mercado Humano: Estudo bioético da compra e venda de partes do corpo. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.</p> <p>NICOLA, Ubaldo. Antologia ilustrada de Filosofia: Das origens à idade moderna. Trad. Maria Margherita De Luca. São Paulo: Globo, 2005.</p> <p>MENDONÇA, A. R. A. et al. Bioética: Visão Multidimensional. São Paulo: Iátria, 2010.</p>

		<p>SENNETT, Richard. Respeito: A formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.</p> <p>WESTPHAL, Euler Renato. O Oitavo Dia na era da seleção artificial. São Bento do Sul: União Cristã, 2004.</p>
Disciplina		Psicologia Médica I
Objetivo geral		Proporcionar ao estudante de medicina o conhecimento de noções básicas a respeito do funcionamento do psiquismo humano.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	36 h/a	Introdução ao estudo da psicologia médica. Histórico e conceitos fundamentais sobre psicologia. Desenvolvimento pessoal e social de indivíduo. O médico na relação com o paciente.
Referências bibliográficas básicas		<p>DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2014.</p> <p>SADOCK, Benjamim James; SADOCK, Virginia Alcott. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p> <p>STOUDEMIRE, Alan. Fatores psicológicos afetando condições médicas. Porto Alegre: ArtMed Editora S/A, 2000.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>De MARCO, M.A., C.C., LUCHESE, A.C.,; ZIMMERMANN, V.B. Psicologia Médica: Abordagem integral do processo saúde - doença. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p> <p>GAZZANIGA, M.; HEATHERTON, T. Ciência Psicológica. Porto Alegre, Artmed: 2018.</p> <p>HALL, C.S., CAMPBELL, J.B., & LINDZEY, G. Teorias da Personalidade. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008</p> <p>FRIEDMAN, H.S., SCHUSTACK, M.W. Teorias da Personalidade: da teoria clássica à pesquisa moderna. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.</p> <p>JEANNET, Philippe. REYNAUD, Michel. CONSOLI, Silla. Psicologia médica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2000.</p>
Disciplina		Saúde Coletiva II

Objetivo geral		Proporcionar aos alunos uma visão crítica sobre a relação entre condições de vida e o processo saúde-doença e a atuação dos serviços de saúde neste contexto.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	126 h/a	Atenção à saúde de grupos populacionais. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. Violência e saúde. Sexualidade e diversidade.
Referências bibliográficas básicas		<p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e saúde. 8. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2018.</p> <p>CAMPOS, GWS; MINAYO, MCS; AKERMAN, M; DRUMOND JR, M; CARVALHO, YM – Tratado de Saúde Coletiva. SP, RJ, Hucitec, Fiocruz. 2016.</p> <p>DUNCAN, Bruce Barthlow; SCHMIDT, Maria Inês; GIUGLIANI, Elsa R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>JEKEL, James S. ELMORE, Joann G. KATZ, David L. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005</p> <p>SOLHA, Raphaela Karla Toledo. Saúde Coletiva para Iniciantes: Políticas e Práticas Profissionais. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>GARCIA, M. L. B. Manual de saúde da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 2015.</p> <p>SOLHA, Raphaela Karla Toledo. Sistema Único de Saúde: Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. São Paulo: Érica, 2014.</p>
Disciplina		Farmacologia Básica I
Objetivo geral		Capacitar o aluno para que ao término da disciplina ele seja capaz de compreender os princípios de farmacocinética e farmacodinâmica e descrever sobre vias de administração, mecanismo de ação, efeitos terapêuticos, efeitos adversos, indicações terapêuticas e interações medicamentosas dos fármacos estudados na disciplina.
Semestre	Carga	Ementa
3.º	72 h/a	Introdução à farmacologia. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Farmacologia dos Sistemas Nervoso Autônomo e Central.

		Antidepressivos. Ansiolíticos e hipnóticos. Antipsicóticos. Antiepiléticos. Farmacologia da inflamação, dor e febre (parte I).
Referências bibliográficas básicas		DALE, M. M. et al. Farmacologia . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GOODMAN, Louis Sanford et al. (Orgs.). As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman . 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016. SILVA, Penildon. Farmacologia . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
Referências bibliográficas complementares		FRANCO, André Silva, KRIEGER, José Eduardo. Manual de Farmacologia . Barueri, SP: Manole, 2016. FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Coord). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. GOLAN, David (ed.). Princípios de Farmacologia - A Base Fisiopatológica da Farmacologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. KATZUNG, Bertram G. Farmacologia: básica e clínica . 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017. WHALEN, Karen, FINKELI, Richard, PANAVELIL, Thomas A. Farmacologia Ilustrada . 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

Disciplina	Práticas Interprofissionais em Saúde	
Objetivo geral	Compreender a atenção à saúde como uma prática interprofissional de forma integral, humanizada, crítica, reflexiva e ética no SUS, nos âmbitos individual, coletivo e comunitário.	
Semestre	Carga	Ementa
3.º	36 h/a	Práticas interprofissionais em saúde. Comunicação entre os profissionais de saúde. Funcionamento das equipes de saúde no Sistema Único de Saúde - SUS. Liderança colaborativa. Cuidado compartilhado e orientado à comunidade. Ética interprofissional.
Referências bibliográficas básicas	Orchard, C., et al., A national interprofessional competency framework . 2010, The Canadian Interprofessional Health Collaborative (CIHC). University of British Columbia.: Vancouver. p. 36. Lacerda, J T; Pires, R O M. Processo de trabalho na Atenção Básica (recurso eletrônico) . 2 ed. Florianópolis:	

	<p>Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Versão adaptada do curso de Especialização Multiprofissional em Saúde da Família. Modo de acesso: www.unasus.ufsc.br</p> <p>WORLD HEALTH ORGANIZATION. Departamento de Recursos Humanos para a Saúde. Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa. Disponível em: http://www.who.int/hrh/nursing_midwifery/NursingMidwiferyProgressReport.pdf</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>Araújo, E. M. D; Araújo Jr., J.L.A. C. Usuário, família e comunidade como parte da equipe de saúde na colaboração interprofissional. Sanare, Sobral, - V.15 n.02, p.120-128, Jun./Dez. – 2016. - BRASIL. Caderno de Atenção Básica 27: Diretrizes do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família). Brasília: Ministério da Saúde, 2009. ARTIGO</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_39.pdf</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização em Saúde – a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sesap/DOC/DOC000000000125646.PDF</p> <p>ROSALINI, Maria Helena Perreira. Tecendo cuidados interrelacionais empoderamento. 2012, Temas em Educação e Saúde, Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência “Dante Moreira Leite” – CENPE F.C.L. – Araraquara – UNESP v. 8. ARTIGO</p> <p>Matuda CG et al. Colaboração interprofissional na Estratégia Saúde da Família: implicações para a produção do cuidado e a gestão do trabalho. Ciênc. saúde coletiva [online].2015, vol.20, n.8, pp.2511-2521. ARTIGO</p>

Quadro 7 – Disciplinas do 4.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina	Fisiologia II	
Objetivo geral	Ao final do curso o aluno deverá compreender os mecanismos homeostáticos do corpo humano.	
Semestre	Carga	Ementa

4.º	108 h/a	Fisiologia do Sistema nervoso central, periférico e autônomo. Fisiologia renal: filtração glomerular e reabsorção tubular. Equilíbrio acidobásico. Fisiologia do sistema gastrointestinal. Fisiologia do sistema respiratório.
Referências bibliográficas básicas		GUYTON, Arthur C. HALL, John E. Tratado de fisiologia médica . 11. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 12. Ed. 2011. GANONG, Willian F. Fisiologia médica . 24. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2014. BERNE, Robert M.; LEVY, Matthew N. Fisiologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
Referências bibliográficas complementares		TORTORA, Gerard J., DERRICKSON, Bryan. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia . 10. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia Humana: Uma Abordagem Integrada . 7. ed. ArtMed, 2017. COSTANZO LS. Fisiologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. FOX, Stuart Ira. Fisiologia Humana . 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2007. WARD, Jeremy T., LINDEN, Roger A. Fisiologia Básica: Guia Ilustrado de Conceitos Fundamentais . 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
Disciplina		Imunologia
Objetivo geral		A disciplina de Imunologia permitirá ao egresso o entendimento em nível clínico e molecular dos mecanismos de defesa dos seres humanos o que propiciará a ampliação dos horizontes no âmbito da prevenção e tratamento de patologias infecciosas e não infecciosas.
Semestre	Carga	Ementa
4.º	108 h/a	Introdução ao sistema imunológico. Órgãos, linfóides. Antígeno e Anticorpo. Sistema Complemento. HLA e seu envolvimento na Imunologia dos Transplantes e Apresentação de antígeno aos LT. Citocinas. Vacinas e Soros. Reações de Hipersensibilidade I,II,III e IV. Imunologia de tumores. Regulação da resposta imune e tolerância imunológica. Imunogenética.
Referências bibliográficas básicas		ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H; PILLAI, Shiv. Imunologia celular e molecular .8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. TERR, Aba L. PARSLOW, Tristan G. STITES, Daniel P. Imunologia médica . 10. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004

		MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. Patologia: processos gerais . 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.
Referências bibliográficas complementares		PLAYFAIR, J.H.L; CHAIN, B.M. Imunologia básica: guia ilustrado de conceitos fundamentais . 9.ed. Barueri: Manole, 2013. COICO, Richard; SUNSHINE, Geoffrey. Imunologia . 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2018. LEVINSON, Warren. Microbiologia Médica e Imunologia . 13.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2016. VOLTARELLI, Júlio C. Imunologia Clínica na prática médica . São Paulo: Atheneu, 2009.
Disciplina		Bioética II
Objetivo geral		Conhecer as noções e conceitos da Bioética, da sua inter-relação com as profissões, em especial com a do médico e, ainda, as questões que envolvem a responsabilidade da profissão.
Semestre	Carga	Ementa
4.º	54 h/a	A ética e seus paradigmas através de seus métodos, premissas e conclusões práticas. As decisões bioéticas em situações limítrofes. O ser humano e os processos de humanização.
Referências bibliográficas básicas		HABERMAS, Jürgen. O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal? . 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2016. BAUMAN, Zygmunt. 44 cartas do mundo líquido moderno . Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011 CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.; GRISARD, Nelson (Coord.). Manual de orientação ética e disciplinar . 5. ed. rev. e atual. Florianópolis: CRM/SC, 2013.
Referências bibliográficas complementares		PESSINI, Leocir; Paul de BARCHIFONTAINE, Christian. Problemas atuais de Bioética . 11. ed. rev. ampl. São Paulo: Centro Univ. São Camilo; Loyola, 2014. GOZZO, Débora, LIGIERA, Wilson Ricardo. Bioética e direitos fundamentais . Saraiva, 2012. HOGEMANN, Edna Raquel. Conflitos Bioéticos : clonagem humana . 2. ed. Saraiva, 2013.

		DALL'AGNOL, Darlei. Bioética . Rio de Janeiro: Zahar, 2005. FRANÇA, Genival de. Comentários ao Código de Ética Médica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
Disciplina		Psicologia Médica II
Objetivo geral		Proporcionar ao estudante de medicina o conhecimento de noções básicas a respeito do funcionamento do psiquismo humano.
Semestre	Carga	Ementa
4.º	36 h/a	O médico diante de situações específicas. Relação médico-sistema de saúde e sociedade. Cenário de ensino e prática de psicologia médica.
Referências bibliográficas básicas		DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2014. SADOCK, Benjamim James; SADOCK, Virginia Alcott. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica . 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. STOUDEMIRE, Alan. Fatores psicológicos afetando condições médicas. Porto Alegre: ArtMed Editora S/A, 2000.
Referências bibliográficas complementares		De MARCO, M.A., C.C., LUCCHESI, A.C., & ZIMMERMANN, V.B. Psicologia Médica: Abordagem integral do processo saúde – doença . Porto Alegre: Artmed, 2012. MILAN, L.R., DE MARCO, O.L.N., ROSSI, E., & ARRUDA, P.C.V. O universo psicológico do futuro médico: vocação, vicissitudes e perspectivas . São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. CATALDO NETO, A., ANTONELLO, I., & LOPES, M.H.I. (Organizadores). O estudante de Medicina e o paciente: uma aproximação à prática médica . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. CAIXETA, Leonardo; CAIXETA, Victor; VARGAS, Ciro; CAIXETA, Marcelo (Aut.). Psicologia médica . São Paulo: Sparta, 2015. GAZZANIGA, M. & HEATHERTON, T. Ciência Psicológica . Porto Alegre: Artmed, 2018.
Disciplina		Metodologia da Pesquisa em Saúde II
Objetivo geral		Compreender, desde o início do curso, a importância da pesquisa para o desenvolvimento da ciência médica e para sua prática profissional.
Semestre	Carga	Ementa

4.º	54 h/a	Elaboração do projeto de pesquisa. Comunicação científica: estrutura, forma conteúdo.
Referências bibliográficas básicas		<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. Sao Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>REA, Louis M.; PARKER, Richard A. Metodologia de Pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>PEREIRA, Julio Cesar R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humana e sociais. 3. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2001.</p> <p>RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. Atlas,2009.</p> <p>MARCONI, Marina Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. Metodologia Científica: teoria e prática. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.</p> <p>DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas S.A. 2006.</p>
Disciplina		Interação Básico Clínica III
Objetivo geral		Proporcionar aos alunos a interação entre a teoria e a prática da medicina através da aplicabilidade dos conhecimentos científicos de referência, nas disciplinas básicas.
Semestre	Carga	Ementa
4.º	36 h/a	Dinâmica do centro cirúrgico. A atividade médica ambulatorial : doenças cardiovasculares. Aspectos legais sobre prescrição médica. Correlação básico-clínica em ortopedia.
Referências bibliográficas básicas		<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p>

	<p>GARTNER, Leslie P.; HIATT, James L. Atlas colorido de histologia. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>POWERS, Scoot ; HOWKEY, Edward T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 9. ed. São Paulo: Manole, 2017.</p>	
Referências bibliográficas complementares	<p>DUGANI, Sagar, ALFONSI, Jeffrey E., AGUR, Anne R., DALLEY, Arthur F. Anatomia Clínica - Integrada com Exame Físico e Técnicas de Imagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>CAMPANA, Álvaro Oscar. Exame Clínico - Sintomas e Sinais em Clínica Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>DAFFNER, Richard H. Radiologia Clínica Básica. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>RASO, V., GREVE, J. M. A.; POLITO, M. D. Pollock: fisiologia clínica do exercício. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>CHEW, Felix S. Radiologia Esquelética. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.</p>	
Disciplina	Propedêutica Médica I	
Objetivo geral	Adquirir posturas e atributos indispensáveis ao desempenho da profissão médica, percebendo a importância definitiva da relação médico-doente.	
Semestre	Carga	Ementa
4.º	72 h/a	<p>Conceito de semiologia: semiotécnica e Clínica propedêutica. Comportamento do estudante. Relação médico paciente. Anamnese: entrevista como habilidade clínica. Queixa principal. História Mórbita Progressiva e Familiar. Introdução a Medicina Narrativa. Habilidades específicas: entrevista pediátrica, geriátrica, diferenças culturais, pacientes com difícil interação. Como dar más notícias. Prontuário e anotação médica. Aspectos de interesse semiotécnico e diagnóstico diferencial da dor torácica, abdominal, articular. Cefaleia, dispneia, edema, tosse, hemoptise, cianose, icterícia, hipertensão portal, adenomegalia, febre.</p>
Referências bibliográficas básicas	<p>PORTO, Celmo , Celeno. Semiologia médica. 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.</p> <p>BICKLEY, Lynn S.; SZILAGYI, Peter G. Bates propedêutica médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p>	

		FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna . 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2
Referências bibliográficas complementares		BICKLEY, Lynn S., SZILAGYI, Peter G. Bates Propedêutica Médica Essencial . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. ANDRIS, Deborah A. Semiologia - Bases para a Prática Assistencial . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. RODRIGUES, Luciana Silva. Diagnóstico em Pediatria . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. WILLIAMS, Brie... [et al.]. CURRENT: Geriatria: diagnóstico e tratamento . 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.
Disciplina		Farmacologia Básica II
Objetivo geral		Capacitar o aluno para que ao término da disciplina ele seja capaz de compreender os aspectos farmacocinéticos, as principais vias de administração, mecanismo de ação, efeitos terapêuticos, efeitos adversos, indicações terapêuticas e interações medicamentosas dos fármacos estudados na disciplina.
Semestre	Carga	Ementa
4.º	36 h/a	Farmacologia da Inflamação, Dor e Febre (parte II). Farmacologia dos Sistemas Cardiovascular, Respiratório. Farmacologia do Diabetes melito, das Dislipidemias e do Trato Gastrointestinal e renal.
Referências bibliográficas básicas		DALE, M. M. et al. Farmacologia . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GOODMAN, Louis Sanford et al. (Orgs.). As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman . 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016. SILVA, Penildon. Farmacologia . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
Referências bibliográficas complementares		FRANCO, André Silva, KRIEGER, José Eduardo. Manual de Farmacologia . Barueri, SP: Manole, 2016. FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Coord). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. GOLAN, David (ed.). Princípios de Farmacologia - A Base Fisiopatológica da Farmacologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

		<p>KATZUNG, Bertram G. Farmacologia: básica e clínica. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.</p> <p>WHALEN, Karen, FINKELI, Richard, PANAVELIL, Thomas A. Farmacologia Ilustrada. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.</p>
Disciplina		Microbiologia e Parasitologia II
Objetivo geral		Identificar os aspectos principais relativos ao conhecimento atual sobre Microbiologia e Parasitologia Clínica, destacando sua aplicação no exercício da Medicina.
Semestre	Carga	Ementa
4.º	108 h/a	Vírus, fungos e parasitas intestinais: taxonomia, morfologia, fisiologia, relação parasito-hospedeiro, principais mecanismos de virulência e de resistência dos patógenos à resposta imunológica e aos agentes antimicrobianos, aspectos clínicos e profilaxia das principais endemias no Brasil, diagnóstico laboratorial, noções de controle das infecções relacionadas à assistência à saúde.
Referências bibliográficas básicas		<p>JAWETZ, Ernest; MELNICK, Joseph R; ADELBERG, Edward A. Microbiologia medica. 25. ed Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2012.</p> <p>MURRAY, P. R. PFALLER, M. A. ROSENTHAL, K. S. Microbiologia médica. 8. ed. Elsevier, 2017.</p> <p>NEVES, David Pereira; MELO, Alan Lane de et al. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo:Atheneu, 2011.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>MIMS, Cedric. PLAYFAIR, John. ROITT, Ivan. Microbiologia médica. 5. ed. São Paulo: Manole, 2014.</p> <p>TORTORA, G. J. FUNKE, B. R. CASE, C. L. Microbiologia. 12. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.</p> <p>FERREIRA, M.U; Parasitologia Contemporânea. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017</p> <p>ZAITZ, C; CAMPBELL, I; MARQUES, SA; RUIZ, LRB. Compêndio de micologia médica. 2. ed. Rio janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>REY, L. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p>

Quadro 8 – Disciplinas do 5.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Fisiopatologia I
Objetivo geral		A disciplina tem por objetivo propiciar aos graduandos a compreensão dos princípios básicos fisiológicos, o entendimento dos mecanismos envolvidos nas reações patológicas e sua aplicabilidade clínica.
Semestre	Carga	Ementa
5.º	72 h/a	Fisiopatologia cardiovascular: Hipertensão arterial sistêmica. Coronariopatias. Doenças valvulares. Insuficiências cardíacas. Fisiopatologia do aparelho digestivo: Refluxo gastroesofágico. Gastrites e úlceras pépticas. Diarreias. Pancreatites. Cirrose. Ictericia. Fisiopatologias neurológicas: Dor. Hipertensão intracraniana. Acidente vascular cerebral. Coma. Fisiopatologia hematológica: Alterações eritrocitárias. Coagulação/Anticoagulação. Anemias. Fisiopatologia pulmonar: Doenças pulmonares obstrutivas e restritivas. Hipertensão pulmonar e embolia pulmonar. Dispneia. Insuficiências respiratória.
Referências bibliográficas básicas		<p>KUMAR, Vinay et al. Robbins e Cotran: patologia – bases patológicas das doenças. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>PORTH, Carol Mattson; MATFIN, Glenn. Fisiopatologia. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>GUYTON, Arthur C. HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 11. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 12. Ed. 2011.</p> <p>HAMMER, Gary D.; MCPHEE, Stephen J. Fisiopatologia da doença: uma introdução à medicina clínica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016</p> <p>LAMOUNIER, R. N. Manual prático de diabetes : prevenção, detecção e tratamento. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>MARTINS, M. A. et al. Clínica Médica, Volume 5: Doenças Endócrinas e Metabólicas, Doenças Ósseas, Doenças Reumatológicas. Barueri, SP: Manole, 2009.</p> <p>CARVALHO, Carlos Roberto Ribeiro de; SILVA, Mauricio Rocha e. Fisiopatologia respiratória. São Paulo: Atheneu, 2006.</p>

Disciplina		Patologia I
Objetivo geral		Resolver problemas relacionados com as doenças, usando tecnologia baseada em ciências fundamentais como anatomia, bioquímica, farmacologia, fisiologia, microbiologia, genética e biologia molecular.
Semestre	Carga	Ementa
5.º	72 h/a	Introdução a patologia: Patologia celular. Hemostasia. Reparo tecidual. Distúrbios hemodinâmicos. Doenças infecciosas. Doenças genéticas. Doenças da imunidade. Neoplasias. Patologias de ambiente nutricional. Doenças da lactância e segunda infância. Patologia Forense.
Referências bibliográficas básicas		<p>COTRAN, Ramzi S.; BARBOSA, Jane Bardawil; VOEUX, Patricia Josephine. Robbins patologia estrutural e funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.</p> <p>KUMAR, Vinay et al. Robbins e Cotran: patologia – bases patológicas das doenças. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. Patologia: processos gerais. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: patologia geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>HANSEL, E., D., DINTZIS, Z., R. Fundamentos de Rubin - Patologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>SERRANO JUNIOR, C. V.; TIMERMAN, A.; STEFANINI, E. Tratado de cardiologia SOCESP. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.</p> <p>WARDT., J.; WARD, J.; LEACH, R. M. Fisiologia Básica do Sistema Respiratório. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.</p> <p>PEREZ, Erika. Fundamentos de Patologia. São Paulo: Érica, 2014.</p>
Disciplina		Propedêutica Médica II
Objetivo geral		Contribui para aprendizado de coleta de anamnese e execução de exame físico
Semestre	Carga	Ementa
5.º	90 h/a	Introdução a Semiologia: Anamnese e Exame físico geral. Semiologia Geral: cabeça e pescoço. Sinais vitais. Cardiológica. Pulmonar. Abdominal. Musculo esquelética. Neurológica.

Referências bibliográficas básicas		<p>PORTO, Celmo , Celeno. Semiologia médica. 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.</p> <p>BICKLEY, Lynn S.; SZILAGYI, Peter G. Bates propedêutica médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>MARTINS, Milton Arruda et al. Clínica Médica, Volume 2: Doenças Cardiovasculares, Doenças Respiratórias, Emergências e Terapia Intensiva. 2. ed. Barueri: Manole, 2016.</p> <p>CAMPANA, A. O. Exame clínico: sintomas e sinais em clínica médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>BARROS, A.L.B.L. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>Bear, Mark F. Neurociências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.</p>
Disciplina		Psiquiatria I
Objetivo geral		Proporcionar ao aluno uma formação em Psiquiatria que lhe dê embasamento teórico e prático para diagnosticar e tratar os transtornos mentais em assistência primária.
Semestre	Carga	Ementa
5.º	90 h/a	História em Psiquiatria. Semiologia psiquiátrica. Psicopatologia. Nosologia psiquiátrica. Psicofarmacologia. Aspectos psiquiátricos da infância. Adolescência e velhice. Emergências psiquiátricas. Psiquiatria social e reabilitação.
Referências bibliográficas básicas		<p>CATALDO NETO, Alfredo; GAUER, Gabriel José Chittó; FURTADO, Nina Rosa (Orgs.). Psiquiatria para estudantes de medicina. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2013.</p> <p>DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.</p> <p>SADOCK, Benjamim James; SADOCK, Virginia Alcott. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p>

Referências bibliográficas complementares		<p>ELKIS, H.; LOUZÃ NETO, M. R. (Org.). Psiquiatria básica. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>BARNHILL, W., J. Casos Clínicos do DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>ANDREASEN, Nancy C., BLACK, Donald W. Introdução a Psiquiatria. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.</p> <p>ALVARENGA, P.ANDRADE, A. Fundamentos em Psiquiatria. Barueri, SP: Manole, 2008.</p>
Disciplina		Práticas de Enfermagem
Objetivo geral		Proporcionar aos alunos o conhecimento teórico-prático e destreza manual básica de técnica operatória, anestesiologia e enfermagem de modo que, ao final do período, tenham condições de frequentar o ambiente hospitalar e cirúrgico com desenvoltura e continuar a formação médica com grande bagagem de conhecimentos na área.
Semestre	Carga	Ementa
5.º	36 h/a	<p>Processo evolutivo da enfermagem e sua atuação na equipe de saúde. Biossegurança. Medidas de prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde. Medidas de prevenção de Infecções de Sítio Cirúrgico. Processamento de materiais e produtos para a saúde. Higienização das mãos. Antissepsia cirúrgica das mãos. Paramentação cirúrgica. Instrumentação cirúrgica. Técnicas relacionadas às vias de administração de medicamentos. Técnicas de aspiração de vias aéreas. Técnicas relacionadas com as necessidades de alimentação e de eliminações dos pacientes. Técnica de punção venosa para acesso periférico e cuidados com a infusão de fluidoterapia. Técnica de coleta de sangue venoso e arterial para exames laboratoriais. Cuidados com ostomias. Medidas de prevenção de lesões por pressão.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>WOLD, Gloria. Enfermagem gerontológica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>POTTER, Patricia Ann; PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de enfermagem. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p>

		TIMBY, Barbara Kuhn. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
Referências bibliográficas complementares		<p>SOARES, Maria Moraes, GERELLI, Anacira Maria, AMORIM, Andréia Sousa. Enfermagem: Cuidados básicos ao indivíduo hospitalizado. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010.</p> <p>FISCHBACH, Frances Talaska, DUNNING, Marshall Barnett. Exames Laboratoriais e Diagnósticos em Enfermagem. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>TAYLOR, C.; LEMONE, P.; LILIS, C. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>MARTY, Elizângela; MARTY, M, R. Materiais, Equipamentos e Coleta - Procedimentos Básicos de Análises Laboratoriais. São Paulo, Érica, 2014.</p> <p>SANTOS, N. C. M. Enfermagem em Pronto Atendimento - Urgência e Emergência. São Paulo: Érica, 2014.</p>
Disciplina	Técnica Operatória e Anestesiologia	
Objetivo geral	Proporcionar aos alunos o conhecimento teórico-prático e destreza manual básica de técnica operatória, anestesiologia e enfermagem de modo que, ao final do período, tenham condições de frequentar o ambiente hospitalar e cirúrgico com desenvoltura e continuar a formação médica com grande bagagem de conhecimentos na área.	
Semestre	Carga	Ementa
5.º	144 h/a	<p>Técnica Operatória: História da cirurgia. Conceitos, nomina e nomenclatura, princípios de assepsia e antisepsia aplicados, organização do centro cirúrgico e equipe cirúrgica. Instrumentos cirúrgicos e instrumentação, Tipos de agulhas, nós e suturas. Diérese. Hemostasia. Síntese. Cicatrização. Bioterismo e cuidados com animais de laboratório. Flebotomia e acesso venoso profundo. Pequenas cirurgias e princípios básicos de cirurgia aplicada. Ferimentos e classificação de feridas. Princípios da cirurgia torácica. Biópsia Pleural e Pulmonar. Drenagem de tórax e traqueostomia. Princípios das cirurgias abdominais, Laparotomias, drenos abdominais e sondas. Nefrectomia e Esplenectomia. Princípios de cirurgia do aparelho digestivo: cirurgia intestinal, cirurgia do fígado e vias bilíres, cirurgias do esôfago e estômago. Princípios de cirurgia vídeo-laparoscópica.</p>

	<p>Anestesiologia: História e objetivos da anestesiologia. Avaliação e medição pré-anestésica. Monitorização do paciente anestesiado. Equipamento de anestesia. Manutenção de vias aéreas e intubação traqueal. Anestesia inalatória. Farmacologia dos anestésicos locais. Bloqueios de nervos periféricos, subaracnóideo e peridural. Anestesia venosa. Bloqueadores neuromusculares. Sala de recuperação pós-anestésica. Controle de dor pós-operatória aguda e crônica. Anestesia para animais de experimentação e cirurgias demonstrativas.</p>
<p>Referências bibliográficas básicas</p>	<p>MARQUES, Ruy Garcia. Técnica operatória e cirurgia experimental. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>GOFFI, Fabio Schmidt. Técnica cirúrgica: bases anatômicas, fisiopatológicas e técnicas da cirurgia. 4. Ed. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>TOWNSEND, Courtney M. et al. Sabiston tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>TOWNSEND, Courtney M. et al. Sabiston tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	<p>SOCIEDADE DE ANESTESIOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Organizador). Tratado de anestesiologia SAESP. 6. ed. São Paulo: Atheneu; 2007. v. 1</p> <p>SOCIEDADE DE ANESTESIOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Organizador). Tratado de anestesiologia SAESP. 6. ed. São Paulo: Atheneu; 2007. v. 2</p> <p>Stoelting RK, Miller RD. Bases de anestesia. 4. ed. São Paulo: Roca, 2004.</p> <p>AULER JUNIOR, J. O. C. et al. (ed.). Anestesiologia básica: manual de anestesiologia, dor e terapia intensiva. Barueri, SP: Manole, 2011.</p> <p>Braz JRC, Castiglia YMM. Temas de Anestesiologia: para o curso de graduação em medicina. 2. ed. Editora UNESP: Artes Médicas. São Paulo 2000.</p>
<p>Disciplina</p>	<p>Epidemiologia Clínica e Medicina Baseada em Evidência I</p>

Objetivo geral		Ao final da disciplina o aluno deverá conhecer os princípios da quantificação em Medicina e avaliar metodologicamente uma publicação científica para dar a ela o peso da verdade que ela pode expressar.
Semestre	Carga	Ementa
5.º	54 h/a	Conceito de Epidemiologia Clínica e Medicina Baseada em Evidências. Construção de questões clínicas. Busca de informações em bases de dados. Leitura crítica de estudos em saúde. Erros aleatórios e sistemáticos. Confundidores e modificadores de efeito. Delineamentos de estudos clínicos.
Referências bibliográficas básicas		<p>FLETCHER, Robert H.; FLETCHER, Suzanne W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>GUYATT, G. et al. Diretrizes para utilização da literatura médica: fundamentos para a prática clínica baseada em evidências. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e saúde. 8. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2018.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>FRANCO, Laércio Joel, PASSOS, Afonso Dinis (orgs.). Fundamentos de Epidemiologia 2. ed. Manole, 2011.</p> <p>PEREIRA, Maurício Gomes, GALVÃO, Taís Freire, SILVA, Marcus Tolentino. Saúde Baseada em Evidências. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>ROTHMAN, K. J.; GREENLAND, S.; LASH, T. L. Epidemiologia moderna. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>JEKEL, James S. ELMORE, Joann G. KATZ, David L. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005</p>
Disciplina		Clínica Médica I
Objetivo geral		Propiciar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para a realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico e prevenção para as moléstias clínicas mais prevalentes na população. Conhecer as especificidades das especialidades clínicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem com suas indicações e limitações. Relacionar os conhecimentos obtidos à realidade socioeconômica brasileira e ao sistema de saúde pública.

Semestre	Carga	Ementa
5.º	90 h/a	<p>Neurologia: Revisão de anatomia do sistema nervoso e neurofisiologia. Patogênese e patologia das doenças neurológicas. Diagnóstico diferencial das doenças neurológicas. Tratamento clínico das patologias neurológicas mais prevalentes. Epidemiologia e prevenção dos acidentes vasculares cerebrais. Emergências neurológicas. Síndromes extrapiramidais. Doenças cérebro-vasculares. Doenças inflamatórias e infecciosas do sistema nervoso. Síndromes desmielinizantes. Epilepsias. Doenças neuromusculares e do sistema nervoso periférico. Tumores intracranianos.</p> <p>Princípios de Geriatria: Alterações morfológicas e funcionais do envelhecimento. Teorias do envelhecimento. Problemas psicossociais do envelhecimento. Manejo do paciente geriátrico. Compreensão dos problemas característicos do idoso. A morte como fenômeno vital. Terapêutica do idoso. Demência. Depressão. Vacinação. Políticas públicas.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>PORTO, Celmo Celso, PORTO, Arnaldo Lemos. Vademecum de Clínica Médica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>CHABNER, Bruce, LONGO, Dan. Manual de Oncologia de Harrison. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.</p> <p>VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. Tratado de infectologia. São Paulo: Atheneu, 1997. v. 1</p>

		<p>VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. Tratado de infectologia. Sao Paulo: Atheneu, 1997. v. 2</p> <p>SALOMÃO, Reinaldo. Infectologia: Bases Clínicas e Tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>MANDELL, Gerald L; BENNETT, John E.; DOLIN, Raphael. Mandell, Douglas, and Bennett's principles and practice of infectious diseases. 5.ed New York: Churchill Livingstone, 2000. v. 1</p> <p>MANDELL, Gerald L; BENNETT, John E.; DOLIN, Raphael. Mandell, Douglas, and Bennett's principles and practice of infectious diseases. 5.ed New York: Churchill Livingstone, 2000. v. 2</p>
Disciplina		Clínica Cirúrgica I
Objetivo geral		Fornecer ao aluno as informações básicas necessárias ao conhecimento dos temas relevantes e prevalentes em todas as disciplinas relacionadas à prática da cirurgia, assim como seus princípios básicos comuns.
Semestre	Carga	Ementa
5.º	90 h/a	<p>Princípios de Cirurgia: Resposta endócrina metabólica ao trauma. Distúrbios hidroeletrólíticos em pacientes cirúrgicos. Nutrição em cirurgia. Cuidados pré-operatórios. Infecções em cirurgia. Analgesia pós-operatória. Princípios do tratamento de feridas. Cicatrização. Princípios de atendimento ao trauma. Feridas acidentais. Cirurgia endoscópica. Dor. Cirurgia ambulatorial. Cirurgia laparoscópica. Complicações pós-operatórias. Segurança em cirurgias. Princípios de cirurgia plástica. Queimaduras. Princípios da cirurgia oftalmológica. Princípios da cirurgia oncológica.</p> <p>Ortopedia e Traumatologia: Anatomia cirúrgica e propedêutica da coluna. Patologias da coluna. Patologias cirúrgicas do quadril. Patologias cirúrgicas do joelho. Patologias cirúrgicas do tornozelo e pé. Doenças neuromusculares.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>

	<p>SAAD JÚNIOR, Roberto et al. Tratado de cirurgia do CBC. Porto Alegre: Atheneu, 2011.</p> <p>RIORDAN-EVA, Paul; WHITCHER, John P. Oftalmologia geral de Vaughan e Asbury. 17. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>DANTAS, Altamir Morterá. Essencial em Oftalmologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>Barros Filho, TEP & Lech, O - Exame Físico em Ortopedia. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2017.</p> <p>Herbet, S e Col - Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.</p> <p>MÉLEGA, J. M.; VITERBO, F.; MENDES, F. H. Cirurgia plástica: os princípios e a atualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>UTIYAMA, E. M.; RASSLAN, S.; BIROLINI, D. Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma 10. Barueri, SP: Manole, 2018.</p>

Quadro 9 – Disciplinas do 6.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Patologia II
Objetivo geral		Resolver problemas relacionados com as doenças, usando tecnologia baseada em ciências fundamentais como anatomia, bioquímica, farmacologia, fisiologia, microbiologia, genética e biologia molecular.
Semestre	Carga	Ementa
6.º	90 h/a	Macroscopia e microscopia de alterações anatomopatológicas nos seguintes órgãos e sistemas: Patologia pulmonar, renal, sistema genital masculino, sistema nervoso central, sistema genital feminino incluído doenças placentárias e patologia mamária e dermatopatologia.
Referências bibliográficas básicas		<p>COTRAN, Ramzi S.; BARBOSA, Jane Bardawil; VOEUX, Patricia Josephine. Robbins patologia estrutural e funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p> <p>KUMAR, Vinay et al. Robbins e Cotran: patologia – bases patológicas das doenças. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. Patologia: processos gerais. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.</p>

Referências bibliográficas complementares		<p>CBO. Fisiologia, Farmacologia e Patologia Ocular. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p> <p>MEDRADO, Leandro. Carcinogênese: Desenvolvimento, Diagnóstico e Tratamento das Neoplasias. Érica, 2015.</p> <p>MARTINS, Milton Arruda, CARRILHO, Flair José, ALVES, Venâncio Ferreira, CASTILHO, Euclid. Clínica Médica, Volume 5: Doenças Endócrinas e Metabólicas, Doenças Osteometabólicas, Doenças Reumatológicas. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2016.</p> <p>MARTINS, Nelson Valente. Patologia do Trato Genital Inferior: Diagnóstico e Tratamento. 2. ed. Roca, 2014.</p>
Disciplina		Propedêutica Médica III
Objetivo geral		Contribui para aprendizado de coleta de anamnese e execução de exame físico
Semestre	Carga	Ementa
6.º	90 h/a	História clínica e exame físico geral: noções teóricas e treinamento prático. Aspectos de interesse semiotécnico e diagnóstico diferencial das patologias em geral. Anotação Médica : amamnese e Exame Físico. Exame físico especial. Hipótese diagnóstica e tratamento das doenças encontradas (enfermarias).
Referências bibliográficas básicas		<p>BICKLEY, Lynn S.; SZILAGYI, Peter G. Bates propedêutica médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>PORTO, Celmo , Celeno. Semiologia médica. 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>ROENN, VON, Jaime H., PAICE, A., PREODOR, E. CURRENT: Dor. Porto Alegre: ArtMed, 2011.</p> <p>KAPLAN, Norman M., VICTOR, Ronald G. Hipertensão Clínica de Kaplan. 10. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2012.</p> <p>BICKLEY, Lynn S.; SZILAGYI, Peter G. Bates, propedêutica médica essencial: avaliação clínica, anamnese, exame físico. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015</p>

		KRYMCHANTOWSKI, Abouch Valenty. Cefaléias primárias: como diagnosticar e tratar : abordagem prática e objetiva. São Paulo: Lemos Editorial, 2002.
Disciplina	Epidemiologia Clínica e Medicina Baseada em Evidência II	
Objetivo geral	Ao final da disciplina o aluno deverá conhecer os princípios da quantificação em Medicina e avaliar metodologicamente uma publicação científica para dar a ela o peso da verdade que ela pode expressar.	
Semestre	Carga	Ementa
6.º	54 h/a	Revisões sistemáticas e metanálises. Estudos sobre diagnóstico. Validade interna e externa. Relevância Clínica de resultados de estudos clínicos. Diretrizes clínicas. Nível de evidência e força de recomendação.
Referências bibliográficas básicas	<p>FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>GUYATT, G. <i>et al.</i> Diretrizes para utilização da literatura médica: fundamentos para a prática clínica baseada em evidências. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>SACKETT, D. L. Medicina baseada em evidências: prática e ensino. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p>	
Referências bibliográficas complementares	<p>FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>GUYATT, G. <i>et al.</i> Diretrizes para utilização da literatura médica: fundamentos para a prática clínica baseada em evidências. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>GREENHALGH, Trisha. Como ler artigos científicos: fundamentos da medicina baseada em evidências . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015.</p>	
Disciplina	Clínica Médica II	
Objetivo geral	Propiciar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para a realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico e prevenção para as moléstias clínicas mais prevalentes na população. Conhecer as especificidades das especialidades clínicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem com suas indicações e limitações.	

		Relacionar os conhecimentos obtidos à realidade socioeconômica brasileira e ao sistema de saúde pública.
Semestre	Carga	Ementa
6.º	180 h/a	<p>Princípios de Oncologia: Biologia dos tumores. Oncogênese. Epidemiologia do Câncer. Diagnóstico das neoplasias mais prevalentes. Princípios gerais da terapêutica antineoplásicas. Prevenção do câncer.</p> <p>Infectologia: As doenças microbianas. Patogênese das manifestações sistêmicas nas doenças infecciosas. O choque séptico. A resposta imune. O diagnóstico das doenças infecciosas. Princípios gerais da terapêutica anti-infecciosa. Prevenção e tratamento das infecções hospitalares.</p> <p>Saúde do Trabalhador: Relações entre trabalho, saúde e doenças dos trabalhadores. Segurança em medicina do trabalho. Legislação trabalhista no Brasil.</p> <p>Endocrinologia: Revisão de fisiologia e anatomia glandular. Propedêutica endocrinológica. Endocrinopatias mais prevalentes. Diabetes. Obesidade. Distúrbios da tireóide. Metabolismo ósseo. Diabetes mellitus. Crescimento. Envelhecimento. Princípios de terapêutica endócrina. Dislipidemias. Fisiologia da nutrição. Nutrição como terapêutica.</p> <p>Gastroenterologia: Noções clínicas das principais doenças do esôfago, estômago, duodeno, intestino grosso, intestino delgado, canal anal e ânus, fígado, vias e pâncreas. Noções gerais sobre nutrição parenteral e enteral. Propedêutica em gastroenterologia. Terapêutica gastroenterológica.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Vol. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 23. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Vol. 2</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 17. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2008. Vol. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 17. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2008. Vol. 2</p> <p>LOPES, Antonio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. São Paulo: Roca, 2006. Vol. 1</p>

		<p>LOPES, Antonio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. São Paulo: Roca, 2006. Vol. 2</p> <p>LOPES, Antonio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. São Paulo: Roca, 2006. Vol. 3</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>WILSON, Jean D et al. Williams textbook of endocrinology. 9.ed. Philadelphia, US: W.B.Saunders, 1998.</p> <p>SLEISENGER and Fordtran's gastrointestinal and liver disease: pathophysiology, diagnosis, management. 6.ed. Philadelphia, US: W. B. Saunders, 1997. v. 1</p> <p>SLEISENGER and Fordtran's gastrointestinal and liver disease: pathophysiology, diagnosis, management. 6.ed. Philadelphia, US: W. B. Saunders, 1997. v. 2</p> <p>BRENNER, Barry. Brenner and Rector's the kidney. 6.ed. Philadelphia, US: W.B.Saunders, 2000. v. 1</p> <p>BRENNER, Barry. Brenner and Rector's the kidney. 6.ed. Philadelphia, US: W.B.Saunders, 2000. v. 2</p> <p>ZATZ, Roberto. Fisiopatologia renal. Sao Paulo: Atheneu, 2000.</p> <p>SAMPAIO, Sebastião de A. Prado; RIVITTI, Evandro A. Dermatologia. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2008.</p>
Disciplina		Clínica Cirúrgica II
Objetivo geral		<p>Fornecer ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico para as moléstias relacionadas a pratica da cirurgia assim como suas relações clinico cirúrgicas, enfatizando o diagnostico diferencial e as indicações cirúrgicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem como sua indicação e limitações.</p>
Série	Carga	Ementa
6.º	90 h/a	<p>Medicina de Urgência: Atendimento inicial ao politrauma. Trauma na gestate, Trauma torácico. Traumatismo cranio-encefálico. Trauma bucomaxilofacial. Trauma urológico. Trauma pediátrico. Trauma vascular. Trauma abdominal.</p> <p>Ortopedia e Traumatologia: Semiologia do aparelho locomotor. Patologias e fraturas do membro superior. Patologias do quadril da</p>

		<p>criança e adolescentes. Patologias da mão. Fratura na criança. Patologias do pé na criança e no adolescente. Oncologia em ortopedia.</p> <p>Oftalmologia: Anatomia e fisiologia visual. Doenças sistêmicas e o olho. Doença vascular ocular. O olho e as drogas medicamentosas. Catarata. Glaucoma. Infecções oculares. Inflamações oculares. Trauma ocular. Retinopatias da prematuridade. Doenças da córnea.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>COHEN, Moisés (Org.). Tratado de ortopedia. São Paulo: Roca, 2007.</p> <p>SAAD JÚNIOR, Roberto et al. Tratado de cirurgia do CBC. Porto Alegre: Atheneu, 2015.</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>TOY, Eugene C., LIU, Terrence H., CAMPBELL, Andre R. Casos Clínicos em Cirurgia. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p> <p>HIGA, Elisa Suemitsu et al. (Coord.). Guia de Medicina de Urgência. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>AVANZI, Osmar (Org). Ortopedia e traumatologia: conceitos básicos, diagnóstico e tratamento . 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.</p> <p>Barros Filho, TEP & Lech, O - Exame Físico em Ortopedia. 3. ed. Sao Paulo: Sarvier, 2017.</p> <p>Herbet, S e Col - Ortopedia e Traumatologia: Princípios e Prática. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.</p> <p>UTIYAMA, E. M.; RASSLAN, S.; BIROLINI, D. Atualização em cirurgia geral, emergência e trauma 10. Barueri, SP: Manole, 2018.</p> <p>REIS, F. B. Fraturas. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.</p>
Disciplina		Fisiopatologia II
Objetivo geral		A disciplina tem por objetivo propiciar aos graduandos a compreensão dos princípios básicos fisiológicos, o entendimento dos mecanismos envolvidos nas reações patológicas e sua aplicabilidade clínica.
Semestre	Carga	Ementa

6.º	54 h/a	<p>Fisiopatologia endócrina: Cetoacidose diabética. Diabetes. Osteoporose. Distúrbios adrenocorticais. Doenças tireoidianas. Obesidade. Hormônios.</p> <p>Fisiopatologias nefrológica: Insuficiência renal aguda e crônica. Edema. Doenças renais obstrutivas. Distúrbios tubulares e intersticiais.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>GUYTON, Arthur C. HALL, John E. Tratado de fisiologia médica. 11. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 12. Ed. 2011.</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>PORTH, Carol Mattson; MATFIN, Glenn. Fisiopatologia. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>KUMAR, Vinay et al. Robbins e Cotran: patologia – bases patológicas das doenças. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>MARTINS, Milton Arruda et al. Clínica Médica, Volume 3: Doenças Hematológicas, Oncologia, Doenças Renais. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2016.</p> <p>RIELLA, M. C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólíticos. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>LERMA, Edgar V. Current diagnóstico e tratamento nefrologia e hipertensão. Porto Alegre: AMGH, 2012.</p> <p>CARVALHO, Carlos Roberto Ribeiro de; SILVA, Mauricio Rocha e, 1910 (Editor da série). Fisiopatologia respiratória. São Paulo: Atheneu, 2006.</p>
Disciplina		Psiquiatria II
Objetivo geral		Proporcionar ao aluno uma formação em Psiquiatria que lhe dê embasamento teórico e prático para diagnosticar e tratar os transtornos mentais em assistência primária.
Semestre	Carga	Ementa
6.º	90 h/a	Transtornos de personalidade. Aspectos psiquiátricos da gestação, parto e puerpério. Suicídio. Esquizofrenia. Transtorno déficit de atenção com hiperatividade. Outros transtornos psicóticos. Aspectos éticos e

		legais. Transtornos psiquiátricos no idoso. Reação ao estresse e ajustamento. Semiologia em psiquiatria.
Referências bibliográficas básicas		SADOCK, Benjamim James; SADOCK, Virginia Alcott. Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica . 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. CATALDO NETO, Alfredo; GAUER, Gabriel José Chittó; FURTADO, Nina Rosa (Orgs.). Psiquiatria para estudantes de medicina . Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2013. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
Referências bibliográficas complementares		BECK, Aaron T. Terapia Cognitiva dos Transtornos da Personalidade . 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017 BOTEGA, Neury José. Crise suicida . Porto Alegre: ArtMed, 2015. CORDIOLI, Aristides Volpato (Organizador). Psicoterapias: abordagens atuais . 3. ed. Porto Alegre: Artmed , 2009. RANGÉ, Bernard (Organizador). Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. GABBARD, Glen O. Tratamento dos Transtornos Psiquiátricos . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
Disciplina		Imagenologia
Objetivo geral		Proporcionar ao estudante de medicina o conhecimento dos principais métodos de diagnóstico por imagem, das bases de anatomia radiológica, bem como a utilidade destes métodos no diagnóstico dos diferentes processos patológicos clínicos e cirúrgicos.
Semestre	Carga	Ementa
6.º	72 h/a	Introdução à Radiologia. Neurorradiologia. Radiologia: sistema músculo-esquelético; abdômen; torácica;trato urinário; diagnóstico da mulher; pediátrica. Técnicas avançadas.
Referências bibliográficas básicas		BRANT, William E.; HELMS, Clyde A. (Orgs.). Fundamentos de radiologia: diagnóstico por imagem . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

		<p>JUHL, John H.; CRUMMY, Andrew B.; KUHLMAN, Janet E. Interpretação radiológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.</p> <p>MELLO JUNIOR, Carlos Fernando de. Radiologia básica. Rio de Janeiro: Revinter, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>CAMARGO, Renato. Radioterapia e Medicina Nuclear: Conceitos, Instrumentação, Protocolos, Tipos De Exames e Tratamentos. São Paulo: Érica, 2015.</p> <p>GEBRIM, Eloisa Santiago, CHAMMAS, Maria Cristina, GOMES, Regina Elia. Radiologia e Diagnóstico por Imagem - Cabeça e Pescoço. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>FUNARI, Marcelo Buarque Gusmão. Série Radiologia e Diagnóstico por Imagem - Diagnóstico por Imagem das Doenças Torácicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.</p> <p>PRANDO, Adilson; MOREIRA, Fernando A. (Edit.). Fundamentos de radiologia e diagnóstico por imagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015</p>
Disciplina		Farmacologia Clínica I
Objetivo geral		Capacitar o aluno para o uso racional dos fármacos antimicrobianos abordando as síndromes infecciosas com maior prevalência e importância na prática clínica na atenção primária à saúde
Semestre	Carga	Ementa
6.º	72 h/a	Farmacologia dos antimicrobianos. Farmacologia clínica dos analgésicos opioides e não opioides. Farmacologia clínica dos medicamentos ansiolíticos, antidepressivos, antipsicóticos e antiparkinsonianos.
Referências bibliográficas básicas		<p>DALE, M. M. et al. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Coord). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>GOODMAN, Louis Sanford et al. (Orgs.). As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman. 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016.</p>

Referências bibliográficas complementares	<p>KATZUNG, B. G. Farmacologia básica e clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2017.</p> <p>TOY, Eugene et al. Casos clínicos em farmacologia. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.</p> <p>BARROS, E.; BARROS, H. M. T. Medicamentos na prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>SANTOS, Luciana dos, TORRIANI, Mayde S., BARROS, Elvino. Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica. Porto Alegre: ArtMed, 2013.</p>
--	--

Quadro 10 – Disciplinas do 7.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Pediatria
Objetivo geral		Conhecer os processos biológicos dos vários órgãos e sistemas corpóreos, assim como o impacto dos fatores ambientais e sociais sobre a saúde e o bem-estar da mulher e da criança.
Semestre	Carga	Ementa
7.º	198 h/a	Pediatria Social. Alergo-pneumologia pediátrica. Neonatologia. Neurologia pediátrica. Infectologia pediátrica. Gastroenterologia e nutrição em pediatria. Emergências pediátricas. Outros temas em pediatria: Atrites na infância; Infecções no trato urinário; Miocardiopatias; Febre reumática; Distúrbios: da visão, fala e audição; ortopedia pediátrica; Síndrome nefrótica e nefrítica; hipertensão na infância; doenças metabólicas congênitas. Puberdade atrasada e precoce. Distúrbios do crescimento e puberdade. Tutoria em Pediatria.
Referências bibliográficas básicas		<p>BEHRMAN, Richard E.; KLIEGMAN, Robert M.; JENSON, Hal B. Nelson: textbook of pediatrics. 20. ed. Filadélfia: W. B. Saunders, 2016. v. 1</p> <p>BEHRMAN, Richard E.; KLIEGMAN, Robert M.; JENSON, Hal B. Nelson: textbook of pediatrics. 20. ed. Filadélfia: W. B. Saunders, 2016. v. 2</p> <p>LOPEZ, Fabio Ancona; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio (Organizador). Tratado de pediatria. Barueri, SP: Manole 2016. v. 1</p> <p>LOPEZ, Fabio Ancona; CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio (Organizador). Tratado de pediatria. Barueri, SP: Manole 2016. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 1</p>

		<p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004. v. 3</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>RODRIGUES, Luciana Silva. Diagnóstico em Pediatria. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>WEFFORT, Virgínia Silva, LAMOUNIER, Joel (coords.). Nutrição em Pediatria: da Neonatologia à Adolescência. Manole, 2010.</p> <p>RODRIGUES, Yvon Toledo. Semiologia pediátrica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>HALPERN, Ricardo (ed.). Manual de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Manole, 2015.</p> <p>ISSLER, Hugo; LEONE, Claudio (coord.); MARCONDES, Eduardo. Pediatria na atenção primária. São Paulo: SARVIER, 2002.</p> <p>AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Committee on the Control of Infectious Diseases. Red book: 2003, relato do Comitê de Doenças Infecciosas. 26. ed Rio de Janeiro: EDUC, 2004 3 v.</p>
Disciplina		Clínica Médica III
Objetivo geral		<p>Propiciar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico e prevenção para as moléstias clínicas mais prevalentes na população. Conhecer as especificidades das especialidades clínicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem como sua indicação e limitações. Relacionar os conhecimentos obtidos à realidade socioeconômica da população brasileira e ao sistema de saúde pública. Capacitar os alunos para o reconhecimento e tratamento das afecções dermatológicas rotineiras do clínico geral.</p>
Semestre	Carga	Ementa
7.º	306 h/a	<p>Reumatologia: Laboratório em Reumatologia; Antiinflamatórios; Artrite Reumatóide; Doenças reumáticas relacionadas a Infecções; Espondiloartrites; Doenças do tecido Conjuntivo; Vasculites sistêmicas; Doença Degenerativa Articular (Osteoartrite); Doenças Osteometabólicas; Vitamina D; Síndromes Dolorosas regionais e difusas; Doenças da Coluna Vertebral.</p>

	<p>Pneumologia: Revisão de anatomia e fisiologia do trato respiratório. Propedêutica torácica. Pneumonias. Doenças pulmonares obstrutivas crônicas. Pleuropatias. Carcinoma brônquico. Tumores benignos e malignos do mediastino. Embolia pulmonar. Traumatismo torácico. Princípios de terapêutica. Clínica e cirurgia das pneumopatias reumáticas.</p> <p>Hematologia: Hematopoiese. Fisiopatologia geral das anemias. Anemias hemolíticas. Mecanismos gerais da hemostasia e coagulopatias. Doenças linfoproliferativas e leucoses. Indicações e complicações das transfusões de sangue e derivados. Terapêutica hematológica.</p> <p>Patologia: Macroscopia e microscopia de alterações anatomopatológicas nos seguintes órgãos e sistemas: Patologia cardíaca, hematopatologia, endocrinopatologia, patologias do trato gastrointestinal, patologia hepática, de vias biliares e pancreática. Tutorias em clínica médica.</p>
<p>Referências bibliográficas básicas</p>	<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	<p>SCHMITZ, Paul G. Rins: uma abordagem integrada à doença. Porto Alegre: AMGH, 2012.</p> <p>IMBODEN, John B., STONE, John H. CURRENT Reumatologia. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.</p> <p>AZULAY, Luna et al. Atlas de dermatologia: da semiologia ao diagnóstico. Rio de Janeiro: Elsevier; 2007</p>

	<p>SANTOS, Oscar Fernando Pavão dos; MONTE, Julio César Martins; ASSUNÇÃO, Murilo Santucci Cesar de (Coord.). Terapia intensiva: uma abordagem baseada em casos clínicos. Barueri, SP: Manole, 2011</p> <p>RIELLA, Miguel Carlos. Princípios de nefrologia e distúrbios hidroeletrolíticos. 6. ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>LERMA, Edgar V., BERNS, Jeffrey S., NISSENSON, Allen R. CURRENT: Nefrologia e Hipertensão. AMGH,2012.</p>	
Disciplina	Clínica Cirúrgica III	
Objetivo geral	<p>Fornecer ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico para as moléstias relacionadas a prática da cirurgia assim como suas relações clínico cirúrgicas, enfatizando o diagnóstico diferencial e as indicações cirúrgicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem como sua indicação e limitações.</p>	
Semestre	Carga	Ementa
7.º	144 h/a	<p>Cirurgia Urológica: Exame urológico. Sistemas e sinais em anatomia e de sistema urogenital. Embriologia do trato urogenital. Obstrução e êstase. Infecção urinária. Tumores do trato urogenital. Tumores de próstata. Litíase urinária. Traumatismo do sistema urogenital. Patologia urológica da mulher. Patologia do pênis , uretra, escroto e testículo. Hipertensão renovascular. Observação Clínica em urologia. Doenças sexualmente transmissíveis.</p> <p>Cirurgia Torácica: Introdução. Bases anatômicas para cirurgia torácica. Métodos, diagnósticos e procedimentos operatórios em cirurgia torácica. Traumatismo torácico. Câncer de pulmão. Processos inflamatórios cirúrgicos do pulmão, cavidade pleural e mediastino. Transplante.</p> <p>Cirurgia Otorrinolaringológica: Anatomia e fisiologia da orelha, nariz e seio paranasais. Doenças da orelha interna, média e externa. Diagnóstico e tratamento de doenças otorrinolaringológicas prática médica. Anatomia e fisiologia da boca e faringe. Diagnóstico e tratamento de doenças otorrinolaringológicas da boca, faringe, e da cabeça e pescoço. Tutorias cirúrgicas</p>

Referências bibliográficas básicas		<p>COHEN, Moisés (Org.). Tratado de ortopedia. São Paulo: Roca, 2007.</p> <p>SAAD JÚNIOR, Roberto et al. Tratado de cirurgia do CBC. 2. ed. Porto Alegre: Atheneu, 2015.</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>BRAGANHOLO, Larissa (coord.). Manual de Condutas e Práticas de Fisioterapia em Oncologia: Câncer de Pulmão. Barueri, SP: Manole, 2017.</p> <p>DANI, Renato, PASSOS, Maria do Friche. Gastroenterologia Essencial. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>BERTOLLI, Eduardo; CARVALHEIRO, Fábio; HORA, José Américo Bacchi. R3 clínica cirúrgica: gastroenterologia. São Paulo: Medcel, 2011. v. 1</p> <p>PAULUCCI, Bruno Peres; LEVISCHI JÚNIOR, Carlos Eduardo; SMITH, Rodney B. R3 clínica cirúrgica: cirurgia de cabeça e pescoço, otorrinolaringologia, cirurgia torácica. São Paulo: Medcel, 2012.</p> <p>BRACKMANN, Derald E.; SHELTON, Clough; ARRIAGA, Moises A. Otologic surgery. 3. ed. Philadelphia, US: Saunders Elsevier, 2010</p>
Disciplina		Farmacologia Clínica II
Objetivo geral		Capacitar o aluno para o uso racional de medicamentos abordando as principais entidades clínicas e os principais grupos de medicamentos com ênfase na atenção primária à saúde.
Semestre	Carga	Ementa
7.º	36 h/a	Farmacologia do sistema gastrointestinal. Farmacologia do sistema cardiovascular. Farmacologia do sistema endócrino.
Referências bibliográficas básicas		<p>DALE, M. M. et al. Farmacologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Coord). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p>

		GOODMAN, Louis Sanford et al. (Orgs.). As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman e Gilman . 12. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016.
Referências bibliográficas complementares		BARROS, Elvino. Medicamentos de A a Z . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016. GRAEFF, Frederico Guilherme; GUIMARAES, Francisco Silveira. Fundamentos de psicofarmacologia . Sao Paulo: Atheneu, 2001. BARROS, E.; BARROS, H. M. T. Medicamentos na prática clínica . Porto Alegre: Artmed, 2010. LARINI, Lourival. Fármacos e medicamentos . Porto Alegre: ArtMed, 2008.
Disciplina		Medicina Legal e Deontologia Médica
Objetivo geral		Conhecer qual é o campo de atuação da Medicina Legal e Forense, seus métodos de aplicação e sua estrutura funcional. Reconhecer que a Deontologia está alicerçada em dois pilares de sustentação: a legislação ordinária - leis regulamentam as relações interpessoais nas sociedades e a tradição. Discutir os comportamentos e as linhas ideológicas que orientaram o exercício da prática médica.
Semestre	Carga	Ementa
7.º	36 h/a	Perícia médica e judicial. Toxicologia geral e forense. Antropologia forense. Sexologia forense. Traumatologia forense. Tanatologia forense. Infortunística. Psicologia forense. Psicologia judiciária. Deontologia médica e diceologia médica.
Referências bibliográficas básicas		BENFICA, Francisco Silveira; VAZ, Márcia. Medicina legal . 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal . 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. HERCULES, Hygino de C. Medicina legal: texto e atlas . São Paulo: Atheneu, 2014.
Referências bibliográficas complementares		HUSS, Matthew T. Psicologia Forense: pesquisa, prática clínica e aplicações . Porto Alegre: ArtMed, 2011. FRANÇA, Genival de. Comentários ao Código de Ética Médica . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

	<p>BIFULCO, Vera Anita, CAPONERO, Ricardo. Cuidados Paliativos: Conversas Sobre a Vida e a Morte na Saúde. Barueri, SP: Minha Editora, 2016.</p> <p>BERGESTEIN, G. A Informação na Relação Médico-paciente. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas a saúde envolvendo seres humanos. 4. ed. Brasília: CFM, 2018.</p> <p>BISCAIA, Leonardo, PAULA, Maria Carolina de. Perícia Médica - Consulta Rápida. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p>
--	---

Quadro 11 – Disciplinas do 8.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Ginecologia e Obstetrícia
Objetivo geral		Conhecer os processos biológicos dos vários órgãos e sistemas corpóreos, assim como o impacto dos fatores ambientais e sociais sobre a saúde e o bem-estar da mulher e da criança.
Semestre	Carga	Ementa
8.º	198 h/a	<p>Ginecologia: Anatomia e fisiologia dos órgãos genitais femininos. Puberdade. Planejamento familiar. Reprodução humana. Patologias associadas ao desenvolvimento sexual; patologias benignas do trato genitourinário e mama. Educação sexual. Climatério e menopausa. Endoscopia em ginecologia. Oncologia: mama, colo e corpo uterino, ovário e vulva.</p> <p>Obstetrícia: O desenvolvimento, anexos do embrião e do feto. Gravidez. Doenças sexualmente transmissíveis na gestação. Puerpério normal, patológico e lactação. Hipertensão e diabetes na grávidas. Abortos. Gravidez ectópica. Gestação múltipla. Indução do trabalho de parto e fórceps. Cesariana. Crescimento intra-uterino retardado; infecções congênitas. Morte fetal. Tutoria em Ginecologia.</p>
Referências bibliográficas básicas		<p>FREITAS, Fernando et al. Rotinas em obstetrícia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p> <p>NEME, Bussamara. Obstetrícia básica. 3. ed. São Paulo: SARVIER, 2006.</p>

		REZENDE, Jorge de; MONTENEGRO, Carlos Antônio Barbosa. Obstetrícia fundamental . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
Referências bibliográficas complementares		GLINA, Sidney. Manual Prático de Condutas em Medicina Sexual e Sexologia . São Paulo: Santos, 2013. CLOHERTY, John P., EICHENWALD, Eric C., STARK, Ann R. Manual de Neonatologia . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. RACHID, Marcia; SCHECHTER, Mauro. Manual de HIV / AIDS . 9. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revinter, 2008 FERNANDES, Eduardo, C., POMPEI, (coords.), L.D. M. Endocrinologia Feminina . Barueri, SP: Manole, 2016. PASSOS, Eduardo Pandolfi et al. (Org.). Rotinas em ginecologia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
Disciplina	Clínica Médica IV	
Objetivo geral	Propiciar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para a realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico e prevenção para as moléstias clínicas mais prevalentes na população. Conhecer as especificidades das especialidades clínicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem com suas indicações e limitações. Relacionar os conhecimentos obtidos à realidade socioeconômica brasileira e ao sistema de saúde pública.	
Semestre	Carga	Ementa
8.º	306 h/a	Nefrologia: Função renal normal. Metabolismo da água e eletrólitos. Regulação renal ácido básico. Síndrome nefrítica. Síndrome nefrótica. Rins e doenças sistêmicas. Hipertensão arterial sistêmica. Infecção Urinária. Insuficiência renal aguda. Progressão da doença renal. Insuficiência renal crônica. Diuréticos. Rins e drogas. Princípios do tratamento substitutivo da função renal. Terapia Intensiva: Sistematização do cuidado ao paciente grave. Fundamentos de monitorização neurológica, hemodinâmica e respiratória. Estado de choque e distúrbios hemodinâmicos. Sepsis e choque séptico. Ressuscitação Cardiorrespiratória e Cerebral. Coma. Hipertensão Intracraniana. Morte encefálica. Comunicação de Más Notícias. Cuidados Paliativos. Terminalidade. Analgesia e Sedação.

	<p>Delirium. Distúrbios Respiratórios no paciente grave. Noções de ventilação mecânica Invasiva e não Invasiva.</p> <p>Dermatologia: Propedêutica Dermatológica. Epidemiologia e patologia das dermatoses mais prevalentes. Doenças cutâneas infectocontagiosas. Prevenção e tratamento das doenças dermatológicas. Pele e doenças sistêmicas. Terapêutica dermatológica.</p> <p>Cardiologia: Revisão de anatomia e fisiologia cardíaca. Propedêutica cardiovascular. Cardiopatias congênitas. Valvulopatias. Insuficiência cardíaca congestiva. Doença reumática. Arteriosclerose. Síndromes coronarianas. Insuficiência coronária. Miocardiopatias. Endocardite infecciosa. Pericardiopatias. Arritmias cardíacas. Terapêutica cardiovascular Clínica e cirúrgica.Noções de tomografia e ressonância cardíaca.</p> <p>Tóxicologia: Conceitos básicos.Intoxicação por medicamentos, por pesticidas e agrotóxicos; por produtos químicos e domiciliares. Agente metaemoglobinizantes e gases tóxicos. Opióides. Barbitúricos . Benzodiazepínicos. Etanol. Inalantes. Drogas de uso ilícito. Toxicologia: acidentes com animias. Tutorias clínicas.</p>
<p>Referências bibliográficas básicas</p>	<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	<p>MAGALHÃES, Carlos Costa, SERRANO JR., Carlos V., CONSOLIM-COLOMBO, Fernanda M., NOBRE, Fernando, FON. Tratado de Cardiologia SOCESP. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2015.</p> <p>TARANTINO, Affonso Berardinelli. Doenças pulmonares. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p>

		<p>DANI, Renato, PASSOS, Maria do Friche. Gastroenterologia Essencial. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.</p> <p>SILVA, Luiz Carlos Correa da. Condutas em pneumologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. 2 v.</p> <p>LORENZI, Therezinha Ferreira. Manual de Hematologia - Propedêutica e Clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p>
Disciplina	Clínica Cirúrgica IV	
Objetivo geral	Fornecer ao aluno conhecimentos teóricos e práticos para realização de diagnóstico, terapêutica, prognóstico para as moléstias relacionadas a prática da cirurgia assim como suas relações clínico cirúrgicas, enfatizando o diagnostico diferencial e as indicações cirúrgicas. Conhecer os exames complementares básicos e especializados, bem como sua indicação e limitações.	
Semestre	Carga	Ementa
8.º	144 h/a	<p>Cirurgia Vascular: Angiologia e cirurgia vascular: anatomia e fisiologia vascular. Exame vascular. Métodos diagnósticos (invasivos e não invasivos) . Varizes. Trombose venosa. Hipertensão venosa crônica. Insuficiência arterial crônica. Obstrução vascular aguda. Trauma vascular. Aneurismas arteriais. Doenças arteriais inflamatórias.</p> <p>Cirurgia Gastroenterológica: Patologias cirúrgicas: esôfago, estômago, intestino delgado, fígado, baço, pâncreas, colon, reto e ânus. Tratamento cirurgico das neoplasias. Tratamento cirurgico para obesidade mórbida. Tutorias cirurgica</p>
Referências bibliográficas básicas	<p>COHEN, Moisés (Org.). Tratado de ortopedia. São Paulo: Roca, 2007.</p> <p>SAAD JÚNIOR, Roberto et al. Tratado de cirurgia do CBC. 2. ed. Porto Alegre: Atheneu, 2015.</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>	

Referências bibliográficas complementares	<p>BRACKMANN, Derald E.; SHELTON, Clough; ARRIAGA, Moises A. Otologic surgery. 3. ed. Philadelphia, US: Saunders Elsevier, 2010</p> <p>LERMA, Edgar V., BERNS, Jeffrey S., NISSENSON, Allen R. CURRENT: Nefrologia e Hipertensão. Porto Alegre: AMGH, 2011.</p> <p>MAFFEI, Francisco Humberto de Abreu al. Doenças Vasculares Periféricas. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>LOPES, Ricardo Matias, TAJRA, Luis Feitosa. Atlas de Pequenas Cirurgias em Urologia. São Paulo: Roca, 2011.</p> <p>PINHO, Mauro. Biologia molecular do câncer: fundamentos para a prática médica. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.</p> <p>GANANÇA, Fernando Freitas, PONTES, Paulo (coords.). Manual de Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço. Barueri, SP: Manole, 2011.</p>
--	---

Quadro 12 – Disciplinas do 9.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Internato Obrigatório em Atenção Primária à Saúde I
Objetivo geral		Capacitar a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.
Semestre	Carga	Ementa
9.º	432 h/a	Atividade supervisionada com atendimento ambulatorial nas áreas de atenção primária à saúde ligadas à rede pública e ao Programa de Saúde da Família.
Referências bibliográficas básicas		<p>DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.</p> <p>GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti. Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012. v. 1</p>

		<p>GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti. Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012. v. 2</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>PAULMAN, Paul M., PAULMAN, Audrey A., HARRISON, Jeffrey D. Taylor: Manual de Saúde da Família. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.</p> <p>SOUTH-PAULE., J.MATHENYC., S.LEWIS e L., E. CURRENT: Medicina de Família e Comunidade (Lange): Diagnóstico e Tratamento. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>SOLHA, R. K. T. Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>TOY, Eugene C., BRISCOE, Donald, BRITTON, Bruce. Casos Clínicos em Medicina de Família e Comunidade. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013</p>
Disciplina		Internato Obrigatório em Ambulatório Geral I (Especialidades Gerais)
Objetivo geral		Consolidar e ampliar o conhecimento médico em um modelo de aprendizado em serviço, que permita ao estudante conhecer a prevenção e resolução eficiente dos problemas de saúde prevalentes na população.
Semestre	Carga	Ementa
9.º	432 h/a	Atividade supervisionada com atendimento ambulatorial nas áreas de: Clínica Médica , Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia , Pediatria e Psiquiatria.
Referências bibliográficas básicas		<p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 1</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004. v. 3</p>

	<p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.</p> <p>HURT, K. Joseph et. al. Manual de Ginecologia e Obstetrícia do Johns Hopkins. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015.</p> <p>MINTER, Rebecca M., DOHERTY, Gerard M. CURRENT: Cirurgia: diagnóstico e tratamento. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.</p> <p>TORRE, LA, Fabíola Ferreira, PASSARELLI, Maria Bastos, CESAR, Regina Grigolli, PECCHINI. Emergências em Pediatria: Protocolos da Santa Casa. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE N. 03, 20 jul. 2014.</p>

Quadro 13 – Disciplinas do 10.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina		Internato Obrigatório em Ambulatório Geral II (Especialidades Gerais)
Objetivo geral		Consolidar e ampliar o conhecimento médico em um modelo de aprendizado em serviço, que permita ao estudante conhecer a prevenção e resolução eficiente dos problemas de saúde prevalentes na população.
Semestre	Carga	Ementa
10.º	432 h/a	Atividade supervisionada com atendimento ambulatorial nas áreas de: Clínica Médica , Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia , Pediatria e Psiquiatria.
Referências bibliográficas básicas		<p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.</p>

		<p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 1</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004. v. 3</p>
	Referências bibliográficas complementares	<p>DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.</p> <p>LOUZÃ NETO, Mario Rodrigues; ELKIS, Hélio. Psiquiatria básica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>HURT, K. Joseph et. al. Manual de Ginecologia e Obstetrícia do Johns Hopkins. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015.</p> <p>MINTER, Rebecca M., DOHERTY, Gerard M. CURRENT: Cirurgia. Porto Alegre: AMGH,2012.</p> <p>TORRE, LA, Fabíola Ferreira, PASSARELLI, Maria Bastos, CESAR, Regina Grigolli, PECCHINI. Emergências em Pediatria: Protocolos da Santa Casa. 2. ed. Manole, 2013.</p>
	Disciplina	Internato Obrigatório em Atenção Primária à Saúde II
	Objetivo geral	Consolidar e ampliar o conhecimento médico em um modelo de aprendizado em serviço, que permita ao estudante conhecer a prevenção e resolução eficiente dos problemas de saúde prevalentes na população.
Semestre	Carga	Ementa
10.º	432 h/a	Atividade supervisionada com atendimento ambulatorial nas áreas de atenção primária à saúde ligadas à rede pública e ao Programa de Saúde da Família.
	Referências bibliográficas básicas	<p>DUNCAN, Bruce B. et al. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.</p> <p>GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti. Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012. v. 1</p> <p>GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Ceratti. Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012. v. 2</p>

	<p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>PAULMAN, Paul M., PAULMAN, Audrey A., HARRISON, Jeffrey D. Taylor: Manual de Saúde da Família. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p> <p>PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.</p> <p>SOUTH-PAULE., J.MATHENYC., S.LEWIS e L., E. CURRENT: Medicina de Família e Comunidade (Lange): Diagnóstico e Tratamento. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p> <p>SOLHA, R. K. T. Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>TOY, Eugene C., BRISCOE, Donald, BRITTON, Bruce. Casos Clínicos em Medicina de Família e Comunidade, 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p>

Quadro 1 – Disciplinas do 11.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina	Internato Obrigatório Hospitalar em Clínica Médica I	
Objetivo geral	Abranger a maior gama possível e experiências clínicas onde o aluno terá papel fundamental durante urgências médicas, necessitando aptidões teórico-práticas e psicológicas para resolução rápida do caso, sempre supervisionado por médico orientador.	
Semestre	Carga	Ementa
11.º	216 h/a	Atividade supervisionada em treinamento, acompanhamento e atendimento nas enfermarias e pronto-socorro em hospitais Gerais, conveniados, na área de Clínica Médica e especialidades afins.
Referências bibliográficas básicas	<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p>	

		<p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 2</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>WHITAKER, Iveth Yamaguchi, GATTO, Maria Alice (orgs.). Pronto-socorro: Atenção Hospitalar às Emergências. Barueri, SP: Manole, 2015.</p> <p>PORTO, Celmo Celeno, PORTO, Arnaldo Lemos. Clínica Médica na Prática Diária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>SILVA, Leonardo da, FALCÃO, Luiz Fernando Reis. Atualização em Emergências Médicas, volume 2. Manole, 2013</p> <p>SALOMÃO, Reinaldo. Infectologia: Bases clínicas e tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>FERREIRA, Fernanda et (org.). GPS: Guia Prático de Saúde: Clínica Médica. São Paulo: AC Farmacêutica, 2015.</p>
Disciplina	Internato Obrigatório Hospitalar em Clínica Cirúrgica I	
Objetivo geral	Fornecer ao aluno as informações necessárias ao conhecimento dos temas relevantes e prevalentes em todas as disciplinas relacionadas à prática da cirurgia, assim como seus princípios básicos comuns.	
Semestre	Carga	Ementa
11.º	216 h/a	Atividade supervisionada de treinamento na área de Clínica Cirúrgica. Envolve o acompanhamento e atendimento em centro cirúrgico, enfermarias e pronto-socorro em Hospitais conveniados, nas áreas de Clínica cirúrgica e especialidades afins.
Referências bibliográficas básicas	<p>RIORDAN-EVA, Paul; WHITCHER, John P. Oftalmologia geral de Vaughan e Asbury. 17. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.</p> <p>SAAD JÚNIOR, Roberto et al. Tratado de cirurgia do CBC. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Atheneu, 2015.</p>	

	<p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>	
Referências bibliográficas complementares	<p>POSSARI, João Francisco. Centro Cirúrgico: Planejamento, Organização e Gestão. 5. ed. IÁTRIA, 2016.</p> <p>TOY, Eugene C., LIU, Terrence H., CAMPBELL, Andre R. Casos Clínicos em Cirurgia. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p> <p>FERREIRA, Lydia (coord.). Guia de Cirurgia: Urgências e Emergências. Barueri, SP: Manole, 2011.</p> <p>LIMA FILHO, Acácio Alves de Souza (Ed); et al CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Bases da oftalmologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, Guanabara Koogan, 2011. v. 1</p> <p>LIMA FILHO, Acácio Alves de Souza (Ed); et al CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Bases da oftalmologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, Guanabara Koogan, 2011. v. 2</p> <p>MARTINS, Herlon Saraiva, DAMASCENO, Maria Cecília Toledo, AWADA, Soraia (eds.). Pronto-Socorro: Medicina de Emergência. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p>	
Disciplina	Internato Obrigatório Hospitalar em Ginecologia e Obstetrícia I	
Objetivo geral	Consolidar e ampliar o conhecimento médico em modelo de aprendizado em serviço hospitalar, que permita ao estudante conhecer a prevenção e resolução eficiente dos problemas de saúde prevalentes na população.	
Semestre	Carga	Ementa
11.º	216 h/a	Atividade supervisionada de treinamento, acompanhamento e atendimento em centro cirúrgico e obstétrico, enfermarias e pronto-socorro em Hospitais conveniados, nas áreas de ginecologia e obstetrícia e especialidades afins.
Referências bibliográficas básicas	<p>FREITAS, Fernando et al. Rotinas em obstetrícia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p> <p>PASSOS, Eduardo Pandolfi et al. (Org.). Rotinas em ginecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017</p>	

		REZENDE, Jorge de; MONTENEGRO, Carlos Antônio Barbosa. Obstetrícia fundamental . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
Referências bibliográficas complementares		<p>URBANETZ, Almir (coord.). Ginecologia e Obstetrícia Febrasgo para o Médico Residente. Barueri, SP: Manole, 2016.</p> <p>MACIEL, Gustavo Rosa, SILVA, Ismael Dale Cotrim Guerreiro (orgs.). Manual Diagnóstico em Saúde da Mulher. Barueri: Manole, 2015.</p> <p>CALAIS-GERMAIN, Blandine, PARÉS, Núria Vives. A Pelve Feminina e o Parto: Compreendendo a Importância do Movimento Pélvico Durante o Trabalho de Parto. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>PIATO, Sebastião. Complicações em Obstetrícia. Barueri, SP: Manole, 2009.</p> <p>LEVENO, Kenneth J. Manual de obstetrícia de Williams: complicações na gestação. 23. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>
Disciplina	Internato Obrigatório Hospitalar em Pediatria I	
Objetivo geral	Facilitar a apropriação de uma visão integral da criança e adolescente, possibilitando ao aluno conhecer e interpretar os fenômenos ocorridos nos períodos pré-natal, perinatal, neonatal, infância e adolescência, bem como as intervenções diagnósticas e terapêuticas dos problemas peculiares a esses grupos etários. Estimular o desenvolvimento de habilidades voltadas ao trabalho em equipe e atitudes éticas no atendimento aos pacientes, suas famílias, na relação com colegas e com a equipe de saúde.	
Semestre	Carga	Ementa
11.º	216 h/a	Atividade supervisionada de treinamento, acompanhamento e atendimento em enfermarias, pronto-socorro unidade de neonatologia e unidade de terapia intensiva pediátrica, em Hospitais conveniados, nas áreas de Pediatria especialidades afins.
Referências bibliográficas básicas	<p>KLIEGMAN, Robert M. et al. Nelson: tratado de pediatria. 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. v. 1</p> <p>KLIEGMAN, Robert M. et al. Nelson: tratado de pediatria. 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 1</p>	

	<p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004. v. 3</p> <p>SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de Pediatria. 3. ed. Barueri: Manole, 2016.</p> <p>SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de Pediatria. 3. ed. Barueri: Manole, 2016.</p>
Referências bibliográficas complementares	<p>MORAIS, M. B., CAMPOS, Oliveira, S. D., HILÁRIO, M.O. E. (Ed.). Pediatria: Diagnóstico e Tratamento. Barueri, SP : Manole, 2013.</p> <p>LOPEZ, Fabio Ancona; GIRIBELA, Flávio; KONSTANTYNER, Tulio. Terapêutica em pediatria. 3. ed. Barueri, SP : Manole, 2018.</p> <p>HAY, William W. et al. CURRENT pediatria : diagnóstico e tratamento . 22. ed. Porto Alegre : AMGH, 2016.</p> <p>CARVALHO, de, E., SILVA, Rodrigues, L., FERREIRA, C. T. (Ed.). Gastroenterologia e nutrição em pediatria. Barueri, SP : Manole, 2012.</p> <p>SANTIAGO, Luciano Borges (Org.). Manual de aleitamento materno . Barueri, SP : Manole, 2013.</p> <p>CLOHERTY, John P., EICHENWALD, Eric C., STARK, Ann R. Manual de Neonatologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.</p> <p>CARVALHO, de, M. R., GOMES, F., C. Amamentação: bases científicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>LAGO, Patrícia Miranda do et al. (Coord.). Pediatria baseada em evidências. Barueri, SP : Manole, 2016.</p> <p>HALPERN, Ricardo (Org.). Manual de pediatria do desenvolvimento e comportamento. Barueri, SP : Manole, 2015.</p>

Quadro 15 – Disciplinas do 12.º semestre do curso de Medicina da Univille

Disciplina	Internato Obrigatório Hospitalar em Clínica Médica II
Objetivo geral	Abranger a maior gama possível e experiências clínicas onde o aluno terá papel fundamental durante urgências médicas, necessitando aptidões

		teórico-práticas e psicológicas para resolução rápida do caso, sempre supervisionada por médico orientador.
Semestre	Carga	Ementa
12.º	216 h/a	Atividade supervisionada em treinamento, acompanhamento e atendimento nas enfermarias e pronto-socorro em hospitais Gerais, conveniados, na área de Clínica Médica e especialidades afins.
Referências bibliográficas básicas		<p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 1</p> <p>CECIL, Russell L. Cecil medicina. 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. v. 2</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 19. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2017. v. 1</p> <p>FAUCI, Anthony S. (Org.). Harrison medicina interna. 17. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2008. v. 2</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 1</p> <p>LOPES, Antônio Carlos (Org.). Tratado de clínica médica. 3. ed. São Paulo: Roca, 2016. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>WHITAKER, Iveth Yamaguchi, GATTO, Maria Alice (orgs.). Pronto-socorro: Atenção Hospitalar às Emergências. Manole, 2015.</p> <p>PORTO, Celmo Celeno, PORTO, Arnaldo Lemos. Clínica Médica na Prática Diária. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>SILVA, Leonardo da, FALCÃO, Luiz Fernando Reis. Atualização em Emergências Médicas, volume 2. Barueri, SP: Manole, 2013.</p> <p>STEFANI, Stephen Doral; BARROS, Elvino (Org.). Clínica médica: consulta rápida. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>FERREIRA, Fernanda et (org.). GPS - Guia Prático de Saúde - Clínica Médica. AC Farmacêutica, 2014.</p>
Disciplina		Internato Obrigatório Hospitalar em Clínica Cirúrgica II
Objetivo geral		Fornecer ao aluno as informações necessárias ao conhecimento dos temas relevantes e prevalentes em todas as disciplinas relacionadas à prática da cirurgia, assim como seus princípios básicos comuns.
Semestre	Carga	Ementa

12.º	216 h/a	Atividade supervisionada de treinamento, acompanhamento e atendimento em centro cirúrgico, enfermarias e pronto-socorro em Hospitais conveniados, nas áreas de Clínica cirúrgica e especialidades afins.
Referências bibliográficas básicas		<p>RIORDAN-EVA, Paul; WHITCHER, John P. Oftalmologia geral de Vaughan e Asbury. 17. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.</p> <p>SAAD JÚNIOR, Roberto et al. Tratado de cirurgia do CBC. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Atheneu, 2015.</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 1</p> <p>SABISTON JR., David C.; LYERLY, H. Kim. Tratado de cirurgia: a base biológica da prática cirúrgica moderna. 19. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. v. 2</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>POSSARI, João Francisco. Centro Cirúrgico - Planejamento, Organização e Gestão. 5. ed. IÁTRIA, 2016.</p> <p>TOY, Eugene C., LIU, Terrence H., CAMPBELL, Andre R. Casos Clínicos em Cirurgia. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p> <p>FERREIRA, Lydia (coord.). Guia de Cirurgia: Urgências e Emergências. Barueri, SP: Manole, 2011.</p> <p>MARTINS, Herlon Saraiva, DAMASCENO, Maria Cecília Toledo, AWADA, Soraia (eds.). Pronto-Socorro: Medicina de Emergência. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2013.</p>
Disciplina		Internato Obrigatório Hospitalar em Ginecologia e Obstetrícia II
Objetivo geral		Consolidar e ampliar o conhecimento médico em modelo de aprendizado em serviço hospitalar, que permita ao estudante conhecer a prevenção e resolução eficiente dos problemas de saúde prevalentes na população.
Semestre	Carga	Ementa
12.º	216 h/a	Atividade supervisionada de treinamento, acompanhamento e atendimento em centro cirúrgico e obstétrico, enfermarias e pronto-socorro em Hospitais conveniados, nas áreas de ginecologia e obstetrícia e especialidades afins.

Referências bibliográficas básicas		<p>FREITAS, Fernando et al. Rotinas em obstetrícia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.</p> <p>PASSOS, Eduardo Pandolfi et al. (Org.). Rotinas em ginecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017</p> <p>REZENDE, Jorge de; MONTENEGRO, Carlos Antônio Barbosa. Obstetrícia fundamental. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p>
Referências bibliográficas complementares		<p>URBANETZ, Almir (coord.). Ginecologia e Obstetrícia Febrasgo para o Médico Residente. Manole, 2016.</p> <p>MACIEL, Gustavo Rosa, SILVA, Ismael Dale Cotrim Guerreiro (orgs.). Manual Diagnóstico em Saúde da Mulher. Barueri, SP: Manole, 2015</p> <p>CALAIS-GERMAIN, Blandine, PARÉS, Núria Vives. A Pelve Feminina e o Parto: Compreendendo a Importância do Movimento Pélvico Durante o Trabalho de Parto. Barueri: Manole, 2013.</p> <p>PIATO, Sebastião. Complicações em Obstetrícia. Manole, 2009.</p> <p>LEVENO, Kenneth J. Manual de obstetrícia de Williams: complicações na gestação. 23. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>
Disciplina		Internato Obrigatório Hospitalar em Pediatria II
Objetivo geral		Facilitar a apropriação de uma visão integral da criança e adolescente, possibilitando ao aluno conhecer e interpretar os fenômenos ocorridos nos períodos pré-natal, perinatal, neonatal, infância e adolescência, bem como as intervenções diagnósticas e terapêuticas dos problemas peculiares a esses grupos etários. Estimular o desenvolvimento de habilidades voltadas ao trabalho em equipe e atitudes éticas no atendimento aos pacientes, suas famílias, na relação com colegas e com a equipe de saúde.
Semestre	Carga	Ementa
12.º	216 h/a	Atividade supervisionada de treinamento, acompanhamento e atendimento em enfermarias, pronto-socorro unidade de neonatologia e unidade de terapia intensiva pediátrica, em Hospitais conveniados, nas áreas de Pediatria especialidades afins.

<p>Referências bibliográficas básicas</p>	<p>KLIEGMAN, Robert M. et al. Nelson: tratado de pediatria. 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. v. 1</p> <p>KLIEGMAN, Robert M. et al. Nelson: tratado de pediatria. 18. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 1</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2009. v. 2</p> <p>MARCONDES, Eduardo. Pediatria básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004. v. 3</p> <p>SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de Pediatria. 3. ed. Barueri: Manole, 2016.</p> <p>SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Tratado de Pediatria. 3. ed. Barueri: Manole, 2016.</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	<p>MORAIS, Mauro Batista; CAMPOS, Sandra de Oliveira; HILÁRIO, Maria Odete Esteves (Ed.). Pediatria : diagnóstico e tratamento . Barueri, SP : Manole, 2013.</p> <p>LOPEZ, Fabio Ancona; GIRIBELA, Flavio; KONSTANTYNER, Tulio. Terapêutica em pediatria. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.</p> <p>HAY, William W. et al. CURRENT pediatria : diagnóstico e tratamento . 22. ed. Porto Alegre : AMGH, 2016.</p> <p>CARVALHO, Elisa de; SILVA, Luciana Rodrigues; FERREIRA, Cristina Targa (Ed.). Gastroenterologia e nutrição em pediatria. Barueri, SP : Manole, 2012.</p> <p>SANTIAGO, Luciano Borges (Coord.). Manual de aleitamento materno. Barueri, SP : Manole, 2013.</p> <p>CLOHERTY, John P. ; EICHENWALD, Eric C.; STARK, Ann R. (Ed.). Manual de neonatologia . 7. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2019.</p> <p>CARVALHO, Marcus Renato de; GOMES, Cristiane F. Amamentação: bases científicas . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.</p> <p>LAGO, Patrícia Miranda do et al. (Coord.). Pediatria baseada em evidências. Barueri, SP : Manole, 2016.</p> <p>HALPERN, Ricardo (org.). Manual de pediatria do desenvolvimento e comportamento. Barueri, SP : Manole, 2015.</p>

3.9.3 Integralização do curso

A integralização curricular do curso inclui a aprovação em disciplinas previstas na matriz curricular e atividades obrigatórias previstas neste PPC.

Além das disciplinas previstas na matriz, o curso de Medicina da Univille tem as seguintes atividades acadêmicas obrigatórias: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Estágio Curricular Supervisionado, na forma de internato e Atividades Acadêmicas Complementares.

a) Trabalho de conclusão do curso

É um trabalho de caráter técnico-científico realizado sob orientação docente, na área do conhecimento na qual o orientador desenvolve sua linha de pesquisa, com vistas a gerar informações inovadoras e/ou benefícios à sociedade e permitir ao acadêmico o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, apoiado nos recursos da investigação científica

O resultado do TCC deve ser apresentado na forma de artigo científico ou em outro formato específico (por exemplo, software, vídeo), quando for o caso, desde que aprovado pela coordenação. O trabalho deve ser realizado em duplas de acadêmicos, iniciado a partir do terceiro semestre do curso, juntamente com a disciplina Metodologia da Pesquisa em Saúde I, com a elaboração do Projeto de TCC (PTCC), e concluído até o último dia letivo do 7.º semestre, sob orientação específica de um professor do curso de Medicina. Em casos especiais, opcionalmente o TCC pode ter a co-orientação de um outro profissional que atue em áreas alinhadas ao tema e deve possuir área de atuação diferente do orientador específico, justificando sua participação como de caráter interdisciplinar.

O TCC que envolver pesquisa com seres humanos deverá ter parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, quando aplicável, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Caso envolver pesquisa com animais deverá ter o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Animais da Univille. O TCC será avaliado por uma comissão de avaliação composta por dois

professores do curso de Medicina. O TCC receberá dos avaliadores a chancela de “APROVADO” ou NÃO APROVADO”, contando com um instrumento de apoio à avaliação. Não será atribuída nota ao TCC, sendo considerado APROVADO o acadêmico que obtiver desempenho mínimo de 70% do total de pontos constantes no referido instrumento de avaliação. Quando aprovado, o acadêmico deverá entregar à coordenação uma cópia em arquivo no formato PDF. Para normatizar esse componente curricular há um regulamento específico que se encontra no Anexo I deste PPC.

b) Atividades complementares

As atividades complementares integram a parte flexível do currículo e devem estar relacionadas com a área de formação. O seu cumprimento é indispensável para a integralização do curso e a obtenção do título.

O caráter das atividades complementares é a flexibilização dos currículos, de forma a incentivar o discente a expandir sua formação e ampliar o nível do conhecimento, favorecendo sua integração com o meio social.

As atividades complementares na Univille são regidas por resolução institucional, dispositivos legais relativos ao tema e por regulamento próprio que está no anexo II deste PPC. São atividades realizadas pelos estudantes, na área de medicina, cujos objetivos são complementares a formação, possibilitando a aquisição de habilidades específicas não contempladas nas demais atividades acadêmicas do curso e valorizando o envolvimento dos acadêmicos em atividades extracurriculares.

São consideradas atividades complementares: monitoria; participação em congresso e Semana Acadêmica de Medicina; produção científica: pôster e/ou apresentação oral, colaboração em produção científica publicada, material didático, apostila, etc.; participação em projeto de pesquisa; participação em projeto de extensão; participação em atividades voluntárias; estágio extracurricular fora da instituição de ensino; participação em ligas acadêmicas; atuação como representante e vice representante de turma.

Um total de 90 horas-aula (75 horas) de atividades complementares deverá ser cumprido pelo acadêmico durante os seis anos do curso e validado no Curso de

Medicina, conforme regulamento. Todas as atividades consideradas como complementares devem ser obrigatoriamente comprovadas por declarações ou certificações.

c) Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é uma das atividades mais importantes a serem desenvolvidas pelo acadêmico de medicina. Compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio, sendo realizado na comunidade em geral. Estimula a reflexão e análise crítica sobre problemas, oportunidades e riscos do cotidiano da saúde e possibilita o complemento do aprendizado, repercutindo na formação do profissional diante das exigências sociais e da comunidade.

As atividades desenvolvidas pelo estudante no campo de estágio devem ser pertinentes aos objetivos do curso e ao perfil do egresso. O Internato, ou Estágio Curricular Obrigatório de Treinamento em Serviço, acontece conforme o regulamento específico, devidamente aprovado em colegiado do curso. Nele, o estudante recebe treinamento intensivo, contínuo, sob supervisão docente, em instituição de saúde vinculada ao Curso de Medicina da Univille, valendo-se de convênios envolvendo os seguintes órgãos/instituições: Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, hospitais e maternidades, rede ambulatorial e outras instituições comunitárias, conforme indicado no item 5.8.5 do presente PPC.

Seus objetivos são consolidar e ampliar o conhecimento médico em um modelo de aprendizado em serviço que permita ao estudante desenvolver as técnicas e habilidades indispensáveis ao exercício da Medicina e promover o aperfeiçoamento ou aquisição de atitudes adequadas à assistência aos pacientes.

Os acadêmicos desenvolvem nos semestres 9º e 10º as atividades relativas ao Internato em Ambulatório Geral e Atenção Primária à Saúde, com carga horária de 432 horas/aula em cada atividade, totalizando 864 horas/aula semestral. Nos

semestres 11^o e 12^o as atividades desenvolvidas são nas áreas de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria em regime ambulatorial e hospitalar, devendo participar das atividades num modelo de rodízio sucessivo, sempre sob a supervisão do professor/preceptor. Cada área tem carga horária de 216 horas/aula, perfazendo 864 horas/aula no semestre. A avaliação ocorrerá pelo professor supervisor e/ou conselho de classe em conformidade com o especificado no regulamento do internato. O regulamento específico do Estágio se encontra no Anexo III deste PPC.

d) Atividades Práticas do Curso de Medicina

As atividades práticas incluem aulas de campo, atividades em laboratório e atividades extraclasse conforme o PPC. Tais atividades são previstas no Plano de Ensino e Aprendizagem (PEA) da disciplina, que é elaborado pelo professor e aprovado pela coordenação do curso. Elas oportunizam a articulação entre teoria e prática, além de constituírem momentos de aproximação de estudantes e professores com a realidade.

3.9.4 Abordagem dos temas transversais: educação ambiental, educação das relações étnico-raciais e educação em direitos humanos

O tratamento da educação ambiental, da educação das relações étnico raciais e direitos humanos, no âmbito do curso, vai ocorrer pela oferta de disciplinas que abordam especificamente a temática, de forma transversal, e sob o entendimento de que são práticas sociais que interagem e se situam no campo dos direitos humanos e da cidadania.

Reforçam esse entendimento no tocante à educação ambiental os princípios enunciados no artigo 4.º da Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999:

- I. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

- III. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, destaca-se o Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004 (BRASIL, 2004), com ênfase para os princípios que indicam:

- a) o reconhecimento da igualdade da pessoa humana como sujeito de direitos;
- b) a necessidade de superação da indiferença e da injustiça com que os negros e os povos indígenas vêm sendo tratados historicamente;
- c) a importância do diálogo na dinâmica da sociedade brasileira, essencialmente pluriétnica, e que precisa ser justa e democrática;
- d) a necessidade de valorização da história e da cultura dos povos africanos e indígenas na construção histórica da sociedade brasileira;
- e) a indispensável implementação de atividades que expressem a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.

A Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 do CNE, é entendida como um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direito. Portanto, além de se propor momentos específicos para o estudo da temática, o PPC está fundamentado nos princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; VII. sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

As principais estratégias para a inserção das temáticas compreendem a oferta de disciplinas e atividades transversais. No primeiro caso, estão inseridas:

a) Educação ambiental

A educação ambiental é abordada nos seguintes componentes curriculares:

- Interação Básico Clínica II - tem como um dos principais objetivos desenvolver a percepção dos estudantes quanto ao meio ambiente que os circunda. Essa prerrogativa tem como ideal tratar da temática ambiental do ponto de vista da saúde pública, desdobrando-se em conteúdos relacionados à educação ambiental, biodiversidade, poluição e saneamento básico. A ementa contempla saúde ambiental, crescimento populacional e suas repercussões sobre a saúde, cidade e suas estruturas básicas de atendimento, saneamento básico, cidadão como principal ator nesse contexto, água: do rio à torneira, tratamento e abastecimento de água, esgoto: do ralo ao rio, destino do lixo e dejetos, poluição ambiental;
- Epidemiologia Geral - com o seguinte conteúdo: ecologia das doenças, importância do ambiente no desencadeamento e na prevenção de doenças, catástrofes: esforços mundiais, metas internacionais para a saúde, fatores de risco (BEINGS – comportamentais/*behaviour* e biológicos; ambientais/*environmental*; imunológicos; nutricionais; genéticos; serviços/sociais/espirituais), aspectos ecológicos e ambientais relacionados ao processo saúde-doença;
- Saúde Coletiva I e II - na qual são abordados os seguintes temas: saúde e ambiente, saúde da criança e do adolescente, saúde da mulher, saúde do adulto e do idoso, visitas às Unidades de Saúde da Família acompanhadas por professores do Programa Saúde da Família (PSF – quatro unidades com rodízio mensal) tratando de um tema de saúde em cada unidade com palestras para a população, escolares, visitas domiciliares e atividades com a equipe de

saúde, SUS: redes de atenção, programas de saúde e atenção à saúde em UBS .

b) Educação das relações étnico-raciais

A educação das relações étnico-raciais é abordada nos seguintes componentes curriculares:

- Humanidades Médicas I - a educação das relações étnico-raciais é abordada principalmente a partir dos tópicos do plano de ensino assim redigidos: diversidade cultural e diversidade religiosa. A partir da questão da diversidade no mundo globalizado, identifica-se o significado da sensibilização para com o diferente. Além da leitura disponibilizada, conforme referências do plano de ensino, os estudantes têm a oportunidade de assistir vídeos sobre a manifestação das diferenças no mundo globalizado e dialogar sobre a diversidade cultural e religiosa na relação médico-paciente. A questão da diversidade cultural também é estudada por meio de interpretações e reflexões de casos diversos, conforme constam na referência “Cultura, saúde e doença”. A partir do estudo da diversidade, estruturamos a maior compreensão da relação médico-paciente, a qual necessita de abertura para o diferente, manifestada conforme a base antropológica que consta no Plano de Ensino de Humanidades Médicas I.
- Humanidades Médicas II – o ponto de partida para o estudo das relações étnico-raciais é a leitura, seminários e diálogo em sala. A questão da educação das relações étnico-raciais é estudada também por meio do Filme “Mãos talentosas”, ao abordar o processo de socialização em meio a diferentes problemas sociais, entre eles o de enfrentar a discriminação nas relações étnico-raciais no decorrer do processo de socialização de um estudante de medicina.

- Epidemiologia Geral - cujo conteúdo aborda fatores de risco (BEINGS: comportamento, ambiente, agentes infecciosos, genética e serviços de saúde), aspectos ecológicos e ambientais associados ao processo saúde-doença, saúde de populações, vigilância epidemiológica, endemias e epidemias, catástrofes, esforços mundiais, metas internacionais, estabelecimento de prioridades em saúde, distribuição de doenças e condições de saúde em relação a diferentes regiões do mundo e às várias etnias;
- Bioética I; Bioética II; Medicina Legal e Deontologia Médica.

c) Educação em direitos humanos

A educação em direitos humanos é abordada na amplitude do mundo da diversidade, por meio de vídeos sobre a história dos direitos humanos. São estudados os embates entre as diferenças no decorrer da história a partir dos diferentes tipos de desigualdade e a necessidade de uma normatização em âmbito mundial em defesa dos direitos humanos fundamentais.

As disciplinas que abordam conteúdos relativos à educação em direitos humanos são as seguintes: Humanidades Médicas I; Humanidades Médicas II; Bioética I; Bioética II; Medicina Legal e Deontologia Médica. As temáticas também são discutidas de forma transversal, conforme explicitado nos dispositivos legais e normativos já citados. Os estudantes podem participar de palestras, exposições e oficinas que são ofertadas pelos programas e projetos de extensão que abordam essas temáticas, atividades descritas nos itens “Projetos de extensão” e “Projetos de pesquisa”.

Assim, o estudante tem a oportunidade de vivenciar práticas que os levem a:

- Estabelecer relações entre a educação ambiental e a educação das relações étnico-raciais;
- Compreender a dinâmica da sociedade brasileira atual, particularmente no que se refere aos direitos que conformam uma vida cidadã;

- Sistematizar e construir sínteses e formas de intervenção com base nos assuntos estudados e experiências vividas.

3.9.5 Atividades extracurriculares

Além das atividades obrigatórias, os estudantes podem realizar outras atividades que propiciem o enriquecimento curricular:

a) Disciplinas extracurriculares

O acadêmico regularmente matriculado poderá requerer matrícula em disciplinas ofertadas em outros cursos de graduação da Univille na forma de disciplina optativa, com vistas ao seu enriquecimento curricular.

São condições para o deferimento do requerimento:

- Oferta da disciplina em turma regular no período letivo em que o acadêmico está pleiteando a matrícula;
- Não ocorrer coincidência de horários entre a disciplina e as demais atividades didático-pedagógicas do curso em que o aluno está matriculado originalmente;
- Ter disponibilidade de vaga na turma/disciplina em que o aluno está requerendo matrícula;
- O aluno arcar com os custos da disciplina extracurricular.

O aluno poderá requerer matrícula em disciplina extracurricular de outros cursos de graduação da Univille, incluindo a disciplina de Libras. Para obter aprovação, deverá cumprir os requisitos previstos no regimento da Universidade. Obtendo aprovação, a disciplina será registrada no seu histórico como disciplina extracurricular. Em caso de reprovação, não haverá registro no histórico escolar, e o aluno também não estará obrigado a cursá-la em regime de dependência.

b) Estágio não obrigatório

Além do Internato, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios. Esses estágios seguem a legislação e as regulamentações institucionais e são formalizados por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade e as organizações e termos de compromisso de estágio entre o estudante, o campo de estágio e a Universidade. Esta oferece suporte aos estudantes por meio do Escritório de Empregabilidade e Estágio (EEE).

3.10 Metodologia de ensino-aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem na universidade aponta para um paradigma de educação que privilegie o papel e a importância do estudante, que deverá estar no centro do processo.

Essa proposta visa construir um ensino superior de qualidade tendo como princípios:

- a mobilização e o desafio para o desenvolvimento de atitudes científicas e de autonomia;
- a pesquisa, o que pressupõe considerar o conhecimento como ferramenta de intervenção na realidade;
- a relação entre teoria e prática;
- a interdisciplinaridade com o intuito de promover o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento na compreensão da realidade;
- o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e atitudes de forma integrada;
- o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de potencializar a aprendizagem, contemplar as diferenças individuais e contribuir para a inserção no mundo digital.

Assim, diferentes estratégias viabilizam o processo de ensino-aprendizagem como estudo de caso, estudo por problema, ensino por projetos, entre outras.

Uma das características do curso de Medicina é a indissociabilidade entre ensino e assistência, ou seja, o estudante aprende ao mesmo tempo em que realiza o cuidado à saúde, individualmente ou em grupos. As peculiaridades da educação médica e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão adotada nas políticas institucionais estão contempladas no Projeto Pedagógico do Curso de Medicina dentro de uma concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido permanentemente debatida na Instituição. Sua operacionalização se dá pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente.

Nos últimos anos, as metodologias ativas ganharam importância como ferramentas significativas que possibilitam maior interação com os professores e colocam os estudantes como sujeitos de sua aprendizagem, tendo o professor como um facilitador e mediador neste processo. No curso de Medicina, elas vêm sendo utilizadas tanto em sala de aula quanto em grupos pequenos de trabalho, tutorias e atendimento de pacientes sob supervisão docente em vários semestres, especialmente no internato. Dessa forma, a aprendizagem entre pares e times, sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e os estudos de casos são realizados na forma de projetos, oficinas, *role playing* e discussões clínicas, entre outros.

O Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do *Campus* Joinville adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na Instituição, operacionalizando-as pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, conforme demonstrado no quadro 16, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente. Entre as diferentes estratégias, é possível considerar:

Quadro 16 – Estratégias de ensino e aprendizagem no curso de Medicina

N.º	Denominação	Descrição
1	Exposição dialogada	Exposição do conteúdo com participação dos estudantes. A estratégia pode partir de leitura de textos ou apresentação de situações problema. Utilizam-se <i>software</i> de apresentação e computador conectado a projetor multimídia e a internet/WEB.
2	Palestra	O professor pode convidar um profissional a proferir uma palestra sobre tema pertinente ao curso. Os estudantes podem ser solicitados a elaborar relatório ou responder questões sobre a palestra.
3	Estudo de texto	Exploração das ideias de um autor com base na leitura e análise do texto, gerando resumos ou resenhas.
4	Estudo dirigido	Estudo orientado de um texto com base em um roteiro ou questões de estudo propostas pelo professor.
5	Resolução de problemas	Apresentação de uma situação nova aos estudantes, que deverão proceder à análise do problema e propor uma solução. Na área de computação é comum o emprego dessa estratégia, sobretudo na resolução de problemas com apresentação de soluções algorítmicas e/ou computacionais.
6	Abordagem baseada por projeto	Método sistemático de ensino-aprendizagem que envolve os acadêmicos na obtenção de conhecimentos e habilidades por meio de um processo de investigação estruturado em torno de produtos e tarefas previamente planejadas. Tem como premissas o ensino centrado no
		aluno e a aprendizagem colaborativa e participativa. Tem-se um produto tangível como resultado decorrente das atividades nesta modalidade.
7	Seminário	Atividade em grupo em que é apresentado um tema ou problema pelo professor e os estudantes devem formar grupos, levantar informações, discutir o tema/problema e apresentar um relatório com as conclusões.
8	Estudo de caso	Atividade em grupo em que o professor apresenta uma determinada situação real ou fictícia e os estudantes, individualmente ou em grupos, devem proceder à análise e propor soluções às questões propostas na forma de um seminário ou de um relatório.
9	Aulas de laboratório	Emprega laboratórios de informática para a realização de uma série de atividades em diferentes disciplinas. Tais atividades incluem o treinamento/prática e aprimoramento do saber desenvolvido em sala de aula.

10	Pesquisa bibliográfica	Com base em um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa bibliográfica e elaboram relatório de pesquisa bibliográfica, que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
11	Pesquisa de campo	A partir de um tema/problema apresentado pelo professor, os estudantes realizam, individualmente ou em grupos, pesquisa de campo e elaboram relatório da pesquisa que pode ser apresentado na forma de simpósio ou seminário.
12	Saídas a campo	Com base nos conteúdos trabalhados em sala de aula, os estudantes são levados a vivenciar a prática da aplicação deles.
13	Uso de <i>softwares</i>	Atividade individual ou em grupo na qual os estudantes são introduzidos ao uso de <i>softwares</i> de aplicação específica e, na maioria das vezes, técnica.
14	Projeto <i>Colab</i>	Laboratório colaborativo para o desenvolvimento das competências do século 21, integra atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito de um laboratório colaborativo, a fim de desenvolver as habilidades e competências do século 21 entre um grupo de jovens logo antes, durante e logo após a sua graduação na Univille, visando uma experiência acadêmica diferenciada, bem como uma inovação pedagógica. As palavras-chave do projeto são listadas como: Integração ensino-pesquisa-extensão; Laboratório colaborativo e Inovação pedagógica.

Fonte: Primária (2018)

Para implementar metodologias para a melhoria da qualidade do processo ensino/ aprendizagem é fundamental compreender também o conceito de acessibilidade atitudinal, que está relacionada à percepção individual versus as demais pessoas, com ausência de preconceitos, estereótipos e discriminação. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a este, já que a atitude impulsiona o ser humano a remover possíveis barreiras existentes.

Para garantir o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes é preciso entender acessibilidade pedagógica como ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. A acessibilidade pedagógica está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão

educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Deve ser utilizada para garantir que todos os métodos de ensino, trabalho e lazer sejam homogêneos, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de logística didática, etc.), de trabalho (métodos e técnicas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, ergonomia, empoderamento, etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística, etc, baseada em participação ativa).

A Univille, atendendo ao Decreto nº 7.611/11, Decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 13.146/15, promove processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como, por exemplo: texto impresso e ampliado, aplicação de avaliação em tempos e espaços diferentes, acompanhamento ao docente e discente quanto a acessibilidade pedagógica, atendimento / acompanhamento com psicopedagogo, psicólogo entre outros recursos.

3.11 Inovação pedagógica e curricular

De acordo com a Resolução do Cepe n.º 07/2009, na Univille a inovação pedagógica e curricular é compreendida como um sistema de mudança planejado e passível de avaliação que leve a processos de ensino e aprendizagem centrados no estudante, mediados pelo professor.

A Univille instituiu o Centro de Inovação Pedagógica (CIP) com a missão de

promover a inovação pedagógica e curricular nos cursos da Univille por meio de ações relacionadas à organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, à profissionalização docente e à melhoria contínua da infraestrutura empregada no processo de ensino e aprendizagem (UNIVILLE, 2009).

O Projeto Pedagógico do curso adota os princípios da Política de Ensino da Univille e a concepção de inovação pedagógica e curricular que tem sido debatida na instituição, operacionalizando essa política e tal concepção pela adoção de estratégias ou metodologias de ensino e aprendizagem diversificadas, respeitando-se os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, as peculiaridades dos conteúdos a serem abordados e a autonomia docente.

As metodologias de avaliação procuram buscar o que cada aluno tem como percepção da matéria. O saber coletivo, as discussões de casos médicos, seminários participativos são encaminhamentos pedagógicos inovadores que procuram ampliar o conhecimento dos alunos. A participação do Centro de Inovação Pedagógica (CIP) se dá pela avaliação anual, feita pelos alunos, do desempenho dos professores. Aqueles que não alcançam determinado nível nessa avaliação são orientados em projetos de capacitação pedagógica para sua evolução.

3.12 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular pode ocorrer ao se efetivar o aproveitamento de estudos e experiências anteriores do estudante com base no art. 41 da LDB nº 9394/1996 que, de maneira bastante ampla, dispõe: o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A sistemática de avaliação prevista pelo Curso compreende estratégias como o exame de proficiência que, segundo o Resolução do CEPE, destina-se à avaliação das potencialidades, conhecimentos e experiência profissional anteriores do estudante, propiciando-lhe o avanço nos estudos, mediante comprovada demonstração do domínio do conteúdo e das habilidades e competências requeridas por disciplina do currículo do seu curso por meio de avaliação teórica, prática ou teórico-prática.

Além disso, por meio das abordagens de temas transversais e por meio das atividades extracurriculares a instituição proporá atividades que viabilizem a flexibilidade curricular.

3.13 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é um ato necessário, que abriga em seu movimento uma crítica pedagógica, a qual inclui desempenho e posturas docentes e discentes, expressando abertura para redimensionar as suas ações em face do desempenho dos acadêmicos no decorrer do processo.

Essa concepção implica um processo contínuo, sistemático e transparente fundamentado nos princípios institucionais e no projeto pedagógico do curso, que delinea o perfil do egresso e solicita a avaliação de habilidades, conhecimentos e atitudes. Deve equilibrar aspectos quantitativos e qualitativos, favorecer a formação científica, profissional e cidadã do acadêmico, tanto no seu percurso individual quanto no coletivo.

A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática. É realizada por disciplina, incidindo sobre o aproveitamento e a frequência. A avaliação do aproveitamento se dá: a) pela aplicação de provas bimestrais, individual ou em equipe com ou sem consulta; b) pelos trabalhos acadêmicos (teóricos ou práticos); c) por instrumento de verificação de assimilação de conteúdo; d) pela participação em atividades complementares de ensino, incluindo: pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, monitoria, iniciação científica, entre outras.

Para cada componente curricular serão atribuídos quatro médias bimestrais (M). O estudante que obtiver média aritmética simples das médias bimestrais $((M1+M2+M3+M4)/4$ igual ou superior a 7 (sete), estará isento do exame final.

O exame final poderá constituir-se de prova teórica ou prática, devidamente registrada. A média aritmética simples das médias bimestrais $((M1+M2+M3+M4)/4$ inferior a 3 (três) impossibilitará o estudante de prestar o exame final na disciplina.

A aprovação do estudante em cada componente curricular de cada período letivo dependerá do cumprimento, concomitantemente, das seguintes condições:

I - obtenção de frequência mínima de 75% da carga horária lecionada;

II - obtenção na avaliação de aprendizagem: a) de média aritmética das médias bimestrais mínima de 7 (sete), dispensando o exame final; e b) média final, após a realização de exame, não inferior a 5 (cinco).

O acadêmico que não fizer avaliações parciais ou finais ou não apresentar trabalhos acadêmicos previstos nas datas fixadas, poderá requerer segunda chamada em cinco dias úteis, mediante recolhimento de taxa, quando o motivo da falta estiver previsto em lei ou houver outro motivo justificável;

Todas as provas e/ou trabalhos escritos devem ser devolvidos ao estudante depois de avaliados pelo professor, exceto os exames finais, que deverão ser entregues à CAA para serem arquivados;

A divulgação das notas é feita de acordo com o Calendário Acadêmico, disponível no site www.univille.br.

O Teste do Progresso, aplicado anualmente a todos os acadêmicos de medicina, com posterior discussão dos resultados comparativos entre as séries de anos sucessivos e com outras instituições de ensino superior que participam do mesmo processo, tem sido um instrumento valioso na tomada de decisão sobre ajustes curriculares e pedagógicos.

Outros detalhamentos da avaliação, como peso e periodicidade, serão especificados no Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA), elaborado por cada professor quando do início do período letivo.

3.14 Apoio ao discente

As condições de atendimento ao discente decorrem principalmente de um dos objetivos do Planejamento Estratégico da Univille: expandir o acesso e favorecer a permanência do estudante na Instituição de modo sustentável. Esse objetivo é desdobrado na estratégia relativa à dimensão Sustentabilidade, que diz respeito a facilitar o acesso e a permanência do estudante. É com tal finalidade estratégica que a Univille desenvolve ações, projetos e programas para o atendimento aos discentes, conforme descrito a seguir.

3.14.1 Central de Relacionamento com o Estudante

Responsável por promover ações que busquem o desenvolvimento contínuo de um ambiente que favoreça a melhoria da qualidade das relações entre os estudantes e a Instituição, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades e competências, de integração e de inserção profissional, visando ao sucesso acadêmico. Entre os serviços da CRE estão o atendimento pedagógico, psicológico, social, atividades de nivelamento (reforço em conteúdos de disciplinas exatas, língua portuguesa e química), divulgação de vagas, controle e acompanhamento dos vínculos de estágios, acompanhamento de estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência, programas de bolsas de estudo, além de outros projetos a serem desenvolvidos em parcerias com as coordenações de cursos.

a) O atendimento psicológico é realizado por profissional habilitado e oferecido gratuitamente mediante agendamento prévio. Para as orientações individuais são realizadas de 3 a 5 sessões. São realizadas ainda orientações para grupos, palestras ou conversas em sala de aula, dependendo da demanda dos cursos.

b) O atendimento pedagógico tem como foco a orientação nos casos de dificuldades de adaptação aos estudos, metodologia das disciplinas, utilização do tempo, organização pessoal, entre outras necessidades apresentadas pelos estudantes e que influenciam no seu desempenho acadêmico. Os atendimentos também são realizados por profissional habilitado e de forma gratuita.

c) No caso do atendimento social, os estudantes podem solicitar contato com a profissional disponível na CRE para orientações financeiras, de bolsas de estudo, dificuldades de integração na IES e dificuldades na renovação da matrícula por falta de recursos.

d) As atividades de nivelamento têm objetivo de oportunizar aos estudantes a revisão e aprimoramento de conteúdos da Língua Portuguesa, Matemática, Física e Química com vistas a melhorar seu desempenho acadêmico na Universidade.

e) A CRE mantém relação direta com as empresas e estudantes interessados em divulgar/realizar estágio. Para os estágios não obrigatórios todas as empresas podem cadastrar suas vagas no Banco de Oportunidades Univille – BOU e todos os estudantes da Univille podem cadastrar seu currículo e se candidatar nas vagas divulgadas. A partir da definição do estagiário pela empresa, os documentos específicos são elaborados, assinados e mantidos sob guarda do setor para eventuais consultas. Além disso, a regularização do estágio obrigatório por meio da emissão do termo de compromisso para os estudantes em fase de final do curso também é realizada pela CRE.

f) O acompanhamento dos estudantes com necessidades especiais e/ou deficiência está previsto no Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES). A partir da realização da matrícula, os estudantes são orientados a apresentar um laudo médico que ateste a sua situação em termos de necessidades especiais. A entrega do laudo legitima o estudante a receber os atendimentos necessários à sua permanência. Visando auxiliar os estudantes, a CRE realiza o mapeamento dos estudantes, informando aos cursos quais as necessidades que apresentadas, sejam elas voltadas a acessibilidade arquitetônica ou a pedagógica. Por meio do PROINES, a CRE também viabiliza a contratação de intérprete de libras e monitores para acompanhar os estudantes em suas atividades, bem como realiza ações de sensibilização da comunidade acadêmica. O acompanhamento dos estudantes pelo PROINES é contínuo, durante o período em que estiverem na Instituição. Como forma de avançar em suas ações afirmativas, a CRE conta com o Laboratório de Acessibilidade – LABAS que está equipado com tecnologias assistivas como impressora a braile e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual. Além disso, há um escâner que transforma imagem em textos.

g) Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. A CRE é responsável por repassar as informações e orientações sobre esses programas e divulgar para a comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da Univille.

Os programas de bolsas de estudo que a Univille disponibiliza para os estudantes serão detalhadas num item mais a frente.

3.14.2 Central de Atendimento Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico é composta pelas áreas do registro acadêmico e financeiro que contam com o apoio das equipes de atendimento presencial e telefônico.

Hierarquicamente a Pró-Reitoria de Ensino e a Diretoria Administrativa estão responsáveis pela Central de Atendimento Acadêmico que tem como missão prestar serviços de qualidade, atuando com profissionalismo e eficiência nas atividades desenvolvidas, prezando pela excelência no atendimento e satisfação da comunidade universitária.

A CAA responde pelo serviço de expediente, registro e controle acadêmico dos cursos de graduação da Univille. Gerencia e executa os processos de matrícula e rematrícula, mantém dados e documentos acerca do desenvolvimento das atividades dos cursos, analisa e controla as informações acadêmicas e financeiras dos discentes e confecciona documentos sobre a situação acadêmica e financeira dos estudantes.

Além disso, responde pelo planejamento, organização, coordenação, execução e controle das atividades financeiras, da administração do fluxo de caixa, das contas a pagar, das contas a receber, da cobrança, do cadastro, dos contratos de prestação de serviços educacionais e da administração dos recursos financeiros e patrimoniais da Univille. É responsável pelos processos ligados aos créditos estudantis: Pravalor e Credies e cadastro de bolsas de estudo.

A Central de Atendimento Acadêmico também busca a modernização dos processos e serviços oferecidos a comunidade acadêmica através da informatização, como: rematrícula online, agendamento online para solicitação de vaga, regularização financeira e matrícula de calouro. Fornece formulário online para solicitação de colação de grau especial e solicitação de diploma. Disponibiliza pelo aplicativo Univille a oportunidade de os acadêmicos solicitarem online os mesmos serviços oferecidos no presencial.

Todos os processos que a Central de Atendimento Acadêmico executa são pautados no Estatuto e Regimento da Univille, nas Resoluções e Instruções Normativas, nos Editais e Regulamentos Institucionais.

3.14.3 Programas de Bolsa de Estudo

Os programas de bolsas são regidos por legislação própria e pelas regulamentações institucionais. Além disso, a Instituição mantém uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da concessão de bolsas de estudo. Conforme a legislação, a fiscalização do cumprimento dos critérios para a concessão, obtenção e manutenção de bolsas de estudo caberá a uma comissão, criada no âmbito de cada instituição de ensino superior, constituída pelos membros a seguir relacionados, que elegerão, entre si, o seu presidente para mandato de um ano:

- dois representantes da Instituição de Ensino Superior, pela mesma indicados, para mandato de dois anos;
- três representantes da entidade representativa dos estudantes, pela mesma indicados, para mandato de um ano;
- um representante do Ministério Público Estadual, pelo mesmo indicado, para mandato de dois anos;
- dois representantes de entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidas no município sede da respectiva Instituição de Ensino Superior, eleitos em foro civil específico, para mandato de dois anos; e
- um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional.

As informações e orientações sobre os programas de bolsas de estudo são divulgadas na comunidade acadêmica por meio de folders e cartazes, bem como por e-mail e no Portal da Univille.

A Instituição mantém uma série de oportunidades de bolsas de estudo, conforme descrito a seguir:

I. Bolsas de estudo com base em análise socioeconômica

a) Programa de Bolsas de Estudo - Constituição do Estado de Santa Catarina (UNIEDU)

- O que é: o processo de bolsa de estudo que engloba bolsas com recursos do Artigo 170 e Artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina e se destina a estudantes dos cursos de graduação da Univille. São bolsas a partir de 25% dependendo da condição socioeconômica apresentada e comprovada pelo estudante. Também apresenta a modalidade de Pesquisa e Extensão se destina a estudantes dos cursos de graduação interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de extensão na Univille.
- Contrapartida: o acadêmico contemplado deve ler atentamente o Edital, pois, para ter direito ao benefício ele deve participar de programas e projetos desenvolvidos pela Univille, apresentando um Termo de Adesão no início e um relatório de 20 horas a cada semestre, totalizando 40 horas.
- Quando solicitar: o prazo para estudantes solicitarem bolsa de estudo é especificado em Edital. Geralmente acontece no início de cada ano. Para participar os candidatos devem preencher um cadastro no site www.uniedu.sed.sc.gov.br e posteriormente preencher o cadastro no portal da Univille.
- Quem pode solicitar: estudantes matriculados nos cursos de graduação da Univille.
- Quem não pode solicitar: estudantes que já concluíram ensino superior ou que pagam menos que 50% do valor do curso (base utilizada: Edital de Matrícula e Encargos Financeiros), sem considerar as dependências.

b) Programa Universidade para Todos do Governo Federal (PROUNI):

- O que é: programa federal de bolsas para universitários.
- Quando solicitar: As inscrições para o PROUNI, programa federal de bolsas para universitários, poderão ser efetuadas no site do MEC: www.mec.gov.br em período específico.
- Quem pode solicitar: Para se inscrever no programa de concessão de bolsas, os candidatos devem ter realizado o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em ano anterior, não ter diploma de curso superior e, ainda, atender a um dos critérios:
 - tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
 - tenham cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
 - tenham cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
 - sejam portadores de deficiência;
 - sejam professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e
 - integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

O candidato deve ter obtido nota mínima de 400 no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O candidato também precisa ter nota superior a zero na redação do ENEM. Informações são obtidas na CAA ou por meio de formulário eletrônico no Portal do Ministério da Educação (www.mec.gov.br).

II. Bolsas de estudo por mérito

a) Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX)

- O que é: o programa de bolsa de extensão com recursos da Univille. Destina-se a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e

mestrado interessados em participar de programas ou projetos de extensão da Univille.

- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de extensão o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da Univille.

b) Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC):

- O que é: o programa de bolsa de pesquisa com recursos do FAP se destina a estudantes dos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado interessados em desenvolver pesquisa ou participar de determinado programa ou projeto de pesquisa na Univille.
- Quando solicitar: pode ser solicitado no final do ano (aproximadamente em outubro). De acordo com a necessidade dos programas e projetos de pesquisa o professor coordenador do programa ou projeto pode realizar seleção para substituição a partir de entrevista durante o ano.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e mestrado da Univille.

c) Programa de bolsas de iniciação científica do CNPq (PIBIC/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação científica com recursos CNPq.
- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

d) Programa de bolsas de iniciação tecnológica do CNPq (PIBITI/CNPq):

- O que é: o programa de bolsa de iniciação tecnológica com recursos CNPq.

- Quando solicitar: pode ser solicitado de acordo com editais internos com base no cronograma do CNPq.
- Quem pode solicitar: todos os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação.

3.14.4 Crédito universitário

Além dos programas de bolsas, os estudantes podem contar com modalidades de crédito para seus estudos:

a) CredIES - Fundacred

- O que é: É um crédito universitário que permite o pagamento de apenas parte da mensalidade à instituição enquanto estuda. A restituição inicia-se após a data prevista para a formatura e é feita diretamente à Fundacred.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o crédito a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.fundacred.org.br.
- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da Univille, condicionados aos critérios e limites estabelecidos pela Instituição.

b) PRAVALER

- O que é: o PRAVALER é um programa de crédito universitário privado que permite aos estudantes de graduação e de pós-graduação pagar seus estudos ao longo do tempo, de uma maneira mais leve.
- Quando solicitar: estudantes podem contratar o programa a qualquer momento do ano. No caso daqueles que ainda não estudam, é possível fazer uma consulta de pré-aprovação antes de estarem matriculados ou dos

vestibulares, pois o preenchimento da proposta é sem compromisso. As informações são obtidas no portal www.creditouniversitario.com.br.

- Quem pode solicitar: estudantes veteranos e ingressantes matriculados nos cursos de graduação da Univille.

3.14.5 Assessoria Internacional

A Univille criou a Assessoria Internacional com a missão de promover para estudantes e professores da Univille programas e projetos de internacionalização curricular (UNIVILLE, 2010).

O público-alvo da Assessoria Internacional são os estudantes e professores, compreendendo, conseqüentemente, coordenadores de curso nos processos. Esta assessoria está subordinada à Reitoria e é composta por um assessor com conhecimentos e vivência nas áreas da internacionalização e mobilidade e por técnicos administrativos responsáveis pela operacionalização das ações de mobilidade acadêmica.

O curso tem incentivado a participação de seus discentes em programas de intercâmbio ofertados pela Universidade. As ações efetivas passam pela socialização dos editais de intercâmbio, apoio dos discentes que têm interesse em participar dos programas por meio da elaboração dos documentos necessários para inscrição, acompanhamento do aluno durante todo o intercâmbio e socialização das experiências dos discentes participantes nos eventos realizados pelo curso.

3.14.6 Diretório Central dos Estudantes e representação estudantil

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa dos acadêmicos da Univille, cuja eleição se dá pelo voto direto dos alunos. O DCE é entidade autônoma, possui estatuto próprio e organiza atividades sociais, culturais, políticas e esportivas voltadas à comunidade estudantil. O DCE tem direito a voz e

voto nos conselhos superiores da Furj/Univille, conforme o disposto nas regulamentações institucionais.

De acordo com os estatutos e regimentos da Furj/Univille, a representação estudantil compõe 30% do colegiado dos cursos. Anualmente as turmas indicam um representante de classe e um vice-representante de classe dentre os estudantes regularmente matriculados na turma. Esses estudantes participam das reuniões do colegiado do curso com direito a voto. Além disso, a coordenação realiza entrevistas e reuniões com os representantes e vice-representantes com vistas a obter informações sobre o andamento das atividades curriculares e informar as turmas sobre assuntos pertinentes à vida acadêmica.

O curso de Medicina possui um Centro Acadêmico denominado Centro Acadêmico Dr. Plácido Gomes de Oliveira (CAMPGO), com as finalidades de: defender todos os direitos e interesses do corpo discente do curso de Medicina da Univille; lutar pela manutenção e melhoria da qualidade de ensino do curso de Medicina e do seu corpo docente visando profissionais de ótimo nível; promover conferências, congressos e eventos relativos ao curso de Medicina; responsabilizar-se, juntamente com o curso, pela semana acadêmica do curso de Medicina, sua organização, divulgação e palestrantes a serem convidados; lutar pela renovação e atualização da Biblioteca Universitária no que diz respeito às obras da área médica; garantir que os acadêmicos de Medicina tenham seus direitos garantidos, em conformidade com o estatuto e o regimento da Instituição; representar e defender os interesses e direitos de seus associados, em termos individuais e coletivos, perante as diversas instâncias deliberativas e consultivas da Univille, bem como em reuniões cuja pauta seja de interesse de seus associados; promover o diálogo entre os corpos discente, docente e de pessoal administrativo, idealizando sua união na busca e luta por soluções para os problemas que lhe sejam comuns; congregar os estudantes do curso de Medicina da Univille promovendo uma interação harmoniosa e construtiva entre seus associados; lutar pelo aperfeiçoamento permanente do curso.

3.14.7 Coordenação ou área

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

A Instituição está promovendo a integração dos cursos por áreas, com vistas a propiciar ações de melhoria contínua da qualidade. Cada área dispõe de atendimento aos estudantes por meio de uma equipe de auxiliares de ensino.

As coordenações de curso realizam o atendimento a estudantes e grupos de estudantes. As demandas individuais e de grupo são analisadas e encaminhadas aos setores competentes. As situações relativas à gestão didático-pedagógica são discutidas e os encaminhamentos são realizados por meio de reuniões administrativas e pedagógicas com o colegiado, o Núcleo Docente Estruturante, os professores de determinada turma ou ainda com os professores de forma individual. As decisões e as ações são balizadas pela legislação interna e externa, pelo Projeto Pedagógico do Curso e pela busca da melhoria contínua da qualidade e da sustentabilidade do curso.

3.14.8 Outros serviços oferecidos

Os estudantes dos cursos de graduação da Univille também têm acesso a outros serviços, conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 16 – Serviços disponibilizados aos estudantes

Outros serviços disponibilizados aos estudantes	Descrição
--	------------------

Serviço de Psicologia	<p>Os serviços oferecidos pelo Serviço de Psicologia (SPsi) da Univille compreendem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • serviço de atendimento clínico psicológico; • serviço de psicologia educacional; • serviço de psicologia organizacional e do trabalho; • programas e projetos nas diversas áreas de aplicação da Psicologia. <p>O SPsi tem como público-alvo as comunidades interna e externa da Univille. Dispõe de um psicólogo responsável e conta com uma equipe formada pelos professores e estudantes da 5.^a série do curso de Psicologia da Univille.</p>
Ouvidoria	<p>É um serviço de atendimento à comunidade interna e externa com atribuições de ouvir, registrar, acompanhar e encaminhar críticas e sugestões, em busca de uma solução. É uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária.</p>
Centro de Atividades Físicas	<p>É um programa de extensão institucional que tem por objetivo propiciar aos estudantes da Univille e à comunidade em geral a oportunidade de participar de atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional, valorizando o bem-estar físico e mental e a promoção da saúde e da qualidade de vida. Conta com uma infraestrutura que inclui piscina, academia de musculação, tatame, sala de ginástica, pista de atletismo. O CAF oferece turmas regulares em diversas modalidades esportivas e de saúde, incluindo musculação, ginástica e natação.</p>
Serviços de reprografia	<p>O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada. Essa estrutura é composta por: 1) centro de reprografia: localizado no Bloco B, que oferece serviços de fotocópia e encadernação nos turnos matutino, vespertino e noturno; 2) áreas de fotocópias: uma localizada no Bloco E, próximo do CAF, e outra no prédio da Biblioteca Central, as quais fornecem serviço de fotocópia nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul e as demais unidades da Univille também contam com o fornecimento de serviços de reprografia por meio de empresa terceirizada.</p>
Serviços de alimentação	<p>O <i>Campus</i> Joinville da Univille conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de empresas terceirizadas. Essa estrutura é composta por: 1 restaurante, localizado ao lado da pista de atletismo, que oferece refeições no almoço e no jantar, bem como serviço de cafeteria nos turnos matutino, vespertino (a partir das 16h) e noturno; 3 lanchonetes, uma localizada no Bloco C, outra no Bloco E e uma no Bloco D. Os estabelecimentos fornecem serviço de lanchonete e cafeteria e funcionam nos três turnos. O <i>Campus</i> São Bento do Sul também conta com o fornecimento de serviços de alimentação por meio de uma lanchonete localizada no prédio principal do <i>campus</i>.</p>

Serviços médicos e odontológicos	A instituição mantém convênio com empresa de atendimento de emergência que disponibiliza ambulância e atendimento de paramédicos quando da ocorrência de situações graves e de encaminhamento a hospitais. O serviço de emergência prevê o atendimento em todos os <i>campi</i> e unidades da Univille. As clínicas odontológicas do curso de Odontologia funcionam no Bloco C do <i>Campus</i> Joinville e atendem a comunidade em sistema de agendamento de consultas. Os estudantes da Univille podem utilizar os serviços mediante triagem realizada pela coordenação das clínicas odontológicas.
Serviços assessoramento jurídico	Os cursos de Ciências Jurídicas da Univille, em Joinville e São Bento do Sul, mantêm escritórios de práticas jurídicas nos respectivos <i>campi</i> . Os escritórios atendem a comunidade em sistema de agendamento, e os estudantes da Univille utilizam os serviços mediante triagem realizada pelas coordenações dos escritórios.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (PDI).

3.15 Gestão do Curso e os processos de avaliação interna e externa

A Política de Avaliação Institucional da Univille tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam os processos de autoavaliação de atividades, processos, projetos e programas desenvolvidos pela Universidade e a gestão da participação da Instituição nos processos de avaliação externa promovidos pelos órgãos governamentais de avaliação, regulação e supervisão da educação.

Tal política considera os seguintes macroprocessos:

- a) Monitoramento do IGC;
- b) Autoavaliação institucional;
- c) Gestão da avaliação externa institucional;
- d) Gestão da autoavaliação de curso de graduação
- e) Gestão da avaliação externa de curso de graduação;
- f) Gestão da autoavaliação de programas e cursos de pós-graduação;
- g) Gestão da avaliação externa de programas e cursos de pós-graduação;
- h) Avaliação contínua do desempenho docente;
- i) Gestão da participação e dos resultados do Enade.

O Curso de Medicina está integrado ao processo de avaliação institucional da Univille. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) está organizada para cumprimento do que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e possui regulamento específico para orientar, sistematizar, operacionalizar, realizar diagnósticos, apresentar resultados e atuar de forma propositiva junto aos cursos no que se refere às ações necessárias para a melhoria destes. Conta com profissionais vinculados ao corpo social da instituição, bem como, membros do corpo discente e da sociedade civil organizada, com a finalidade de coordenar todos os trabalhos envolvidos neste processo. Para a IES o objetivo do processo da avaliação institucional é identificar e analisar a realidade da instituição, sempre buscando a melhoria dos Cursos e do ensino ofertado aos acadêmicos.

A Avaliação Institucional é um processo que monitora os resultados da Universidade e gerencia as ações de avaliação, retroalimentando os processos de planejamento estratégico e gestão institucionais e propiciando subsídios para a atualização do PDI. Está organizada em diferentes subprocessos e estão agrupados em três categorias:

- Desempenho institucional: esses subprocessos têm abrangência institucional, estão sob a responsabilidade da Reitoria e são operacionalizados pela Assessoria de Avaliação Institucional e pela Comissão Própria de Avaliação;
- Desempenho dos cursos: tais subprocessos abrangem os cursos de graduação e os programas de pós-graduação *stricto sensu*, que estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e são operacionalizados pela Assessoria de Avaliação Institucional, áreas das respectivas pró-reitorias e coordenações de curso;
- Desempenho dos estudantes: são os subprocessos de gestão da participação dos estudantes de graduação no Enade. Estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino e são operacionalizados pela Assessoria de Avaliação Institucional, áreas da pró-reitoria e coordenações de curso.

Em relação à avaliação institucional, são aplicados instrumentos destinados à avaliação do desempenho individual dos docentes, com perguntas fechadas. Como a avaliação é optativa o maior desafio é o de sensibilização dos discentes para o preenchimento do questionário para que os dados sejam representativos e validados.

Os professores recebem um comunicado orientando a buscar suas avaliações no *site* institucional. Além disso, tais avaliações são formalmente comunicadas aos professores no momento do *feedback* feito pelo coordenador de Medicina, sejam boas ou não. No caso de ser a média inferior a 7,0 os professores são convidados a preparar um Plano de Desenvolvimento Profissional Individual em conjunto com o Centro de Inovação Pedagógica.

A avaliação do desempenho individual não pode ser divulgada, exceto para os próprios interessados e, reservadamente, para os dirigentes institucionais. A CPA emite relatório anual sobre o monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional. No exercício de suas atividades, a CPA mantém articulação permanente com todos os setores acadêmico-administrativos, interagindo permanentemente com todos os atores do processo institucional e de aprendizagem. Também mantém articulação com os órgãos do MEC responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Em relação ao acadêmico, ao responder as questões é estimulado a perceber que é copartícipe do processo de ensino, que deve buscar autonomia em seu aprendizado e que suas participações nos processos institucionais da Univille podem contribuir para consolidar os princípios de um curso forte e de qualidade.

Quanto a avaliação externa, um novo cenário para a Univille se apresentou a partir de 2014, quando, por decisão do Conselho Universitário, a Instituição aderiu ao Edital MEC/SERES nº 4, de 1 de julho daquele ano, permitindo a migração de instituições de ensino superior para o Sistema Federal de Educação. Por meio deste processo de migração, que foi deferido em 2016, a Univille passa a ser regulada, supervisionada e avaliada pelo CNE e pelo MEC e não mais pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). Sob a supervisão da Pró-Reitoria de Ensino da Univille, todos os colegiados de curso revisaram os PPCs, com o intuito de adequá-los aos requisitos de submissão ao sistema eletrônico do MEC.

A partir deste deferimento, a Univille encaminhou os processos referentes a reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação em atividade, bem como o processo de credenciamento da Universidade. Os próximos passos do processo de migração incluem as visitas de avaliação *in loco* promovidas

pelo INEP e os trâmites destes processos junto ao MEC e ao CNE, com a emissão dos atos oficiais de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e credenciamento da Universidade.

Em relação ao ENADE o curso de Medicina passou pelo ciclo avaliativo em 2016. Foram 50 concluintes inscritos e que obtiveram uma nota 3 para o curso. O próximo ciclo avaliativo ocorrerá em 2019.

3.16 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino aprendizagem

A proposta metodológica para o processo de ensino e aprendizagem na Universidade aponta para um paradigma de educação que privilegia o papel central do estudante e a mediação e facilitação pelo professor. Essa proposta contempla o emprego de materiais didático-pedagógicos e tecnologia educacional que inclui recursos oferecidos pela tecnologia de informação e comunicação (TIC).

A Univille disponibiliza aos estudantes e profissionais da educação uma infraestrutura de TIC composta por servidores que hospedam os sistemas de informação da Instituição, redes de computadores no âmbito da Universidade, laboratórios de informática e conexão à internet/web por meio de cabo e wi-fi, atualmente instalados em todas as salas de aula. A Universidade mantém contratos com empresas terceirizadas que fornecem serviços de tecnologia da informação. Além disso, convênios propiciam parcerias entre a Instituição e empresas com vistas a disponibilizar materiais e tecnologias a serem utilizados por docentes e estudantes no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Adicionalmente é ofertado suporte aos usuários dos sistemas e das tecnologias por e-mail ou presencialmente.

A Instituição migrou seus servidores de autenticação e arquivos de Windows NT para Windows 2012 R2 com Active Directory para possibilitar maior segurança e operabilidade dos servidores em completa redundância com o menor tempo de resposta, em caso de falhas de *hardware* e *software*.

Como parte desse processo de reestruturação, a Univille conta com uma solução de BladeSystem desde 2008 que dá pleno suporte ao ERP Educacional, além de possibilitar o crescimento físico para 22 servidores ou 40 no modo virtualizado. Tal reestruturação visa alinhar a Tecnologia da Informação com a necessidade de alta disponibilidade e acesso aos dados contidos nos sistemas de Enterprise Resource Planning (ERP), Portal Educacional, Sistemas Específicos e Business Intelligence.

A rede sem fio *wireless*, disponibilizada para a comunidade acadêmica, está instalada em todas as unidades *indoor* e *outdoor*, sendo diferenciada por meio de duas células de acesso – ADM, UNIVILLE (acadêmicos), cada uma com políticas de acesso à rede local e internet específicas.

Atualmente é fornecido aos alunos, professores e outras áreas da Universidade um *link* particular de 80 Mbps, dos quais 20 Mbps são exclusivos para rede sem fio ALUNO. Outro *link*, de 40 Mbps, é da Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia (RCT), de uso compartilhado com outras IES e fornecida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O *link* de 80 Mbps mostra-se suficiente para atender à demanda atual e não apresenta consumo de 100% nos horários de pico, e como o monitoramento é feito diariamente essa banda pode ser ampliada a qualquer momento, caso haja a identificação de gargalos na operação. Já o *link* RCT de 40 Mbps só pode ser ampliado mediante ação da administração pública da rede, que está centralizada em Florianópolis. Pela conexão à RCT, rede provedora do serviço de conexão que dá suporte às mais variadas iniciativas desenvolvidas pelas instituições usuárias e apoia o desenvolvimento científico e tecnológico, a Univille participa como importante instrumento de inclusão social no estado de Santa Catarina.

A Univille mantém um portal acadêmico na internet (www.univille.br). Todos os estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo dispõem de uma conta de e-mail no domínio univille.br, bem como usuário e senha de acesso ao portal e às redes internas de computadores da Instituição. O acesso ao portal é customizado de acordo com o perfil do usuário (estudante, profissional da educação, pessoal administrativo). O perfil permite acesso a informações e rotinas administrativas relacionadas à vida acadêmica, além do acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Enturma.

O Enturma consiste em um *Learning Management System* (LMS) disponibilizado e customizado para a Univille por meio de um contrato com a empresa Grupos Internet S.A. (www.gruposinternet.com.br). Ele é organizado em comunidades com uma estrutura hierárquica que parte da comunidade mais ampla, denominada Univille, até comunidades de turma/disciplina. Cada comunidade de turma/disciplina é formada pelos estudantes e professores da turma da disciplina em um período letivo específico. Por meio de ferramentas disponíveis na comunidade virtual, os seus integrantes podem compartilhar materiais didático-pedagógicos, dados e informações, colaborar com a produção de conteúdo, interagir e se comunicar. As ferramentas incluem disco virtual, mural, grupo de discussão, fórum, repositório de aulas, cronograma, trabalhos/atividades, questionários, entre outros. Mediante sistemas específicos integrados ao Enturma, há também recursos relacionados à gestão acadêmica, tais como diário de classe, calendário de provas e boletim de notas. Pelo acesso ao portal e ao Enturma, os usuários podem interagir virtualmente com os integrantes das comunidades a que pertencem e com as diversas áreas institucionais.

Em relação aos recursos audiovisuais as salas de aula possuem: microcomputador com *software* de apresentações; conexão à internet; rede Wi-Fi; projetor multimídia (*data show*); telão. Além disso, a Univille dispõe de setor de audiovisual, que oferece vários recursos aos usuários, mediante solicitação.

O ambiente virtual docente, oferece o acesso ao diário e ilimitado a várias ferramentas que o auxiliam no contato com a IES e com os acadêmicos. Dentre elas podemos destacar os seguintes serviços: postagem do Plano de Ensino e aprendizagem, acesso às turmas às quais leciona, relatórios contendo listas e contatos dos alunos (e-mail/telefone), notas/frequência, resultado da avaliação institucional entre outros. Destaca-se neste serviço a possibilidade de o professor postar arquivos aos estudantes de qualquer natureza (textos, exercícios, avisos e materiais para prova, artigo etc).

Os materiais didático-pedagógicos favorecem o “diálogo didático”, servindo para orientar o aprendizado e proporcionando suporte para a compreensão e apreensão eficaz dos conteúdos, além de espaços à participação e contextualização para a construção do conhecimento. Os materiais bibliográficos constituem o principal referencial a ser empregado no processo de ensino e aprendizagem. Nesse

sentido, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e o Planejamento de Ensino e Aprendizagem (PEA) das disciplinas da Univille apresentam um referencial bibliográfico básico e complementar de cada disciplina. Esse referencial integra o acervo da Biblioteca Universitária (BU) e está disponível para consulta e empréstimo pelos estudantes, profissionais da educação e pessoal administrativo de acordo com regulamentações internas. A Univille também disponibiliza para a comunidade acadêmica o acesso à biblioteca virtual MinhaBiblioteca, na forma de *e-books*. Outro recurso disponível é o acesso a bases de dados científicas por meio dos Portais Capes e EBSCO.

Além de referencial bibliográfico disponível na BU, docentes e discentes contam com recursos de TIC para produzir materiais tais como textos e apresentações, os quais podem ser disponibilizados no AVA ou reproduzidos por meio dos serviços terceirizados de reprografia existentes na Instituição.

A Univille também conta com laboratórios nas diferentes áreas do conhecimento, conforme o previsto nos PPC. Nos laboratórios são disponibilizados recursos tecnológicos e materiais didático-pedagógicos a serem empregados nas atividades de ensino de acordo com o PEA, elaborado pelo professor para cada disciplina que leciona, a cada início de ano letivo.

A Univille também possui uma editora, a Editora Univille, que tem como missão disseminar o conhecimento produzido na Instituição e fora dela, visando favorecer a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural de sua região de atuação.

Para capacitar os professores na utilização do que é disponibilizado pela instituição em termos de Tecnologias de Informação, anualmente são oferecidas oficinas pelo Programa de Profissionalização Docente. Estas oficinas ocorrem prioritariamente no início de cada período letivo, ao longo do mês de fevereiro.

2016

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação (Oferecida 2x)

Oficina: Novos dispositivos e mídias digitais como facilitadores no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula (Oferecida 2x)

Oficina: Vídeo Aula como Instrumento de Aprendizagem

Oficina: Produção de vídeo aula na prática

Oficina: Reflexões sobre o ensino no Ambiente Virtual de Aprendizagem na modalidade Semipresencial

Oficina: O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, no Ensino da Graduação.

2017

Palestra: Nativos Digitais na Universidade: protagonistas do processo de aprendizagem

Oficina: Fontes de Pesquisa Acadêmica: Biblioteca Virtual, EBSCO, Portal Periódicos

Oficina: Inovação pedagógica e ensino híbrido: disciplinas semipresenciais a serem ofertadas em 2017 e 2018

Curso: Formação Docente para o Ensino Semipresencial

Biblioteca Virtual da Univille:

Atualmente conta com cerca de 8.315 títulos de diversas editoras (Saraiva, ArtMed, LTC, etc) disponíveis para acesso digital empregando o login no Portal Univille. A Biblioteca está disponível para estudantes, professores e pessoal administrativo da Univille.

A Univille também possui assinatura da Base EBSCO, Science Direct e do Portal de Periódicos CAPES, na qual podemos encontrar diversos periódicos da área do curso.

No curso de Medicina os docentes utilizam grande parte dos recursos de TIC's, nas suas atividades acadêmicas, para melhorar o sistema de aprendizagem e ensino, recursos como o Disco Virtual, através de postagem de materiais para os discentes, Sistemas de avaliação, recados do professor do professor, favoritos, conselho de Classe, fórum de discussões, trabalhos/Atividades, para os alunos postarem direto no sistema, enquetes, mural e Diário de Classe.

3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Univille desde 2002 é denominado Enturma, fornecido pela empresa Grupos Internet. Ele oferece diversas ferramentas que possibilitam a interação entre tutores, discentes e docentes. Em se tratando de conteúdo das disciplinas, eles podem ser inseridos no sistema, organizados em forma de aulas mediante um gerenciador de aulas, e disponibilizados sob o conceito de cronograma com datação para atividades, avaliativas ou não. Quanto a acessibilidade metodológica, docentes, tutores e outros responsáveis pela inserção de conteúdo educacional possuem ferramentas como:

- . Fórum - permite discussão assíncrona sobre temas pertinentes à disciplina;
- . Trabalhos / Atividades - possibilita a criação de uma atividade com *up load* de arquivos ou não, para a qual o docente pode dar nota e comentar a(s) resposta(s) do discente;
- . Avaliações - ferramenta pela qual é ofertada ao discente uma lista de questões, discursivas, múltipla escolha ou escolha simples, que podem ser avaliativas ou não.

Em nível comunicacional o AVA conta com ferramentas como bate-papo, Grupo de discussão, Chat e Mural da disciplina. Ainda, o instrumento Diário permite ao docente registrar notas e disponibilizar os resultados aos discentes. Semestralmente ocorrem atualizações no AVA quanto a melhorias em nível de interface e procedimentos de maior complexidade. Correções e pequenas melhorias podem ser disponibilizadas à medida que forem necessárias para otimizar o uso do sistema.

3.18 Número de Vagas

O Estatuto da Univille conceitua o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) como um processo cíclico, participativo e contínuo de análise do ambiente interno e do ambiente externo à Instituição, direcionando, definindo e monitorando o alcance de objetivos e metas, bem como a execução das estratégias, com vistas a aperfeiçoar a interação da Instituição com o ambiente externo, melhorar os seus resultados e propiciar a consecução de sua missão e a construção de sua visão, levando em conta os valores institucionais (PDI 2017-2021, p. 19 e Estatuto da Univille, capítulo II, art 13).

O PEI é um dos macroprocessos que consta da Política de Gestão institucional, conforme o PDI (PDI 2017-2021 p.115). A Política de Gestão também inclui como macroprocessos a Gestão Integrada do Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão de Pessoas; Gestão Financeira e de Investimentos; Gestão da Infraestrutura e a Gestão da Comunicação Organizacional.

A Política e seus macroprocessos levam em conta as seguintes diretrizes: Integração da Gestão com o ensino, a pesquisa e a extensão; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Representatividade e Participação; Qualidade; Transparência; Atendimento a Demandas Sociais; Acompanhamento; Legalidade; Sustentabilidade; Viabilidade.

A Política de Gestão Institucional prevê que o monitoramento da execução do que foi planejado e proporciona um *feedback* sobre o alinhamento do que está sendo executado em relação à estratégia e ao alcance dos objetivos e metas. Esse monitoramento e *feedback* permitem que se decida sobre mudanças no que foi planejado ou ainda sobre alterações na forma de execução, oferecendo a necessária flexibilidade diante das mudanças no cenário externo ou na realidade interna institucional.

O processo do PEI resulta na elaboração e atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, conforme art. 14 do Estatuto da Univille, tem uma vigência quinquenal e anualmente é atualizado com base no PEI.

Entre outros aspectos, o PDI contempla o cronograma de oferta de cursos de graduação cuja execução é objeto de análise contínua levando em conta aspectos externos como a demanda da sociedade em relação a formação a ser oferecida,

evolução de matrículas da educação básica, evolução da concorrência, legislação e oportunidades identificadas pela IES, bem como aspectos internos como infraestrutura existente (salas de aula, laboratórios, acervo bibliográfico, etc), investimentos a serem realizados, corpo docente/pessoal administrativo da Universidade e necessidade de contratações.

Neste contexto, o número de vagas em um curso de graduação, no ato de criação e ao longo de sua evolução, está fundamentado em estudos quantitativos e qualitativos realizados pela Assessoria de Planejamento e Avaliação para subsidiar processos decisórios no âmbito da Reitoria, comissão de criação do curso e coordenação/NDE/colegiado do curso. A decisão quanto ao número de vagas considera as diretrizes da Política de Gestão citadas acima e leva em conta o dimensionamento do corpo docente e infraestrutura física. Além disso, estes estudos quantitativos e qualitativos são periódicos e incluem pesquisas junto à comunidade acadêmica relacionadas a infraestrutura e serviços e avaliação do desempenho docente e pesquisa periódica realizada junto aos egressos.

Como procedimentos e instrumentos de pesquisa, é possível citar:

a - ferramenta do "mercadoedu" onde, de forma sistemática, fazemos consultas sobre a evolução das matrículas em outras IES e em outras regiões;

b – acompanhamento anual da evolução das matrículas da educação básica,
principalmente no que se refere aos concluintes do ensino médio;

c - acompanhamento do desempenho da concorrência no que se refere aos indicadores do SINAES;

d - pesquisa do ingressante, feita semestralmente, que apresenta uma pergunta pedindo sugestão de cursos e identificando o perfil do nosso ingressante;

Além disso a infraestrutura física e tecnológica é analisada semestralmente, quando é realizada a análise do quadro de cursos e vagas para o ingresso no próximo semestre, verificando salas de aula e laboratórios disponíveis.

É feito o acompanhamento periódico de evasão e ociosidade e essa análise é levada em consideração no momento da decisão de oferta do curso e das vagas a serem oferecidas.

Na definição do quadro de cursos e vagas para o período letivo seguinte são levadas em consideração as vivências da equipe de atendimento com o contato com candidatos e alunos dos cursos, buscando, dessa forma, entender as necessidades do mercado.

Quando o curso de Medicina foi autorizado, em 1999, foram aprovadas 48 vagas anuais. Este número se justificava, na época, pelo número de habitantes de Joinville e região. Já em 2014 houve a duplicação das vagas do curso acrescentando mais 48 semestrais, num total de 96 anuais. É importante salientar que no início, os estudantes eram procedentes de Joinville e região, mas com o passar dos anos, foi observada uma mudança neste perfil, com o ingresso de estudantes de regiões mais distantes e outros estados brasileiros, tais como Paraná, São Paulo, Bahia etc. Esta mudança sinaliza por um lado a consolidação do curso que passou a ter maior visibilidade nacional e, por outro, a grande demanda atual dos jovens por cursos de Medicina, em decorrência de questões relacionadas ao mercado de trabalho e à valorização social da profissão médica. O curso funciona em período integral, das 07h40 às 11h50 e das 13h30 às 18h50, de segunda a sexta-feira, com ingresso no primeiro e no segundo semestre do ano.

Para definição de vagas no curso de Medicina foi considerado, também, como critério de análise a disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospitais, ambulatórios, serviços de urgência e emergência e unidades básicas de saúde, com capacidade para receber um número de estudantes equivalente ao total matriculado nos seis anos do curso. Os estudantes de Medicina da Univille utilizam a rede assistencial existente em Joinville que é bem organizada, oferece boa estrutura para que os estudantes desenvolvam as atividades práticas previstas no PPC e vem crescendo ao longo dos anos acompanhando o crescimento demográfico do município e das necessidades de saúde da população.

3.19 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS)

Conforme preconizam as DCN e o PPC, os acadêmicos de Medicina são inseridos em diferentes cenários de ensino e aprendizagem desde o início do curso com o objetivo de proporcionar-lhes uma aproximação com a realidade da prática profissional, as condições de vida da população e os serviços de saúde organizados para atender às necessidades de saúde.

As disciplinas Saúde Coletiva e Interação Básico Clínica enfocam fortemente este objetivo de forma longitudinal, desde o segundo até o quarto semestre. Posteriormente, novos cenários de práticas e metodologias de ensino-aprendizagem são ofertados nos semestres sétimo e oitavo, com tutorias realizadas em serviços de saúde nas grandes áreas da Medicina (Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia). Na sequência, nos quatro semestres de internato, a inserção nos serviços públicos de saúde se intensifica com atividades desenvolvidas em ambulatórios nos semestres nono e décimo e em hospitais nos semestres décimo primeiro e décimo segundo.

A integração do curso com o sistema local de saúde trouxe a preocupação, desde o início, de formalizar os convênios estabelecidos com os serviços do SUS e outros complementares, por meio de contratos assinados pelas instituições envolvidas, os quais são revisados periodicamente. Em 2003, a Univille e a Prefeitura Municipal de Joinville assinaram um convênio de parceria abrangendo os serviços de saúde com o objetivo de propiciar ensino prático e monitorias com supervisão na rede assistencial do município (Convênio No.001/2003-SS). Desde então, o curso de Medicina e a Secretaria Municipal de Saúde possuem um contrato que é revisado anualmente. Nos anos de 2009 até 2014, o curso de Medicina da Univille participou de várias edições dos programas PET-Saúde e ProPET-Saúde do Ministério da Saúde, com o desenvolvimento de um plano de trabalho conjunto com a Secretaria, com ações de ensino-pesquisa-extensão na rede básica municipal envolvendo os cursos da área da Saúde. A participação de nosso curso possibilitou estreitar o relacionamento com os gestores municipais de saúde e facilitar a parceria necessária para a inserção dos estudantes na rede municipal de saúde. Recentemente, a assinatura do COAPES (Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-saúde)

está representando um avanço significativo na busca de aprimorar a relação com o SUS municipal. Mais do que a formalização de responsabilidades das instituições envolvidas, entendemos que o COAPES irá proporcionar mais clareza e transparência na pactuação das atribuições e estreitar as relações interinstitucionais.

No PPC da Medicina, o processo de integração com a rede assistencial tem priorizado os serviços públicos de saúde (SUS). Entretanto, ao longo destes anos, verificou-se que algumas características dos serviços municipais de saúde, tais como a insuficiência na oferta de atenção em algumas especialidades médicas e a inadequação do espaço físico, equipamentos e volume de atendimento em alguns estabelecimentos, criaram dificuldades para receber adequadamente os estudantes. Nestas situações, o curso optou por estabelecer convênios complementares com outros estabelecimentos, tais como Clínicas de Odontologia, Ortopedia, Anatomia Patológica, Oftalmologia, entre outros, os quais atualmente são utilizados como espaços de ensino.

No presente momento, o número e a variedade de serviços de saúde conveniados possibilitam uma boa integração com o sistema de saúde local e regional, sendo possível observar a inserção dos estudantes desde a rede de atenção primária, passando pelos serviços especializados ambulatoriais e hospitalares, secundários e terciários. Além destes, há aproximadamente 20 ligas acadêmicas organizadas sob coordenação docente cujas atividades acontecem na rede básica (Liga Acadêmica de Medicina de Família e Comunidade - LAMFU) e nos hospitais públicos existentes no município oferecendo aos estudantes oportunidades para desenvolverem atividades práticas em outros espaços, conforme seus respectivos planos de trabalho.

Nestes cenários, os estudantes vão progressivamente vivenciando as diferentes realidades do exercício profissional em serviços com complexidade tecnológica crescente e interagindo com as demais profissões da saúde que compõem as equipes multidisciplinares.

Quanto a relação aluno/docente é variável conforme o local da prática. No 9º e 10º semestre, na disciplina de Atenção Primária a Saúde a relação é de 2 alunos por professor/preceptor. Já no Ambulatório Universitário os alunos atendem individualmente nos consultórios e há um professor supervisor para cada equipe de

5 alunos. Nos hospitais depende das especialidades médicas, horários e dinâmica do atendimento.

3.20 Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde

Em relação às atividades práticas de ensino, no segundo semestre do curso, os acadêmicos de Medicina começam a frequentar os serviços públicos de saúde de Joinville com a disciplina 'Saúde Coletiva I', cujo objetivo principal é apresentar o SUS para os estudantes a partir da sua porta de entrada, a Atenção Primária. São trabalhados conteúdos teóricos sobre a organização do SUS, sua história, legislação, princípios, diretrizes organizacionais, Política de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família e conceitos relativos a estes temas, tais como território, trabalho em equipe multidisciplinar, humanização do cuidado em saúde, clínica ampliada, modelo biomédico, determinantes do processo saúde-doença.

Os alunos, em grupos, realizam visitas mensais às unidades de Saúde da Família do município, interagem com as equipes de saúde e a comunidade e, ao final, realizam um trabalho interdisciplinar conjuntamente com as disciplinas de Humanidades, Epidemiologia e Genética, cujo eixo é a História Natural e Social da Doença. O objetivo é articular conceitos trabalhados nestas 4 disciplinas ao longo do semestre. As visitas às unidades são supervisionadas por preceptores que são médicos das equipes de Saúde da Família contratados pela universidade.

Ainda no segundo semestre, com o objetivo de promover a interação entre a teoria e a prática das disciplinas básicas, a disciplina Interação Básico-Clínica I insere grupos de estudantes em diferentes espaços de ensino e serviços de saúde, para realizarem atividades práticas, em forma de rodízios a cada 4 semanas. Os locais visitados são o Centro Cirúrgico da Univille, uma clínica de Ortopedia conveniada, a Academia de Atividades Físicas da Univille e um consultório odontológico conveniado. Nestes locais, por meio de aulas expositivas dialogadas e atividades práticas, são trabalhados conteúdos teórico-práticos sobre Ortopedia (identificação de estruturas do aparelho locomotor e sua funcionalidade), Atividade Física e Saúde (avaliação física, prevenção de doenças, doenças cardiovasculares e atividade

física), Semiotécnica dos dados vitais (PA, pulso arterial e venoso, suporte básico de vida) e Estrutura básica da face (cirurgias ortodônticas, implantes dentários, reconstrução facial, traumatologia buco-maxilo-facial).

No terceiro semestre, a inserção dos estudantes na Atenção Primária continua e se aprofunda, por meio de atividades pedagógicas realizadas nas unidades de Saúde da Família novamente sob a supervisão de preceptores que são médicos das equipes de Saúde da Família contratados pela universidade. Nesta disciplina, são abordados os temas Educação em Saúde, Comunicação em Saúde, Planejamento em Saúde, Ciclos da Vida, Controle social, Saúde Mental na Atenção Primária, Saúde e Vulnerabilidade, Saúde Suplementar, Vigilância em Saúde, Consultório na Rua, Gestão da Clínica, e Adolescentes na Atenção Primária. Estes temas são revistos nas visitas às unidades e articulam-se com atividades práticas desenvolvidas em grupo, tais como Acesso Avançado, Projeto Terapêutico Singular, Saúde da Criança e Saúde do Idoso.

Ainda no terceiro semestre, na disciplina Interação Básico-Clínica II, os estudantes realizam atividades práticas, em forma de rodízios a cada 4 semanas, no Ambulatório Universitário de Cardiologia (Centro), Clínica de Anatomia Patológica (CEDAP) e Unidade Centro da Univille. São trabalhados temas de Cardiologia (anatomia e fisiologia do aparelho cardiovascular, noções de tratamento e reabilitação de doenças cardiovasculares, etc), Patologia Básica (lesão e morte celular, inflamação aguda e crônica, mecanismo de reparo tecidual), Saúde Ambiental (saneamento básico, crescimento urbano e equipamentos públicos, relação homem e ambiente, tratamento e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, poluição atmosférica, saúde pública, resíduos de serviços de saúde, lixo) e Humanização dos cuidados de saúde (o teatro e a arte como veículos de humanização na prática médica, representação do corpo nas artes, habilidades de comunicação e expressão).

No quarto semestre, na disciplina Interação Básico-Clínica III, os estudantes, em grupos que se rodiziam a cada 4 semanas, visitam o Ambulatório Universitário de Cardiologia (Centro), a Farmácia Escola, uma clínica ortopédica e os centros cirúrgicos do Hospital São José e o Hospital Infantil Jeser Amarante Faria. São trabalhados temas sobre:

- Centro Cirúrgico (CC) - qualidade em centro cirúrgico e os princípios da cirurgia segura. São realizadas visitas guiadas no centro cirúrgico, CME (Central de material e esterilização) e SRPA (Sala de recuperação pós anestesia) durante a qual são explicados os passos do agendamento de uma cirurgia até sua realização, o fluxo do material a ser utilizado e o caminho que o paciente percorre dentro do CC, oportunizando aos estudantes conhecerem os principais materiais utilizados no CC e assistirem a cirurgias .
- Prática em Cardiologia – são abordados os seguintes conteúdos: revisão e exercício da técnica de aferição da pressão arterial; anamnese e exame físico, com aprendizado da ausculta cardíaca e pulmonar; contato prático com os exames de eletrocardiografia, radiologia do tórax, ecocardiografia, cateterismo cardíaco e outros; noções de prevenção; notar e aprender a importância da mídia nos conhecimentos dos pacientes e a influência da condição socioeconômica e política nos cuidados de saúde; praticar o relacionamento médico-paciente.
- Prescrição de Medicamentos - são abordados os aspectos legais e parâmetros de qualidade das prescrições de medicamentos; prescrição de antimicrobianos; controle especial, notificação de receita, legislação aplicada e elaboração de prescrições de medicamentos.
- Prática em Ortopedia - correlação básico-clínica aplicada à traumatologia esportiva, abrangendo lesões cartilaginosas, desalinhamento de membros inferiores e fluxograma funcional do atendimento ao politraumatizado.

Nos semestres sétimo e oitavo, acontecem as tutorias, nas quais grupos de 4 a 5 alunos rodíziam a cada 4 a 5 semanas nas disciplinas de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia em diversos cenários de práticas: Ambulatório Universitário da Univille, Maternidade Darcy Vargas e diferentes ambulatórios de hospitais públicos e conveniados e de clínicas conveniadas.

Sequencialmente, no Internato I (nono e décimo semestres), os estudantes frequentam as Unidades Básicas de Saúde da Família e o Ambulatório Universitário, em grupos de 4 a 5 estudantes com rodízios a cada 11 semanas (aproximadamente) nas disciplinas de Internato Obrigatório em Atenção Primária à Saúde e Internato Obrigatório em Ambulatório Geral.

No Internato II (décimo primeiro e décimo segundo semestres), o mesmo rodízio acontece nos hospitais nas disciplinas Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia.

Este conjunto de atividades pedagógicas desenvolvidas na rede de saúde desde os primeiros semestres do curso usando distintas metodologias de ensino-aprendizagem com enfoque em experiências vivenciadas em disciplinas, projetos de extensão e estágios reforçam a importância de articular o que é apreendido em sala de aula com as vivências no cotidiano do trabalho em saúde e visam propiciar aos estudantes uma experiência concreta sobre a realidade do sistema de saúde brasileiro, onde futuramente eles irão exercer seu ofício de médico.

4. GESTÃO DO CURSO E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Este capítulo caracteriza a gestão do curso e os profissionais de Educação envolvidos. Primeiramente é caracterizada a gestão do curso que, de acordo com as regulamentações institucionais, prevê o colegiado, a coordenação e o núcleo docente estruturante a serem implantados quando do início de funcionamento após a sua autorização.

4.1 Gestão do curso

De acordo com a legislação vigente e as regulamentações institucionais, ao entrar em funcionamento o curso contará com estrutura administrativo-acadêmica composta por:

- Colegiado: órgão deliberativo composto por corpo docente, tutores, preceptores, se houver, e representação estudantil;
- Coordenação: órgão executivo composto pelo docente coordenador de curso;
- Núcleo Docente Estruturante: órgão consultivo composto por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação e na avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Esses órgãos, bem como o corpo docente e o corpo discente (figura 21), são os atores envolvidos na implementação e no contínuo aperfeiçoamento do curso.

Figura 21 – Estrutura organizacional do curso



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 (PDI)

4.2 Colegiado do curso

O colegiado do curso é o órgão deliberativo sobre temas pedagógicos, acadêmico científicos, didático-pedagógicos e administrativos-financeiros no âmbito do curso, considerando a legislação e as regulamentações institucionais (art. 19 do Estatuto da Univille e artigos 30 a 33 do Regimento da Univille). O Colegiado de Curso de Graduação é constituído por:

- I - Docentes em exercício no curso no período letivo vigente, incluindo os docentes em atuação em disciplinas de núcleo comum e núcleo compartilhado;
- II - Docentes responsáveis por disciplinas, afastados da disciplina conforme regulamentação vigente e que estejam em exercício docente na Univille;
- III - Preceptores e tutores em exercício no curso no período letivo vigente;
- IV - representação estudantil.

O número de membros dos incisos I, II e III corresponde a 70% do Colegiado.

O número de representantes citados no inciso IV corresponde a 30% do Colegiado e será determinado por meio da fórmula $E = (30 \cdot D) / 70$, em que D = número de membros dos incisos I, II e III.

O Colegiado reúne-se com a presença da maioria de seus membros e é presidido pelo Coordenador do Curso.

As convocações das reuniões do Colegiado são feitas pelo Coordenador de Curso ou por, no mínimo, 1/3 dos seus membros.

As reuniões ocorrem com a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros e, em segunda, com qualquer número. As deliberações são tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. O encaminhamento das deliberações é feito pelo Coordenador do Curso. As ações que têm relação com os projetos do Planejamento Estratégico Institucional são registradas em sistema de informação disponível na intranet da instituição e são acompanhadas pelos supervisores de cada projeto.

O Colegiado tem reuniões ordinárias nos meses de fevereiro, julho e dezembro, porém conforme a necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões contam com pauta, lista de presença e ata.

O Colegiado também poderá designar comissões de caráter consultivo com vistas a estudar temas pertinentes ao curso de graduação e emitir pareceres que subsidiem as discussões do NDE e as decisões do Colegiado e da Coordenação.

4.3 Coordenação do curso

A coordenação do curso de graduação é o órgão executivo que coordena as atividades do curso de graduação. Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

Os coordenadores de curso da Univille são eleitos para um mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva. A eleição ocorrerá após a integralização da primeira turma do curso e desde que o curso tenha oferta regular. O colégio eleitoral é composto por docentes em exercício no curso em no mínimo dois anos, preceptores, tutores, estudantes, sendo que o voto dos docentes tem peso 7 e dos discentes, 3.

A coordenação do Curso de Medicina da Univille é exercida pelo Professor Tiago Neves Veras contratado da Univille desde 2011. Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, especialização em pneumologia pediátrica pelo Hospital das Clínicas de Porto Alegre, mestrado em ciências médicas pela Universidade Federal de Santa Catarina e cursando doutorado em saúde e meio ambiente pela Univille.

Suas ações incluem planejamento, organização, acompanhamento, controle e avaliação dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Para tanto, deve considerar a integração com os demais cursos do Comitê de Área de saúde e com a Instituição e estar em consonância com a legislação educacional, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e as regulamentações institucionais.

De acordo com o Regimento da Univille, compete à coordenação do curso:

- I - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Colegiado do Curso e dos Órgãos Superiores da Instituição;
- II - Coordenar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- III - Coordenar o corpo docente do Curso, os demais profissionais da educação superior e o pessoal administrativo;
- IV - Orientar o corpo docente sobre o PPC, o PDI, as políticas, os estatutos, os regimentos e regulamentações institucionais, os comunicados e as informações institucionais;
- V - Participar dos processos de avaliação do Curso;
- VI - Orientar o relacionamento com os estudantes;
- VII - Compor o Núcleo Docente Estruturante do Curso;
- VIII - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- IX - Manter o Colegiado informado das discussões e deliberações ocorridas nos órgãos e instâncias superiores da universidade;
- X - Administrar os recursos financeiros e a infraestrutura do Curso;

- XI - Exercer ação disciplinar na área de sua competência;
- XII - Representar o Curso;
- XIII - Providenciar e coordenar a análise de programas de disciplinas cursadas em outras instituições de ensino superior, para efeito de dispensa, em caso de transferência;
- XIV - Aprovar os Planos de Ensino e Aprendizagem e os Diários de Classe das disciplinas do curso;
- XV - Coordenar o acompanhamento dos egressos;
- XVI - Promover articulações com os demais Cursos;
- XVII - Instruir processos de sua competência e dar parecer;
- XVIII - Expedir documentos no âmbito de sua competência;
- XIX - Decidir ad referendum, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Curso;
- XX - Manter o arquivo dos principais atos e documentos, tais como legislação, currículos e programas, distribuição curricular, relação dos integrantes do Colegiado do Curso, com endereço, horários, salas e atividades;
- XXI - Representar a Instituição perante a Justiça, quando solicitado;
- XXII - Zelar pela conservação e utilização dos equipamentos e materiais sob sua responsabilidade;
- XXIII - Exercer outras atribuições em sua área de competência.

O coordenador do curso, professor Tiago Neves Veras é professor da Univille em tempo integral, disponibilizando 40 horas presenciais para a gestão do curso e docência. Se dedica à docência por 12 horas semanais, lecionando a disciplina Pediatria e Internato Obrigatório em Ambulatório. As outras 28 horas se dedica à coordenação com estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento do curso, avaliação e atendimento aos discentes e docentes.

O coordenador também participa das reuniões do Conselho Universitário onde assuntos do âmbito do curso são levados a conhecimento de todos os

coordenadores e em alguns casos passam pela aprovação deste Conselho, sendo que estas reuniões ocorrem mensalmente e são comprovadas pelas listas de presença e atas arquivadas na Assessoria dos Conselhos da Univille.

Da mesma forma para discutir assuntos de interesse do curso ocorrem as reuniões de coordenadores dos cursos (Comitê da área de saúde) onde são discutidos temas relacionados à operacionalização do funcionamento da Universidade e necessidades de cada coordenação são discutidas, sendo que essas reuniões também são comprovadas por listas de presença dos coordenadores. O coordenador do curso também preside o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Outra ação institucionalizada pela Universidade é o Programa de Desenvolvimento Gerencial, em que os coordenadores são convocados para participar de reuniões com vistas à profissionalização da gestão da Universidade. Dentro desta programação são abordados temas desde inteligência emocional até reuniões para elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição.

Outra atividade relevante está ligada ao processo de avaliação do desempenho docente. Uma vez concluído o ciclo de avaliação feita pelos discentes por disciplina, fica a cargo dos coordenadores analisarem o resultado da avaliação e realizarem uma reunião de feedback com cada professor, apontando pontos positivos e negativos de seu desempenho. O relato desta reunião e suas conclusões são registrados na ferramenta de registro das devolutivas das reuniões de feedback que fica na intranet da Universidade. Ainda sobre avaliação é de responsabilidade do coordenador zelar pelas práticas que permitam a melhoria contínua da avaliação feita por cada ciclo avaliativo, para isso o plano de ação do NDE define estratégias que envolvem desde a revisão do Projeto Pedagógico do Curso e elaboração de projetos interdisciplinares para melhoria da qualidade de ensino. Todas estas ações são discutidas em reuniões do NDE, especificamente com as turmas envolvidas neste processo e também com o colegiado.

E, finalmente, o coordenador exerce suas atividades baseadas no diálogo, onde tanto docentes como discentes encontram acesso direto à coordenação, tornando o atendimento personalizado, o que proporciona acessibilidade, esclarecimento de dúvidas, resolução de problemas e encaminhamento, de forma ágil e eficaz.

4.4 Núcleo Docente Estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo composto pelo coordenador do curso e por docentes que atuam na concepção, no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando o impacto a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as particularidades do mundo do trabalho. A composição e o funcionamento do NDE ocorrem de acordo com regulamentações institucionais. As reuniões do NDE são convocadas e dirigidas pelo seu presidente, prevendo-se o registro por meio de listas de presença e atas.

O NDE do Curso de Medicina da Univille é formado por professores atuantes no curso, os quais, por meio desse grupo, buscam garantir a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, utilizando-se da integração curricular das diferentes disciplinas trabalhadas no curso, do incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, da assessoria prestada ao colegiado nas revisões e melhorias no PPC, do acompanhamento de processos avaliativos, entre outras atividades.

O critério utilizado pela Univille na indicação destes professores leva em consideração, a titulação, a experiência docente no ensino superior, a experiência profissional na área específica da disciplina lecionada (atuação do curso), e principalmente, o envolvimento com a academia, e o comprometimento com a missão e os valores institucionais.

Todos os docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE, 100%, são contratados em regime de carga horária parcial e/ou integral e 100% dos seus membros possuem titulação em programas *Stricto sensu*.

O NDE, em algumas reuniões, atua em parceria com NEM (Núcleo de Estudos Médicos) para contribuir com a melhoria do projeto pedagógico. O NEM funciona desde o início do curso de Medicina, há quase 20 anos e é composto por 12

professores médicos, sendo muito produtiva esta integração do corpo docente pois ali se discute o avanço da área médica e a melhoria constante do curso.

4.5 Corpo docente do curso

Os profissionais da educação superior da Univille são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por instrumentos coletivos de trabalho. Os docentes admitidos antes de 30/10/2014 são regidos pelo Estatuto do Magistério Superior.

A admissão é feita pela Reitoria, para preenchimento das funções existentes, à vista dos resultados obtidos nos processos de seleção, de acordo com as normativas internas.

De acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Educação Superior, o quadro de profissionais da educação superior da Univille é compreendido por integrantes do quadro de carreira e demais contratados.

O quadro de carreira da educação superior é composto por:

- Docentes titulares: docentes em cursos superiores, responsáveis por disciplinas;
- Docentes adjuntos: docentes em cursos superiores que, por meio de seleção externa e aprovação em estágio probatório, ingressam nos quadros da Instituição;
- Preceptores: profissionais médicos que atuam com os alunos em internato, na construção de conhecimentos específicos da sua área;
- Tutores: profissionais contratados para mediar e orientar o processo pedagógico nos cursos a distância e semipresenciais;
- Instrutores/professores de cursos livres: profissionais contratados para atribuições de instrução/docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo indeterminado.

A instituição também pode efetuar contratações de:

- Docentes visitantes: aqueles contratados em caráter excepcional para atribuições de docência, em função de sua notoriedade expressiva no meio acadêmico e/ou na sociedade e da necessidade da Instituição, sem a obrigatoriedade de processo seletivo. A relação de emprego pode se dar por prazo determinado ou indeterminado;
- Docentes temporários: docentes contratados por objeto ou prazo determinado, nas hipóteses autorizadas pela legislação trabalhista e em situação emergencial, no decorrer do período letivo, relacionada às atividades em sala de aula;
- Professores de cursos livres temporários: profissionais contratados para atribuições de docência específica, em cursos livres de curta ou longa duração, de acordo com suas habilidades e/ou competências, com relação de emprego por prazo determinado.

4.5 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Médica

O corpo docente do curso de Medicina exerce um papel primordial para que seja oferecido um ambiente protegido para a formação de nossos alunos, evitando exposições a quaisquer tipos de riscos previsíveis. Os professores supervisores atuam nas aulas práticas, estágios e internatos e são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do desempenho do estudante, nas questões de atitudes relacionais, posturas éticas e habilidades gerais e específicas, cognitivas e afetivas em cada área. Os professores acompanham os alunos nas atividades práticas, nas consultas e nas visitas aos pacientes internados, orientando-os no exame físico, anamnese, evolução clínica, prescrição terapêutica e solicitação de exames diagnósticos.

Todos os professores que atuam nos ambulatórios ou hospitais conveniados possuem vínculos de trabalho com estas instituições onde os alunos realizam

atividades práticas (hospitais, ambulatórios especializados e unidades básicas), o que facilita a integração com os serviços e as equipes de saúde.

4.6 Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente

O projeto do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente iniciou em 2011 com ações psicopedagógicas, mediante processos de orientação e acompanhamento a discentes e docentes. Entre outras atividades desenvolvidas, estão o acompanhamento da evasão escolar no decorrer do ano letivo, por meio da análise do desempenho institucional ou individual e do absenteísmo.

O acompanhamento pedagógico também contempla as exigências do Sinaes, que o preconiza como conceito referencial mínimo de qualidade: verificação da adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela Instituição de Ensino Superior (IES) e a adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.

O programa de Acompanhamento Psicopedagógico (PAP) visa dar suporte a essa atividade, que tem como principal objetivo receber o discente em caráter preventivo, informativo e de orientação. A proposta está pautada no processo ensino-aprendizagem: contribuir para o desenvolvimento e adaptação acadêmica, facilitando a completa integração do discente no contexto universitário.

Como o PAP é um setor de integração discente ao curso/à instituição, quaisquer assuntos decorrentes dessa díade poderão ser trazidos para o programa: dificuldades de aprendizagem, problemas relacionais, conflitos pessoais, familiares, profissionais e/ou voltados para a carreira e à inserção no mercado de trabalho, etc.

Além de ser uma etapa do processo de relacionamento, para a Univille o acolhimento do estudante requer postura receptiva, de verdadeiro interesse pela pessoa que procura os serviços, aberta para a obtenção de informações pertinentes as suas necessidades, comprometida com a efetividade na comunicação e com as ações subsequentes. O acolhimento caracteriza-se fundamentalmente pela escuta

ativa que compreende uma atitude direcionada para a facilitação da expressão verbal (diálogo) e não verbal (gestual), permite maior entendimento dos conteúdos e proporciona um acolhimento do dito e do não dito, ou seja, inclui as entrelinhas (OLIVEIRA; SOUZA; FREITAS, 2013). Isso contribui para que o estudante se sinta confiante em expressar suas ideias e iniciar um processo de interpretação e compreensão da sua demanda, seguro de que o atendimento subsidiará os processos de orientação, encaminhamento e resolução.

A orientação caracteriza-se de maneira essencial pelo estabelecimento de uma relação de cooperação entre o estudante e quem o orienta. Essa relação cooperativa tem o intuito de construir um conjunto de alternativas para a demanda estabelecida, oferecer subsídios para que o graduando compreenda os bônus e ônus de cada alternativa e que ele seja capaz de tomar as decisões que contribuam favoravelmente para o seu desenvolvimento e sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

Na Univille, diferentes atores desempenham o papel de orientador do estudante, incluindo os professores, os gestores e o pessoal administrativo que atuam no atendimento dos estudantes nas diferentes áreas da Instituição. Para ser efetiva, a orientação requer que esses atores busquem de modo contínuo o seu desenvolvimento pessoal e profissional com vistas a dispor de informações e competências que contribuam para a resolução das demandas e dos problemas apresentados pelos alunos.

Para orientar é preciso estudar constantemente o perfil psicossocial e acadêmico daqueles que buscam orientação. Também se faz necessário dispor de conhecimentos sobre a identidade da Instituição, alinhando a orientação à missão, à visão, aos valores, aos princípios e às políticas da Universidade. Além disso, deve-se possuir informações sobre os diversos serviços e oportunidades que a Universidade oferece aos estudantes, bem como as normas e procedimentos institucionais.

Adicionalmente, de acordo com o tipo de orientação a ser realizado, é preciso dispor do conhecimento e da experiência relativa às abordagens teóricas e técnicas que fundamentam o processo de orientação. Por fim, faz-se necessário que gestores, professores e técnicos administrativos desenvolvam continuamente habilidades de comunicação, empatia e relacionamento interpessoal, na medida em que a efetividade da orientação depende do bom relacionamento entre quem orienta e quem está sendo orientado.

5 INFRAESTRUTURA

A Univille mantém a infraestrutura física necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus Joinville*, *Campus São Bento do Sul*, Unidade São Francisco do Sul e Unidade Centro. Além disso, por meio de convênios e contratos, a Instituição mantém parcerias com instituições públicas, privadas e não governamentais com vistas a o desenvolvimento das atividades acadêmicas em hospitais, postos de saúde e espaços de atendimento psicossocial.

O Quadro 17 sintetiza os dados sobre os espaços físicos da Universidade.

Quadro 17 – Infraestrutura física Furj/Univille

Local	Área do terreno (m ²)	Área construída (m ²)
<i>Campus Joinville</i> Rua Paulo Malschitzki, 10 – Zona Industrial Norte – CEP 89219-710 – Joinville – SC	163.802,30	53.084,34
<i>Campus Joinville:</i> Terreno 1, ao lado do rio	7.747,00	
Terreno 2, ao lado do rio	2.780,00	
<i>Campus Joinville:</i> Terreno dos ônibus	1.005,28	
Terreno Jativoca – Joinville Rua A – Loteamento Bubi – Bairro Jativoca – Joinville	66.769,00	-
Unidade Centro Rua Rio do Sul, 439 – Centro – CEP 89202207 – Joinville – SC	2.390,60	1.790,69
Univille Centro (área locada)	1.866,59	1.470,17
<i>Campus São Bento do Sul</i> Rua Norberto Eduardo Weihermann, 230 – Bairro Colonial – CEP 89288-385 – São Bento do Sul – SC	22.933,42	7.660,56

Cepa Rugendas Bairro Rio Natal – São Bento do Sul	27.892,25	388,08
Unidade São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6.365 – km 8 – Bairro Iperoba – CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – SC	57.200,32	2.491,50
Unidade São Francisco do Sul Ancoradouro para barcos	71.382,60	626,75
Cepa Vila da Glória	5.600,00	285,62
Estrada Geral, s/n.º – Vila da Glória – São Francisco do Sul – SC		
Ilha da Rita Baía da Babitonga	47.564,33	163,80
Terreno Bucarein Rua Plácido Olímpio de Oliveira, esquina com a Rua Urussanga – Joinville – SC	12.513,72	2.010,20
<i>Campus Joinville:</i> Terreno A – Complexo/Inovaparq	142.990,45	9.255,18
Terreno B – Complexo/Inovaparq	21.672,51	
Terreno C – Complexo/Inovaparq	11.883,13	
Total	667.993,50	79.226,89

Fonte: Primária (2016)

5.1 *Campus Joinville*

O *Campus Joinville*, é a sede da Universidade e o local onde se concentram as atividades administrativas e acadêmicas da maior parte dos cursos da Instituição. Os espaços físicos do *Campus Joinville* são caracterizados a seguir.

a) Salas de aula: o *Campus Joinville* dispõe de 167 salas de aula climatizadas e equipadas com mesinhas, cadeiras estofadas, projetor multimídia (*data show*), telão e acesso à internet. O Quadro 18 apresenta o número de salas de aula

por dimensão. A área total destinada ao uso de salas de aula é de aproximadamente 10.000 m².

Quadro 18 – Salas de aula do *Campus Joinville*

Dimensão	Número de salas de aula
Entre 30 e 49 m ²	34
Entre 50 e 59 m ²	27
Entre 60 e 69 m ²	34
Entre 70 e 79 m ²	45
Entre 80 e 89 m ²	05
Entre 90 e 101 m ²	22
Total	167

Fonte: Primária (2016)

b) Coordenações de cursos: a área destinada às coordenações de curso varia de 60 m² a 250 m², totalizando cerca de 1.530 m². A Instituição vem promovendo a implantação de áreas em que as coordenações de cursos compartilhem a estrutura física com vistas a favorecer a integração administrativa, acadêmica e didático pedagógica.

c) Áreas de uso comum: o *Campus Joinville* conta com áreas de uso comum, conforme Quadro 19.

Quadro 19 – Áreas de uso comum no *Campus Joinville*

Descrição	Área (m ²)
Biblioteca Universitária	4.338,11
Bloco Administrativo	1.429,16
Auditório Bloco Administrativo	376,05

Anfiteatro Bloco C	102,62
Anfiteatro Bloco A	97,63
Anfiteatro Bloco F (Colégio Univille)	141,50
Centro de Cópias Bloco C	95,80
Centro de Cópias Bloco D	49,00
Centro de Cópias Bloco E	39,50
Diretório Central dos Estudantes Bloco D	49,00
Lanchonete Bloco C	15,00
Lanchonete Bloco D	47,60
Lanchonete Bloco E	32,41
Área de Exposição Cultural Bloco A	143
Área de Exposição Cultural Biblioteca Universitária	115,76
Estacionamento de bicicletas	144,00
Estacionamento de motos	850,48
Centro de Esportes, Cultura e Lazer	2.587,82
Ginásio-Escola	1.995,83
Quadra polivalente descoberta	836,00
Quadra polivalente coberta	836,00
Circulação interna, vias e jardins	52.094,40
Restaurante Universitário	648,00
Quiosque – Centro de Convivência dos Funcionários	268,94
Almoxarifado central	366,20
Complexo esportivo	6.046,52

Fonte: Primária (2016)

d). Áreas de uso comum da Unidade Centro

A Unidade Centro conta com áreas de uso comum conforme quadro a seguir.

Quadro 20 – Áreas de uso comum na Unidade Centro

Descrição	Área m ²
Biblioteca	82,70
Lanchonete	73,26
Ambulatórios	458,15
Farmácia-Escola	205,60
Central de cópias	23,40

Fonte: Divisão de Patrimônio Univille (2014)

As condições gerais dos *campi* e das unidades atendem ao disposto na NBR 9050, no que diz respeito a largura de portas, corredores de circulação, corrimãos e guarda-corpos, elevadores, sanitários, sinalização e vagas para estacionamento, visando propiciar às pessoas portadoras de necessidades especiais melhores condições de acesso e uso das edificações. Quanto ao estacionamento, existem diversas vagas destinadas exclusivamente para deficientes físicos, devidamente demarcadas e sinalizadas, e faixas de pedestres elevadas para facilitar a travessia dos usuários de cadeira de rodas. As instalações sanitárias adaptadas ao uso da pessoa deficiente estão distribuídas em todas as edificações dos *campi* e unidades. Há telefone público adaptado às condições de uso do deficiente físico em cadeira de rodas. Além disso, todas as edificações que possuem mais de um pavimento são providas de rampas e/ou elevadores para portadores de necessidades especiais.

O Programa de Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (Proines), implantado em 2008, tem como objetivo auxiliar estudantes com necessidades especiais, assim como professores que têm em sua(s) disciplina(s) estudantes com deficiência, nas atividades de ensino que precisam de uma abordagem inclusiva. Faz parte desse projeto a (re)adequação dos espaços físicos e a aquisição de equipamentos e materiais didáticos especializados para utilização dos deficientes. A educação inclusiva é uma diretriz institucional e é contemplada nas políticas de

ensino, pesquisa, extensão e gestão. Para os estudantes com deficiência visual ou cegos são ofertadas lupas e fotocópias ampliadas. A fim de avançar em suas ações afirmativas, a Univille criou o Laboratório de acessibilidade (Labas), localizado na Biblioteca do *Campus* Joinville e atualmente equipado com tecnologias assistivas, como impressora a braile e computadores com sintetizador de voz para auxiliar acadêmicos com deficiência visual, além de um escâner que transforma imagem em texto. Open Book é um *software* desenvolvido para que pessoas cegas e com baixa visão possam ler, editar e trabalhar com imagens escaneadas de livros, revistas, manuais, jornais e outros documentos impressos, tornando possível a leitura digital.

5.2 Sala/gabinetes de trabalho para professores de tempo integral

Os professores em Tempo Integral do Curso de Medicina têm horas agregadas na Pós-graduação (*Stricto Sensu e Lato Sensu*), na área administrativa e de gestão e na área de extensão.

Para os professores em tempo integral que atuam no *Stricto Sensu* dispõem de espaços de trabalho específicos em salas que ficam no bloco D (sala 122) e no bloco A (sala 307) da Instituição, com a seguinte estrutura:

- Sala do Bloco A 307 – 86 metros quadrados, dispondo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.
- Sala do Bloco D 122 – 72,8 metros quadrados, dispondo de salas individualizadas com computadores com acesso à internet e outros equipamentos.

Já os professores em tempo integral que atuam na gestão contam com mesas de trabalho nas áreas administrativas em que atuam.

Os professores TI que atuam em extensão têm mesas de trabalhos nas áreas relativas a projetos e programas de extensão.

Os professores que não são TI contam com salas de professores e salas de atendimento nas 4 áreas que agregam os cursos da Univille.

O Curso de medicina se encontra na Área da Saúde, no bloco A (sala 101), e dispõe de uma área total de 120 metros quadrados. Conta com cerca de 5 terminais de computadores com acesso à internet, mesas e salas com acesso à internet para que os professores possam desenvolver suas atividades, 3 mesas para pequenas reuniões nos intervalos entre aulas, 2 purificadores de água, 9 equipamentos de Climatização, 1 máquina automática de café e chá. Fica disponível ainda telefone e materiais de expedientes necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Vale destacar que este ambiente fica próximo da Sala de Coordenação, Gestão da Univille e Secretaria Acadêmica, o que proporciona acesso facilitado às informações necessárias e promove o convívio social e profissional. Outros espaços ainda ficam à disposição dos docentes em tempo integral e parcial, de acordo com suas necessidades de atendimento ou desenvolvimento profissional: A Biblioteca (com espaços individuais para pesquisa e atendimento discente), Sala de Professores (com computadores para uso exclusivo dos docentes) e Sala de Estudos (equipada com computadores e baias que permitem trabalhos individuais ou atendimentos aos discentes).

Todos estes espaços foram projetados para atender as necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologia de informação e comunicação apropriados. Em cada uma dessas salas há um espaço que o professor pode utilizar para fazer atendimento dos estudantes e há também escaninho ou outros espaços para que o professor possa fazer a guarda de material e equipamentos pessoais com segurança.

5.3 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

A coordenação do curso de medicina atualmente dispõe de dois espaços: um no *Campus* Joinville que fica na Zona Industrial de Joinville e outro na Unidade Centro.

No *Campus* Joinville que fica na Zona Industrial, o coordenador do Curso de Medicina, assim como os demais coordenadores da área da saúde, divide um espaço que permite a convivência, troca de experiências e auxílio mútuo, e que proporciona maior integração e padronização dos processos internos. Para cada coordenador está disponível uma mesa com computador (com acesso à Internet, e demais softwares imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades de coordenação) e 1 (uma) impressora, todos ligados em rede. Telefones estão dispostos em todas as mesas com acesso à Central Telefônica e também linha externa aberta. O mobiliário é em quantidade e conservação adequadas ao número de coordenadores e necessidades profissionais. Conta com área de serviços administrativos e atendimento a professores, estudantes e público externo o onde os técnicos fazem a triagem do atendimento, realizando os encaminhamentos necessários aos coordenadores e setores específicos. A Área conta com sala de arquivos, balcão de atendimento e estações de trabalho para os técnicos. Neste espaço possui uma sala grande de reuniões que abriga até 15 pessoas e duas outras menores para atendimentos individuais que demandam maior privacidade.

Na Unidade Centro, onde o coordenador de Medicina passa o seu maior tempo, a sala é exclusiva para o curso. Conta com 3 profissionais da Instituição para dar suporte, uma sala de reuniões com capacidade para 15 pessoas com data show e tela de projeção, uma sala de atendimento individual, além de uma sala de convivência, com sofá e poltrona a disposição do coordenador e professores para integração e reuniões.

5.4 Espaço para os professores do curso (sala dos professores)

No *Campus* Joinville que fica na Zona Industrial A sala dos professores dispõe de terminais de computadores com acesso à internet, 3 mesas para que os professores possam desenvolver suas atividades, para pequenas confraternizações e reuniões nos intervalos entre aulas. A sala contém um purificador de água e uma máquina para preparação de cafés e chá. Possui também escaninhos nominados para guarda de material e 2 armários para a guarda de material didático.

A sala dos professores do curso de Medicina é climatizada e localiza-se no Bloco A sala 101, com acesso fácil e rápido. Neste mesmo espaço há 3 salas de reuniões climatizadas com mesas e cadeiras.

Na Unidade Centro há um espaço de convivência para professores com três computadores exclusivos, com acesso à Internet e softwares diversos, sofá e poltrona, máquina de café, frigobar, além de uma sala de reuniões com capacidade para 15 pessoas e uma de atendimento reservado a alunos.

A iluminação, acústica e climatização das duas salas de professores estão de acordo com o tamanho e número de docentes que utilizam a sala. A limpeza do ambiente é realizada nos três turnos de funcionamento do Campus (Matutino, Vespertino e Noturno) o que possibilita um ambiente sempre limpo e organizado. Há murais que contém grade de horário, ensalamento, sínteses dos horários e local para recados e notícias. É um espaço de convivência entre os docentes onde as trocas de experiências proporcionam crescimento pessoal e profissional e permitem ao docente organizar-se antes do início das suas aulas.

5.5 Salas de aula

5.5.1 Campus Joinville e Unidade Centro

No *Campus* Joinville que fica na Zona Industrial há 169 salas de aula climatizadas, equipadas com quadro branco, data show, sistema de som iluminação, ventilação e acústicas adequadas, mesas e cadeiras estofadas e acesso à internet. As salas são padronizadas, na sua grande maioria, para receber 50 alunos, tendo algumas disponíveis para até 70 alunos. O curso de medicina ocupa quatro salas de aula neste Campus, além dos laboratórios.

A partir do quinto semestre os acadêmicos de Medicina começam a frequentar a Unidade Centro, dividindo o seu tempo entre sala de aula, ambulatórios e hospitais. Este espaço possui seis salas de aula, do mesmo padrão do Campus Joinville que acomoda confortavelmente 50 alunos do curso, que possui 48 vagas autorizadas por semestre. Há também uma sala de metodologias ativas com capacidade para 54 alunos.

Há rigorosa limpeza das salas de aula logo após sua utilização. Esta rotina permite que os acadêmicos do turno subsequente recebam o ambiente em condições de uso. A Universidade mantém equipe para a manutenção das salas de aula como zeladoria, manutenção de mobiliários, elétrica e de apoio a informática. Para acesso às salas de aula e laboratórios os acadêmicos, professores e pessoal técnico têm disponíveis escadas, rampas e elevadores.

Considerando a importância do protagonismo discente, a Universidade vem investindo de forma sistemática no incentivo de atividades que otimizem uma aprendizagem mais autônoma. Para tanto tem centrado esforços no que se refere à capacitação de professores para a aplicação de novas metodologias em suas aulas, havendo flexibilidade relacionada às configurações espaciais.

Nessa direção, as Metodologias Ativas de Aprendizagem oferecem aos professores novas possibilidades de inovação pedagógica. Percebendo a importância do uso dessas metodologias, além da aplicação em salas de aula padrão Univille, estão

à disposição dos professores, no *Campus Joinville*, dois laboratórios (Sala E2-214 e Sala I-403) que apresentam um *layout* favorável a novas formas de ensinar e aprender:

5.6 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

O Campus Joinville dispõe dos seguintes laboratórios de informática de uso geral:

Laboratório de Informática C-114 com 41 computadores – 81 m²

Laboratório de Informática C-115 com 41 computadores - 81 m²

Laboratório de Informática C-116 com 41 computadores - 81 m²

Todos os laboratórios têm os seguintes softwares: Scilab 5.5.2; Microsoft Office Professional Plus 2016; Dev C++ 5.11; WinNC; Audacity 2.1.1; Invesalius 3; Ansys 17.0; Mesquite; Arena 15.

A Unidade Centro possui dois laboratórios, sendo um com 27 computadores, e outro com 8 computadores, todos com acesso à internet e pacote Office. Esses laboratórios são utilizados para pesquisas, palestras, videoconferência, aulas, seminários, cursos e demais atividades acadêmicas. Além disso, acadêmicos, professores e pessoal administrativo possuem acesso à rede wi-fi.

Para utilização desses laboratórios pelos professores e estudantes, quando da operacionalização de cada disciplina, os professores, devem fazer reserva por meio da intranet, abrindo um *e-ticket*.

Fora do ambiente de aula, os estudantes também podem reservar os laboratórios por meio da Coordenação do Curso, além dos computadores disponibilizados na Biblioteca Central, no Campus Joinville, que totalizam 46 computadores, sendo dois destes com acessibilidade.

Todas as máquinas citadas acima possuem apenas o pacote Office, Adobe Reader e navegadores (Chrome, Mozilla e Internet Explorer) instalados.

Além destes computadores, na biblioteca há mais 27 máquinas usadas apenas para consulta ao sistema Pergamum.

Todos os laboratórios têm acesso a internet por cabo e para além disso há acesso à internet por wi-fi no campus. A central de relacionamento com o estudante (CRE) possui computadores com *softwares* específicos para atendimento aos alunos com deficiência visual e uma impressora em braile.

A Univille dispõe do setor de Tecnologia da Informação sendo que duas das atividades realizadas podem ser caracterizadas pelos seguintes grupos de processos: Suporte aos usuários e Rotinas de manutenção. Em relação ao suporte aos usuários, o atendimento é feito pela equipe de triagem e pode ocorrer de 3 formas distintas: presencial, por telefone ou pelo sistema Help Desk. Uma vez solicitado o atendimento, a equipe de triagem busca inicialmente resolver o caso e concluir o atendimento.

Quando o que foi solicitado não está no escopo para ser resolvido pela triagem, a demanda é repassada para um membro da equipe da TI através do sistema Help Desk, que terá o compromisso em resolver o que foi solicitado. Para a rotina de manutenção, o planejamento e execução é feito pela equipe de técnicos e auxiliares de manutenção que determinam e organizam o cronograma para as preventivas e preditivas. Já no caso de corretiva, o atendimento é feito mediante as solicitações cadastradas no sistema Help Desk ou também por chamado feito por telefone e ou pessoalmente. Cabe aqui chamar a atenção para as manutenções corretivas urgentes onde há equipamentos *backup* para suprir a necessidade de troca rápida.

A Tecnologia da Informação na Univille está em constante desenvolvimento e atualização para acompanhar as tendências do mercado. Neste sentido, questões como *cloud*, ambientes compartilhados, segurança da informação, mobilidade, atualização dos sistemas, disponibilidade, desempenho, tolerância a falhas e comunicação, fazem parte do planejamento contínuo com necessidade de previsão orçamentária. O Wireless está instalado em todos os Campi e Unidades na modalidade *indoor* e *outdoor* definidas pelas células de acesso. Atualmente são 280 antenas instaladas nos Campi e Unidades que atendem no seu período de maior consumo,

noturno, com cerca de 3.500 conexões simultâneas. A Univille conta com dois acessos para internet que operam no modelo de redundância, visando aumentar a disponibilidade mesmo com a queda de sinal ou congestionamento de banda. Atualmente é fornecido aos estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e outras áreas da universidade um *link* particular de 100Mbps. O outro *link* de 200Mbps é fornecido pela Fapesc. Entre 2017/2018 será realizado *upgrade* do *link* de internet para 1Gbps até PTT (ponto de tráfego) de Florianópolis, anunciando assim nosso ASN (Número de Sistema Autônomo). Prover e manter a infraestrutura de rede necessária, cabeada ou sem fios, em todos os campi e unidades da Univille, para garantir o acesso aos servidores internos e à internet, com segurança e desempenho adequado.

Todos os alunos da Univille têm uma conta de usuário no domínio da instituição. Esta conta permite ao usuário autenticar-se nos microcomputadores dos laboratórios, acesso ao sistema acadêmico *on line* e à plataforma Microsoft Office 365, onde o aluno também tem direito a um e-mail institucional, além do acesso a diversos *softwares*. Foi estabelecido um contrato com o datacenter da Sercompe, localizada em Joinville próximo a Univille o que viabilizou a conexão através de um link de 1Gb. Além da Sercompe, a Univille tem contrato de 5 *hosts* no ambiente Azure da Microsoft. Com isso, há disponibilidade destas tecnologias e serviços: *cloud server*, conectividade internet, *cloud backup*, *service desk*, monitoramento e desempenho da rede, *firewall* dedicado, suporte, *storage* e *colocation*.

No que diz respeito aos investimentos, anualmente ocorre um levantamento de necessidades, realizado de forma descentralizada por todos os setores das mantidas da Furj. Tais necessidades são analisadas e a sua implementação considera a dotação orçamentária, as prioridades institucionais (PDI, PEI), bem como o cumprimento de requisitos legais.

Atualização de um *software* pode ser identificada quando o desenvolvedor disponibilizar uma nova versão, correções, para atender uma nova legislação ou outra necessidade requerida. A atualização deve ser executada pela TI ou pelo fornecedor

sob a supervisão da equipe da TI, conforme planejamento prévio e considerando ambientes para homologações, testes de desempenho, aderência aos requisitos contratados e outras formas de certificação para liberação em produção.

A Univille dispõe atualmente de infraestrutura de TI com ativos de rede, servidores, computadores, projetores e antenas wi-fi que demandam atualização e manutenção. Para manter esta infraestrutura em funcionamento, a TI conta uma equipe de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos Campi e Unidades.

A atualização de *hardware* deve considerar as modalidades de compra ou locação que se distinguem na forma de atuação. Para os equipamentos comprados, deve-se levar em conta o período de garantia, depreciação e condições de uso. Já para os equipamentos locados, o período de atualização é definido em contrato. Neste processo de atualização, deve-se verificar o seguinte: Idade do equipamento; Capacidade de processamento para demanda atual; Capacidade de processamento para demanda futura; Estabilidade do equipamento; Qualidade de uso; Frequência de reparos; Aderência aos requisitos de *software*.

A partir do diagnóstico que deve ser feito anualmente, a TI deve elaborar o plano de atualização com o cronograma financeiro e de substituição.

A manutenção do *hardware* instalado na Univille deve ser orientado segundo a classificação por tipo: corretiva, preditiva e preventiva. Diante disso, é importante distinguir as diferenças entres estes tipos já que a forma de uso dos equipamentos é variada e se diferenciam pela sua função. **Manutenção corretiva** - na ocorrência de falhas, o usuário deve registrar no sistema Help Desk uma solicitação de reparo descrevendo o problema. A partir deste registro, a equipe de triagem é acionada e o chamado é direcionado para a equipe responsável que deve providenciar o reparo ou troca do equipamento. **Manutenção preditiva** - este tipo de manutenção deve ser feita nos equipamentos que permitem a avaliação de funcionamento diante dos parâmetros indicados pelo fornecedor e especificação técnica. Sendo assim, pode-se elencar os equipamentos de fornecimento auxiliar de energia como geradores, **no-break**, climatização, *switch*, servidores e outros listados no plano de manutenção.

Manutenção preventiva - esse procedimento deve ser realizado em períodos onde há disponibilidade de acesso para intervenção nos equipamentos, como por exemplo, em períodos de recesso, férias ou entre turnos.

Com o aumento do número de aparelhos móveis com acesso à internet, os acadêmicos de medicina, mesmo tendo disponíveis para uso equipamentos de informática, optam por acessarem seus próprios aparelhos, onde a rede wi-fi, disponibilizada pela Univille, atente plenamente o número de acadêmicos e professores conectados.

5.7 Biblioteca – Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville)

A Biblioteca Universitária funciona como órgão suplementar da Univille, tendo aos seus cuidados o processamento técnico, bem como os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico do Sistema de Bibliotecas da Univille (Sibiville). Constituem o Sibiville, além da Biblioteca Central, as seguintes bibliotecas setoriais: Biblioteca do *Campus* São Bento do Sul; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, do Colégio Univille – Joinville; Biblioteca da Unidade São Francisco do Sul; Biblioteca da Unidade Centro – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José – Joinville; Biblioteca do Centro de Estudos Dr. Donaldo Diner, no Hospital Materno Infantil Dr. Jeser Amarante Faria – Joinville.

O Sibiville integra e disponibiliza seus serviços mediante o Sistema *Pergamum* com agilidade e segurança aos seus usuários. Por meio desse sistema, a comunidade acadêmica tem acesso a todas as informações bibliográficas disponíveis no Sibiville, podendo realizar suas pesquisas no âmbito das bibliotecas e com acesso *on-line* pelo *site* <http://www.univille.br/biblioteca>. O sistema permite aos usuários renovação, reservas, solicitação empréstimo entre bibliotecas do Sibiville, verificação de materiais pendentes e débitos. Envia *e-mail* de avisos de renovação, débitos e reservas automaticamente.

O Sibiville tem como objetivos adquirir, disponibilizar e difundir recursos de informação, impressos e eletrônicos, de qualidade a professores, alunos, funcionários e comunidade em geral, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.7.1 Espaço físico, horário e Pessoal administrativo

O espaço físico das bibliotecas setoriais possui equipamentos informatizados para consulta e salas de estudo e ambiente para pesquisa. A Biblioteca Central, que dá suporte às bibliotecas setoriais, conta com:

- uma sala polivalente;
- um anfiteatro;
- um salão para exposição;
- duas salas de DVD;
- quatro cabines para estudo individual;
- 12 cabines para estudo em grupo;
- ambientes para pesquisa/estudo;
- 46 computadores com acesso à internet para pesquisa e digitação de trabalhos;
- uma sala do Memorial da Univille;
- uma sala da Gestão Documental da Univille;
- uma sala do Projeto de Extensão Abrindo as Portas da Nossa Universidade: a Inserção do Aluno do Ensino Médio no Universo Acadêmico;
- uma sala do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler);
- uma sala do Programa Institucional de Literatura Infantil e Juvenil (Prolij);
- um espaço do UniCo – Univille Coworking.

O horário de funcionamento das bibliotecas setoriais da Univille é apresentado no quadro 21.

Quadro 21 – Horário de funcionamento bibliotecas Univille

Biblioteca	Horário
Biblioteca Campus Joinville	De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h, e sábados, das 8h às 11h30
Biblioteca Campus São Bento do Sul	De segunda-feira a sexta-feira, das 7h15 às 12h e das 13h às 22h, e sábados, das 7h15 às 12h
Biblioteca Unidade São Francisco do Sul	De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 21h30
Biblioteca Unidade Joinville Centro	De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h
Biblioteca Infanto-juvenil Colégio Univille	segunda-feira a sexta-feira, das 7h45 às 12h / 13h às 16h45
Biblioteca Centro de Estudos do HMSJ	segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 19h
Biblioteca Centro de Estudos Hospital Infantil	segunda-feira a sexta-feira, das 7h30 às 17h

Fonte: Primária (2018)

O pessoal administrativo do Sibiville é composto por profissionais que respondem pela gestão do acervo e pelo atendimento aos usuários. O quadro 22 apresenta o número de profissionais por cargo.

Quadro 22 – Pessoal administrativo do Sibiville

Cargo	Quantidade
Coordenador	1
Bibliotecário(a)	4
Assistente de serviços de biblioteca	5
Auxiliar de serviços de biblioteca I	11
Auxiliar de serviços de biblioteca II	1
Auxiliar de serviços da biblioteca infanto-juvenil	1

Fonte: Primária (2018)

5.7.2 Acervo

O acervo do Sibiville é composto por livros e periódicos nas quantidades apresentadas nos quadros 23 e 24:

Quadro 23 – Acervo de livros por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	13.353	18.982
100 – Filosofia/Psicologia	4.533	6.966
200 – Religião	924	1.152
300 – Ciências Sociais	31.150	54.279
400 – Linguística/Língua	3.267	5.782
500 – Ciências Naturais/Matemática	5.850	11.237
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	17.881	33.892
700 – Artes	5.750	9.999
800 – Literatura	13.615	16.972
900 – Geografia e História	5.813	8.812

Fonte: Primária (2018)

Quadro 24 – Acervo de Periódicos por área de conhecimento

Área	Títulos	Exemplares
000 – Generalidades	202	9.710
100 – Filosofia/Psicologia	85	1.011
200 – Religião	14	258
300 – Ciências Sociais	1.389	33.004
400 – Linguística/Língua	65	1.028
500 – Ciências Naturais/Matemática	201	4.217
600 – Tecnologia (Ciências Aplicadas)	1181	34.470
700 – Artes	209	3.668
800 – Literatura	51	721
900 – Geografia e História	107	2.515

Fonte: Primária (2018)

A atualização do acervo é feita conforme solicitação dos docentes, para atender ao previsto nos PPCs e nos planos de ensino e aprendizagem das disciplinas.

5.7.3 Serviços prestados/formas de acesso e utilização

O **Sibiville**, através dos serviços oferecidos, possibilita à comunidade acadêmica suprir suas necessidades informacionais. São eles:

Empréstimo domiciliar: os usuários podem emprestar o material circulante de acordo com os prazos para sua categoria, conforme Regulamento do Sibiville;

Empréstimo interbibliotecário: empréstimos entre as bibliotecas que compõem o Sibiville e instituições conveniadas;

Consulta ao acervo, renovações, reservas, verificação de débitos e materiais pendentes: ocorrem tanto nos terminais de consultas das Bibliotecas quanto via internet através do *site* www.univille.br/biblioteca;

Programa de Comutação Bibliográfica - Comut: permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais;

Levantamento bibliográfico: serviço de pesquisa por intermédio de palavras-chave. Os usuários informam os assuntos e a bibliotecária efetua uma busca exaustiva em bases de dados nacionais e estrangeiras, catálogos de bibliotecas e outras fontes de informação. Os resultados são repassados aos usuários através de correio eletrônico;

Capacitação para utilização das bases de dados e biblioteca virtual: Por meio de agendamento prévio a biblioteca oferece capacitação para uso da base de dados Academic Search Complete (EBSCO), Medline Complete (EBSCO), Portal CAPES, biblioteca virtual Minha Biblioteca e outras fontes de informação pertinentes ao meio acadêmico. São explanadas as formas de pesquisa e os diversos recursos oferecidos;

Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (Icap): Por meio desse serviço, é possível ter acesso aos artigos de periódicos nacionais, editados pelas Instituições que fazem parte da Rede Pergamum;

Elaboração de ficha catalográfica: ocorre para as publicações da Editora Univille, dissertações e teses dos alunos da Univille;

Treinamento aos calouros: acontece a cada início de semestre e é ministrado pela bibliotecária de referência, que explica sobre serviços das bibliotecas do Sibiville, consulta ao Sistema *Pergamum*, localização de materiais, normas e conduta, seus deveres e obrigações no âmbito das bibliotecas.

5.7.4 Acesso a base de dados

A Univille mantém assinatura de bases de dados bibliográficos, permitindo que estudantes, professores e técnicos administrativos tenham acesso a publicações técnico-científicas. A seguir são caracterizadas as bases de dados disponíveis no Sistema de Bibliotecas Univille.

EBSCO: a Univille assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base Academic Search Premier. No ano seguinte, mais uma vez o conteúdo da base foi ampliado, e desde então a Univille conta com a base multidisciplinar Academic Search Complete. São 13.600 títulos de periódicos estrangeiros, sendo 8.800 com textos na íntegra;

Medline Complete: dentro da EBSCO a base de dados Medline Complete oferece mais de 2.500 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de biomedicina, ciências do comportamento, bioengenharia, desenvolvimento de políticas de saúde, ciências da vida, entre outras;

DynaMed: dentro da EBSCO, essa é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências;

Portal Capes: Convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts;

RT – Revista dos Tribunais online: oferece ferramentas de pesquisa jurídica, tais como conteúdo doutrinário, legislação, julgados dos tribunais, acórdãos e notícias em geral.

5.7.5 Biblioteca virtual Minha Biblioteca

A plataforma de e-books conta com mais de 8.000 títulos, dando acesso a conteúdo multidisciplinar, técnico e científico de qualidade. Por meio da plataforma MinhaBiblioteca®, estudantes têm acesso rápido e fácil às principais publicações de títulos acadêmicos das diversas áreas do conhecimento. O acesso pode ser feito na Univille ou fora da Instituição, utilizando computador, celular ou *tablet* com acesso à internet.

5.7.6 Acervo específico do curso

Das seis bibliotecas setoriais da Univille, duas delas são voltadas exclusivamente para área da saúde: Unidade Centro e a Biblioteca do Centro de Estudos do Hospital Municipal São José. A Biblioteca do Hospital Infantil está em reforma.

Os acadêmicos podem estudar em salas individuais ou em grupo, com recursos de multimídia e acesso à internet. Oferece apoio didático, científico e pedagógico, atendendo a comunidade acadêmica (docentes, discentes e pessoal administrativo) e comunidade externa. Tem horário de funcionamento de segunda a sexta, das 08:00 às 22:00 e sábado das 08:00 às 11:30.

Todos os livros disponíveis são tombados e registrados em sistema informatizado que permite ao usuário consultar a disponibilidade do referido título pela central do aluno, pela central do professor, nos terminais de consulta na biblioteca e pela página da Biblioteca na internet.

A bibliografia básica para o Curso de Medicina está disponível com o mínimo de 3 títulos por componente curricular. Para a troca de bibliografia básica ou complementação desta, o docente deve preencher uma solicitação de compra com a sua justificativa e apresentar ao Coordenador de curso que deferirá/indeferirá o pedido. A compra de materiais é realizada diretamente pela Coordenação da Biblioteca conforme as referências apresentadas no Projeto Pedagógico do Curso e no Planejamento de Ensino e Aprendizagem. Aquisições por permuta e doações são recebidas e avaliadas conforme estabelecem os critérios da política de gestão de acervos. Essas formas de aquisição possibilitam ao sistema uma contínua atualização.

No que se refere à Bibliografia Complementar, na confecção do seu PPC, o NDE sugeriu 5 opções de títulos para a bibliografia complementar, com no mínimo 2 volumes de cada um. Além do mais, a instituição possui um convênio com a Minha

Biblioteca disponibilizando assinatura de uma biblioteca virtual, com mais de 8 mil títulos, para pesquisa de professores e alunos, de forma gratuita.

Quanto aos periódicos a Biblioteca da Univille possui aproximadamente 3,1 mil assinaturas de periódicos. E, além disso, a Univille assinou em março de 2005 a base de dados multidisciplinar Academic Search Elite e em 2007 ampliou seu conteúdo assinando a base ACADEMIC SEARCH PREMIER. No ano seguinte o conteúdo da base foi ampliado, desde então, a Univille conta com a derradeira base multidisciplinar acadêmica da EBSCO que se chama ACADEMIC SEARCH COMPLETE. São 10.583 títulos de periódicos estrangeiros, sendo 6.320 com textos na íntegra.

Foi assinada, em 2014, a MEDLINE COMPLETE (EBSCO), que oferece mais de 2.400 títulos de periódicos com texto completo nas áreas de: Biomedicina, Ciências do Comportamento, Bioengenharia, Desenvolvimento de Políticas de Saúde, Ciências da Vida entre outros.

O curso de Medicina também oferece para seus alunos a DYNAMED, disponível dentro da EBSCO é uma base de dados com atualizações na área de medicina baseada em evidências.

O PORTAL CAPES também é enriquecedor para o curso. Trata-se de um convênio que disponibiliza o acesso a 125 bases de dados disponíveis no portal, com materiais em texto completo e abstracts.

Portanto o curso de Medicina possui assinatura de mais de 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, sendo que a maioria possui um acervo atualizado em relação aos 3 últimos anos.

5.8 Laboratórios

Na Univille, quando da criação de um novo curso, é nomeada uma Comissão que faz uma análise de todas as exigências legais e pedagógicas para o funcionamento deste curso. Para esse estudo são considerados os seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso; recomendações dos Conselhos Profissionais, quando há; Plano de Desenvolvimento Institucional; Instrumentos de Avaliação de cursos do MEC/Inep e outras normativas que podem se aplicar ao caso. Esta comissão estrutura um plano de investimento, no qual são colocadas todas as necessidades de construção de espaços, modificação de espaços, aquisição de equipamentos, entre outros dados.

Diante disto, toda a estrutura de laboratórios do curso na Univille atende as exigências legais e pedagógicas e está de acordo o Projeto Pedagógico do Curso.

A infraestrutura de laboratórios de ensino é gerenciada pela Área de Laboratórios, exceto os de informática que conta com uma gerência específica. A Área faz o controle de equipamentos e de pessoal técnico a fim de garantir aos cursos de graduação o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pela coordenação de curso ou diretamente pelo professor.

Trabalha-se com dois tipos de reserva nos laboratórios de uso geral ou compartilhado a saber: reservas de carácter permanente e as esporádicas.

As reservas permanentes para uso dos laboratórios são solicitadas pela Coordenação do Curso no início de cada ano letivo pelo endereço eletrônico laboratorios@univille.br e valem para o ano corrente. Na ocasião deve ser informado além do nome do laboratório pretendido, qual a disciplina, o professor responsável, o horário das aulas e a periodicidade semanal. Esta solicitação precisará ser refeita a cada novo período letivo.

As reservas esporádicas são feitas ao longo de todo o período letivo e sempre que o andamento da disciplina o exigir. Para tanto, é utilizado um formulário padrão

disponibilizado pela Área de Laboratórios. Esta categoria de reserva é usualmente feita pelos próprios professores das disciplinas, mas pode ser feita também pela Coordenação do Curso. Os formulários preenchidos devem então ser entregues diretamente na Coordenadoria dos Laboratórios ou enviados por e-mail no endereço eletrônico laboratorios@univille.br.

Importante frisar que mesmo já existindo a reserva permanente de determinado laboratório para uso de uma disciplina, o professor deverá fazer as solicitações de preparo das aulas práticas utilizando o formulário específico, por meio do qual o uso é previsto, as aulas são confirmadas e as práticas são preparadas conforme as necessidades dos professores.

Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas. No caso dos laboratórios de uso específico a coordenação gerencia sua utilização e conta com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem tanto ser comprado pela Área de Laboratórios quanto pela coordenação do curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPI's) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Além das instruções que os usuários recebem dos professores e dos Assistentes e Técnicos, cada laboratório tem em local visível cartazes informativos reforçando as normas de segurança e a necessidade de emprego dos EPIs.

A política de gerenciamento e ampliação da infraestrutura de laboratórios consiste em ações planejadas e discutidas estrategicamente no âmbito das PróReitorias e coordenação do curso, abrangendo o uso, a manutenção, a atualização e a aquisição de novos equipamentos, de forma a possibilitar o gerenciamento racional dos recursos físicos e humanos dos laboratórios, além do gerenciamento de resíduos laboratoriais, visando manter a qualidade dos serviços e a sua sustentabilidade.

Em todos os casos as prioridades são definidas avaliando-se as solicitações das coordenações, os projetos dos cursos, as recomendações das comissões avaliadoras, o PDI e o Plano de Investimentos da Universidade. Em relação aos equipamentos de laboratório a instituição mantém contratos de manutenção preventiva e corretiva com várias empresas terceirizadas, conforme a especificidade e natureza de equipamentos. A frequência destas manutenções depende da natureza dos equipamentos, porém, na maioria ocorrem duas vezes ao ano. Além das preventivas, temos previstas horas contratuais para as manutenções corretivas.

A pedido da Comissão Própria de Avaliação, a Área de Laboratórios fez um levantamento atualizado de todos os Contratos que a Instituição mantém, o que encontra-se à disposição do setor competente.

No caso da infraestrutura física, as atualizações dependem principalmente das demandas encaminhadas pela Coordenação do Curso quando há a necessidade de novos espaços, de novos laboratórios ou atualização dos já existentes.

Dentro do ciclo de autoavaliação institucional há uma pesquisa periódica da infraestrutura de toda a Universidade, sendo que os resultados, por meio do Relatório de Autoavaliação Institucional, são entregues à Gestão para que os dados ali apontados sejam absorvidos pelo Planejamento Estratégico da Instituição que se responsabiliza por tornar aquela recomendação uma ação específica de determinada área ou transformar-se em um projeto dentro do planejamento.

Os laboratórios de formação básica e específica atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização

e segurança disponibilizadas em cada um deles. Apresentam dimensões e distribuição compatíveis com o número de alunos.

No curso de Medicina, as turmas são divididas em sub-turmas, conforme o laboratório que está sendo utilizado. Há manutenção periódica dos equipamentos e instalações físicas e serviços de apoio técnico. O serviço de apoio técnico é realizado por técnicos da área de formação. Há recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades desenvolvidas nos laboratórios, que possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Há também avaliação periódica semestral quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão para planejar a melhoria da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Na sequência são listados os laboratórios de formação básica e específica.

5.8.1 Laboratórios de formação básica

Os laboratórios didáticos de formação básica seguem as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da Univille. São gerenciados pela Área de Laboratórios que coordena o pessoal técnico e faz o controle de equipamentos a fim de garantir aos cursos o acesso a laboratórios funcionais e atualizados para o desenvolvimento de aulas práticas e seus desdobramentos. Além disso, na aquisição de equipamentos leva-se em consideração a relação do número de alunos por estação de trabalho.

Os laboratórios da Univille são divididos em duas categorias: os de uso específico e os de uso geral. Nos de uso geral são ministradas as disciplinas que demandam a utilização de laboratório, independentemente do curso. No caso dos

laboratórios de uso específico, somente o curso que demanda a infraestrutura nele disponível o utiliza.

O acesso aos laboratórios é realizado por meio de reservas encaminhadas pelos cursos ou diretamente pelo professor. Estas reservas podem ser de caráter permanente ou esporádicas. Uma vez feita a solicitação para uso, a prática é preparada por técnicos e estagiários das áreas específicas à natureza do laboratório. No caso dos laboratórios de uso específico as coordenações de curso gerenciam sua utilização e contam com pessoal técnico treinado para atender à demanda de aulas práticas. Tal demanda de aulas é o que determina a aquisição, o emprego e o armazenamento dos insumos, que podem tanto ser comprados pela Área de Laboratórios quanto pelas coordenações de curso.

Independentemente do laboratório em que trabalhe, o pessoal técnico tem formação profissional qualificada e recebe treinamentos funcionais específicos em biossegurança e segurança química.

A Universidade mantém uma equipe de apoio técnico e de serviços de manutenção dos laboratórios e equipamentos.

Os laboratórios didáticos utilizados no curso de Medicina são os seguintes:

- Laboratório de Microscopia I
- Laboratório de Microscopia II
- Laboratório de Bioquímica e Imunologia
- Laboratório de Microbiologia
- Laboratório de Anatomia Humana I, II, III e IV)
- Laboratório de Técnica Operatória
- Laboratório de Enfermagem
- Laboratório de Biofísica
- Laboratório de Informática
- Laboratório de Anatomia Virtual

A política de gerenciamento e ampliação da infraestrutura de laboratórios consiste em ações planejadas e discutidas estrategicamente no âmbito das Pró-Reitorias, abrangendo o uso, a manutenção, a atualização e a aquisição de novos equipamentos, de forma a possibilitar o gerenciamento racional dos recursos físicos e humanos dos laboratórios, visando, assim, manter a qualidade dos serviços e a sua sustentabilidade.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

A instituição possui sua infraestrutura e serviços de seus laboratórios adaptados aos portadores de necessidades especiais de acordo com a Lei Federal n. 10.098/2000 e a portaria MEC nº 1.679/1999. Há rampas, corrimões e elevadores que permitem fácil acesso aos ambientes superiores, visto que os laboratórios também se encontram naquele piso. As portas dos laboratórios assim como das salas de aulas, biblioteca e demais áreas coletivas de convivência permitem o deslocamento com grande facilidade para cadeirantes e/ou qualquer indivíduo que, por motivos diversos (acidentes) podem estar temporariamente fazendo uso de cadeiras especiais, coletes, muletas entre outros acessórios ortopédicos.

Há o atendimento de um laboratorista que auxilia os professores para as aulas, fazendo o acesso dos equipamentos e deixando-os disponíveis para o seu uso. Este profissional também auxilia os docentes e discentes nos problemas técnicos que possam ocorrer com os equipamentos, para o melhor atendimento à comunidade.

5.8.2 Laboratórios de formação específica

Para o curso de Medicina o laboratório didático de formação específica que é utilizado exclusivamente para o curso é o de Técnica Operatória – com 427,8 m², destinados ao aprendizado de técnicas cirúrgicas e anestesiológicas. Dispõe de macas cirúrgicas, mesas de instrumentação, bancadas de apoio, focos cirúrgicos, climatização e dispositivos para aplicação de oxigênio medicinal. Neste laboratório são realizados todos os processos intra e pós-operatórios.

A Universidade mantém uma equipe de apoio técnico e de serviços de manutenção dos laboratórios e equipamentos.

A segurança dos usuários dos laboratórios é um dos itens mais importantes nas rotinas de atividades de aula. Exige-se que os alunos usem os equipamentos de proteção individual (EPIs) e as paramentações especiais, quando for o caso. Todos os laboratórios possuem placas indicativas dos riscos associados às práticas neles desenvolvidas, bem como os EPIs recomendados para permanecer no local.

Há o atendimento de um laboratorista que auxilia os professores para as aulas, fazendo o acesso dos equipamentos e deixando-os disponíveis para o seu uso. Este funcionário também auxilia os docentes e discentes nos problemas técnicos que possam ocorrer com os equipamentos, para o melhor atendimento à comunidade. Faz uma avaliação periódica quanto às demandas aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.8.3 Laboratórios de Ensino para área de Saúde

São laboratórios específicos e multidisciplinares para abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida. No curso de Medicina os

laboratórios de ensino possuem regulamentos próprios e protocolos de uso que contemplam as normas de funcionamento e segurança. São compartilhados com outros cursos com exceção do laboratório de Técnica Operatória, exclusivo para o curso de Medicina. São eles:

Laboratório de Microscopia I – com 82 m₂, destinado ao estudo microscópio de células animais, vegetais e microrganismos. Possui 28 microscópios óptico binocular, 4 microscópios estereoscópico binocular e 1 microscópio óptico trinocular com dispositivo acoplador para câmera de vídeo. É um laboratório que é compartilhado com outros cursos da área de saúde. Para estas aulas a turma é dividida entre os dois laboratórios de microscopia permitindo que cada aluno utilize um microscópio.

Laboratório de Microscopia II – com 87,40 m₂. Possui 27 microscópios óptico binocular, 9 microscópios estereoscópios binocular, 1 microscópio óptico trinocular com 4 objetivas acromáticas.

Laboratório de Bioquímica e Imunologia – com 87,47 m₂, está equipado para o estudo de técnicas de análise e dos diversos processos bioquímicos e imunológicos.

Laboratório de Microbiologia – com 87,47m₂ destinado para várias funções: manutenção de cepas de microrganismos, manipulação asséptica, cultivo e caracterização de microrganismos, utilização laboratorial e industrial, entre outras

Laboratório de Anatomia Humana (I, II, III e IV) – com 261,80 m₂, divididos em quatro salas assim denominadas: preparo anatômico, guarda-peças, sala de prática e guarda-corpos. Possui 14 cadáveres humanos naturais e vários modelos anatômicos artificiais.

Laboratório de Técnica Operatória – com 427,8 m₂, destinados ao aprendizado de técnicas cirúrgicas e anestesiológicas. Dispõe de macas cirúrgicas, mesas de instrumentação, bancadas de apoio, focos cirúrgicos, climatização e dispositivos para

aplicação de oxigênio medicinal. Neste laboratório são realizados todos os processos intra e pós-operatórios.

Laboratório de Enfermagem, com 81,22 m², objetiva capacitar o acadêmico no processo de assimilação da tecnologia do cuidar do ser humano, vivenciando situações semelhantes a reais visando diminuir os riscos decorrentes de cuidar. Este laboratório oferece condições para que os alunos treinem e troquem experiências, permitindo a livre expressão de sentimentos e oportunizando a aquisição de habilidades.

Laboratório de Biofísica, área de 43,24 m², destina-se ao estudo dos diversos fenômenos físicos correlacionados à vida.

5.8.4 Laboratórios de habilidades

O Ambulatório Universitário da Univille é um laboratório de habilidade para capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica, com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade excelentes (há um regulamento deste espaço que se encontra no anexo IV). É de uso exclusivo da Medicina. Tem por finalidade prestar assistência médica para avaliação, diagnóstico e tratamento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Joinville. Os atendimentos médicos são constituídos pela integração ensino/serviço/comunidade e possuem como objetivo principal oferecer atenção qualificada à população de Joinville e região bem como ensinar estudantes de graduação em Medicina da Universidade.

Atualmente mais de 600 pacientes passam em média, por mês, no local, totalizando em 2017, 6.602 atendimentos à população de Joinville. Esses atendimentos são prestados pelos alunos do curso de Medicina, sempre supervisionados por professores médicos do curso. O Ambulatório Univille além de assistência médica, presta atendimento e acompanhamento de patologias de alta

complexidade e tem, entre suas funções institucionais, a assistência à população, ensino qualificado e pesquisa científica.

As instalações do Ambulatório contam com duas recepções para atendimento dos pacientes, arquivamento dos prontuários e outros documentos. O Ambulatório possui 20 consultórios médicos, 02 consultórios ginecológicos com banheiro, 03 ambientes para discussão clínica, 01 sala de depósito de material, 01 expurgo, 01 sala de preparo de paciente, 01 sala administrativa, 01 sala de exames, 01 sala de guarda volumes, 02 salas de espera, 01 corredor de circulação interna para alunos, professores médicos e pessoal administrativo, 01 corredor de circulação externa para pacientes, 01 banheiro masculino e 01 banheiro feminino de uso exclusivo do pessoal interno, 02 banheiro masculino, 02 banheiro feminino, 01 banheiro para cadeirante e 01 banheiro infantil com fraldário.

O funcionamento acontece de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 21:30. Os pacientes são inseridos em fila de espera para a especialidade médica pela Unidade Básica de Saúde e são regulados pela Central de Regulação da Secretária Municipal de Joinville, através do Sistema Intranet e SISREG III, com base nos critérios determinados por cada especialidade. Dessa forma os pacientes são encaminhados para atendimento médico no Ambulatório Universitário Univille conforme demanda da fila de especialidade.

A equipe é constituída por 01 enfermeira supervisora, 01 enfermeira assistencial, 01 técnica de enfermagem, 4 auxiliares de ensino e 23 médicos das seguintes especialidades: 3 neurologistas, 2 ginecologistas, 1 urologista, 1 nefrologista, 1 ortopedista, 1 dermatologista, 4 psiquiatras, 2 pneumologistas, 1 geriatra, 1 pediatra, 1 hematopediatra, 1 neuropediatra, 1 reumatologista, 1 endocrinologista, 1 pneumopediatra e 1 cardiologistas.

Os tipos de atendimentos e procedimentos realizados no ambulatório são os seguintes:

- Sala de Preparo de Paciente: Nessa sala é realizado o acolhimento dos pacientes, verificação de sinais vitais, controle de glicemia capilar e consulta de enfermagem conforme demanda.

- Ambulatório de Ginecologia Adulto: São realizadas consultas ginecológicas e solicitações de exames. A Mesa Ginecológica é utilizada para realização alguns procedimentos: exames ginecológicos, Inserção do DIU, coleta de preventivo, o qual é acondicionado e enviado para análise no CEDAP.

- Ambulatório de Neurologia Adulto: são realizadas consultas neurológicas e solicitações de exames.

- Ambulatório de Neurologia Pediátrica: são realizadas consultas de neurologia pediátrica e solicitações de exames.

- Ambulatório de Urologia Adulto: são realizadas consultas urológicas, avaliações e solicitações de exames.

- Ambulatório de Nefrologia e Hipertensão Adulto: são realizadas consultas de nefrologia e solicitações de exames.

- Ambulatório de Ortopedia e Traumatologia: são realizadas consultas de ortopedia e solicitações de exames.

- Ambulatório de Dermatologia Adulto: são realizadas consultas dermatológicas e solicitações de exames.

- Ambulatório de Pneumologia Adulto: são realizadas consultas de pneumologia, realização de exame Espirometria e solicitações de exames.

- Ambulatório de Pneumologia Pediátrica: são realizadas consultas de pneumologia pediátrica, realização de exame Espirometria e solicitações de exames.

- Ambulatório de Pediatria Infantil: são realizadas consultas pediátricas, anamnese, verificação de sinais vitais e solicitações de exames.

- Ambulatório de Hematologia Pediátrica: são realizadas consultas de hematologia pediátrica, anamnese, verificação de sinais vitais e solicitações de exames.

- Ambulatório de Psiquiatria Adulto: são realizadas consultas psiquiatras e solicitações de exames.

- Ambulatório de Geriatria: são realizadas consultas geriátricas e solicitações de exames.

- Ambulatório de Endocrinologia Adulto: são realizadas consultas de endocrinologia, realização de exame HGT e solicitações de exames.

- Ambulatório de Reumatologia Adulto: são realizadas consultas em reumatologia e solicitações de exames.

- Ambulatório de Cardiologia Adulto: são realizadas consulta cardiológica, realização de exame Eletrocardiograma e solicitações de exames.

- Sala de Exames: utilizada para a realização dos seguintes exames:

- a) Eletrocardiograma: são colocados eletrodos adesivos ou pequenos ventosos, na parede torácica anterior, nos punhos e tornozelos. Estes eletrodos são conectados a fios, ligados ao aparelho (eletrocardiógrafo), que irá registrar os impulsos elétricos do coração. O traçado do registro propicia ao médico 12 visões distintas da atividade elétrica do coração, o registro é impresso em papel, para ser interpretado pelo médico cardiologista;

- b) Espirometria: o exame é realizado respirando-se em um instrumento denominado espirômetro, que registra a quantidade e a velocidade do ar respirado em um tempo determinado. Algumas das medições do teste são obtidas com a respiração normal, enquanto outros testes exigem inalação e/ou exalação forçadas. O resultado da espirometria é impresso em papel para a interpretação do médico pneumologista.

5.8.5 Unidades Hospitalares e complexo assistencial conveniados

A Univille não possui hospital universitário próprio, necessitando firmar convênios com os hospitais públicos de Joinville para desenvolver as atividades pedagógico-assistenciais previstas no PPC. Todos estes convênios datam dos primeiros anos do curso e são renovados conforme as exigências legais e contratuais

de cada instituição. Há uma parceria e interesse de ambas as partes para a continuidade dos mesmos.

Todos os hospitais que recebem estudantes de Medicina também possuem programas de residência médica. Por serem hospitais de ensino, recebem também estudantes de outros cursos da área da saúde, oriundos de diferentes instituições, o que possibilita interação e práticas interdisciplinares interprofissionais. São eles:

- Hospital Municipal São José – com 249 leitos gerais para internação de adultos, oferece serviços de média e alta complexidade, ambulatoriais e de internação e atendimento de urgência e emergência. É referência em Traumatologia, Ortopedia e Neurologia na região e está habilitado para realizar procedimentos oncológicos, cirúrgicos e clínicos especializados em diferentes áreas para a macrorregião nordeste do estado, conforme pactuado no Plano Diretor de Regionalização (PDR) com a Secretaria de Estado da Saúde. O acesso de pacientes se dá por meio de central de regulação do SUS.

- Hospital Regional Hans Dieter Schmidt – com 279 leitos gerais para internação de adultos, oferece serviços ambulatoriais, internações e cirurgias, sendo referência em Cardiologia, Cirurgia Vascular e Saúde Mental para a região e está habilitado para realizar procedimentos cirúrgicos e clínicos especializados em diferentes áreas para a macrorregião nordeste do estado, conforme pactuado no Plano Diretor de Regionalização (PDR) com a Secretaria de Estado da Saúde. O acesso de pacientes se dá por meio de central de regulação do SUS.

- Maternidade Darcy Vargas – com 122 leitos este hospital estadual atua na área de saúde materno-infantil, sendo um centro de referência secundária para gestação de alto risco, hospital amigo da criança e UTI II para a macrorregião de saúde nordeste.

- Hospital Infantil Jeser Amarante Faria - com 138 leitos, o hospital é uma Organização Social sob a gestão da Secretaria Estadual de Saúde e oferece

atendimento para crianças e adolescentes, sendo referência para 25 municípios das regiões norte e nordeste de Santa Catarina e servindo como apoio em diversas especialidades pediátricas para todo o Estado. O Pronto Socorro oferece mensalmente cerca de 6 mil atendimentos. Na área ambulatorial, especialistas em mais de 25 áreas realizam cerca de 5 mil consultas por mês. O hospital também conta com centro cirúrgico, unidades de internação e três centros de terapia intensiva.

Além dos Hospitais mencionados, a Univille também mantém convenio com o Município de Joinville e Araquari para que o estudante possa fazer parte do seu estágio nas Unidade Básicas de Saúde sempre com a supervisão de um docente ou preceptor que atua na referida Unidade.

Um dos preceitos organizativos do SUS é a hierarquização da atenção à saúde, segundo a qual o sistema público de saúde se organiza em três níveis de complexidade tecnológica: baixa (unidades básicas de saúde), média (hospitais secundários e ambulatorios de especialidades) e alta complexidade (hospitais terciários). Para que a integralidade da atenção seja alcançada, os pacientes devem ter acesso garantido a todos estes níveis conforme a complexidade de seu quadro clínico. O fluxo de pacientes entre as unidades de saúde de diferentes níveis de complexidade ocorre por meio de encaminhamentos formais em um sistema de referência e contra-referência. Assim, pacientes de alta complexidade atendidos, por exemplo, em unidades básicas de saúde ou em hospitais secundários, podem ser encaminhados (referência) para hospitais de alta complexidade (hospitais terciários). Depois de ter sua necessidade atendida e seu quadro clínico estabilizado, o paciente é reencaminhado (contra-referência) para uma unidade de menor complexidade, para dar seguimento ao tratamento.

Em todos os locais onde os estudantes de Medicina atuam na assistência aos pacientes, este sistema é discutido para que ele compreenda o fluxo do paciente pela rede assistencial. Sempre que houver necessidade, o aluno orienta o paciente sobre os motivos do encaminhamento e redige o formulário de referência ou contra-referência com as justificativas clínicas, sob supervisão docente. Uma vez que nossos

estudantes estão inseridos em serviços dos 3 níveis de complexidade, o fluxo dos pacientes ocorre em ambos os sentidos – referência e contra-referência.

5.9 Biotério

O Biotério Central da universidade ocupa uma área de 133 metros quadrados, com divisões internas. O local possui baias para guarda e manutenção de coelhos e de ratos da raça Wistar, de linhagem albina da espécie *Rattus Norvegicus*, sendo esta linhagem uma das mais utilizadas mundialmente em pesquisas de laboratório, utilizados para fins de ensino e pesquisa. O Biotério também possui um espaço para desenvolvimento de atividades experimentais e uma área destinada a limpeza das gaiolas. O ambiente conta com controle de temperatura e umidade. O espaço é utilizado muito mais para pesquisa do que para o ensino e possui protocolos de experimentos de acordo com as normas internacionais vigentes e suporte técnico e experimental.

Os animais utilizados são provenientes de outro biotério externo e, quando adquiridos, a equipe que atua no Biotério Central da Universidade da Região de Joinville é comunicada sobre a data de chegada para a preparação do ambiente. Eles ficam por um período de uma semana a dez dias no novo espaço para adaptação, antes do início das atividades com os estudantes.

Todos os animais permanecem em gaiolas de plástico, individuais, com tampas de aço inox, na forma de grade, com rebaixamento para o interior da gaiola que serve de comedouro. Destaca-se que é utilizado como alimento ração balanceada, própria para a raça. Os frascos usados para bebedouro são de vidro e o bico em aço inox, ficando à disposição dos mesmos, sempre limpos e higienizados. As gaiolas são seguras e confortáveis, permitindo liberdade de movimentos e fácil acesso tanto para o alimento como para a água, e todas ficam em estantes próprias para maior segurança do animal.

Vale ressaltar que, caso seja percebido algum sintoma diferente em um dos animais, como apatia ou perda de pelo, o veterinário contratado pela universidade é chamado para que possa realizar exames específicos e o mesmo possa ser tratado de maneira adequada.

O curso de medicina usa exclusivamente coelhos para as aulas práticas de cirurgia. A Sala de Animais, onde é feita a recepção dos coelhos, possui duas macas cirúrgicas e uma área para a lavagem de animais. No momento do ingresso, os animais são limpos, tricotomizados e colocados em gaiolas de aço até o início do pré-operatório. No pré-operatório se faz o pré-anestésico. A sala possui ainda uma balança semianalítica para a pesagem dos animais.

O Expurgo/Sala de Utilidades é uma sala composta por bancada com duas pias e um freezer, para acondicionamento de carcaças de coelhos após a utilização delas nas aulas. Nessa sala é feita a lavagem dos materiais e dos instrumentais cirúrgicos usados nas aulas. Após serem lavados e secos, os materiais são armazenados na sala de material, conforme sua natureza e fins específicos.

5.10 Comitê de Ética em Pesquisa e Comitê de Ética na Utilização de Animais

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Univille) foi instituído em agosto de 2000 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade para avaliar os projetos de pesquisa que envolvem em sua metodologia, seres humanos. Está homologado na CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) desde 2003. A cada quatro anos precisa solicitar à CONEP a renovação de registro do CEP, que está vigente até final de 2021.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Univille tem como finalidade básica defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados. É um colegiado inter e

transdisciplinar, com “*múnus público*”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com o dever de cumprir e fazer cumprir os aspectos éticos das normas vigentes de pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com o disposto na legislação vigente, suas complementares e quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O comitê funciona de maneira autônoma na Univille, tudo o que é feito é regimentado por um documento interno aprovado em reunião de colegiado da pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação. Está atrelado a este setor dentro da universidade, pois os membros analisam projetos de pesquisa. A Univille é chamada de proponente de pesquisa quando do envio do projeto pelo pesquisador dentro da universidade, ou seja, a Univille está propondo a pesquisa por meio de seus cursos (de onde provém os projetos).

Além do CEP da Univille, que foi um dos primeiros a receber deferimento de instauração, há mais outros cinco comitês na cidade. O Nosso CEP auxilia, sempre que possível ou necessário, instituições parceiras. Projetos que não são da Univille também vem para a nossa apreciação mensalmente. Não há problema na análise, pois muitos desses lugares não têm CEP para avaliar.

A Univille utiliza um sistema de dados, no qual pode receber os projetos de pesquisa para análise dos membros. O site se chama Plataforma Brasil e por meio dele, os pesquisadores de todo território nacional podem salvar o projeto de pesquisa e documentos para análise. Se o pesquisador é da Univille, naturalmente o projeto pode ser analisado pela Univille. Caso contrário, a CONEP pode indicar outro CEP para analisar os documentos. Nenhum pesquisador pode ficar sem parecer do CEP.

Uma vez por mês, os projetos são recebidos (há um cronograma anual para recebimento) e distribuídos aos membros do CEP. Eles analisam os documentos e emitem parecer de relator. Há uma reunião também mensal em que todos os membros se reúnem para discutir sobre os projetos enviados e cada um pode dar seu parecer sobre aquele projeto. A decisão que prevalece sobre o projeto é unânime.

Depois da reunião e decisão do colegiado sobre cada projeto protocolado, a presidência emite parecer consubstanciado para que o pesquisador saiba a decisão do CEP. Tudo feito por meio da Plataforma Brasil. O pesquisador recebe um e-mail com essa decisão, disparado pelo sistema, indicando que o parecer foi liberado e precisa responder ao comitê dentro de trinta dias. Depois de respondido corretamente, o CEP emite parecer final aprovado, o qual, o pesquisador também recebe e-mail informando a decisão e dessa forma, ele consegue ir a campo fazer a coleta. A coleta não pode ser executada antes da aprovação.

Hoje são 16 membros no CEP da Univille, de ambos os gêneros, de várias áreas do conhecimento. Em 2017 foram 380 projetos de pesquisa analisados.

O Comitê de Ética em Pesquisa no Uso de Animais – CEUA, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito da Univille e nos limites de suas atribuições, o disposto na legislação aplicável à utilização de animais para o ensino e a pesquisa, caracterizando-se a sua atuação como educativa, consultiva, de assessoria e fiscalização nas questões relativas à matéria de que trata o Regimento.

O CEUA é o componente essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle da experimentação animal editadas pelo CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) as resoluções dos Conselhos Superiores da Univille, bem como quaisquer outras regulamentações que venham a ser legalmente aprovadas.

O CEUA da Univille está homologado pelo CONCEA e pode prestar atendimento a instituições parceiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL (ACISBS); UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (UNIVILLE). **Perfil socioeconômico – São Bento do Sul – 2012**. São Bento do Sul, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOULOS, Marcos. **Relação médico-paciente: o ponto de vista clínico**. In: MARCONDES, Eduardo; GONÇALVES LIMA, Ernesto (Coords.). Educação médica. São Paulo: Sarvier, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n.º 003 de 10 março de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>.

_____. Ministério da Educação. **Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012**: estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866>.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999**: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Subsídios para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda – Joinville / SC**. São Paulo, jan. 2012.

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. Os saberes oriundos da escola e aqueles oriundos da cultura extraescolar: hierarquia ou complementaridade? **Saber e Educar**, Porto, n. 13, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOPER EDUCAÇÃO. **Metodologias ativas: o que é aprendizagem baseada em projeto**. Disponível em: <<http://www.hoper.com.br/#!/METODOLOGIAS-ATIVAS-O-QUE%C3%89-APRENDIZAGEM-BASEADA-EM-PROJETO/cupd/558814630cf27a6b74588308>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.

LAMPERT, Jadete Barbosa. **Tendências de mudanças na formação médica no Brasil: tipologia das escolas**. 2. ed. rer. ampl. São Paulo: Hucitec / ABEM, 2009.

IPPUJ. JOINVILLE Cidade em dados 2017. Disponível em <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf>

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Beatriz; SOUZA, Joel; FREITAS, Paulo. **Escuta ativa nas relações interpessoais**. 2013. Disponível em: <<http://www.psicologianet.com.br/escuta-ativa-nas-relacoes-interpessoais/402/>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

REGO, Sergio; SCHILLINGER-AGATI. Desenvolvimento moral e ambiente de ensino-aprendizagem nas escolas médicas. In: MARINS, João José Neves; REGO, Sergio. **Educação médica: gestão, cuidado, avaliação**. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec / ABEM, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SIQUEIRA, José Eduardo. Educação bioética para profissionais da saúde. In: PESSINI, Leo *et al.* (Orgs.). **Ética e bioética clínica no pluralismo e diversidade: teorias, experiências e perspectivas**. São Paulo: Centro Univ. São Camilo / Ideias & Letras, 2012. p. 299-318.

SES – Secretaria de Saúde de Joinville. Relatório de Gestão 2016. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/relatorios-anuais-de-gestao-em-saude-do-municipio-de-joinville/>

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/09**: define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Centro de Inovação Pedagógica da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 23 abr. 2009. Disponível em: <http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeextensao/resolucoes/68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 07/11**: define missão, princípios, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo e composição do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico da Univille. Joinville, 27 out. 2011.

Disponível em:
<http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226>.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 10/10**: define os objetivos e atribuições da Assessoria Internacional da Univille. Joinville, 21 out. 2010.

Disponível em:
<http://novo.univille.edu.br/site/assessoria_conselhos/ensinopesquisaeeextensao/resolucoes/68226>.

ANEXO I

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE MEDICINA

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art 1º O presente Regulamento estabelece as diretrizes para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Medicina da Univille.

Art 2º A aprovação no TCC constitui um dos requisitos necessários à integralização do Curso de Graduação em Medicina da Univille.

Art 3º O TCC do Curso de Graduação em Medicina da Univille atende as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Medicina, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as normas vigentes na Univille.

Parágrafo único. O colegiado do Curso de Medicina aprovou o presente Regulamento que tem por objetivo estabelecer normatização específica para os TCC do Curso de Graduação em Medicina da Univille.

DA NATUREZA DO TCC

Art 4º O TCC é um trabalho de caráter técnico-científico, realizado sob orientação docente, dentro da área de conhecimento na qual o orientador desenvolve sua linha de pesquisa (vide áreas de conhecimento CAPES) com vistas a gerar informações inovadoras e/ou benefícios à sociedade e permitir ao acadêmico o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo, apoiado nos recursos da investigação científica.

Parágrafo único. O TCC deve ser apresentado na forma de artigo científico ou em outro formato específico (ex. software, vídeo), quando for o caso, desde que aprovado pelo colegiado do curso.

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art 5º O TCC deve ser realizado em duplas de acadêmicos e iniciado no terceiro semestre do curso juntamente com a disciplina de Metodologia da Pesquisa I, com a elaboração do Projeto de TCC (PTCC) e concluído até o último dia letivo do SEMESTRE VII.

§ 1º Quando a turma contar com número ímpar de alunos, o acadêmico poderá escolher por desenvolver o TCC sozinho ou, excepcionalmente, será formado um trio.

§ 2º No caso de uma dupla ser desfeita por qualquer que seja o motivo, o aluno poderá escolher por desenvolver o TCC sozinho ou, excepcionalmente, será formado um trio com a inclusão do aluno avulso, que abandonará o seu PTCC e adotará o do trio então formado.

§ 3º Os alunos que por motivo de transferência iniciarem o Curso de Medicina da UNIVILLE após o SEMESTRE III cumprirão os mesmos prazos regulamentares para conclusão do TCC, ou seja, o último dia letivo do SEMESTRE VII.

DO ORIENTADOR GERAL

Art 6º A organização do TCC é de responsabilidade do Orientador Geral, nomeado pelo Coordenador do Curso por meio de Portaria.

Art 7º Compete ao Orientador Geral:

I - cumprir o regulamento de TCC e a legislação vigente, bem como contribuir para seu efetivo cumprimento;

II - elaborar e publicar o edital com o calendário de atividades do TCC;

III - apresentar a sistemática de funcionamento do TCC aos acadêmicos e Orientadores Específicos;

IV - homologar e divulgar as linhas de orientação específica;

V - homologar as duplas de acadêmicos e os respectivos Orientadores Específicos;

VI - receber e avaliar os PTCC;

VII - resolver os problemas relacionados ao desenvolvimento do TCC, ouvindo os interessados e encaminhando as soluções;

VIII - supervisionar o desempenho dos Orientadores Específicos e seus respectivos orientandos;

IX - receber os TCC contendo a assinatura dos respectivos Orientadores Específicos e encaminhá-los para a avaliação;

X - designar/aprovar os professores que farão a avaliação de cada TCC;

XI - elaborar os registros descritivos quanto ao desempenho do acadêmico no TCC, mantendo-os arquivados na Coordenação do Curso e encaminhar a lista dos aprovados à Central de Atendimento Acadêmico;

XII - participar das reuniões da supervisão geral dos TCC da Univille quando convocado.

DA ORIENTAÇÃO ESPECÍFICA

Art 8º A Orientação Específica deverá ser realizada por professor do curso de Medicina da Univille, com titulação mínima de Mestre.

§1º O número máximo de TCC por Orientador Específico será de três trabalhos por turma;

§2º O pagamento ao Orientador Específico será limitado a 8 (oito) sessões, por

aluno, no valor de 1 (uma) hora-aula para cada sessão.

Art 9º Ao Orientador Específico fica reservado o direito de desligar-se da orientação, sempre com a mediação e a concordância do Orientador Geral.

Parágrafo único. O desligamento da Orientação Específica deve ser formalizado junto a Coordenação de Medicina até no máximo 06 (seis) meses antes da data da entrega do TCC, mediante documento escrito contendo a justificativa e a concordância do Orientador Geral.

Art. 10. Compete ao Orientador Específico:

I - cumprir as atividades relacionadas à orientação do TCC conforme prazos e formas estabelecidos;

II - conhecer o regulamento e a sistemática do TCC;

III - cadastrar a(s) linha(s) de orientação na(s) qual(is) se disponibiliza a atuar, no prazo estabelecido;

IV - orientar o TCC na(s) linha(s) de orientação publicada(s);

V - orientar os acadêmicos no planejamento e desenvolvimento do TCC e na correção da versão final do TCC;

VI - responsabilizar-se integralmente pela submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, quando necessário;

VII - viabilizar as condições adequadas ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC;

VIII - participar das reuniões da coordenação do TCC na Coordenação de Medicina para as quais for convocado e fazer cumprir as decisões tomadas;

IX - avaliar, sugerir alterações, corresponsabilizar-se pela versão final e dar ciência nas cópias do TCC entregues ao Orientador Geral, dentro dos prazos estabelecidos, para encaminhamento à Coordenação de Medicina;

X - sugerir os nomes de dois professores do Curso de Medicina da Univille para a avaliação do TCC, dentre os cadastrados como Orientadores Específicos;

XI - orientar os acadêmicos para que suas ações observem os valores éticos e morais estabelecidos pela filosofia da Univille e pelo Código de Ética da Profissão Médica.

DA COORIENTAÇÃO

Art. 11. A coorientação é a orientação sobre parte específica do TCC realizada por um professor da Univille ou um profissional que atue em área alinhada ao tema do TCC.

§1º A coorientação é opcional e deve ser definida no planejamento do TCC (PTCC) em acordo com os acadêmicos e o Orientador Específico.

§2º Preferencialmente, o coorientador deverá possuir área de atuação diferente do

Orientador Específico, justificando sua participação como de caráter interdisciplinar.

§3º A coorientação é de caráter voluntário, não cabendo remuneração pelas horas dispendidas com esta atividade.

DO ACADÊMICO

Art. 12. Compete aos acadêmicos orientandos de TCC:

I - cumprir as atividades relacionadas ao TCC conforme prazos e formas estabelecidos;

II - conhecer o regulamento e a sistemática do TCC;

III - inscrever a dupla de TCC e o Orientador Específico, mediante sua anuência, na Coordenação do Curso de Medicina;

IV - cumprir as atividades propostas pelo Orientador Específico;

V - arcar com os eventuais custos relacionados ao desenvolvimento do TCC;

VI - entregar cópia do TCC para o Orientador Geral para que o trabalho seja submetido aos avaliadores por ele designados, com a ciência escrita do Orientador Específico;

VII - entregar a versão final do TCC ao Orientador Geral e na Coordenação do Curso de Medicina.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer dos incisos listados acima poderá resultar na reprovação do acadêmico no TCC.

Art. 13. Aos acadêmicos é reservado o direito de livre escolha do Orientador Específico, dispondo de linha(s) de orientação devidamente cadastrada(s), dentre os disponíveis para orientação, mediante convite formal, que resulte em uma resposta de formalidade equivalente para a efetivação da orientação específica.

Parágrafo único. Nos casos em que o acadêmico considerar a orientação específica insatisfatória, poderá solicitar, por escrito e com a devida fundamentação, a mediação do Orientador Geral para a solução das dificuldades encontradas.

DO TCC

Art. 14. A utilização de estrutura física, equipamentos, material de consumo, ou outros meios externos à Univille para realização do TCC devem receber autorização escrita, datada, com assinatura do responsável, devendo uma cópia da autorização ser anexada ao PTCC. Todas as documentações necessárias para o desenvolvimento do TCC são de responsabilidade do acadêmico e de seu Orientador Específico.

Art. 15. O PTCC que envolver pesquisa com seres humanos deverá ter parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, quando aplicável, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Art. 16. O PTCC que envolver pesquisa com animais deverá ter parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Animais da Univille.

Art. 17. O TCC no formato de artigo científico deve ser redigido conforme as normas exigidas pelos periódicos científicos indexados na área da saúde.

§1º A apresentação do TCC no formato de artigo científico deverá corresponder a Trabalho Original ou Revisão Sistemática. Relatos ou Séries de Casos somente serão aceitos quando aprovados pelo Orientador Geral no prazo de até uma semana após a entrega do PTCC, mediante justificativa por escrito do Orientador Específico. O Orientador Geral poderá designar dois professores para assessorá-lo sobre esta autorização.

§2º Revisão Sistemática será permitida apenas considerando-se a relevância científica do tema e a definição de metodologia adequada, devendo o TCC incluir os resultados e a visão crítica dos autores sobre o tema.

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 18. Os acadêmicos serão avaliados por uma comissão de avaliação composta por dois professores do Curso de Medicina escolhidos pelo Orientador Geral e aprovados pelo Coordenador, dentre os cadastrados como Orientadores Específicos.

§1º Caso os avaliadores considerem a necessidade de mudanças no trabalho apresentado, estas deverão ser solicitadas aos acadêmicos e ao Orientador Específico que deverão se comprometer a realizá-las, devolvendo a versão corrigida do TCC ao Orientador Geral, no prazo de quinze dias corridos.

§2º O TCC receberá dos avaliadores a chancela de “APROVADO” ou “NÃO APROVADO” contando com um instrumento de apoio à avaliação. Não será atribuída nota ao TCC, sendo considerado APROVADO o acadêmico que obtiver desempenho mínimo de 70% do total de pontos constantes no referido instrumento de avaliação.

§3º Quando as notas atribuídas pelos avaliadores diferirem em mais de 3 (três) pontos, o TCC será submetido a um terceiro avaliador.

Art. 19. A integralização do curso de Medicina pelo acadêmico está condicionada à entrega da versão corrigida do TCC, contendo a anuência escrita do Orientador Específico, dentro do prazo estabelecido no calendário de atividades de TCC.

Art. 20. O acadêmico que for considerado NÃO APROVADO no TCC deve submeter novo projeto no prazo máximo de 30 dias corridos a partir da data de sua reprovação.

§1º O novo TCC será desenvolvido segundo calendário específico a ser definido pelo Orientador Geral, sendo a data limite para a entrega definitiva o último dia letivo do SEMESTRE VIII.

Art. 21. A versão final do TCC deve ser entregue em 1 (uma) cópia, no formato

“pdf”, em mídia eletrônica, com a ciência do Orientador Específico, conforme estabelecido no artigo 17.

Parágrafo único. O TCC desenvolvido em formato diferente de artigo científico deve ser entregue na forma descrita no PTCC, mediante ciência do Orientador Específico.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Não caberá recurso à avaliação do TCC.

Art. 23. Os casos omissos neste Regulamento e aqueles não passíveis de resolução pelo Orientador Geral serão submetidos ao Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina, no que lhe couber, e encaminhados para as instâncias superiores quando não for de sua competência.

Art. 24. Este regulamento entra em vigor após sua aprovação pelo colegiado do Curso de Medicina da Univille.

Aprovado pelo Colegiado do Curso de Medicina em 06/08/2014

ANEXO II
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE
MEDICINA

(Para ingressantes a partir de 2014)

A obrigatoriedade do cumprimento das atividades complementares com um componente obrigatório para integralização do curso de medicina está definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014).

Desde a alteração da matriz curricular do curso de medicina de anual para semestral, a carga horária de 90 horas/aula (75 horas) de atividades complementares deve ser integralizada pelos alunos ao longo dos doze semestres do curso, por meio da participação em atividades extracurriculares, buscando adquirir conhecimentos e habilidades mediante práticas independentes e presenciais, em outros cenários de aprendizado que não o do curso médico. O tipo de atividade e a respectiva valoração foram predefinidos pela Coordenação de Medicina, por intermédio da devida comprovação e validação das vivências por critérios estabelecidos à época.

Assim, visando uniformizar e regulamentar o cumprimento das atividades complementares, a Coordenação de Medicina propõe a alteração dos critérios de validação da carga horária para essas atividades nos moldes apresentados a seguir, para matriz curricular semestral do curso.

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º As atividades complementares são imprescindíveis à integralização da respectiva carga horária para obtenção do grau e objetivam complementar a formação do(a) acadêmico(a), com atividades desenvolvidas extraclasse, ainda que em outras instituições, mas durante o período de integralização do curso.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. O objetivo geral das atividades complementares do Curso de Medicina da Univille é:

- I. Estimular os estudantes a utilizar metodologias que privilegiam a participação ativa na construção de seu conhecimento, bem como a interação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e os aspectos assistenciais da atividade de aprendizagem, possibilitando a vivência em outros cenários de aprendizado fora daqueles curricularmente definidos pela Instituição.

Art. 3º. Os objetivos específicos das atividades complementares do Curso de Medicina da Univille são:

- I. Despertar no estudante noções de prática e da aplicabilidade dos conteúdos ministrados no curso;
- II. Realizar reflexões de conteúdos teórico-práticos em laboratórios, em ambientes de assistência à saúde e na comunidade;
- III. Inserir de maneira precoce o aluno na rede de assistência à saúde;
- IV. Estimular o desenvolvimento de lideranças, o interesse pela pesquisa e pelo voluntariado, bem como o senso de responsabilidade social do aluno;
- V. Complementar a formação profissional, cultural e cívica do aluno pela realização de atividades extracurriculares;
- VI. Despertar o interesse dos alunos para temas sociais, ambientais e culturais;
- VII. Estimular a capacidade analítica do aluno no estudo e na avaliação de situações novas;
- VIII. Auxiliar o aluno na identificação e resolução de problemas, com uma visão ética e humanista;
- IX. Promover situações que exijam posturas de tomadas de iniciativas e revelem o espírito empreendedor dos alunos;
- X. Dispor o conhecimento e a vivência acadêmica com as comunidades externa e interna;
- XI. Incentivar procedimentos de investigação científica.

DAS FINALIDADES

Art. 4º. Essas atividades têm por finalidade propiciar ao acadêmico a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento da área educacional.

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. O estudante deverá cumprir 90 horas/aula (75 horas) de atividades complementares obrigatórias no decorrer do curso de Medicina.

§1º As diversas atividades desenvolvidas serão valorizadas em horas, de acordo com os critérios apresentados na tabela a seguir.

Tabela de Atividades complementares

Atividade Complementar	Crédito por participação	Total máxima para cada atividade
Monitoria	30h por Semestre	60h
Congresso e Semana Acadêmica de Medicina	5h por dia De Congresso 3h por dia Jornada/ Simpósio	60h
Produção Científica, Pôster/Apresentação Oral, Colaboração em Produção Científica Publicada, Material Didático, Apostila, etc	20h para cada produção	60h
Participação em Projeto de Pesquisa Oficial Reconhecido pela Univille	30h por projeto	60h
Participação em Projetos de Extensão Oficial Reconhecido Pela Univille	30h por projeto	60h
Participação em Atividade Voluntária Reconhecida Pela Univille	4h por dia de voluntariado	30h

Participação em Ligas Acadêmicas Reconhecidas Pela Coordenação	30h por ano letivo	60h
Estágio Extracurricular	30h por ano letivo	60h
Teste do Progresso	4h por ano letivo	24 H
Representação Estudantil	10h por semestre	60h

§2º As atividades não descritas no quadro anterior poderão ser submetidas à análise individual pela Coordenação do curso de Medicina, para a verificação de eventual validação.

DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA E DO PRAZO DE ENTREGA

Art. 6º. O estudante deverá solicitar validação das atividades desenvolvidas por intermédio da entrega, na Coordenação do curso de Medicina, dos originais e das cópias dos certificados e/ou documentos que comprovem a realização das atividades, juntamente com o formulário específico devidamente preenchido.

Parágrafo único. Essa entrega deverá ser efetuada até dois meses antes do término do 12º semestre.

DA AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 7º. Os documentos entregues pelos estudantes serão avaliados pelo Coordenador do curso no prazo de até um mês após a entrega feita pelo estudante.

Art. 8º. O Coordenador do curso de medicina poderá, na dependência de sua interpretação dos documentos apresentados e para garantir licitude ao processo, proceder à investigação da correção dos dados apresentados às instituições promotoras das atividades.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Art. 9º. Após a validação feita pelo coordenador das atividades complementares, considerando a tabela apresentada neste regulamento, as horas serão lançadas e registradas no sistema Saturno da Univille disponível no endereço <http://intranet.univille.br>.

Art. 10. Ao final do lançamento o estudante será informado através de e-mail o relatório do cumprimento das atividades complementares.

Art. 11. A carga horária total comprovada e validada pelo coordenador no decorrer do curso, com o relatório final emitido pela coordenação, será encaminhado à Central de Atendimento Acadêmico, para a inclusão no histórico escolar de cada estudante.

Art. 12. Os casos omissos neste regulamento serão objeto de análise pelo Núcleo de Ensino Médico (NEM) e pelo Núcleo Docente e Estruturante (NDE) do curso de Medicina.

Art. 13. Este regulamento entra em vigor após aprovação perante o Conselho Universitário.

Versão aprovada na reunião de colegiado do dia 26 de junho de 2019 e na reunião do Conselho Universitário do dia 01/08/2019.

ANEXO III

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO/INTERNATO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE MEDICINA DA UNIVILLE

a) Fundamentação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

É preferencialmente no desempenho das atividades supervisionadas que se produzem comportamentos e atitudes, possibilitando a formação integral do estudante.

Além da formação teórica, o curso médico proporciona o desenvolvimento de habilidades. Para Flexner (1925), é essencial que os médicos em formação dominem práticas que os capacitem para o exercício da profissão.

Esses princípios levaram a que se reservasse a etapa final do curso para o que se convencionou chamar de “Internato Obrigatório”, por se tratar de um estágio curricular supervisionado obrigatório de formação em serviço, em regime de internato. Independentemente das aulas e das demais atividades oferecidas no decorrer dos períodos letivos, torna-se obrigatório esse ciclo eminentemente prático, com dedicação intensiva, visando consolidar a formação profissional (GONÇALVES, 1998). No Brasil, isso é norma desde outubro de 1969, por força da Resolução n.º 8 do Conselho Federal de Educação (CFE). Seguiram-se a Resolução n.º 9, de 24 de maio de 1983 do CFE, e a Resolução n.º 4 do CNE/CES, de 7 de novembro de 2001 e atualmente a Resolução n.º 3 do CNE/CES, de 20 de julho de 2014. Segundo esta última:

Art. 24. A formação em Medicina incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§ 1º A preceptoria exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da Instituição de Educação Superior (IES);

§ 2º A carga horária mínima do estágio curricular será de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina.

§ 3º O mínimo de 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da Graduação em Medicina será desenvolvido na Atenção Básica e em Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato.

§ 4º Nas atividades do regime de internato previsto no parágrafo anterior e dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos serviços de Urgência e Emergência.

§ 5º As atividades do regime de internato voltadas para a Atenção Básica devem ser coordenadas e voltadas para a área da Medicina Geral de Família e Comunidade.

§ 6º Os 70% (setenta por cento) da carga horária restante do internato incluirão, necessariamente, aspectos essenciais das áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia Obstetrícia, Pediatria, Saúde Coletiva e Saúde Mental, em atividades eminentemente práticas e com carga horária teórica que não seja superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio, em cada uma destas áreas.

§ 7º O Colegiado do Curso de Graduação em Medicina poderá autorizar a realização de até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total estabelecida para o estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES, preferencialmente nos serviços do Sistema Único de Saúde, bem como em instituição conveniada que mantenha programas de Residência, credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, ou em outros programas de qualidade equivalente em nível internacional.

§ 8º O colegiado acadêmico de deliberação superior da IES poderá autorizar, em caráter excepcional, percentual superior ao previsto no parágrafo anterior, desde que devidamente motivado e justificado.

§ 9º O total de estudantes autorizados a realizar estágio fora da Unidade da Federação em que se localiza a IES não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) das vagas do internato da IES para estudantes da mesma série ou período.

§ 10. Para o estágio obrigatório em regime de internato do Curso de Graduação em Medicina, assim caracterizado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a jornada semanal de prática compreenderá períodos de plantão que poderão atingir até 12 (doze) horas diárias, observado o limite de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

§ 11. Nos estágios obrigatórios na área da saúde, quando configurar como

concedente do estágio órgão do Poder Público, poderão ser firmados termos de compromisso sucessivos, não ultrapassando a duração do curso, sendo os termos de compromisso e respectivos planos de estágio atualizados ao final de cada período de 2 (dois) anos, adequando-se à evolução acadêmica do estudante.

Considerando a existência de uma completa rede hospitalar e ambulatorial, pública e privada, na região de Joinville, com ampla experiência em educação médica continuada (programa de internato hospitalar e residência médica), optou-se pela utilização desses recursos. Afinal, julgou-se indispensável aos estudantes o contato com a realidade da assistência à saúde em seus diferentes níveis, na região onde a universidade está inserida.

Constitui-se também prática usual no Brasil, além do internato hospitalar, a adesão de experiência em ambulatório, unidades de saúde, entre outros tipos e estabelecimentos de saúde, tanto na região urbana como na rural.

Experiências dessa natureza contribuem positivamente na formação acadêmica do médico, servindo para consolidar o compromisso da universidade com a sociedade.

b) Conceito de internato

O estágio curricular supervisionado obrigatório de formação em serviço, em regime de internado, acontecerá como ciclo do curso de graduação em Medicina, durante o qual o estudante deverá receber treinamento intensivo, contínuo, sob supervisão docente, em instituição de saúde vinculada ao Curso de Medicina da Univille, por meio de convênios ou contratos e envolvendo as seguintes instituições:

- Secretaria Municipal de Saúde de Joinville e de Araquari;
- Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina;
- Hospitais e maternidades vinculados ao Estado e Municípios;
- Rede ambulatorial pública;
- Outras instituições comunitárias/Organizações Não Governamentais.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento normatiza o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório, sendo esta atividade obrigatória que deve ser realizada no nono, décimo, décimo primeiro e décimo segundo semestres do curso de Medicina da Univille, como condição para obtenção do Título de Médico.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do Curso de Medicina da Univille é obrigatório de acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso e o seu cumprimento nos termos estabelecido neste regulamento atende todas as exigências das Diretrizes.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º. O objetivo geral do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do Curso de Medicina da Univille é consolidar e ampliar o conhecimento médico em um modelo de aprendizado em serviço que permita ao estudante aperfeiçoar suas competências na prevenção, promoção e recuperação da saúde nos diferentes níveis de atenção.

Art. 4º. Representando a última etapa de formação do médico, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do Curso de Medicina da Univille deverá fornecer ao estudante condições de:

- I. tomar decisões sobre os problemas de saúde da população de forma integrada às várias categorias profissionais;
- II. ampliar e aplicar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes adquiridos no curso;
- III. desenvolver atividades de interação Universidade-comunidade, pela participação em trabalhos extra hospitalares ou de campo;

- IV. possibilitar a compreensão das limitações, das responsabilidades e dos deveres éticos do médico;
- V. estimular o aperfeiçoamento profissional continuado;
- VI. desenvolver a consciência crítica.

CAPÍTULO III DA METODOLOGIA

Art. 5º. A metodologia de ensino no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do Curso de Medicina da Univille deverá corresponder à aquisição e ao domínio de habilidades, sob supervisão, complementada por sessões clínicas ou anatomoclínicas e sessões de revisão e de atualização.

Parágrafo único. Será estimulada a participação dos estudantes em todas as atividades científicas de pesquisa desenvolvidas no setor em que estejam estagiando.

CAPÍTULO IV DAS ÁREAS DE ESTÁGIO

Art. 6º São consideradas no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do Curso de Medicina da Univille como áreas obrigatórias, integrantes do currículo, previstas para serem desenvolvidas:

- I. no 9º e 10º semestres: Ambulatório Geral e Atenção Primária à Saúde;
- II. no 11º e 12º semestres: Internato Hospitalar em: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria, em regime ambulatorial e hospitalar.

Parágrafo único. O estudante deverá participar das atividades, num modelo de rodízio sucessivo, sempre sob supervisão de um professor e/ou preceptor.

CAPÍTULO V DA CARGA HORÁRIA E DA DURAÇÃO

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do 9º e 10º semestres contempla as disciplinas de: Internato Obrigatório em Ambulatório Geral e Internato Obrigatório em Atenção Primária à Saúde.

Parágrafo único. As horas são integralizadas em sistema de rodízio, sendo dez semanas em Ambulatório Geral (432 horas/aula) e Atenção Primária à Saúde (432 hora/aula) em cada semestre.

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório Hospitalar do 11º e 12º semestres contempla as disciplinas de: Internato Obrigatório hospitalar em Clínica Médica, Internato Obrigatório hospitalar em Clínica Cirúrgica, Internato Obrigatório hospitalar em Ginecologia e Obstetrícia e Internato Obrigatório hospitalar em Pediatria.

Parágrafo único. As horas são integralizadas em sistema de rodízio, sendo cinco semanas para cada disciplina em cada semestre do internato hospitalar, cumprindo 216 horas/aula por disciplina.

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório integraliza quatro semestres, totalizando 3.456 horas/aula (2.880 horas) que corresponde a 38,1% do total da carga horária do curso de Medicina.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 10. Os professores/preceptores supervisores do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório serão responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação do desempenho do estudante nas questões de habilidades gerais e específicas, cognitivas e afetivas em cada área.

Art. 11. A avaliação do desempenho dos estudantes será realizada de forma sistemática e contínua, de modo a observar e corrigir eventuais deficiências no decorrer de cada estágio.

Art. 12. A avaliação final em cada semestre do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório obedecerá ao que preceitua o Regimento da Univille e os critérios estabelecidos neste regulamento.

Art. 13. As avaliações individuais das habilidades práticas, condutas éticas durante o internato e participação descritas no anexo I serão norteadas por um questionário

especificamente desenvolvido para os estágios de forma a serem avaliadas as competências em quesitos próprios.

Parágrafo único. Além dessas avaliações, serão aplicadas provas para avaliação do conteúdo teórico referentes a cada área do estágio, cujo peso no cálculo da nota final do estágio será de 20%, restando para as avaliações práticas e éticas citadas o peso de 80%.

Art. 14. No internato do 9º e 10º semestres, na última semana do rodízio de cada estágio, serão realizados os conselhos de classe formados pelos professores/preceptores que acompanharam o grupo de acadêmicos a serem avaliados, para discussão do desempenho individual de cada estudante.

§ 1º. Cada professor deverá até uma semana após cada conselho enviar a avaliação individual de cada estudante, com base no questionário padronizado, para a Coordenação do curso para cálculo das notas.

2º. Cada nota será definida pelos professores, em formato numérico, variável de zero a 10.

Art. 15. Para a aprovação no Internato do 9º e 10º semestres, o estudante deverá:

- I. apresentar frequência integral, salvo as situações previstas neste regulamento, e, respeitando os critérios já descritos nos itens 2.c e 4.a;
- II. obter média final mínima de 7 (sete) com base nas avaliações de cada professor/preceptor durante a realização do estágio e das provas.

Art. 16. A nota final para cada um dos Internatos do 9º e 10º semestres (AG e APS) será definida conforme a fórmula a seguir:

- I. Nota final = (média dos professores/preceptores *0,8) + (média das prova*0,2).

Art. 17. No Internato Obrigatório em Ambulatório Geral e de Atenção Primária à Saúde, do 9º e 10º semestre o, sempre que o estudante obtiver média menor do que 7 (sete) ele será notificado e orientado quanto ao estabelecimento de estratégias na tentativa de recuperar sua avaliação/média até o próximo conselho de classe.

Parágrafo único. Essa devolutiva será realizada por um dos professores do estágio a ser definido no próprio conselho ou pelo coordenador de área, sendo que a estratégia estabelecida deverá ser registrada e assinada pelo professor e pelo

estudante.

Art. 18. Quando for considerado insuficiente na questão 2.d. do questionário (mais de 30% das avaliações feitas pelos professores do referido estágio em qualquer conselho de classe), o estudante deverá repetir o estágio de internato em que reprovou (Ambulatório Geral e/ou Atenção Primária à Saúde) no semestre subsequente, respeitando os pré-requisitos que constam na matriz curricular.

Art. 19. No internato do 11º e 12º semestres, os conselhos de classe serão realizados ao final de cada rodízio de estágio, sendo eles formados pelos professores que acompanharam cada grupo de acadêmicos.

§ 1º. A nota será definida pelos professores, em formato numérico, variável de zero a 10.

§ 2º. A média final do desempenho do interno será atribuída não final de cada rodízio.

§ 3º. A avaliação final deliberada nos conselhos de classe 11º e 12º semestres será preenchida em apenas uma Ficha de Avaliação e será assinada por todos os professores participantes do respectivo estágio.

§ 4º. O coordenador do estágio deverá no prazo de até uma semana após o conselho enviar a avaliação individual final de cada estudante, com base no questionário, para a Coordenação do curso;

Art. 20. Para a aprovação no Internato do 11º e 12º semestres, o estudante deverá:

- I. apresentar frequência integral, salvo as situações já descritas e respeitando os critérios mencionados nos itens 2.c e 4.a,;
- II. obter média final mínima de 7 (sete), com base nas notas do conselho de cada área de estágio e prova.

Art. 21. A nota final para cada um dos Internatos do 11º e 12º semestres (AG e APS) será definida conforme a fórmula a seguir:

- II. Nota final = (média dos conselhos*0,8) + (média das provas*0,2).

Art. 22. Em qualquer conselho de classe em que o estudante tiver mais de 30% dos conceitos insuficientes na avaliação feita pelos professores do Internato Obrigatório

em Ambulatório Geral ou Internato Obrigatório Hospitalar para o item 2.d (do Roteiro da avaliação do desempenho do estágio por área específica – anexo I), esse estudante será reprovado no respectivo estágio e deverá repetir tal estágio no semestre subsequente.

CAPÍTULO VI DA FREQUÊNCIA

Art. 23. É obrigatória a frequência integral do interno do 9º ao 12º semestres, com o cumprimento de todas as horas previstas em cada estágio.

Art. 24. Considerando a natureza prática do internato, as ocorrências de faltas nas atividades do estágio serão conduzidas conforme estabelecido a seguir:

- I. No caso de faltas por motivo de doença, o estudante, ou o seu representante legal, deverá apresentar o atestado médico em até dez dias úteis a Coordenação do Curso de Medicina e/ou Central de Atendimento ao Acadêmico, bem como cópia do mesmo documento ao professor responsável pelo estágio, sob pena de não aceite da justificativa da ausência;
- II. Qualquer falta durante o estágio curricular supervisionado obrigatório/internato obrigatório deverá ser reposta no respectivo estágio, caso não exista a disponibilidade de horário para a reposição, a atividade será recuperada por meio de atividade teórica ou prática, de caráter obrigatório, a critério do professor e da coordenação do curso;
- III. O caráter da atividade será definido pelo professor do estágio em comum acordo com a coordenação do curso de Medicina, mediante preenchimento de documento específico destinado a isso, e a atividade deverá ser executada preferencialmente antes do término do referido estágio;

§ 1º. O não cumprimento das atividades de reposição citadas neste regulamento acarretará falta grave do estudante (regime disciplinar) e sujeitará o estudante à reprovação do respectivo estágio.

§ 2º. Qualquer falta não justificada será considerada como falta grave (regime disciplinar) a ser avaliada pelo conselho de classe.

§ 3º. As faltas abonadas por solicitação do estudante para participação em congressos da área médica, previstas em ato normativo e autorizados pelos

professores/preceptores e pela coordenação do curso, não serão computadas para reposição.

§ 4º. Não serão abonadas as faltas por participação em congresso sem o preenchimento do formulário do ato normativo oficial previsto para tal.

§ 5º. No caso de não existir tempo hábil para as reposições de aulas práticas no período regular do internato do 9º, 10º e 11º semestre, a aprovação do estudante para o semestre correspondente ficará condicionada à reposição das atividades em período subsequente.

§ 6º. No caso das faltas justificadas/abonadas, previstas na lei, em até 15 dias, durante os estágios do 12º semestre, serão realizadas a reposição através de plantão após o seu retorno do afastamento, caso não seja possível a reposição total das horas perdidas, o estudante deverá desenvolver atividade teórica designada pelo professor responsável do estágio e ela será considerada na nota final do estágio.

§ 7º. No caso das faltas justificadas/abonadas, previstas na lei, superior a 15 dias, durante os estágios do 11º e 12º semestres, o estudante obrigatoriamente necessitará repor os dias afastados sob forma de atividade prática para conclusão do estágio.

CAPÍTULO VII

DOS PLANTÕES E DAS COMPETÊNCIAS DO ESTUDANTE

Art. 25. O número e a prioridade dos plantões serão determinados pelas áreas correspondentes de estágio.

Art. 26. Os estudantes do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório do Curso de Medicina da Univille só poderão iniciar suas atividades, sob orientação, usando uniforme adequado, crachá de identificação e em absolutas condições de higiene e limpeza.

Art. 27. Não serão permitidas faltas dos estudantes nos plantões nem nas atividades do estágio, exceto as previstas em lei.

Art. 28. São atribuições dos estudantes que farão o Estágio curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório:

- I. Revisar e completar as atividades dos acadêmicos das séries anteriores;

- II. Elaborar história e exame físico, listando os problemas;
- III. Elaborar diagnóstico sindrômico;
- IV. Apresentar casos para o orientador;
- V. Discutir casos clínicos;
- VI. Elaborar e apresentar evoluções diárias dos pacientes;
- VII. Elaborar o diagnóstico nosológico e sugerir condutas;
- VIII. Estudar e discutir problemas com residente e orientador;
- IX. Acompanhar a realização de exames dos pacientes;
- X. Contatar serviços clínicos;
- XI. Discutir resultados de exames médicos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Aplica-se o presente Regulamento a todos os docentes/preceptores da Unville e estudantes do Curso de Medicina da Unville com vínculo no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório/Internato Obrigatório.

Art. 30. Os casos não previstos neste Regulamento serão avaliados e resolvidos pela Coordenação do Curso de Medicina, após discussão do assunto no Núcleo de Ensino Médico (NEM).

Art. 31. Este regulamento foi aprovado pelo Colegiado do Curso e entrará em vigor após sua aprovação perante o Conselho Universitário da Unville.

Aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 16/05/2019.

ANEXO I
ROTEIRO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTÁGIO POR ÁREA
ESPECÍFICA (9º ao 12º semestres)

1. ESTUDANTE COM FREQUÊNCIA INTEGRAL

Sim Não

2. QUESTÕES COGNITIVAS, HABILIDADES E AFETIVAS/DISCIPLINARES:

2.a) O estudante é capaz de coletar com relevância dados da história clínica e exame físico:

- Suficiente
- Insuficiente

2.b) O estudante propõe uma hipótese diagnóstica racional baseada na anamnese e no exame físico:

- Suficiente
- Insuficiente

2.c) Sequencialmente, o estudante indica e interpreta exames complementares, bem como a conduta inicial a ser tomada com pertinência:

- Suficiente
- Insuficiente

2.d) O estudante é ético, tem disciplina e trata com respeito o paciente, colegas e os demais profissionais de saúde do serviço?

- Suficiente
- Insuficiente

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução n. 03 do CNE/CES, de 20 de julho de 2014. Brasília, 2001.

FLEXNER, A. **Medical education comparative study**. Nova York: Macmillan, 1925.

GONÇALVES, E. L. **Educação médica**. São Paulo: Sarvier, 1998.

MARCONDES, E. Os sete pecados capitais do currículo de graduação médica. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 30, p. 4-7, 1994.

_____; GONÇALVES, E. L. **Educação médica**. São Paulo: Sarvier, 1998.

ROSA, A. R. Internato: atualidade e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 9, p. 30-36, 1978.

ANEXO IV
REGULAMENTO DO AMBULATÓRIO UNIVERISTÁRIO UNIVILLE

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento dispõe sobre a estruturação, utilização e operacionalização do Ambulatório Universitário Univille, localizado à Rua Ministro Calógeras, 439, Centro, CEP: 89202-207, e-mail: ambulatório.centro@univille.br e registrado no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde sob o número 2568683.

Art. 2º Este regulamento tem por objetivo organizar, aprimorar, otimizar e padronizar as atividades e rotinas do Ambulatório Universitário Univille, tendo como meta a oferta de um atendimento ágil, eficaz e de qualidade aos usuários.

Parágrafo único. Este regulamento padroniza as rotinas e ações que devem ser seguidas habitualmente e deve ser ponto de referência no trabalho diário de toda a equipe do Ambulatório Universitário Univille.

Art. 3º Este Regulamento deverá ser cumprido pelos discentes, profissionais da educação e pessoal administrativo do curso de Medicina da Univille, bem como pelos estudantes de outros cursos da Univille e visitantes que utilizarem este espaço.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS DO AMBULATÓRIO UNIVERSTIÁRIO UNIVILLE

Art. 4.º O Ambulatório Universitário Univille tem por objetivo possibilitar a realização das práticas dos Estágios Curriculares Supervisionados/Internatos do Curso de Medicina, por meio de atendimentos médicos nas especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) visando a ampliação e consolidação as competências do estudante em um processo de aprendizado que

permita conhecer a prevenção, o encaminhamento e a resolução eficiente dos problemas de saúde mais prevalentes na população.

§ 1º O Ambulatório possibilita aos estudantes a vivência das mais diferenciadas situações em especialidades no âmbito ambulatorial, de modo a desenvolver suas habilidades intelectuais e científicas, sua postura ética e moral e sua capacidade de relacionamento interpessoal e interdisciplinar.

§ 2º O Ambulatório permite no âmbito da Pesquisa e da Extensão o desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, no sentido de propiciar o avanço do conhecimento dos temas do objeto de estudo da medicina como ciência.

§ 3º O Ambulatório oferece para a sociedade e comunidade a prestação de serviço de apoio diagnóstico e terapia, assistência médica, priorizando relações humanizadas no trabalho, centradas no acolher, escutar, informar e atender às necessidades de saúde da população.

CAPÍTULO III DO PÚBLICO ALVO

Art. 5º O público alvo do Ambulatório Universitário Univille, são adultos, idosos e crianças, de ambos os sexos, que necessitem de atendimento médico especializado, em regime ambulatorial, que residam em Joinville e Região, devidamente encaminhados por meio de agendamento da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville.

§ 1º O Ambulatório Universitário Univille, representado pela Fundação Educacional da Região de Joinville, tem Contrato firmando com o Município de Joinville/Secretaria Municipal de Saúde, que é responsável pelos agendamentos do SUS (Sistema Único de Saúde).

§ 2º Os pacientes são inseridos em fila de espera, para a especialidade médica, pela Unidade Básica de Saúde e são regulados pela Central de Regulação da Secretária Municipal de Joinville, através do Sistema Intranet e SISREG III, com base nos critérios determinados por cada especialidade.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O atendimento ao público alvo é de segunda a sexta-feira no horário das 6h30min às 21h30min.

Art.7º As especialidades médicas oferecidas à população no Ambulatório Universitário Univille podem variar de acordo com as diretrizes do projeto pedagógico do curso de medicina, estando todas elas previstas dentro das especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) conforme resolução nº2.221/2018.

Art.8º As especialidades atendidas no Ambulatório Universitário Univille atualmente são as seguintes:

- I. Ambulatório de Ginecologia Adulto;
- II. Ambulatório de Neurologia Adulto;
- III. Ambulatório de Neurologia Pediátrica;
- IV. Ambulatório de Urologia Adulto;
- V. Ambulatório de Nefrologia e Hipertensão Adulto;
- VI. Ambulatório de Ortopedia e Traumatologia;
- VII. Ambulatório de Dermatologia Adulto;
- VIII. Ambulatório de Pneumologia Adulto;
- IX. Ambulatório de Pneumologia Pediátrica;
- X. Ambulatório de Pediatria;
- XI. Ambulatório de Hematologia Pediátrica;
- XII. Ambulatório de Psiquiatria Adulto;
- XIII. Ambulatório de Geriatria;
- XIV. Ambulatório de Endocrinologia Adulto;
- XV. Ambulatório de Reumatologia Adulto;
- XVI. Ambulatório de Cardiologia Adulto;
- XVII. Ambulatório de Oftalmologia;
- XVIII. Ambulatório de Otorrinolaringologia.

Art. 9º Os procedimentos ofertados no Ambulatório Universitário Univille incluem cadastro, aferições de sinais vitais, avaliação antropométricas, curativos de baixa

complexidade, consultas médicas, solicitações de exames e encaminhamento para especialidades, se necessário.

Art.10. Os exames realizados no Ambulatório Universitário Univille são:

- I. Eletrocardiograma: em que são colocados eletrodos adesivos ou pequenos ventosos, na parede torácica anterior, nos punhos e tornozelos. Estes eletrodos são conectados a fios, ligados ao aparelho (eletrocardiógrafo), que irá registrar os impulsos elétricos do coração; o traçado do registro propicia ao médico 12 visões distintas da atividade elétrica do coração, o registro é impresso em papel, para ser interpretado pelo médico cardiologista.
- II. Espirometria: em que o paciente respira em um instrumento denominado espirômetro, que registra a quantidade e a velocidade do ar respirado em um tempo determinado; algumas das medições do teste são obtidas com a respiração normal, enquanto outros testes exigem inalação e/ou exalação forçadas;o resultado da espirometria é impresso em papel para a interpretação do médico pneumologista;
- III. Exames ginecológicos, inserção de DIU, cauterização, coleta de exame preventivo para análise citopatológica;
- IV. Ultrassonografia

Art. 11. As instalações do Ambulatório Universitário Univille contam com as seguintes instalações:

- I. 02 (duas) recepções para atendimento dos pacientes, arquivamento dos prontuários e de outros documentos;
- II. 20 (vinte) consultórios médicos;
- III. 02 (dois) consultórios ginecológicos com banheiro;
- IV. 03 (três) ambientes para discussão clínica;
- V. 01 (uma) sala de deposito de material;
- VI. 01 (uma) sala de coleta;
- VII. 01 (um) expurgo;
- VIII. 01 (uma) sala de preparo de paciente;
- IX. 01(uma) sala administrativa;
- X. 01 (uma) sala de exames;
- XI. 01 (uma) sala de guarda volumes;

- XII.** 02 (duas) salas de espera;
- XIII.** 01 (um) corredor de circulação interna para estudantes, docente/preceptor médicos e pessoal administrativo;
- XIV.** 01(um) corredor de circulação externa para os pacientes;
- XV.** 01 (um) banheiro masculino e 01 (um) banheiro feminino para uso exclusivo do pessoal interno;
- XVI.** 02 (dois) banheiros masculinos e 02 (dois) banheiros femininos para o uso dos pacientes;
- XVII.** 01 (um) banheiro para cadeirante;
- XVIII.** 01 (um) banheiro infantil com fraldário.

Art. 12. A equipe do Ambulatório Universitário Univille é constituída pelo seguinte quadro funcional:

- I.** 01 (uma) enfermeira supervisora;
- II.** 01 (uma) enfermeira assistencial;
- III.** 01 (uma) técnica de enfermagem;
- IV.** 4 (quatro) auxiliares de ensino;
- V.** docentes/preceptores/médicos de acordo com a demanda pedagógica apresentada pelo curso das seguintes especialidades: neurologistas, ginecologistas, urologista, nefrologista, ortopedista, dermatologista, psiquiatras, pneumologistas, geriatra, pediatra, hematopediatra, neuropediatra, reumatologista, endocrinologista, pneumopediatra, oftalmologista e otorrinolaringologista e cardiologistas.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art 13. A supervisão das atividades pedagógicas do Ambulatório Universitário é de responsabilidade do Coordenador do Curso de Medicina, ao qual compete:

- I.** Gerenciar os processos administrativos e pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Ambulatório;
- II.** Supervisionar as atividades administrativas e pedagógicas do docente/preceptor/médico Responsável Técnico e da Enfermeira Supervisora;

- III. aprovar o planejamento de atividades a serem desenvolvidas no Ambulatório;
- IV. submeter o orçamento anual às instâncias competentes para aprovação;
- V. fornecer informações sobre as normativas e diretrizes para a realização do Estágio Curricular Supervisionado da Univille, assim como assegurar o cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso de Medicina, Planejamento de Ensino e Aprendizagem e regulamentos do Estágio Curricular Supervisionado/Internato do Curso de Medicina;
- VI. propor e intermediar a celebração de convênios entre as entidades concedentes e a FURJ/Univille, juntamente com a Central de Relacionamento com o Estudante e a Procuradoria Jurídica;
- VII. Discutir e aprovar o número de docentes/preceptores/médicos responsáveis por campo de estágio, de acordo com as necessidades especificadas nos critérios das atividades práticas e de estágios conforme a matriz curricular vigente e o orçamento aprovado para o curso;
- VIII. Indicar, após a homologação perante o NEM, do docente/médico que será o Técnico Responsável do Ambulatório Universitário Univille.

Art. 14. A responsabilidade técnica do Ambulatório Universitário Univille é de competência do Docente/Médico indicado pelo Coordenador do Curso de Medicina com o parecer favorável no Núcleo de Ensino Médico (NEM) e tem as seguintes atribuições:

- I. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;
- II. Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do Corpo Clínico e demais profissionais de saúde em benefício da população usuária da instituição.
- III. Supervisionar e coordenar todos os serviços técnicos do Ambulatório, os quais a ele hierarquicamente se subordinam (art 3º e 11 da Resolução CFM nº 997/80).
- IV. requerer o cadastro do Ambulatório no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (art 3º da Resolução CFM nº 997/80).
- V. Responder, pessoalmente, por infringência ética, se o Ambulatório anunciar especialidades médicas sem que os respectivos profissionais tenham o seu título de especialista devidamente registrado no CRM-SC (art 10 e Parágrafo

único da Resolução nº 997/80).

VI. Remeter ao CRM-SC a cada ano, a relação dos profissionais médicos que prestam serviços ao Ambulatório, bem como comunicar as alterações que forem se verificando no decorrer de cada ano (art 7º da Resolução 997/80).

VII. Responder pessoalmente, perante o CRM-SC, pelos aspectos antiéticos dos anúncios do Ambulatório sob sua responsabilidade técnica (art 9º da Resolução 997/80).

Art. 15. A coordenação das atividades do Ambulatório Universitário Univille é de responsabilidade de um enfermeiro supervisor, devidamente credenciado no Conselho Regional de Enfermagem, ao qual compete:

I. Realizar as atividades de gestão de pessoas do setor de acordo com as diretrizes estratégicas institucionais.

II. Selecionar, motivar e capacitar/orientar a equipe no desenvolvimento das atividades do setor sob sua responsabilidade.

III. Estabelecer os objetivos de desempenho para a equipe e determinar as providencias para alcançá-los.

IV. Acompanhar e avaliar o resultado dos indicadores de desempenho de sua equipe, efetuando feedback e direcionando ações de melhoria.

V. Garantir o desenvolvimento e a evolução de sua equipe, identificando sucessores no plano de carreira.

VI. Desenvolver ações que privilegie a sinergia e cooperação entre as pessoas e o bom clima organizacional.

VII. Coordenar, planejar e operacionalizar atividades de Educação Permanente à equipe de enfermagem e aos demais profissionais de apoio ao atendimento ambulatorial.

VIII. Priorizar a execução do Contrato de Prestação de Serviço da Univille e Secretaria Municipal de saúde.

IX. Padronizar normas, protocolos e procedimentos de enfermagem e monitorar o processo de trabalho.

X. Prestar assistência de enfermagem qualificada e sistematizada ao cliente ambulatorial priorizando a segurança e humanização do atendimento.

XI. Desenvolver, divulgar e acompanhar indicadores de qualidade que contribuam para o gerenciamento das atividades assistenciais.

XII. Planejar, coordenar, organizar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem e atendimento realizados no Ambulatório Universitário.

XIII.

XIV. Orientar as normas, rotinas e procedimentos operacional padrão do Ambulatório Universitário Univille aos estudantes do curso de Medicina.

XV. Realizar o controle e devidas providências em caso de faltas de docentes/preceptores/médicos e encaminhar as informações aos Responsável Técnico do Ambulatório.

XVI. Observar e cumprir e zelas pelo cumprimento das normas: técnicas, administrativas, de meio ambiente e de segurança.

XVII. coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas no Ambulatório Universitário Univille,

XVIII. realizar controle de entrada e saída de materiais e equipamentos para as atividade do ambulatório, bem como solicitar pedidos de compras sempre que necessário, de acordo com o orçamento anual. ;

XIX. representar o ambulatório, quando solicitado;

XX. controlar a ocupação das dependências do ambulatório;

XXI. responsabilizar-se pelo uso adequado e pela conservação do patrimônio do ambulatório;

XXII. analisar as solicitações de empréstimo ou transferência de equipamentos e materiais, quando necessários, no processo de ensino-aprendizagem;

XXIII. encaminhar à coordenação do curso, o planejamento de material permanente e de consumo que serão necessários ao funcionamento dos estágios para o semestre subsequente;

XXIV. cumprir e fazer cumprir as decisões do Coordenador do curso de Medicina no que se refere ao Ambulatório Universitário Univille;

XXV. elaborar o indicador de consultas mensais do ambulatório e encaminhar ao Coordenador do curso de Medicina;

XXVI. convocar e presidir as reuniões necessárias para a organização do Ambulatório;

XXVII. supervisionar as atividades administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas no ambulatório

XXVIII. acompanhar e controlar o planejamento de atividades e orçamento anuais;

XXIX. aprovar e implementar ações que assegurem o eficaz desempenho e o bom funcionamento do Ambulatório.

Art. 16. São atribuições das Auxiliares de Ensino que fazem a recepção do Ambulatório Universitário Univille:

I. Seguir as normativas da Univille;

II. Recepcionar paciente, efetuar agendamento de consultas e exames médicos, assim como retornos dos pacientes, agendamentos de exames de sangue e imagem de acordo com a solicitação de cada médico.

III. Realizar cadastros, agendamentos, ajustes e relatórios nos portais eletrônicos Sisreg e Intranet e prontuário eletrônico Micromed.

IV. Conferir os dados pessoais dos pacientes: telefone, endereço, RG, CPF e cartão SUS.

V. Abrir, preparar e fechar os consultórios médicos, conforme programação e ou horários definidos.

VI. Efetuar agendamento de consultas e exames médicos, assim como retornos dos pacientes, de acordo com a solicitação de cada médico.

VII. Analisar e acompanhar os trâmites legais e a documentação necessária, bem como os controles e cópias e arquivamentos de prontuários médicos.

VIII. Supervisionar as solicitações médicas, encaminhamentos e guias de exames, se estão preenchidas (carimbos, assinaturas, correções, campos preenchidos corretamente);

IX. Efetuar o atendimento e orientação aos pacientes quanto a renovação dos receituários e solicitações de laudos médicos e também para a retirada correta dos mesmos.

X. Realizar a contabilização das consultas médicas feitas a cada mês e gerar relatórios.

XI. Auxiliar docentes/preceptores/médicos e estudantes da instituição nas questões relativas as atividades no ambulatório.

XII. Reservar salas ou consultórios médicos e equipamentos, de acordo com a solicitação dos docentes/preceptores/médicos.

XIII. Promover e zelar pelo funcionamento adequado das rotinas e normativas

do ambulatório.

XIV. Prestar atendimento telefônico e fornecer dados e informações para a comunidade interna e externa da Universidade.

XV. Entregar e receber, arquivos de documentos, relatórios e outros conforme necessidade do ambulatório.

XVI. Digitar comunicações internas, ofícios e outros para diversos setores da Univille, coordenadorias, instituições de saúde e secretaria de saúde.

XVII. Observar e cumprir as normas técnicas, administrativas, meio ambiente e de segurança.

XVIII. Participar ativamente de programas de melhoria da qualidade de serviços, produtos, gestão ambiental e difundir a ideia de melhoramento contínuo.

XIX. Executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

XX. Organizar o Controle de Entrada e Saída de Receitas Médicas: Contabilidade do total de receitas, controle de saída das receitas pelos médicos, solicitação de novas receitas pela vigilância sanitária, solicitação de fabricação de novos receituários e receitas.

XXI. gerar o relatório Boletim de Produção Ambulatorial para a Secretaria Municipal de Saúde mensalmente, compartilhamento da confirmação do BPA para a enfermeira supervisora, organização e guarda do relatório de produção e das fichas de consultas médicas mensais em arquivo identificado.

XXII. Organizar o inventário do ambulatório e dos armários.

XXIII. Encaminhar os exames, cópia de documentos, relatórios médicos assinados e ofícios do ambulatório para o NatJus da Secretaria Municipal de Saúde sempre que necessário.

XXIV. realizar cadastro dos pacientes em fila de exames no sistema sisreg, assim como a conferência, monitoramento e manutenção semanal das datas e horários dos exames para orientação e comunicação aos pacientes.

XXV. realizar a impressão das agendas dos ambulatórios médicos um dia anterior ao início dos atendimentos para organização da rotina do ambulatório.

XXVI. Conferir as agendas e ligações aos pacientes novos que surgirem nas agendas médicas no momento das impressões um dia anterior aos atendimentos.

XXVII. cadastrar as agendas médicas físicas no sistema intranet, obedecendo a abertura das agendas do mês pela Secretaria Municipal de Saúde, que ocorrem sempre na última semana do mês (o prazo para o cadastro dos pacientes na

intranet deve respeitar o limite de reservas técnicas de cada médico e deve ocorrer até a primeira semana do mês, evitando a dificuldade de vagas para o cadastro).

XXVIII. Realizar a Recepção dos pacientes no Sistema Intranet: Confirmando a presença ou ausência na consulta, dos pacientes.

XXIX. Organizar cadastro e monitoramento dos encaminhamentos médicos no sistema sisreg, assim como realizar helpdesck para resolução de problemas e melhorias no andamento do processo de regulação online.

Art. 17. São atribuições da Enfermeira Assistencial do Ambulatório Universitário Univille:

- I.** Seguir, como norma, o Código de Ética Profissional do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e as normativas da Univille;
- II.** Realizar consultas de enfermagem e desenvolver as etapas do processo e cuidados assistenciais de enfermagem aos pacientes.
- III.** Aplicar a sistematização da assistência de enfermagem aos pacientes e implementar a utilização dos protocolos de atendimento, monitorando o processo de trabalho.
- IV.** Assegurar e participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes.
- V.** Monitorar evolução clínica de pacientes.
- VI.** Prescrever ações de enfermagem.
- VII.** Planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situação, estabelecer prioridades e avaliar resultados.
- VIII.** Realizar plano de cuidados de enfermagem e garantir a continuidade da assistência prestada aos pacientes.
- IX.** Realizar assistência aos estudantes em todas as rotinas e procedimentos do ambulatório.
- X.** Acionar equipe multiprofissional de saúde.
- XI.** Participar de trabalhos de equipes multidisciplinares, implementando ações e definindo estratégias para promoção da saúde e orientar equipe para controle de infecção.
- XII.** Definir estratégias de promoção da saúde para situações e grupos específicos.

- XIII.** Realizar ações de prevenção de agravos e curativas.
- XIV.** Atualizar informações cadastrais e elaborar relatórios e laudos técnicos quando necessário.
- XV.** Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
- XVI.** Desenvolver indicadores de qualidade e auxiliar nas pesquisas do setor, sempre que necessário.
- XVII.** Observar e cumprir as normas técnicas, administrativas, meio ambiente e de segurança.
- XVIII.** Participar ativamente de programas de melhoria da qualidade de serviços, produtos, gestão ambiental e difundir a ideia de melhoramento contínuo.
- XIX.** Executar outras atribuições semelhantes conforme necessidades.

Art. 18. São atribuições da Técnica de Enfermagem do Ambulatório Universitário Univille:

- I.** Seguir, como norma, o Código de Ética Profissional do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e as normativas da Univille;
- II.** Zelar pelo funcionamento e pela organização do Ambulatório;
- III.** Fazer a triagem dos pacientes conforme o grau de urgência no atendimento;
- IV.** Fazer o acolhimento do paciente na sala de preparo e verificar os sinais vitais (medidas antropométricas, pressão arterial, frequência cardíaca, frequência respiratória, glicemia capilar);
- V.** Prever a necessidade de materiais e equipamento;
- VI.** Orientar, supervisionar e avaliar o uso adequado de materiais e equipamentos, garantindo seu uso correto;
- VII.** Realizar exames e procedimentos utilizando técnica de enfermagem científica, segura e humanizada conforme prescrição médica e de enfermagem;
- VIII.** Identificar os problemas de enfermagem existentes e encaminhar propostas de soluções à Enfermeira Supervisora do Ambulatório;
- IX.** zelar pelas condições ambientais de segurança, buscando o bem-estar do usuário e da equipe interdisciplinar;
- X.** realizar a desinfecção diária dos materiais e equipamentos do ambulatório, utilizando os protocolos de biossegurança;

- XI.** realizar o controle de entrada e saída dos materiais e equipamentos a serem utilizados em cada especialidade médica;
- XII.** realizar controle de entrada dos materiais e equipamentos novos, assim como distribuí-los nas salas pertinentes a sua utilização;
- XIII.** fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual;
- XIV.** estar uniformizado de acordo com as normas do ambulatório;
- XV.** Comunicar a enfermeira supervisora, enfermeira assistencial ou docentes/preceptores/médicos em casos de urgências e intercorrências com pacientes, durante o atendimento ambulatorial;
- XVI.** cumprir e zelar pelo cumprimento deste regulamento e do procedimento operacional padrão, disponível no Ambulatório Universitário Univille.

Art. 19. São atribuições dos docentes/preceptores/médicos que atuam no Ambulatório Universitário Univille:

- I.** respeitar os princípios da ética e determinações legais da sua profissão e as normativas da Univille;
- II.** zelar pelo patrimônio da instituição;
- III.** respeitar o horário de início e término dos estágios, cumprindo a carga horária com pontualidade e responsabilidade;
- IV.** permanecer junto ao discente, durante todo o período de atendimento dos ambulatórios, nos horários de estágio;
- V.** agir com solidariedade e respeito mútuo entre colegas, discentes e pessoal administrativo da instituição visando o bom relacionamento entre todos;
- VI.** apresentar propostas para aquisição ou manutenção de equipamentos e outros materiais necessários ao bom funcionamento de sua especialidade;
- VII.** preencher, em cada período de estágio o planejamento de ensino e aprendizagem e fazer os devidos registros no diário de classe;
- VIII.** garantir que ao final de cada estágio, os materiais e os ambientes utilizados estejam organizados;
- IX.** definir, encaminhar, orientar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no ambulatório;
- X.** utilizar e exigir dos discentes o uso de Equipamentos de Proteção Individual;
- XI.** colaborar na conservação das instalações e equipamentos existentes no

ambiente de trabalho, e comunicar à coordenação do ambulatório os casos de avarias ou danos para providências cabíveis;

XII. comunicar irregularidades, à Enfermeira Supervisora, Responsável Técnico ou à coordenação do curso de Medicina e, dependendo da circunstância, em segunda instância, à Pró-Reitoria de Ensino;

XIII. sugerir as medidas necessárias quando do descumprimento deste regulamento ou casos omissos;

XIV. comparecer às reuniões sempre que for solicitado;

XV. cumprir e zelar pelo cumprimento deste regulamento;

XVI. Preencher formulário de requerimento de solicitação de cancelamento de atividades acadêmicas com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, justificando sua ausência e cumprindo o regulamento de cancelamento de atividade;

XVII. Supervisionar os atendimentos médicos realizados pelos estudantes, bem como zelar pelo preenchimento de todos os registros do paciente no prontuário eletrônico, assegurando realização de receitas médicas, solicitações de exames e encaminhamentos médicos;

XVIII. Finalizar os atendimentos médicos realizados pelos estudantes na sua presença e na presença do paciente.

Art. 20. É vedado aos docentes/preceptores/médicos que atuam no Ambulatório Universitário da Univille:

I. disponibilizar login e senhas pessoais para finalização de atendimentos médicos sem a sua validação;

II. desrespeitar os princípios da ética e determinações legais da sua profissão;

III. tomar qualquer atitude preconceituosa em relação aos pacientes, pessoal administrativo, estudantes, docentes/preceptores/médicos ou qualquer pessoa, seja em relação à crença, etnia, sexo, orientação sexual, nacionalidade, condição social ou opinião política;

IV. permitir ao estudante de medicina fazer uso de sua assinatura em receitas médicas e prescrições ou fornecer atestados médicos;

V. autorizar o estudante de medicina que realize prestação de assistência médica em sua ausência.

VI. Retirar do ambulatório os prontuários médicos dos pacientes.

Art. 21. São atribuições dos Discentes que atuam no Ambulatório Universitário Univille:

- I.** respeitar os princípios estabelecidos no Código de Ética do Estudante de Medicina do CREMESC;
- II.** zelar pelo patrimônio da instituição;
- III.** zelar pelo funcionamento e pela organização do ambulatório;
- IV.** respeitar o horário de início e término dos estágios, cumprindo a carga horária com pontualidade e responsabilidade;
- V.** agir com solidariedade e respeito mútuo entre colegas, docentes/preceptores/médicos e pessoal administrativo da instituição visando o bom relacionamento entre todos;
- VI.** acolher os usuários de forma humanizada;
realizar as consultas ambulatoriais discutindo com o docente/preceptor/médico os tópicos da anamnese, observação clínica, as hipóteses diagnósticas formuladas e as orientações terapêuticas propostas, bem como a elaboração dos prontuários a ele designados, durante seu período de estágio, e sob supervisão de docente/preceptor/médico;
- VII.** saber ouvir o paciente, esclarecer suas dúvidas, compreender suas expectativas, necessidades e queixas, mesmo aquelas que não tenham relação com a doença em questão;
- VIII.** explicar detalhadamente, de forma simples e objetiva, apoiado na orientação e em conjunto com o docente/preceptor/médico, o diagnóstico e o tratamento para que o paciente entenda claramente a doença, os benefícios do tratamento e, também, as possíveis complicações e prognósticos;
- IX.** manter sigilo e confidencialidade das informações e fatos, sobre o paciente, de que tenha conhecimento no exercício da atividade médico-estudantil;
- X.** manter sigilo relacionado ao paciente menor de idade com capacidade de discernimento, inclusive a seus pais ou representantes legais, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90);
- XI.** não utilizar, sem o devido acompanhamento, qualquer equipamento ou material do ambulatório;
- XII.** em caso de acidente com material perfuro-cortante ou com material biológico, comunicar, imediatamente, o docente/preceptor/médico e a

coordenação do ambulatório para providências e medidas cabíveis;

XIII. comunicar à coordenação do ambulatório sobre problemas e dificuldades de qualquer natureza encontradas em suas dependências;

XIV. em caso de danos ao material, o usuário deverá indenizar o ambulatório custeando os valores do conserto ou a aquisição de novo equipamento e/ou material, conforme estabelecido no Termo de Responsabilidade, guarda e uso de equipamentos e materiais;

XV. deixar os setores devidamente organizados, devolvendo aos seus lugares os materiais e equipamentos, bem como a limpeza dos mesmos e do espaço físico ao término das atividades;

XVI. cumprir e zelar pelo cumprimento deste regulamento.

Art. 22. É vedado aos Discentes que atuam no Ambulatório Universitário Univille:

I. desrespeitar os princípios da ética e determinações legais do estudante de Medicina;

II. tomar qualquer atitude preconceituosa em relação aos pacientes, pessoal administrativo, estudantes, docentes/preceptores/médicos ou qualquer pessoa, seja em relação à crença, etnia, sexo, orientação sexual, nacionalidade, condição social ou opinião política;

III. receber honorários ou salários pelos serviços prestados no exercício de atividade acadêmica, com exceção de remuneração referente à bolsa de estudo, pesquisa e extensão;

IV. exercer sua autoridade de maneira que limite a autonomia e os direitos do paciente;

V. prestar assistência médica sob sua exclusiva responsabilidade, sem a supervisão de um docente/preceptor/médico, salvo em casos de iminente perigo a vida. Ressalta-se que o estudante de medicina pode responder civil, penal e administrativamente por danos causados ao paciente;

VI. assinar receitas médicas e prescrições ou fornecer atestados médicos sem a supervisão e assinatura do docente/preceptor/médico.

CAPÍTULO VI

DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO AMBULATÓRIO UNIVERSITÁRIO

UNIVILLE

Art. 23. O Ambulatório Universitário da Univille, mesmo que seja voltado para especialidades específicas, deverá seguir as normas gerais de atendimento médico, que envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina, que serão listadas na sequência:

- I.** É vedada a presença de pessoas estranhas no interior dos setores e/ou salas de atendimento, estando permitida somente a entrada e permanência de pessoas autorizadas;
- II.** Nas dependências do ambulatório todos os docentes/preceptores/médicos, discentes e pessoal administrativo deverão estar uniformizados de acordo com a padronização estabelecida;
- III.** É obrigatório o uso de jaleco de mangas longas, calças compridas e sapato fechado (fica proibido o uso de mules, bonés, chinelos e sandálias, bermudas, shorts e minisaias).
- IV.** Evitar as maquiagens carregadas.
- V.** Aos docentes/preceptores/médicos e discentes é obrigatório o uso de crachá de identificação.
- VI.** É obrigatória a utilização de equipamentos de proteção individual (luvas, touca, gorro, máscara, óculos, etc), de acordo com a especialidade e conforme a orientação da coordenação do ambulatório e/ou do docente/preceptor/médico, respeitando-se exigências da NR32 .
- VII.** Ao entrar no ambulatório, os objetos pessoais (bolsas, mochilas, malas, sacolas e objetos de grande volume) deverão permanecer nos armários destinados para esse fim;
- VIII.** É proibido o acesso de discentes aos consultórios portando bolsa, celular, pasta, alimentos, bebidas, cigarro e aparelhos sonoros;
- IX.** Será permitido aos estudantes estagiários, a entrada com lápis ou caneta, um caderno e um livro, devendo retirar a chave do cadeado correspondente ao armário na recepção, para guardar seus pertences, ficando comprometido a retirar os pertences ao término da atividade e liberar o armário para uso;
- X.** É vedada a utilização de máquinas fotográficas ou qualquer equipamento que realize captura de imagens dos setores, equipamentos e usuários, exceto com autorização expressa e antecipada da coordenação do ambulatório e do

paciente;

XI. A publicação de imagens de usuários/paciente e/ou dos setores e equipamentos do ambulatório, em redes sociais e/ou sites deverá acarretar punição ao responsável pela divulgação;

XII. Não será permitido o uso de aparelhos celulares durante os atendimentos médicos, em caso de necessidade de receber alguma ligação urgente, o aparelho deverá permanecer no *vibracall*;

XIII. Como qualquer outro ambiente de saúde, o silêncio deve ser mantido em todas as dependências do ambulatório;

XIV. Os computadores do ambulatório são de uso exclusivo para organização de planilhas de horários de atendimentos e registro de prontuários eletrônicos dos pacientes;

XV. É vedada a elaboração e/ou impressão de trabalho, bem como a utilização dos mesmos para leitura pendrivers, caso o docente/preceptor/médico tenha necessidade de acesso a um documento específico em *pendrivers*, deverá solicitar auxílio à coordenação do ambulatório e/ou à equipe de recepção;

XVI. Para utilização de equipamentos e materiais, é necessário auxílio e autorização dos docentes/preceptores/médicos;

XVII. Cada equipe é responsável pelo seu material e pela organização do consultório, portanto, ao término de uma consulta, tudo o que foi utilizado deverá ser limpo e guardado em seus devidos lugares, evitando obstáculos que possam dificultar os atendimentos;

XVIII. Se houver quebra ou dano de materiais ou aparelhos, comunique imediatamente aos docentes/preceptores/médicos ou à enfermeira supervisora;

XIX. O material disponível no ambulatório é de uso exclusivo para as atividades pedagógicas;

XX. Não é permitido a retirada de qualquer material ou equipamento das dependências do ambulatório, bem como de prontuário médico, se for necessário, o docente/preceptor/médico deverá solicitar auxílio da Enfermeira supervisora e seguir as normas de solicitação de cópia de prontuário médico.

XXI. O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição aos responsáveis.

Art. 24. Os procedimentos de higiene do ambulatório têm por fundamento manter

as dependências da instituição em perfeitas condições de higiene, proporcionando um ambiente seguro para o trabalho e atendimento aos pacientes, reduzindo o número de microrganismos do ambiente e superfícies, preservando o patrimônio, otimizando custos e prevenindo acidentes biológicos.

Parágrafo único. A rotina deverá seguir as normas de Higienização e limpeza, conforme descrito no Procedimento Operacional Padrão do Ambulatório Universitário Univille que estará sempre disponível no espaço físico deste ambulatório e será atualizado regularmente

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 Aplica-se o presente Regulamento a todos os usuários do Ambulatório Universitário Univille com vínculo na Univille, seja ele discente, docente, preceptor ou pessoal administrativo.

Art. 26. Os casos não previstos neste Regulamento serão avaliados e resolvidos pela Coordenação do Curso de Medicina.

Art. 27. Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação perante o Conselho Universitário da Univille.

Aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 16/05/2019